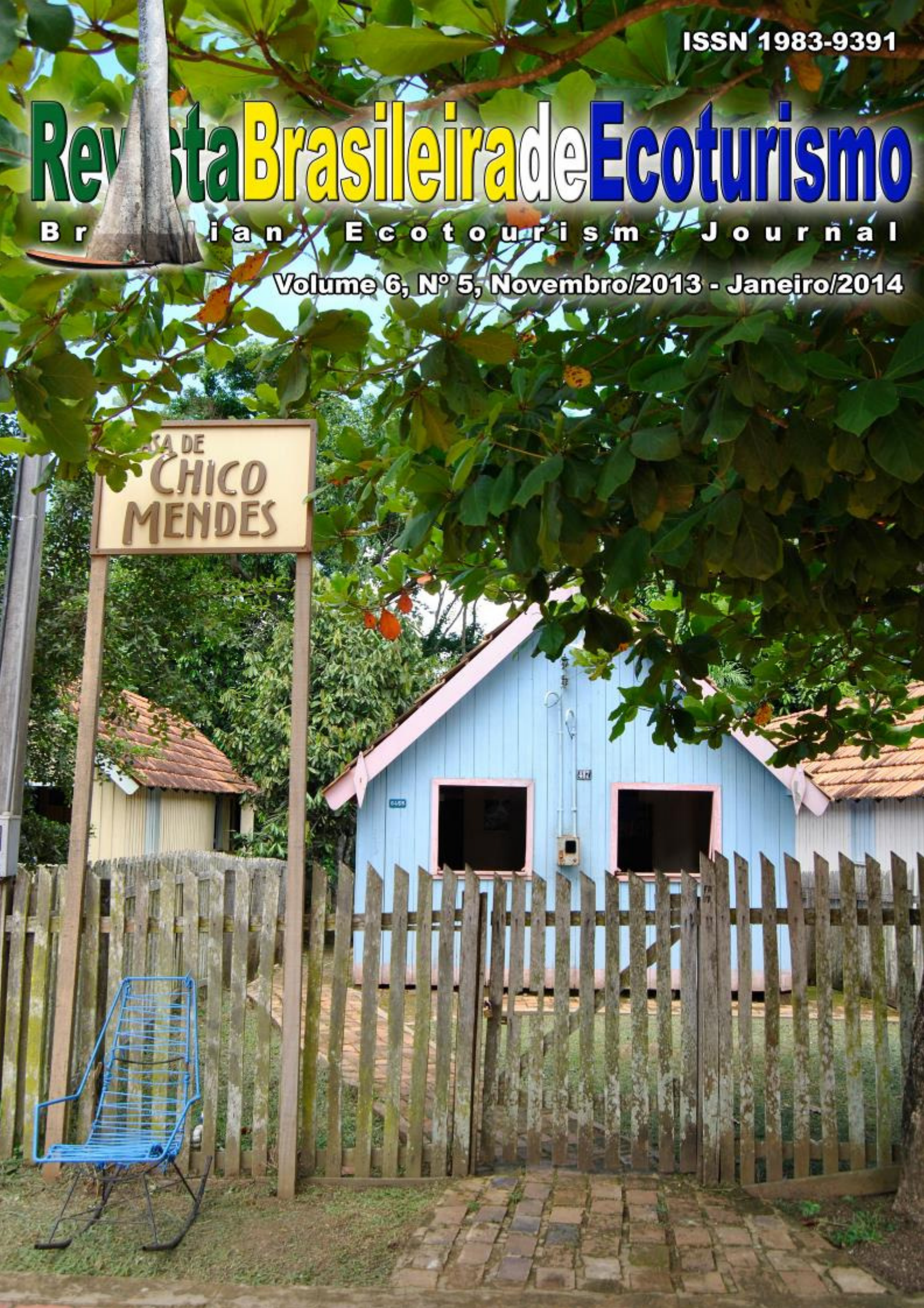


ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo

Brasileira de Ecoturismo Journal

Volume 6, Nº 5, Novembro/2013 - Janeiro/2014



Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 06, Número 05, novembro-2013/janeiro-2014

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editores-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editor Adjunto:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Editor Executivo

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

Editor de Design (Capa e layout do site)

Lucas Neiman

Fotos

Zysman Neiman

Website: www.sbecotur.org.br/rbecotur

End.: Rua Dona Ana, 138, Vila Mariana,
São Paulo, SP - Brasil, CEP 04111-070

Tel.: (11) 99195-7685

E-mail: rbecotur@sbecotur.org.br

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Profa. Dra. Alcyane Marinho

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Profa. Dra. Ana Maria Wegmann Saquel

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

Profa. Dra. Andréa Rabinovici

Profa. Dra. Beatriz Veroneze Stigliano

Prof. Dr. Bruno Pereira Bedim

Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Denise de Castro Pereira

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Profa. Dra. Elizabete Tamanini

Profa. Dra. Fernanda Sola

Prof. Dr. Ferdinando Filetto

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo

Profa. Dra. Glória Maria Widmer

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Arq. Hector Ceballos-Lascurain

Prof. Dr. Hermann Atila Hrdlicka

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla

Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Profa. Dra. Lilia dos Santos Seabra

Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares

Profa. Dra. Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima

Prof. Dr. Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas

Profa. Dra. Marlene Huebes Novais

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Profa. Dra. Nadja Castilho da Costa

Profa. Dra. Odaleia Telles M. Machado Queiroz

Prof. Dr. Paolo Giuntarelli

Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Prof.a. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

Prof. Dr. Zysman Neiman

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	818
EDITORIAL	819
ARTIGOS	
Ressignificação do rural e sua relação com o urbano: o turismo como expressão de novas possibilidades.....	824
Raimunda Maria Marques de Azevedo, Rosa Maria Rodrigues Lopes, Salete Gonçalves	
<i>Reframing of the countryside and its relationship with the city: tourism as an expression of new possibilities</i>	824
Raimunda Maria Marques de Azevedo, Rosa Maria Rodrigues Lopes, Salete Gonçalves	
Proposta de ordenamento das áreas de camping da comunidade da Prainha Branca, Guarujá (SP).....	836
Marcos Buhner Campolim, Ana Paula Garcia, Tathiany Regina Lima Mottola	
<i>Proposal planning of camping areas in the community of Prainha Branca, Guarujá (SP, Brazil)</i>	836
Marcos Buhner Campolim, Ana Paula Garcia, Tathiany Regina Lima Mottola	
Políticas públicas, atividade turística e estratégias de desenvolvimento: uma abordagem sobre o turismo em Altamira (PA)	850
José Carlos da Silva Cordovil, Bruna Suelen Pereira Cebuliski, Wagner Lima Costa, Patrícia Barbosa Nunes	
<i>Public policy and tourist activity development strategies: a focus on tourism In Altamira (PA, Brazil)</i> ...	850
José Carlos da Silva Cordovil, Bruna Suelen Pereira Cebuliski, Wagner Lima Costa, Patrícia Barbosa Nunes	
Turismo e desenvolvimento: reflexões acerca de uma complexa relação.....	862
Guilherme Augusto Pereira Malta, Maria Flávia Pires Barbosa	
<i>Tourism and development: reflections about a complex relationship</i>	862
Guilherme Augusto Pereira Malta, Maria Flávia Pires Barbosa	
Turismo de base comunitária em estuário e manguezal: uma alternativa para o pescador artesanal ..	896
Renato Marchesini, Renata Antunes da Cruz	
<i>Community-based tourism in estuary and mangrove: an alternative to the artisanal fisherman</i>	896
Renato Marchesini, Renata Antunes da Cruz	
Análise da viabilidade turística e cultural do carnaval de Belo Horizonte (MG).....	910
Solano de Souza Braga, Leandro Martins Vieira	
<i>Analysis of touristic and cultural feasibility of the Belo Horizonte's (MG, Brazil) carnival</i>	910
Solano de Souza Braga, Leandro Martins Vieira	
O Planejamento logístico de restaurantes: um estudo de caso dos restaurantes de São Borja (RS)....	926
Fabício Silva Barbosa, Rafael Silvestre Serpa Heize, Annibal José Roris Rodriguez Scavarda do Carmo	
<i>Logistics planning in restaurants: a case study on three restaurants in São Borja (RS, Brazil)</i>	926
Fabício Silva Barbosa, Rafael Silvestre Serpa Heize, Annibal José Roris Rodriguez Scavarda do Carmo	
Parques urbanos, a natureza na cidade: práticas de lazer e de turismo aliadas à cidadania.....	942
Mariana Inocência Oliveira Melo, Karina e Silva Dias	
<i>Urban parks, nature in the city: practices of recreation and tourism allied to citizenship</i>	942
Mariana Inocência Oliveira Melo, Karina e Silva Dias	

Cultura e turismo no espaço rural: limites e possibilidades.....	958
Clediane Nascimento Santos, Rosângela Custódio Cortez Thomaz	
<i>Culture and tourism in rural areas: limits and possibilities.....</i>	958
Clediane Nascimento Santos, Rosângela Custódio Cortez Thomaz	

Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR).....	972
Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio Coutinho, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Lígia de Paula Rodrigues	
<i>Lifestyle in the communitarian tourism based: the case of Barbados, Guaraqueçaba (PR, Brazil).....</i>	972
Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio Coutinho, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Lígia de Paula Rodrigues	

Turismo rural: alternativa de melhoria para a agricultura familiar do sul de Minas Gerais.....	990
Katiane Ribeiro Souza, Rosângela Alves Tristão Borém, Helena Maria Ramos Alves	
<i>Rural tourism: alternative for the improvement of family agriculture in the south of Minas Gerais (Brazil)</i>	990
Katiane Ribeiro Souza, Rosângela Alves Tristão Borém, Helena Maria Ramos Alves	

População tradicional, adaptações culturais e o ecoturismo.....	1016
Tarita Schnitman	
<i>Traditional population, cultural adaptations and ecotourism.....</i>	1016
Tarita Schnitman	

“Tartarugada”: uma iniciativa de sensibilização ambiental no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE).....	1028
Miguel Ângelo Portela Pinheiro, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, Rafael Azevedo Robles	
<i>“Tartarugada”: an undertaking of environmental awareness in the Fernando de Noronha Marine National Park (PE, Brazil).....</i>	1028
Miguel Ângelo Portela Pinheiro, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, Rafael Azevedo Robles	

Projeto de turismo de base comunitária: comunidade tradicional do Bonete, Ilhabela (SP).....	1052
Mariane Carla Checon Salvador, Roberta Pedroso, Fátima Bezerra Bastos	
<i>Community-Based Tourism Project: the traditional community of Bonete, Ilhabela (SP, Brazil).....</i>	1052
Mariane Carla Checon Salvador, Roberta Pedroso, Fátima Bezerra Bastos	

ESPECIAL

Cultura e natureza no legado e caminhos de Chico Mendes e dos povos da floresta: revisões e reflexões.....	1072
Luiz Afonso Vaz de Figueiredo	

RESENHA

Quando a simplicidade passa a ser uma opção para a sustentabilidade.....	1090
Juliana Maria de Barros Freire	

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica trimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

MISSÃO: Publicar artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os **eixos temáticos** desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa
Editores-Chefe da RBEcotur

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Editor Adjunto

EDITORIAL

Prezados leitores e colaboradores.

Esta edição da RBEcotur encerra o volume 6. Com isso nossa Revista encerra mais um ano de publicações. Nesta edição apresentamos 14 artigos inéditos:

- Eider Elias Duarte e Michele de Sousa discutem a existência de acessibilidade Raimunda Maria Marques de Azevedo, Rosa Maria Rodrigues Lopes e Salete Gonçalves fazem uma discussão teórica acerca do turismo no espaço rural procurando mostrar os benefícios dessa atividade, tomando por base o desenvolvimento local. Destacam a necessidade de se pensar e por em prática um turismo baseado em iniciativas endógenas, valorizando-se a promoção do desenvolvimento local, consubstanciada em uma ação de interesse coletivo.
 - Marcos Buhner Campolim, Ana Paula Garcia, Tathiany Regina Lima Mottola discutem a regularização das atividades de camping na Prainha Branca, localizada no município do Guarujá (SP), através de uma proposta de ordenamento das áreas de campings. Os parâmetros considerados foram estrutura sanitária, área disponível e número de pessoas por barraca, priorizando-se a viabilização de áreas de camping para famílias tradicionais residentes.
 - José Carlos da Silva Cordovil, Bruna Suelen Pereira Cebuliski, Wagner Lima Costa, Patrícia Barbosa Nunes analisam as políticas públicas de desenvolvimento das atividades turísticas pensadas e implementadas em Altamira (PA), por meio de um conjunto de documentos oficiais visando ao fomento da atividade e sua relação especial com o discurso do desenvolvimento sustentável.
 - Guilherme Augusto Pereira Malta e Maria Flávia Pires Barbosa discutem a relação entre desenvolvimento e turismo, amplamente abordada nos estudos que trabalham a noção de turismo local e comunitário, identificando o que denominaram de abordagens de desenvolvimento, a partir, sobretudo, da literatura dedicada ao estudo do turismo. Constataram que essas abordagens encontram-se em disputa no campo dos estudos turísticos e no âmbito de sua promoção, por representarem, a princípio, diferentes possibilidades de leitura e compreensão do desenvolvimento e de sua relação com a atividade turística.
 - Renato Marchesini e Renata Antunes da Cruz apresentam o estudo de caso dos pescadores artesanais da Rua Japão e Parque Bitarú em São Vicente (SP), ligados ao projeto “Pescando Resultados”, que propõe diretrizes para o fomento da atividade de turismo de base comunitária e objetiva encontrar soluções para elaboração de um programa de atividade turística de base comunitária para os pescadores artesanais atuarem na época de defeso.
 - Solano de Souza Braga, Leandro Martins Vieira analisam a realização dos investimentos públicos no carnaval em Belo Horizonte (MG) e sua importância cultural, turística e para população local. O estudo de caso abrange questões sobre a história do carnaval e
-

turismo cultural, concluindo que mesmo com a pouca participação popular, as festas são de grande importância como opção de lazer para as camadas menos favorecidas economicamente que habitam a cidade.

- Fabrício Silva Barbosa, Rafael Silvestre Serpa Heize e Annibal José Roris Rodriguez Scavarda do Carmo investigam o processo logístico dos principais restaurantes da cidade de São Borja (RS), e observaram uma evolução nos processos logísticos nos empreendimentos voltados para o setor de alimentos e bebidas. Concluem, no entanto, que alguns novos processos necessitam ser implementados para uma melhoria da prestação dos serviços oferecidos.
 - Mariana Inocência Oliveira Melo, Karina e Silva Dias, por meio de uma pesquisa cunho qualitativo, analisam as diversas possibilidades de apropriação e configuração espacial dos parques urbanos na cidade; práticas de lazer e de turismo e suas influências para a (re)significação da experiência na *urbe*; ampliação da cidadania aliada ao turismo e ao lazer; influência dos parques urbanos na (re)configuração das paisagens na cidade e, finalmente os fragmentos de natureza no meio urbano.
 - Clediane Nascimento Santos e Rosângela Custódio Cortez Thomaz estudam o turismo e a cultura do espaço rural do município de Rosana (SP), considerando a cultura importante para o desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas. Identificaram as festividades: Folias de Reis, festa de Aniversário da Gleba XV de Novembro, festa da Mandioca, Roda de Viola e as festas dos padroeiros, como Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus, Santa Luzia e São Francisco de Assis, e a agenda cultural de 2009, 2010 e 2012.
 - Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio Coutinho, Carlos Alberto Cioce Sampaio e Lígia de Paula Rodrigues buscam identificar e analisar potenciais atrativos para o turismo na comunidade tradicional caiçara de Barbados, inserida no Parque Nacional de Superagui, por meio da percepção dos imbricamentos da cultura tradicional na perspectiva dos moradores, adotando metodologia de pesquisa-ação e grupos de foco. Concluem que o turismo comunitário pode aproximar comunidade e ParNa Superagui por ser perspectiva comum, e, se bem planejado, pode ser atividade estratégica para amenizar processo de êxodo migratório de caiçaras para centros urbanos.
 - Katiane Ribeiro Souza, Rosângela Alves Tristão Borém, Helena Maria Ramos Alves analisam as perspectivas do turismo rural associado à cafeicultura familiar, e identificam a potencialidade do turismo rural para o município de Poço Fundo (MG), tendo como modelo o que já ocorre na cidade de Carmo de Minas, nesta mesma região, com a “Rota do Café Especial”, em Venda Nova do Imigrante (ES), região de montanhas com o Agroturismo, na Colômbia com o Turismo do Café e no Vale dos Vinhedos (RS) região vitícola com o Enoturismo.
 - Tarita Schnitman discute a prática do ecoturismo pelas populações tradicionais, alertando para a necessidade da identificação da realidade social da comunidade e as transformações culturais decorrentes da atividade turística, através do estudo de caso da Reserva Extrativista Mandira, localizada no complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá (SP-PR).
-

-
- Miguel Ângelo Portela Pinheiro, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues e Rafael Azevedo Robles analisam a atividade conhecida como “Tartarugada”, promovida pelo Projeto TAMAR-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE), descrendo as tartarugas-marinhas e alguns dos seus fatores biológicos e ecológicos que resultam no seu processo reprodutivo em terra, assim como a atuação do Projeto TAMAR na conservação destes quelônios.
 - Mariane Carla Checon Salvador, Roberta Pedroso e Fátima Bezerra Bastos apresentam os resultados do projeto Turismo de Base Comunitária cujo objetivo foi propor um modelo alternativo de desenvolvimento turístico na comunidade tradicional do Bonete, localizada no entorno do Parque Estadual da Ilhabela, no município de Ilhabela (SP), através das oficinas de planejamento participativo.

A convite dos editores da RBECotur, Luiz Afonso Vaz de Figueiredo faz uma homenagem aos 25 anos da morte de Chico Mendes, que rememoramos especialmente nesta edição em celebração ao IX Conecotur e ao V EcoUC realizados no Acre neste mês de novembro de 2013. Em tom poético, Afonso nos conduz para uma reflexão importante sobre o legado da luta dos povos da floresta para a implantação das reservas extrativistas no Brasil.

Também publicamos nesta edição uma resenha de Juliana Maria de Barros Freire para a obra “Simplicidade Volutária”. Por fim, temos a honra de anunciar que a Profa. Glória Maria Widmer, da Universidade Federal de Pernambuco, passa a fazer parte de nosso comitê de avaliadores *ad hoc*, o que muito nos honra. Bem vinda!

A todos, uma boa leitura!

Zysman Neiman
Editor Chefe

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBECotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país. A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a homenageada é a Sumaúma (*Ceiba pentandra*), árvore de grande porte (chega a atingir 60 metros de altura) com raízes tabulares muito desenvolvidas e conhecidas como sapopembas, encanta com suas lendas e com seu espírito invocado pelos pajés em rituais de cura. É considerada o telefone da floresta: batendo em suas sapopemas faz com que elas ecoem, anunciando a presença de alguém em seu tronco.



SEÇÃO
ARTIGOS

Não quero flores no meu enterro, pois sei que vão arrancá-las da floresta.

Chico Mendes



Ressignificação do rural e sua relação com o urbano: o turismo como expressão de novas possibilidades

Reframing of the countryside and its relationship with the city: tourism as an expression of new possibilities

Raimunda Maria Marques de Azevedo, Rosa Maria Rodrigues Lopes, Salete Gonçalves

RESUMO

O presente estudo objetiva fazer uma discussão teórica acerca do turismo como uma expressão das novas possibilidades do espaço rural. Trata-se, nesse sentido, de uma abordagem direcionada para o turismo rural, modalidade que vem sendo desenvolvida no Brasil desde a segunda metade da década de 1980 e tem sido alvo de conturbados debates no tocante à sua caracterização conceitual. No decorrer do trabalho é proposto um diálogo entre os conceitos do rural, urbano e turismo, procurando mostrar os benefícios dessa atividade, tomando por base o desenvolvimento local. Sendo assim, trata-se de um estudo bibliográfico, baseado em uma revisão de literatura que aborda a temática do turismo rural em seus aspectos teóricos e conceituais. A partir das reflexões, constatou-se que o espaço rural vem se resignificando, carregando consigo, múltiplas identidades que respaldam simbolismos modernos onde o valor cultural dado ao rural não é mais encerrado no atraso, na miséria, mas no natural, no bucólico, no saudável e no tradicional. E nesse sentido, o turismo se apropria do espaço rural dando a ele esse novo olhar direcionado o descanso, o prazer e o lazer, formatando mais um segmento. O estudo destaca, também, a necessidade de se pensar e pôr em prática um turismo baseado em iniciativas endógenas, a partir da promoção do desenvolvimento local, consubstanciada em uma ação de interesse coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Relação Urbano-Rural; Turismo no Espaço Rural; Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The present paper aims to make a theoretical discussion about tourism as an expression of new possibilities in rural space. It attends, in this sense, to an approach directed to rural tourism, modality that has been developed in Brazil since the second half of the 1980's and has been target of troubled debates regarding to its conceptual characterization. In the course of this paper it is proposed a dialogue between the concepts of rural, urban and tourism, trying to show the benefits of this activity, taking as basis local development. Thus, it's a bibliographical study, based in a literature review that broaches rural tourism's theme in its theoretical and conceptual aspects. From the reflections, it has been established that rural space comes reframing, carrying with itself, multiples identities that endorse modern symbolisms where the cultural value over the rural one is no longer enclosed in delay, misery, but in natural, bucolic, healthy and traditional. And in this sense, tourism appropriates of rural space giving it this new look directed to resting, pleasure and leisure, formatting a new segment. The study detaches also the need of thinking and putting into practice a tourism based in endogen initiatives, starting from the promotion of local development, consubstantiated in a common interest.

KEYWORDS: Relation Urban-Rural; Tourism in the Countryside; Local Development.

Introdução

O texto que segue busca encaminhar uma discussão teórica com abordagem no turismo como expressão das novas possibilidades do espaço rural. Ao dar esse tratamento teórico, também se pretende discutir as relações urbano-rurais no contexto do processo de expansão do capital, haja vista, que é somente a partir dessa lógica que se vislumbram novos cenários, marcados por transformações econômicas diversas e contemporâneas que apresentam perspectivas inovadoras para os espaços rurais.

Nesse sentido, a discussão inicia-se com um aporte teórico relacionado ao rural em sua relação com o urbano, evidenciando a necessidade de leituras ancoradas em atividades plurais que dão aos espaços rurais uma nova formatação. Dessa forma, defende-se que o entendimento do que se compreende como urbano e rural deve pautar-se a partir de uma lógica relacional, refletida em substanciais mudanças no mundo rural, reestruturando-o em sentidos diversos, onde o turismo aparece fomentando novas possibilidades para esse espaço.

Com base nesses pressupostos teóricos e considerando a apropriação dos espaços rurais pela atividade turística, o texto prossegue com a abordagem teórica, localizando, do ponto de vista histórico, o início da atividade na Europa e especialmente no Brasil, além de contemplar sua localização geográfica e apresentar os acontecimentos que permitiram e promoveram as possibilidades de sua exploração, a exemplo dos ciclos econômicos vivenciados pelo país, deixando um importante legado histórico-cultural aproveitado, em muitas situações, pela prática do turismo rural.

Por fim, procurou-se discutir como essa atividade pode se configurar como instrumento de desenvolvimento local, a partir do aproveitamento de fatores endógenos às comunidades rurais, na perspectiva da autonomia coletiva, revelando, dessa forma, um grande desafio a ser superado pelas populações rurais.

O rural em sua relação com o urbano: aportes teóricos

O processo de urbanização do Brasil, condicionado pela lógica da integração territorial e da industrialização deu ao espaço urbano, à cidade expressão de relevo nos estudos acadêmicos em diversos campos do conhecimento, a exemplo da Geografia, da Sociologia e da Arquitetura. Essa lógica tem no comando, o sistema capitalista que apresenta como marca primeira a inserção de novos espaços geográficos, abarcando, por conseguinte espaços rurais que são modificados/transformados através da impressão de novos significados e perspectivas, possibilitando, assim, outras leituras ancoradas em atividades plurais que dão aos espaços rurais uma reformatação.

Muitas vezes, essa nova formatação expressa a incorporação de tecnologias diferenciadas, marcada por novas relações de trabalho e de produção que se têm tornado comuns nas últimas décadas do século XX e primeiros anos do século XXI. É

nessa vertente que se afirma o quanto os fatores socioeconômicos e políticos e suas consequentes repercussões espaciais, no sentido do processo de urbanização verificado no Brasil, redefiniram as relações rural-urbanas a partir de 1960. Dessa forma, de instâncias separadas, polarizadas e entendidas como opostas, cidade e campo passaram a ser compreendidos a partir de uma lógica relacional que tem na relação urbano-rural como ponto de partida.

Do ponto de vista de sua origem, a apreensão intelectual desses espaços têm se dado pelo entendimento da divisão social do trabalho, abarcando, por conseguinte, um amplo espaço de tempo que perpassa, de acordo com Rua (2006) pela derrocada do feudalismo na Europa e, mais recentemente pelo escravismo no Brasil que possibilitou a construção da hegemonia burguesa, deslocando o centro de poder do campo que tinha como expressão maior a agricultura para a cidade que passa a ter a indústria como característica representativa desse espaço.

Nesse contexto, para Lefebvre (2001, p. 28-29),

A divisão social do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e por conseguinte entre o natural e o espiritual. À cidade incumbe o trabalho intelectual: funções de organização e direção, atividades políticas e militares, elaboração do conhecimento teórico (filosofia e ciências) [...] O campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que essas representações se afastem de atividades reais. Dessas imagens confrontadas irão nascer grandes simbolismos.

Nesse ínterim faz-se mister apontar para o fato de que, mesmo com o surgimento da cidade como resposta à divisão social do trabalho, a sociedade urbana somente ganhou realce com a industrialização e o movimento de urbanização verificado muito tempo depois do surgimento das cidades da Antiguidade.

Isso posto, avançando na análise, o autor vai mostrar que a sociedade urbana tal como conhecemos é resultado do duplo processo de industrialização e de urbanização que teve início na Europa, por exemplo, a partir do século XVI. Esse momento é visto por Lefebvre (2001) como o ponto crítico das relações sociais no espaço urbano, pois elas se difundem, explodindo território afora, abarcando áreas rurais, como condição, meio e produto do processo de reprodução do capital e dos conflitos dessa reprodução e das necessidades da sociedade como um todo, tudo isso, dando maior complexidade à realidade urbana. A cidade, nessa análise, estaria relacionada à morfologia material, a um sentido prático-sensível, arquitetônico; e o urbano a uma morfologia social, uma realidade composta de relações particulares, mas interdependentes, em movimento, em constante transformação.

Dessa forma, o conhecimento científico é chamado a atender o rural a partir de

um sentido híbrido, preenche de novos significados, possibilidades, perspectivas, valores, imbuído de uma constante dinamicidade, mesmo que permeado, ainda, e em muitos casos, por resistências que, contraditoriamente alimentam essa nova realidade, por intermédio de novas atividades no espaço rural, a exemplo do turismo e do *agrobusiness*.

Essas mudanças no modelo produtivo e organizacional do espaço rural sinalizam transformações importantes na sociedade brasileira, nas últimas décadas, evidenciando novas representações direcionadas ao rural que compõem um cenário construído por novas imagens e sentidos que reproduzem um produtivismo apoiado no modo capitalista de produção. Dessa forma, ao se tentar uma distinção entre rural e urbano, depara-se com uma conformação de forças que impulsionam o entendimento dessas categorias a partir de uma característica relacional.

Em sua dissertação que procura desmistificar o fim do rural, Blume (2004) destaca três abordagens importantes nas discussões acerca das relações rural-urbanas. A primeira delas corresponde à abordagem do novo rural brasileiro que se refere às contribuições dadas por estudos que têm no Professor José Graziano da Silva a sua referência; a segunda, trata o rural como uma categoria social realizada e que faz parte das discussões promovidas por Maria José Carneiro e Maria de Nazareth Baudel Wanderley; e a terceira abordagem, mais recentemente desenvolvida, relaciona-se ao enfoque territorial que tem sido bastante trabalhado pelo sociólogo José Eli da Veiga.

As três abordagens apresentam um ponto de conexão: reconhecem as novas dinâmicas nos espaços rurais e suas relações com os espaços urbanos. Todas estão direcionadas para a emergência de uma reconfiguração no meio rural que vem se processando no Brasil, algumas vezes de forma intensiva e outras, de forma bastante incipiente. O fato é que mudanças substanciais estão ocorrendo nessa área e o que diferencia as abordagens está nas diferentes interpretações extraídas desse processo de transformação.

É nessa perspectiva relacional que se busca pensar na complexidade que permeia as novas configurações rurais, pois a relação não amálgama as categorias: rural e urbano, mas justificam especificidades que são produtos da relação, resignificando essas categorias de análise. Para Rua (2006), no espaço rural essa mudança acontece da seguinte forma,

[...] através da ideia de “urbanidades no rural” e inclui uma série de representações que reapresentam este espaço como um “outro rural”. Este, concebido, primordialmente, na cidade, como uma nova mercadoria, comporta a face “natural” da natureza e porta uma virtualidade, que se torna real. Virtual e real se confundem nas recriações que as novas representações do rural carregam (2006, p. 95).

Considerando, também, essas especificidades Wanderley (1996) defende que as mesmas são caracterizadas a partir das representações sociais com repercussão

direta sobre as identidades, os direitos e as posições sociais dos indivíduos e grupos que compõem o campo e a cidade, particularizando essas espacialidades.

Nessa perspectiva, o turismo tem se apropriado desses valores para impulsionar sua reprodução, enquanto atividade econômica e prática social nos espaços rurais e configurando-se como novas possibilidades a ressignificar esses espaços.

Turismo como uma expressão das novas possibilidades do espaço rural

O turismo rural surge como mais um segmento no mercado turístico, que visa oferecer novas possibilidades de lazer em espaços que guardam importantes características naturais, com possibilidade de atividades tradicionais do campo. Trata-se de uma prática recente no Brasil, quando comparada com o turismo de sol e mar. Esse teve sua origem na França, em 1971, e se apropriava de contrastes profundos no interior de países da Europa (SILVEIRA, 2003). Tais fatos deram surgimento, em 1972 a publicação de um Manifesto que contemplou no plano ecológico *“a proteção do ambiente e a conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural”* (SILVEIRA, 2003, p.135).

Estudos realizados por Almeida e Riedil (2000) apontam que o turismo rural, no âmbito da União Européia (UE) tem se configurado em um fator positivo no desenvolvimento de áreas rurais consideradas frágeis. O desenvolvimento do turismo rural, considerando os fatores positivos e o planejamento adequado, propicia o contato direto com o meio rural e a participação nas atividades, nos usos e nos costumes da população local, visando se organizar a partir de pequenas empresas e, nessas condições o ser humano se configura como elemento central e principal, sendo os costumes e a tradição considerados a essência da ruralidade.

Para Blos (2000), o turismo rural na Europa se constitui em um elemento capaz de criar oportunidades de novos negócios e promover a infraestrutura, já que se configura como um instrumento de intercâmbio entre o rural e o urbano. O autor indica, ainda, à luz da experiência na Europa, que o turismo rural tem como uma das característica mais marcantes, além da capacidade de preservar as características do lugar, o equilíbrio entre os valores do passado, oferecendo o conforto da modernidade, a realidade de campo e as expectativas urbanas, sendo essas as características de maior relevância dessa prática que o autor indica.

No Brasil, segundo Rodrigues (2003) as primeiras iniciativas de Turismo Rural foram registradas no planalto catarinense, no município de Lages, no estado de Santa Catarina. Blos (2000) complementa que esse segmento turístico surgiu na década de 1980, motivado pela necessidade de gerar novas oportunidades de renda, já que esse período foi marcado por uma crise na agropecuária.

Nesse sentido, o turismo rural veio contribuir com a valorização do lugar, da cultura local e como forma de agregar valor aos produtos. Blos (2000) aponta, também, que a parceria entre poder público e a iniciativa privada foi de destacada importância para o incremento da atividade, uma vez que o município de Lages conta com

recursos naturais, tais como matas, rios, cascatas, clima ameno, além de fazendas centenárias, que fortalecem a identidade cultural e mantém viva a tradição do planalto catarinense, aliado à hospitalidade, a música, a dança, a culinária campeira e tradicional de imigrantes europeus.

A fazenda Pedras Brancas foi pioneira no projeto de turismo rural em Santa Catarina, porém, atualmente, existem várias fazendas integradas à atividade, destacando que, cada uma tem características peculiares, no entanto, atuando na pecuária, na criação de equinos, ovinos e aves, além de oferecer entretenimento aos turistas. Ressalta-se que essas fazendas são geralmente gerenciadas pelos proprietários e família, mas também contam com mão de obra contratada para atender a lida de campo e afazeres da fazenda, o que proporciona a geração de emprego e favorece a manutenção do homem no campo.

Rodrigues (2003) destaca que os principais elementos que motivam e favorecem a prática dessa atividade no Brasil é a grande extensão geográfica e as distintas fases do processo histórico, motivado pelos chamados ciclos econômicos que deixaram na paisagem aspectos marcantes, constituindo-se desse modo, um diversificado patrimônio histórico-cultural. Os ciclos mais representativos foram: o da cana-de-açúcar cujo cenário foi a zona da mata nordestina. Esse ciclo guardou um importante patrimônio arquitetônico, materializado nas casas de engenho e casa dos senhores. Outro importante ciclo econômico foi o do gado, que delimitou as fronteiras do Brasil de norte a sul e deixou como legado grandes rotas sendo que, parte dessas rotas hoje são utilizadas pelo turismo rural, através de roteiros integrados. O ciclo do café, na região sudeste do Brasil, deixou como importante legado cultural e material, propriedades senhoriais de relevante valor arquitetônico. Por fim, a era da mineração e das pedras preciosas que teve maior reflexo em áreas urbanas, muito embora favoreça a atividade de turismo rural em municípios do estado Minas Gerais, dado o patrimônio arquitetônico deixado como legado.

A autora ressalta ainda, que as iniciativas dessa modalidade de turismo se espalharam para todo o território nacional, com destaque para as regiões Sul e Sudeste do Brasil, e, mais recentemente, a região Centro-Oeste, com maior evidência para o estado de Mato Grosso do Sul. Com referência as regiões Norte e Nordeste, registram-se experiências pontuais de desenvolvimento de turismo rural (RODRIGUES, 2003).

Apesar da prática dessa atividade enquanto produto turístico registra-se divergências conceituais que acabam dificultando, sobremaneira, uma aproximação mais acurada em termos de conceitos. Assim, o que se observa no contexto nacional é um amálgama de definições, umas mais restritas ao tipo de atividade desenvolvida; outras mais amplas, mais solidárias em termos de práticas; e outras ainda mais complexas que abarcam o contexto, a prática e o cenário no qual são desenvolvidas. Tal variedade de atividades aponta para um cenário conceitual diverso a

exemplo das seguintes denominações: Turismo Rural, Turismo Verde, Turismo Ecológico, Agroturismo, entre outros. Nesse contexto, é imperativo dizer que essas imprecisões se justificam pelo fato de muitas vezes tomarem como pressuposto o que já vem sendo discutido na Europa. Contudo, as modalidades se diferenciam dificultando, muitas vezes, uma afinidade de critérios que possam ser aplicados à realidade brasileira.

Na concepção de Rodrigues (2003, p. 102),

Ao atentarmos para a realidade brasileira o primeiro elemento de grande relevância é a artificial separação entre o mundo rural e o mundo urbano no período contemporâneo, cujos espaços, de maneira quase indiscriminada, são marcados por forte conteúdo de ciência, técnica e informação. Isso posto, os referenciais de classificação herdados da Idade Moderna, a partir do mercantilismo, já não servem, em razão das tênues diferenças entre aqueles espaços, salvo em territórios diametralmente opostos, caracterizados por excessiva urbanidade ou excessiva ruralidade.

Nessa questão a autora chama a atenção para um ponto importante que está relacionado ao próprio debate do que é urbano e rural na contemporaneidade. Para Sposito (2006), a discussão cidade-campo ganha ênfase se analisada do ponto de vista das descontinuidades territoriais, mostrando que a área de transição entre cidade e campo tem se ampliando, mostrando um nível maior de incongruências e dificultando, por conseguinte, a diferenciação entre espaços urbanos e rurais. Nesse sentido, essas formas espaciais são analisadas em superposição, constituindo um contínuo, cidade-campo. São, portanto, áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam por uma complementaridade entre ambos no mesmo território ou em *“micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos do solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos associados ao mundo rural e ao mundo urbano”* (SPOSITO, 2006. p. 121).

Esse é o sentido que se procurou resgatar, considerando que as descontinuidades territoriais permitem abordar as categorias cidade-campo, urbano-rural no campo das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas entre ambos. Segundo essa lógica, no decorrer do processo de urbanização, a unidade espacial urbana se refez em sua relação com o rural como resultado e condição das formas de produção territorial da cidade, no contexto do modo capitalista de produção, o que acabou por deixar imprecisos os limites entre esses dois espaços. Para a autora,

Essa imprecisão cria, então, condições favoráveis a se pensar numa nova unidade espacial que contém, contraditoriamente, os dois espaços – o urbano e o rural – superpostos, amalgamados e intrin-

secamente relacionados, razão pela qual são agora espaços **urbanos/rurais** (SPOSITO, 2006, p. 122).

A imprecisão acontece, por exemplo, quando há uma expansão territorial urbana por intermédio de loteamentos e implantação de equipamentos industriais, comerciais e de serviços. Entretanto, essa superposição se dá, também, para além do plano material, a partir da articulação entre esses espaços acontecendo pelo viés da expansão dos meios de comunicação que superam as morfologias cidade-campo em sua contradição. A temporalidade é outro aspecto que aproxima cidade e campo em razão da maior mobilidade dada entre esses espaços, estreitando relações sociais e culturais e ampliando a superposição entre eles.

Contudo, no que pese a necessidade de entender o espaço do ponto de vista dessas discontinuidades, chama-se a atenção para o fato de que alguns elementos rurais são relevantes no sentido da caracterização da atividade turística. Nesse sentido, Rodrigues (2003) aponta para o processo histórico de ocupação territorial, a estrutura fundiária, as características paisagísticas regionais, a estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho, as atividades econômicas atuais, as características da demanda e os tipos de empreendimentos. Assim,

O turismo rural estaria correlacionado a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural. Diferenciando-se, nesses casos das áreas cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, com ecossistemas ricos em biodiversidade, onde a natureza encontra-se ainda bastante preservada [...] (RODRIGUES, 2003, p. 103).

Com base no exposto, entendemos ser necessária a consideração desses elementos como forma até mesmo de diferenciar o turismo rural e o turismo em áreas rurais que pode ser um ecoturismo ou turismo de aventura. Assim, ressalta-se que, o turismo rural deve abarcar os fatores expostos e se associar estritamente às atividades agrícolas e ao cotidiano rural de determinado espaço que, se associado a um modelo de exploração racional do patrimônio histórico-cultural e ambiental se tornaria um exemplo contundente de turismo com desenvolvimento local.

A análise feita por Ávila *et al.* (*apud* MERIGUE, 2003) para o desenvolvimento local, permite ver um processo de base endógena, de origem local que revela a importância dada ao lugar, às potencialidades tanto do ponto de vista do território, enquanto substrato de poder, como dos agentes responsáveis pela construção do lugar, da identidade local. O que se quer destacar é que o desenvolvimento local só poderá ser entendido enquanto tal se for construído cotidianamente pelos atores sociais locais, em especial a população autóctone em parceria com

agentes exógenos.

Para Ávila *et al.* (*apud* MERIGUE, 2003, p. 4),

O núcleo conceitual do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), o sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade – assim como “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Para a população local fica tão somente a perspectiva de participação no sentido do usufruto desse desenvolvimento. O discernimento, a autonomia para avaliar, qualificar e agir não existe, pois lhes faltam condições materiais e imateriais, o que limita as possibilidades de desenvolvimento local. Aos receptores resta a condição de espectadores do processo de transformação de seus lugares. O turismo de base local, ou comunitária, é então um desafio para essas e muitas localidades e realidade em poucas outras. Martins, 2002 *apud* Meringue (2003, p. 6) considera que:

O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas beneficiária do desenvolvimento [...]. Implícita no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. Quando se fala de “local”, está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constroem sua identidade.

Em relação às condições compensatórias do turismo com base local, Bene-

vides (2002) considera que elas são extraídas de uma situação propícia de marginalidade que pode ser representada por espaços de comunidade tradicional, não mais primitiva e não autossuficiente; os espaços com base tradicional que apesar de apresentar alguma complexidade técnica, não se caracterizam plenamente capitalista, e os espaços com uma determinada preservação “natural”, que está mais próximo do espaço natural do que do social.

O desenvolvimento proporcionado pela atividade turística surge então como resistência aos padrões dominantes, às barreiras de opressão da reprodução da vida e se enquadra em modalidades de turismo como ecológico, rural, alternativo, entre outros. Nesses termos, tem-se um desafio-problema, pois a condição de marginalidade configura uma situação limite ao desenvolvimento, uma vez que determinadas localidades se encontram enquadradas nas características de exclusão, não por escolha e sim por incapacidade, falta de autonomia de avaliar sua situação e propor no sentido de construir as bases de sua inclusão. Para Benevides (2002), o turismo como fator de desenvolvimento nessas comunidades, na abrangência em que o termo implica, deveria compatibilizar cinco objetivos, a saber: preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Considerações finais

A partir das reflexões propostas constatou-se que o espaço rural vem se resignificando e acabou por assumir múltiplas identidades que respaldam simbolismos modernos. Um desses simbolismos tem lugar na concepção de natureza que enquanto valor cultural dá ao rural outro significado, não mais encerrado no atraso, na miséria, mas no natural, no saudável, no tradicional.

Nesse contexto, a atividade turística vem despontando como uma alternativa viável ao desenvolvimento local dos espaços rurais, através de uma iniciativa endógena, consubstanciada de forma sólida como ação de interesse coletivo. No entanto, sabe-se que o desenvolvimento da atividade turística, numa perspectiva de desenvolvimento local só é possível mediante o conhecimento da história dos seus habitantes, da relação da população local com a natureza e das representações sociais dos grupos envolvidos e do respeito com seu modo de vida.

Vale ressaltar que essa atividade não deve ser vista como prioritária e exclusiva, acarretando numa perda de identidade local, e sim agregando valor aos modos de produção dos residentes locais. Neste cenário, faz-se necessário consolidar parcerias para um planejamento participativo do poder público municipal através de instituições detentoras de conhecimento e dispostas a trazer mais uma alternativa de desenvolvimento para as localidades rurais.

O texto busca, nesse sentido, provocar uma necessária reflexão e discus-

são teórica como forma de apontar caminhos de compreensão e transformação para se pensar e se provocar novas possibilidades no espaço rural, a partir da atividade turística.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J.A.; RIEDIL, M. (Org). **Turismo Rural**: ecología, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. *In*: RODRIGUES, A.B. (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BLOS, W. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. *In*: ALMEIDA, J.A.; RIEDIL, M. **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000. p. 199-222.

BLUME, R. Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural. **Dissertação** (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2004.

LEFBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MERIGUE, G.L. **A gestão do turismo para o desenvolvimento local**. 2003. Disponível em: <http://www.etur.com.br>. Acesso em: 04 abr 2010. 10p.

RODRIGUES, A.B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. *In*: RODRIGUES, A.B. *et al.* (Orgs). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Contexto). p.101-116.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo e território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SILVEIRA, M.A.T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. *In*: RODRIGUES, A.B. *et al.* (org). **Turismo rural**: práticas e perspectivas 2. ed. São Paulo, 2003. p.133-150.

SPOSITO, M.E.B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M. (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

WANDERLEY, M.N.B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **Anais** do XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1996.

Raimunda Maria Marques de Azevedo: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

E-Mail: azevedorai@yahoo.es

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9280823541520144>

Rosa Maria Rodrigues Lopes: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

E-Mail: rosamrlopes@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7794500005574533>

Salete Gonçalves: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

E-Mail: salleteg@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9041519482141854>

Data de submissão: 30 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 16 de julho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Proposta de ordenamento das áreas de camping da comunidade da Prainha Branca, Guarujá (SP)

Proposal planning of camping areas in the community of Prainha Branca, Guarujá (SP, Brazil)

**Marcos Buhrer Campolim, Ana Paula Garcia,
Tathiany Regina Lima Mottola**

RESUMO

A área de estudo localiza-se na Prainha Branca, município do Guarujá (SP), na Serra do Guararú, local tombado pelo CONDEPHAAT (Resolução SC Nº 048-/1992 – 18/12/1992) devido aos seus atributos naturais e culturais e está inserida na Área de Manejo Especial da Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Centro, Unidade de Conservação do Estado de São Paulo e APA Municipal da Serra do Guararú. Em 2011, iniciaram-se trabalhos conjuntos entre Fundação Florestal e Sociedade Amigos da Prainha Branca, entre outras atividades, visando à regularização das atividades de camping por ser demanda emergencial da comunidade para garantir a renda dos moradores que necessitam desta atividade para subsistência. As atuais áreas de camping apresentam excesso de barracas sem estrutura sanitária adequada para atender o contingente nas áreas de camping. Este trabalho teve como objetivo a formatação de proposta de ordenamento das áreas de campings. Foram coletadas informações junto aos donos das áreas de camping de forma participativa. Os parâmetros considerados foram estrutura sanitária, área disponível e número de pessoas por barraca. Foram analisadas 27 áreas de camping. Priorizou-se a viabilização de áreas de camping para famílias tradicionais residentes. Esta proposta de ordenamento promove redução de 53,3% da quantidade de barracas, de forma ponderada entre todas as áreas atuais. Espera-se redução dos problemas ambientais da comunidade e melhoria na qualidade dos serviços prestados com melhor rendimento financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Tradicional; Prainha Branca; Ordenamento de Camping; Unidade de Conservação.

ABSTRACT

The study area is located in Prainha Branca, at Guarujá (SP, Brazil), from Serra do Guararu, this place is protect by government (CONDEPHAAT - Resolução SC nº 048/1992 – 12/18/1992) due to its natural and cultural attributes and Special Management Area is embedded in Environmental Protection Area (EPA) of the Central Coast Marine Conservation Unit São Paulo State and Municipality APA Serra do Guararú. In 2011, started joint endeavors between Fundação Florestal and Sociedade Amigos da Prainha Branca, among other activities, aimed at the regularization of camping activities for community emergency demand to ensure the income of the residents who need this activity for subsistence. The current camping areas have excess tents without adequate health structure to meet the quota in camping areas. This work was aimed at planning proposal formatting area campsites. The information was collected with owners of camping areas of the participatory way. The parameters considered were available and sanitary structure, number of people per tent. The 27 camping areas were analyzed. This study prioritized to community traditional families to camping areas residents. This planning proposal promotes reduction of 53.3% of the quantity of tents, so weighted all areas today. It is expected reduce the environmental problems in the community and improving the quality of services provided with better financial return.

KEYWORDS: Protect Areas; Camping Planning; Prainha Branca; Traditional Community.

Introdução

A comunidade da Prainha Branca está localizada na Serra do Guararu, município do Guarujá (SP), a qual é uma das últimas porções de dimensões significativas de Mata Atlântica ainda em bom estado de conservação neste município. A orla da praia tem mais de 1,35km de areia branca, o que dá origem ao nome. O acesso se dá através de trilha de aproximadamente 2 km ou por barco (Figura 1).



Figura 1: Prainha Branca, Guarujá (SP). **Foto:** Joelma Diniz.
Figure 1: Prainha Branca, Guarujá (SP, Brazil). **Photo:** Joelma Diniz.

Devido à localização geográfica, caracterizada pelos morros que circundam a região, a comunidade da Prainha Branca ficou isolada por várias décadas dos outros habitantes da região. Por isso, os moradores acabaram por desenvolver características culturais diferenciadas. Famílias habitam o local há mais de uma centena de anos e guardam características culturais próprias, além de manter preservada grande parte da vegetação com a qual coexiste.

Atualmente é local de moradia de aproximadamente 100 famílias, o que representa uma população residente de 350 pessoas, podendo chegar a 4.000, segundo levantamento realizado pela comunidade, no verão e datas festivas. Reúne construções típicas da cultura caiçara e mantém característica rural, sem acessos por vias públicas e infraestrutura. A característica caiçara na comunidade da Prainha Branca subsiste na forma de se expressar, no vestuário e, sobretudo no autoreconhecimento desta identidade (PETROBRAS, 2012).

Segundo laudo antropológico (TURATTI, 2012) e depoimento dos moradores locais (PETROBRAS, 2012), mais de 84% das ocupações são de famílias que tradicionalmente ocupam esta área.

Os moradores tradicionais viviam a base da atividade rural, extrativismo e a pesca; estas ainda ocorrem, porém a principal fonte de renda hoje existente na comunidade é a atividade turística, a qual se enquadra dentro dos conceitos de turismo de base comunitária, evidenciada pela estrutura do comércio, através de lojas de artesanato, bares, pequenos restaurantes, pousadas e campings (TURATTI, 2012). Atualmente existem 11 pousadas, 25 áreas de camping e 16 comércios (PETROBRAS, 2012).

Nesta comunidade existe a Sociedade Amigos da Prainha Branca (SAPB), fundada em 1972, com o intuito de representar a mesma e gerenciar questões de lixo, segurança, educação e turismo sustentável de maneira que minimize os impactos no local.

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, promoveu o Tombamento da Serra do Guararu, incluindo Prainha Branca - Guarujá por meio da Resolução SC Nº 048/1992 – 18/12/1992 (SÃO PAULO, 1992). Esta Resolução considerou que a Vila da Prainha Branca, apesar das transformações ocorridas em sua estrutura econômica, ainda guarda alguns elementos culturais típicos de comunidades isoladas de pescadores, dentre os quais se destaca a própria paisagem local, enquanto forma de apropriação do espaço, onde predominam o respeito e a integração dos elementos naturais.

A Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Centro (APAMLC), Unidade de Conservação da categoria de Uso Sustentável (BRASIL, 2000) gerenciada pela Fundação Florestal, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, foi criada pelo Decreto nº 53.526, de 8 de outubro de 2008 (SÃO PAULO, 2008), com a finalidade de proteger, ordenar, garantir e disciplinar o uso racional dos recursos ambientais da região, inclusive suas águas, bem como ordenar o turismo recreativo, as atividades de pesquisa e

pesca e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Na APAMLC, a região denominada Ponta da Armação engloba toda a comunidade da Prainha Branca, e é considerada Área de Manejo Especial (AME) desta Unidade de Conservação, cuja finalidade é a proteção da biodiversidade, o combate a atividades predatórias, o controle da poluição e a sustentação da produtividade pesqueira (SÃO PAULO, *op.cit.*).

A AME Ponta da Armação está devidamente delimitada no Decreto de criação da APAMLC e possui áreas terrestres e marinhas perfazendo um perímetro de 15.343 metros e área de 1.405,301 ha (SÃO PAULO, *op.cit.*) (Figura 2).

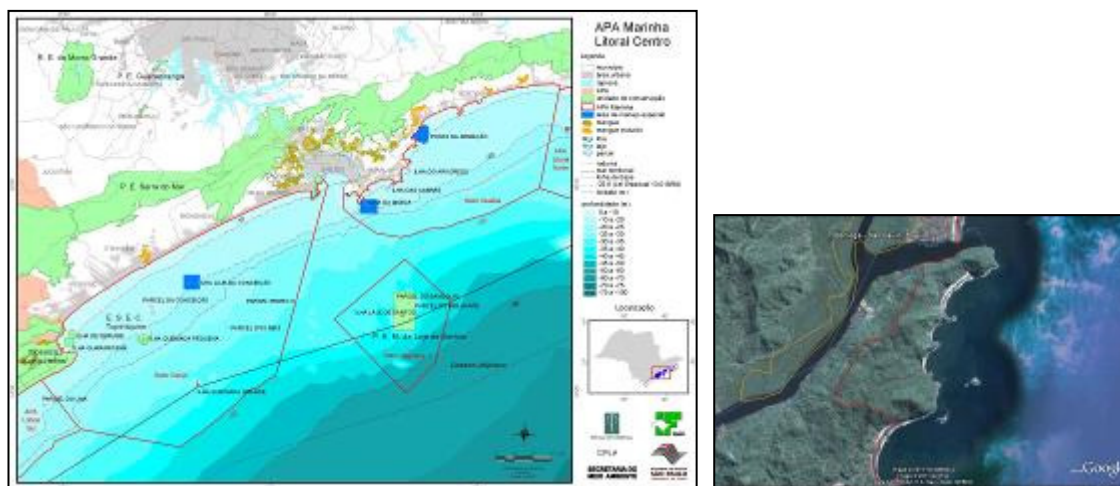


Figura 2: Mapa da APA Marinha Litoral Centro e detalhe com mapa da Área de Manejo Especial Ponta da Armação. **Fonte:** Fundação Florestal (2008).

Figure 2: Map of the APA Marinha Litoral Centro and detail map of the Área de Manejo Especial Ponta da Armação. **Source:** Fundação Florestal (2008).

Recentemente o município do Guarujá criou a APA da Serra do Guararu (GUARUJÁ, 2012) qual sobrepõe à APAMLC e proporciona à Prainha Branca mais um reconhecimento legal de conservação.

Na Prainha Branca, até meados da década de 90, os turistas que visitavam o local praticavam o chamado “camping selvagem”, caracterizado pela colocação das barracas na praia e floresta. Nesta época, os campistas não contavam com infraestrutura mínima como água e banheiro (SIMÕES; KAMYIAMA, 2003).

Muitos moradores da Prainha Branca identificaram a atividade de camping em suas propriedades como fonte de obtenção de renda, sendo que para algumas famílias trata-se de renda complementar e para outras a principal. Tais moradores iniciaram a implantação de infraestrutura para receber os turistas, porém sem orientação

adequada quanto aos parâmetros aceitáveis com relação à capacidade de suporte dos campings, resultando em excesso de barracas sem estrutura sanitária adequada para atender o contingente nas áreas de camping e a disseminação de uma cultura do retorno financeiro pela quantidade e não pela qualidade. Problemas sociais na comunidade como uso ilícito de drogas, pequenos furtos e outros incômodos sociais diversos, foram intensificados.

Em 1978, trabalhos no comércio local representavam 11% da ocupação da população economicamente ativa da Prainha Branca. Atualmente representa 23%. Nota-se que há um crescimento das atividades relativas ao comércio local. A explicação para tal fenômeno reside no fato de que, a partir dos anos 1970, acampar na Prainha Branca “virou moda”, já que o acesso havia sido facilitado pela abertura das Rodovias Ariovaldo de Almeida Viana e Padre Manuel da Nóbrega. Os campistas instalavam-se na areia e demandavam serviços de alimentação, o que incentivou o surgimento de mais bares/restaurantes (PETROBRAS, 2012).

Em 1999 a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Guarujá protocolou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) n. 13/97 – MA, o qual versa sobre a deficiência na prestação de serviço público essencial de coleta de lixo na Prainha Branca, além da degradação ambiental decorrente da poluição acarretada pela omissão do Poder Executivo municipal (SÃO PAULO, 1999). No termo 1 do referido TAC, determinou-se que: “não permitirá, patrocinará, ou, de qualquer modo, autorizará a realização de atividades de camping na Prainha Branca, bem como de qualquer atividade potencialmente degradadora do meio ambiente”. O termo 2 aborda que “intensificará a fiscalização na Prainha Branca, para coibir qualquer tipo de atividade potencialmente degradadora do meio ambiente, além do camping”.

Através deste TAC, a atividade de camping na Prainha Branca foi proibida. Tal medida prejudicou os moradores cuja subsistência provinha desta atividade.

Para tentar sanar tal problema, em 2006 foi criada a Associação Caiçara de Camping da Prainha Branca, a qual formatou a primeira proposta de ordenamento de áreas de camping. Apesar do esforço da comunidade na elaboração da referida proposta, esta não teve êxito junto ao Ministério Público.

Em virtude de a Prainha Branca ser Área de Manejo Especial da APAMLC, em 2011 iniciaram-se trabalhos conjuntos entre a Fundação Florestal e a Sociedade Amigos da Prainha Branca, visando contribuir para o ordenamento das atividades de visitação pública da área. A regularização das atividades de camping foi demanda emergencial para garantir a renda dos moradores que necessitam desta atividade para subsistência.

Neste contexto, o trabalho tem como objetivo descrever a formatação de proposta de ordenamento das áreas de campings, de forma participativa com a comunidade tradicional da Prainha Branca, a qual visa regularizar esta atividade, minimizar degradação ambiental e contribuir para as atividades de turismo de base comunitária.

Materiais e métodos

Atendendo conceitos de turismo sustentável e de base comunitária e utilizando ferramentas de planejamento e gestão participativa (MITRAUD, 2004; MEDINA, 2005), utilizou-se metodologia participativa com os donos das áreas de camping da Prainha Branca para a elaboração da proposta de ordenamento. Realizou-se o diagnóstico do problema, através da análise histórica da atividade de camping, aplicaram-se parâmetros técnicos para a definição das cotas de barracas e reuniões formais de validação da proposta com os donos das áreas de camping. Tal metodologia foi embasada na proposta de ordenamento de campings da comunidade tradicional do Marujá, inserida no Parque Estadual Ilha do Cardoso (PEIC) (CAMPOLIM, *et al.*, 2008). O produto da proposta metodológica aplicada na comunidade do Marujá foi formalizado no Plano de Manejo do PEIC (SÃO PAULO, 2001).

A participação social em metodologias de análise da efetividade do manejo de áreas protegidas baseia-se em entender os problemas atuais do local e orientá-los a atingir o objetivo de conservação. A legitimidade social ocorre quando os atores reconhecem, apropriam e incorporam no desenvolvimento de suas vidas os objetivos de conservação, a existência da área protegida e a função pública de conservação exercida pelas autoridades competentes (MEDINA, 2005).

O levantamento dos dados dos campings foi realizado através do preenchimento de planilhas por uma comissão de donos de camping e monitores ambientais da APA-MLC. Todas as áreas de camping foram visitadas e os donos de camping foram entrevistados para coletar informações sobre área disponível (m²) para acomodação das barracas, infraestrutura receptiva (quantidade de barracas e quantidade de quartos), infraestrutura de saneamento (quantidade de banheiros para o camping, existência de fossa e quantidade de chuveiros), questões relacionadas ao lixo e a forma de abastecimento de água.

Além das visitas aos campings, foram realizadas quatro assembleias com os donos dos campings onde foram discutidos os diagnósticos das áreas, estabelecidos os parâmetros de análise e a formatação da proposta de ordenamento: 24 de outubro, 04 e 09 de novembro de 2011 e 12 de dezembro de 2011. Todos os encaminhamentos foram registrados em atas das assembleias e os participantes em lista de presença, documentos estes que integram a proposta de ordenamento formatada a exemplo do processo desenvolvido na comunidade do Marujá (CAMPOLIM, *et al.*, 2008).

A definição dos parâmetros utilizados para estabelecer as cotas de barracas por camping foi:

- Estrutura sanitária: 1 banheiro comporta até 20 pessoas;
- Área disponível: 1 barraca ocupa uma área mínima de 15m²;
- Número de pessoas por barraca: 1 barraca comporta até 3 pessoas. Normalmente acomoda 2 pessoas.

Os três parâmetros definidos foram utilizados em conjunto na análise para definição de todas as áreas de camping. Para estabelecer a quantidade de barracas, foi utilizado o parâmetro que proporcionou a menor quantidade de barracas por área de camping.

A Tabela 1 resume as relações entre os parâmetros utilizados quanto à quantidade de banheiros:

Tabela 1: Parâmetros para quantificação de número de barracas.
Table 1: Parameters for quantifying the number of tents.

Quantidade de banheiros	Quantidade de Pessoas	Quantidade de barracas
1	20	6
2	40	13
3	60	20
4	80	26
5	100	33
6	120	40
7	140	46

Fonte: Autores. **Source:** Authors.

Na relação estrutura sanitária e número de pessoas por barracas, utilizou-se o arredondamento do cálculo para menor, visando à qualidade ambiental.

Resultados e discussão

Frente deficiência de estudos de capacidade de suporte de áreas de camping dentro de conceitos de turismo de base comunitária, o estudo desenvolvido na comunidade do Marujá – PEIC (CAMPOLIM, *et. al.*, 2008) fundamentou a presente proposta. O envolvimento da comunidade local se deu por meio de vistorias em cada área de camping por comissão designada e participação do responsável pela área e por assembleias com todos os donos de camping que se enquadram como moradores tradicionais onde foram discutidos diagnósticos e parâmetros de análises e definição de cotas de cada área de camping.

Os parâmetros considerados sempre foram os mais restritivos, ou seja, visando a menor quantidade de barracas por área de camping, de modo a garantir melhora da

qualidade ambiental.

Em quatro áreas de camping, os proprietários fizeram a opção espontânea de reduzir o número de barracas os quais teriam direito segundo os parâmetros pré-estabelecidos. Para estas áreas, se os parâmetros fossem aplicados, comportariam um total de 72 barracas. Com a opção de redução espontânea, o total destas quatro áreas foi de 49, ocorrendo redução espontânea de 23 barracas do total geral.

A seguinte análise foi realizada por área de camping:

1. Camping da Mara: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
2. Fribscamping: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
3. Camping da Árvore: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
4. Camping Guarú: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
5. Camping da Ludnéia: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
6. Camping da Lúcia: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à área disponível;
7. Camping Maria Branca: Ocupante tradicional. Apesar dos parâmetros limitantes permitirem maior número de barracas, a opção do proprietário foi estabelecer a quota de 10 barracas;
8. Recanto da Ilha: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à área disponível;
9. Camping do Pássaro: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
10. Camping São José: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
11. Recanto do Lago: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
12. Camping do Cantão: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para defi-

- nição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
13. Camping Ari e Célia: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 14. Camping do Felipe: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à área disponível;
 15. Camping Prainha Branca: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à área disponível;
 16. Camping da Dionéia: Ocupante tradicional. Apesar dos parâmetros limitantes permitirem maior número de barracas, a opção da proprietária foi estabelecer a quota de 15 barracas;
 17. Camping da Cici: Ocupante tradicional. Apesar dos parâmetros limitantes permitirem maior número de barracas, a opção da proprietária foi estabelecer a quota de 20 barracas;
 18. Camping 3 irmãos: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 19. Camping da Marina: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 20. Camping da Florência: Ocupante tradicional. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 21. Camping da Lica: Ocupante tradicional não residente. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 22. Camping da Isaura: Ocupante tradicional não residente. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 23. Camping da Dulce: Ocupante tradicional não residente. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 24. Camping da Vera Lúcia: Ocupante tradicional não residente. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 25. Camping do Cristiano: Ocupante não tradicional com família residente ininterruptamente na comunidade e que tem nas atividades de camping e mo-

- nitoria ambiental suas principais fontes de renda familiar, além de realizar voluntariamente trabalhos comunitários na área social e ambiental nesta comunidade. Em Assembléia, foi consenso entre todos a permanência da atividade de seu camping;
26. Camping Toca da Garoupa: Ocupante tradicional residente. Esta área de camping está localizada na Ponta da Armação, local com acesso pela trilha que se destina a Prainha Branca. O parâmetro limitante para definição da quantidade de barracas neste camping foi à quantidade de banheiros;
 27. Camping Tabajara: Ocupante não tradicional e não residente. Em Assembléia, foi consenso entre todos que esta área de camping não deve continuar em atividade.

A Proposta de Ordenamento das Áreas de Camping da Prainha Branca estipula quota máxima de barracas por área de camping segundo a Tabela 2 (página seguinte):

A quantidade atual de barracas nos campings da Prainha Branca identificada no diagnóstico foi de 1147. Com a proposta de ordenamento emergencial apresentada, chegou-se a 536 barracas (Tabela 2), representando uma redução de 53,3% da quantidade de barracas.

O estabelecimento de número máximo de pessoas por equipamento sanitário objetiva melhoria da qualidade ambiental. Na Prainha Branca o esgoto não é coletado pelo poder público, e a população deposita seus efluentes em fossas sépticas. No geral, em relação ao saneamento básico, o esgotamento sanitário é o que mais assola a comunidade, principalmente na alta temporada, quando a demanda aumenta (PETROBRAS, 2012).

No estudo realizado na comunidade do Marujá (CAMPOLIM, *et al*, 2008) a proposta inicial foi o estabelecimento de 15 barracas por banheiro. Com o monitoramento realizado pela administração do PEIC, verificou-se a necessidade de readequação desta cota, chegando-se em 6 barracas por banheiro. A proposta de ordenamento das áreas de camping da Prainha Branca coincide com a proposta estabelecida na comunidade do Marujá - PEIC quanto ao número de barracas por banheiro.

A comunidade do Marujá - PEIC apresentava condições mais precárias do que as existentes hoje na Prainha Branca e desenvolveu sistema de ordenamento de camping de forma participativa o que contribuiu para a consolidação do turismo de base comunitária (CAMPOLIM, *et al*, 2008). O efetivo controle da quantidade de turistas é realizado por meio de reservas antecipadas e contagem de barracas e de leitos ocupados em pousadas pelos próprios moradores.

O estudo de Campos relatou que o número limite de visitantes no Marujá – PEIC foi estabelecido pela quantidade máxima de barracas a qual é calculada de acordo com o número de banheiros, assim como a presente proposta. Tal medida tem se

mostrado eficaz para o controle da quantidade de visitantes e da garantia da qualidade ambiental.

Tabela 2: Proposta de número de barracas/camping.

Table 2: Proposed number of tents/camping.

Id	NOME	Proposta para cada camping (barracas)
1	Camping da Mara	26
2	Fribscamping	13
3	Camping da Árvore	13
4	Camping Guarú	20
5	Camping da Ludnéia	13
6	Camping da Lucia	8
7	Camping Maria Branca	10
8	Recanto da Ilha	17
9	Camping do Pássaro	33
10	Camping São José	33
11	Recanto do Lago	40
12	Camping do Cantão	26
13	Camping Ari e Célia	46
14	Camping do Felipe	4
15	Camping Prainha Branca	15
16	Camping da Dionéia	15
17	Camping da Cici	20
18	Camping 3 Irmãos	20
19	Camping da Marina	26
20	Camping da Florência	26
21	Camping da Lica	20
22	Camping da Isaura	26
23	Camping da Dulce	20
24	Camping da Vera Lúcia	20
25	Camping do Cristiano	13
26	Camping Toca da Garoupa	13
	TOTAL	536

Fonte: Autores. **Source:** Authors.

A proposta de ordenamento de camping da Prainha Branca priorizou a viabilização de áreas de camping para famílias tradicionais residentes, visto ter um TAC do Ministério Público que proíbe a atividade. A ocorrência destas famílias tradicionais é identificada em Laudo Antropológico (TURATTI, 2012) e existe o reconhecimento como comunidade tradicional pelo tombamento do CONDEPHAAT. O Decreto Nº. 6.040 de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007) e define o conceito de população tradicional como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No caso de ocupantes não tradicionais, foram detectadas duas situações: uma quando o ocupante é não tradicional residente e outra quando é não tradicional não residente. O dono de camping não tradicional residente foi inserido nesta proposta, por morar na Prainha Branca há muito tempo e por realizar atividades benéficas ao local, como por exemplo, exercer a função de Monitor Ambiental local. Tal fato não ocorreu para o dono de camping não tradicional não residente. Esta decisão foi consenso em Assembleia.

O turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (SAMPAIO, 2008).

Arelado ao ordenamento de áreas de camping outras atividades estão sendo realizadas, como capacitação dos monitores ambientais locais, fomento às atividades de estudo do meio por grupos escolares com pernoites na comunidade, capacitação dos prestadores de serviço de transporte náutico (barqueiros), estudos de tratamento de esgoto adaptado às condições locais, entre outros.

O estudo “O turismo de base comunitária no Parque Estadual da Ilha do Cardoso” o qual relata as intervenções para a consolidação do ordenamento de camping na comunidade do Marujá – PEIC (SANTA RITA *et al.*, 2002) recebeu o Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável, em dezembro de 2002, como forma de reconhecimento da importância do trabalho para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e da qualidade ambiental. Houve ainda a mudança do perfil do visitante nessa comunidade (aumento da procura por pesquisadores, empresários, grupos organizados de estudantes e famílias), sendo também um importante indicativo da consolidação desse processo.

Conclusões

A metodologia utilizada com a participação efetiva dos atores envolvidos no diagnóstico, planejamento e validação da proposta, apresentou-se eficiente do ponto de

vista ambiental pela redução significativa do número de barracas e do ponto de vista social em decorrência da valorização dos ocupantes tradicionais e pela aplicação do conceito da melhor socialização dos recursos oriundos da exploração turística, pois houveram reduções ponderadas de barracas por cada área de camping.

A experiência em andamento na Prainha Branca apresenta boa viabilidade de consolidação do turismo de base comunitária, a exemplo do ocorrido na comunidade do Marujá – PEIC, referência em turismo de base comunitária.

Espera-se redução dos problemas ambientais da comunidade da Prainha Branca, melhoria na qualidade dos serviços prestados, melhor rendimento financeiro e mudança cultural quanto à gestão das áreas de camping, visando à qualidade do receptivo em detrimento da quantidade de barracas.

Efetivada a formalização e implementação desta proposta, propõe-se a revisão da mesma baseada no monitoramento continuado de modo a adequar melhorias ambientais e sociais, atendendo aos princípios de turismo de base comunitária.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** – SNUC: lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 4. ed. Brasília, DF, 2004. 52 p.

CAMPOLIM, M.B., PARADA, I.L.S., YAMAOKA, J.G. Gestão Participativa da Visitação Pública na comunidade do Marujá – Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **IF Sér. Reg.**, São Paulo, n. 33, p. 39-49, 2008.

CAMPOS, L.P. **Preservação ambiental e ecoturismo na comunidade do Marujá, Ilha do Cardoso-SP**. Departamento de Geografia/IGC – Universidade Federal de Minas Gerais. 6p, s/d.

GUARUJÁ. **Decreto Municipal nº 9.948**, de 28 de junho de 2012. Cria a Área de Proteção Ambiental Minucipal da Serra do Guararu e dá outras providências, 2012.

MEDINA, M.M. (Org.). **Análisis de efectividad del manejo de áreas protegidas con participación social**. Contexto y marco conceptual. Cali: Editorial WWF Colombia. 64 p. 2005

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, DF: WWF-Brasil, 164 p. 2004

PETROBRAS. Estudo Socioambiental Ponta da Armação, Guarujá/SP. **Relatório Técnico Executivo – Diagnóstico Socioeconômico**. v. único, 114p, 2012.

SAMPAIO, C.A.C.; ALVES, F.K.; FALK, V.C.V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 10, nº 02, p. 244 – 262, 2008.

SANTA RITA, B.S.; PARADA, I.L.S.; CAMPOLIM, M.B. O turismo de base comunitária no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **Prêmio Sesc/Senac de Turismo Sustentável - estudo de caso. São Paulo**, 15p. 2002. (não publicado).

SÃO PAULO. Ministério Público do Estado. **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta 13/97** – MA, 1999.

SÃO PAULO. Estado. **Resolução SC Nº 048/1992** de 18 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o tombamento da Serra do Guararu, incluindo Prainha Branca – Guarujá. 1992

SÃO PAULO. **Decreto Estadual nº 53.526** de 8 de outubro de 2008. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Centro, e da providências correlatas. 2008.

SÃO PAULO. Estado. Secretaria do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso**. São Paulo. 196 p. 2001 (relatório não publicado).

SIMÕES, L.L.; KAMYIAMA, H. Avaliação dos impactos do turismo na Prainha Branca, Guarujá/SP. **Relatório Técnico**. 15p, 2003.

TURATTI, M. C. M. Estudo Socioambiental Ponta da Armação, Guarujá/SP - **Lauda Antropológico**. 399p, 2012.

Marcos Buhrer Campolim: Fundação Florestal, São Paulo, SP, Brasil.

Email: marcoscampolim@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6754842144588794>

Ana Paula Garcia: Fundação Florestal, São Paulo, SP, Brasil.

Email: anagarcia.bio@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1292686282354718>

Tathiany Regina Lima Mottola: Fundação Florestal, São Paulo, SP, Brasil.

Email: tathiany1@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0507970704818097>

Data de submissão: 31 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 16 de julho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Políticas públicas, atividade turística e estratégias de desenvolvimento: uma abordagem sobre o turismo em Altamira (PA)

Public policy and tourist activity development strategies: a focus on tourism In Altamira (PA, Brazil)

José Carlos da Silva Cordovil, Bruna Suelen Pereira Cebuliski, Wagner Lima Costa, Patrícia Barbosa Nunes

RESUMO

O turismo se apresenta no contexto atual como uma das mais pujantes atividades econômicas, e por consequência uma relevante estratégia de desenvolvimento. Como prática social provoca repercussões espaciais pelas relações que são engendradas. Nestes termos, o presente artigo aborda a crescente importância do turismo como estratégia de gestão para o desenvolvimento a partir das ações deliberadas no âmbito do poder público para o incremento da atividade. O trabalho tem como foco de análise as ações de incentivo ao turismo em Altamira no Estado do Pará, procurando evidenciar especialmente as políticas planejadas, por meio de um conjunto de documentos oficiais, que visam ao fomento da atividade. Como procedimento metodológico foi realizado, o levantamento e análise documental, além da pesquisa e análise bibliográfica da produção que trata das políticas de turismo para a Amazônia, Estado do Pará e, por conseguinte à Altamira. Feita a organização e sistematização dos dados coletados evidencia-se as políticas de desenvolvimento do turismo em Altamira e sua relação especial com o discurso do desenvolvimento sustentável de onde emerge as políticas de incentivo ao ecoturismo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Turismo; Desenvolvimento; Ecoturismo; Amazônia; Altamira.

ABSTRACT

The tour is presented in the current context as one of the most vigorous economic activity, and therefore a significant development strategy. As a practicing social causes spatial repercussions for relations that are engendered. Accordingly, this article addresses the growing importance of tourism as a management strategy for the development from the deliberate actions on the part of the government to increase the activity. The work focuses on the analysis of actions to encourage tourism in Altamira in Para State, looking especially to highlight the policies planned, through a set of official documents, aimed at promoting activity. Methodological procedure was carried out, the survey and document analysis, as well as research and analysis of the literature that deals with the production of tourism policies for the Amazon state of Para, and therefore the Altamira. Made the organization and systematization of data collected shows up policies for tourism development in Altamira and its special relationship with the discourse of sustainable development emerges where policies to encourage ecotourism.

KEYWORDS: Tourism Policies; Development; Ecotourism; Amazon; Altamira.

Introdução

De um ponto de vista econômico o fenômeno turístico é responsável por um grande fluxo de capital verificado pelo crescimento desse setor no conjunto da economia mundial. Nesse sentido, emergem práticas de gestão como exemplo de estratégias governamentais, onde ações do Estado são exercidas para implementação e desenvolvimento da atividade.

Essas ações se constituem em políticas públicas de turismo entendidas como conjunto de intenções e estratégias e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, com o objetivo de promover o desenvolvimento das atividades turísticas em um dado território (CRUZ, 2000). São essas políticas públicas, que vêm sendo implementadas nas diversas escalas do espaço geográfico, incentivando-se o turismo como estratégia para o desenvolvimento.

Deste modo, tem sido pensadas e implementadas ações de incentivo ao desenvolvimento da atividade em Altamira no estado do Pará. No contexto atual, o turismo também é visualizado com uma importante estratégia de gestão em nos municípios amazônicos. Isso se explica, também, pelo crescimento da atividade na região que apresenta uma das atratividades principais para o setor, a natureza. Nestes termos, buscar-se-á neste trabalho abordar o turismo em Altamira, evidenciando a atividade nesse município da região do Médio Xingu, a partir da análise das políticas de incremento à atividade.

O trabalho está estruturado em dois momentos. No primeiro é situado o turismo como política pública e sua utilização como estratégia de desenvolvimento. Em seguida, evidencia-se o turismo pensado para Altamira, através de documentos oficiais, Plano de Desenvolvimento do Turismo no Pará- PDT-PA, Plano Diretor do Município, Plano de Turismo Municipal, dentre outros, e sua relação especial com o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Portanto, nosso argumento principal é que a partir da utilização do turismo como estratégia de gestão para o desenvolvimento, através das políticas para o setor, o discurso do desenvolvimento sustentável, está presente nas políticas (consubstanciadas em documentos) de desenvolvimento do turismo em Altamira.

Políticas públicas, turismo e desenvolvimento

É a crescente relevância econômica do turismo o motivo principal que leva à necessidade de intervenção através de seu planejamento. Segundo Rodrigues (1997), em vista de seus importantes efeitos econômicos e sociais, o turismo, organizado e planejado, é poderoso instrumento de aceleração ou complementação do processo de desenvolvimento.

De acordo com Hall (2001) são cinco as áreas de envolvimento do Estado em relação ao seu papel na promoção dessa atividade: coordenação, planejamento, legislação, regulamentação, empreendimentos e incentivos. Do mesmo modo, para

Rodrigues (1997) o Estado pode agir como firma e produzir bens e serviços, tais como hotéis, centros de convenções, marinas e terminais turísticos. Torna-se, desse modo, planejador e promotor territorial: a terceira fonte de turistificação dos lugares nos termos de Knafo (2001).

Nesse sentido, a ação indutora do Estado visando ao desenvolvimento, a partir de medidas de fomento ao turismo, tornou-se uma das principais iniciativas do governo nos últimos anos no Brasil, configurando-se todo um sistema de ações e de objetos (SANTOS, 2004) expressos através das políticas públicas e dos equipamentos e infraestrutura. Emergem, assim, as políticas territoriais de turismo.

Conforme Cruz (2000) é através da política setorial e dos programas e planos a ela vinculados que a administração pública dá visibilidade a seu projeto de governo para um dado setor da vida social. Ainda para a autora, a política pública de turismo deveria, teoricamente, estar consubstanciada em um “documento” público, que reunisse o pensamento do(s) poder(es) público(s), em seus vários níveis, com relação à organização do setor turístico em um dado território.

Desse modo, o planejamento da atividade é indispensável para o sucesso no alcance dos objetivos. Entretanto,

[...] como o turismo acontece primeiramente nos lugares, na grande parte das vezes, de forma espontânea, seu planejamento pode ser prejudicado não apenas por uma suposta incapacidade administrativa da gestão pública de pensar o futuro, mas inclusive por uma miopia crônica que lhes impede de enxergar até mesmo o presente (CRUZ, 2000, p.4).

Destaca-se, portanto, a importância do planejamento dessa atividade e das políticas resultantes, pois é necessário que ele esteja inserido nas políticas públicas governamentais. Por meio destas o governo pode tanto definir responsabilidades quanto também dar visibilidade a seu projeto e aos programas e planos a ele atrelados para um dado setor da administração pública (CRUZ, 2001).

O descaso com o planejamento territorial, ignorando-se as especificidades regionais, desconsiderando-se o lugar, não se preocupando com a ordenação e a gestão do território a partir das suas especificidades, expressa a falta de visão de planejamento pela estruturação das formas e ações em nível espacial (RODRIGUES, 2001). Assim, o modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública que se leva a cabo no lugar, sendo que compete à política pública de turismo o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento sócio-espacial da atividade (CRUZ, 2000).

Ressalta-se ainda que as políticas de turismo, estabelecidas pelo poder público, devem contemplar os vários atores sociais envolvidos, ou seja, as diversas coletividades, para que ocorra um desenvolvimento que se coloque para além da

geração de renda e emprego, que gere um processo de justiça social e autonomia dos atores envolvidos no desenvolvimento da atividade, sendo utilizada, assim, como estratégia de gestão do território para o desenvolvimento sócio-espacial nos termos de Souza (1996).

Esse é o grande desafio que se coloca tornar o turismo um propiciador de desenvolvimento; entretanto, isto precisa ser construído considerando que não basta somente um desenvolvimento econômico. É preciso refletir sobre a possibilidade de utilização da atividade turística como estratégia de desenvolvimento em sentido amplo.

Entretanto, o turismo é visto recorrentemente pelo seu destaque econômico. Desse modo, passou a ser utilizado como estratégia para o desenvolvimento econômico na Amazônia, através de programas e planos que incentivam o crescimento do setor em nível estadual e municipal como veremos considerando o caso de Altamira.

O turismo pensado para Altamira nos planos estaduais e municipais

A formação territorial de Altamira inseri-se no processo de ocupação e povoamento do rio Xingu, em função das ações realizadas pelos religiosos no século XVII. O jesuíta Roque Hunderfund, que em meados do século XVII ultrapassou o trecho encachoeirado da Volta Grande no rio Xingu, fundou uma missão próxima ao Igarapé de Panelas. Nesta missão funcionava um aldeamento para a catequese de silvícolas, fato que deu origem a Altamira que primeiramente fez parte do município de Souzel (UMBUZEIRO, 2012).

Sua fundação oficial data de 1911, entretanto, os primeiros núcleos populacionais surgiram ainda no final do século XIX no contexto da exploração da borracha, ocorrendo um período de apogeu em Altamira em função das atividades vinculadas à essa produção, constituindo seu principal quadro econômico, dentro do contexto da economia extrativa que predominou na região amazônica até a década de 1960. Entre as principais atividades econômicas atuais destacam-se a agricultura e a pecuária, além do setor extrativo vegetal, mais precisamente a atividade vinculada à exploração madeireira (ALTAMIRA, 2012).

A partir da década de 1950 são desencadeadas transformações na organização espacial da Amazônia, em função da abertura das estradas e rodovias e a expansão das novas atividades capitalistas, que incorporam principalmente algumas áreas ricas em recurso naturais na lógica da ocupação. Nestes termos, durante os últimos 50 anos, Altamira tem visto um enorme crescimento populacional e ondas migratórias, onde o marco desse processo foi a construção da rodovia Transamazônica na década de 1970.

Atualmente existe uma grande expectativa com relação à instalação da UHE de Belo Monte. Esse grande projeto está cercado de polêmicas em função das repercussões socioambientais que já estão sendo implementadas. Apesar disso, os defensores do projeto vislumbram no empreendimento uma possibilidade de maior

dinamismo para os setores produtivos da região, especialmente para Altamira, já que as políticas de desenvolvimento em âmbito municipal direta ou indiretamente sofrem a influência da instalação do empreendimento.

Nesse contexto, um dos setores que podem ser incrementados, a partir do empreendimento, é o turismo. Isto porque por ser um projeto de infraestrutura de grande porte, este possui elevado potencial de interesse e atratividade para o turismo. Por outro lado, a formação do lago, resultante da construção da hidrelétrica, implicará no desaparecimento de algumas praias, prejudicando assim, não só o turismo, mas principalmente o lazer dos moradores de Altamira (ALTAMIRA, 2008).

A atividade turística vem sendo incentivada por meio de planos em nível estadual e municipal. No Estado do Pará, o turismo tornou-se uma das ações prioritárias de gestão. Hoje, além das atividades de mineração e agropecuária, o governo estadual busca consolidar o desenvolvimento do ecoturismo como mecanismo de expansão da atividade (FIGUEIREDO, 1999). Este segmento surge como uma alternativa possível, como uma modalidade de turismo que congregaria exploração com proteção da natureza, tornando-se apropriada no contexto do desenvolvimento sustentável, que marca a expansão da fronteira tecno-ecológica nos termos de Becker (2006).

Os Estados e Municípios na Amazônia passam a incentivar o turismo de acordo com as diretrizes apontadas por documentos elaborados em âmbito federal a exemplo do Plano de Turismo da Amazônia (PTA) e Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) (COELHO, 1999). Nesse contexto, os governos dão maior ênfase ao turismo, subsidiando-o e incluindo-o definitivamente nas políticas públicas, tornando-o parte integrante da máquina governamental (HALL, 2001).

No Estado do Pará, através de seu órgão representativo de turismo, a PARATUR, foi elaborado em 2001 o Plano de Desenvolvimento Turístico (PDT-PA), documento que congrega as diretrizes gerais para o turismo no Estado. Dentro do referido plano os objetivos propostos têm como intenção promover o turismo aliando a sustentabilidade da região amazônica à competitividade (SERRA, 2007). A partir do diagnóstico realizado sobre o turismo no Estado, foram analisados os pontos fortes e fracos para contribuir ou dificultar o desenvolvimento do turismo, e, principalmente, as oportunidades competitivas por cada polo turístico em que foi dividido o Estado (Figura 1).

A partir do documento elaborado foram estabelecidas as principais estratégias para cada polo e indicados os negócios priorizados por mercado geográfico (prioridade alta, média ou baixa). Para o polo Xingu, onde se insere Altamira, as estratégias e mercados são vistos no Quadro 1.

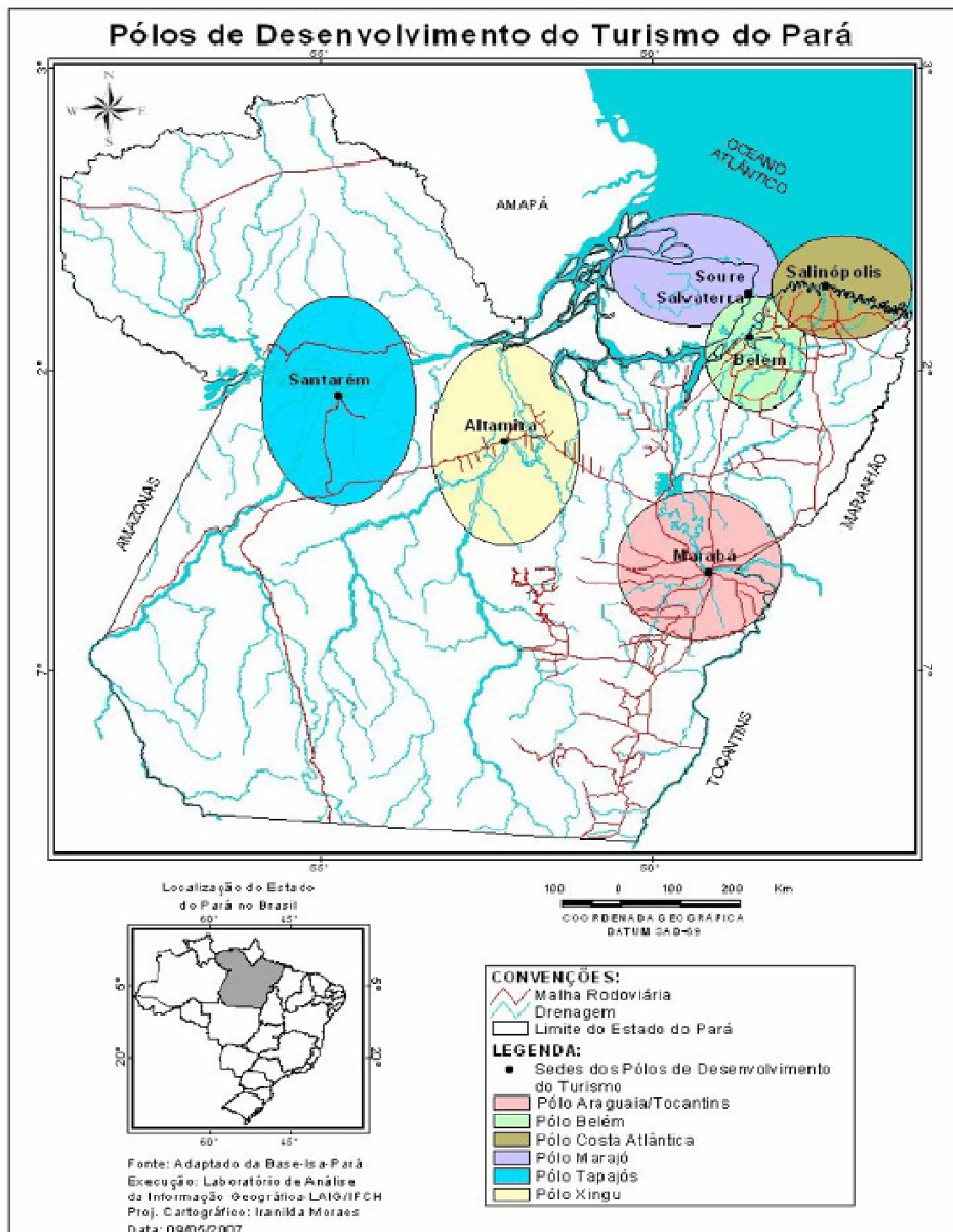


Figura 1: Mapa dos Polos de Desenvolvimento do turismo do Pará. **Fonte:** Serra (2007).
Figure 1: Map of the Centers for Tourism Development of Pará. **Source:** Serra (2007).

Quadro 1: Estratégias de produto/mercado Polo Xingu.**Table 1:** Product strategies/marketing Polo Xingu.

Negócios/Mercados	Mercados geográficos			
	Doméstica	Regional	Nacional	Internacional
Ecoturismo	●	●	●	●
Turismo de aventuras	●	●	●	●
Turismo de interesse especial	-	●	●	●
Pesca esportiva	●	●	●	●



Prioridade alta



Prioridade média



Prioridade baixa

Fonte: Pará (2001). Source: Pará (2001).

Dentre outros destaques, verifica-se a ênfase dada ao ecoturismo como a modalidade viável ao Pólo Xingu e, por conseguinte, à Altamira, fundamentando as ações de desenvolvimento da atividade turística no polo por se constituir num dos segmentos mais viáveis no paradigma do desenvolvimento sustentável tão em voga na Amazônia, estando presente em quase todos os programas e projetos de desenvolvimento do turismo na região (BECKER, 2006).

O turismo de aventura e a pesca esportiva complementam os negócios prioritários que deveriam ser desenvolvidos no polo. Este último é visto como setor de grande potencial, tendo sido explorado com mais intensidade em Altamira através do incentivo a eventos como o Torneio de Pesca do Tucunaré e o Torneio de Pesca do Pacu de Seringa. Além disso, o Governo do Estado do Pará implantou no Polo Xingu um sítio pesqueiro, nele somente a prática da pesca esportiva é permitida, fazendo parte do roteiro “Pesque Xingu” as cidades de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu.

Dentro da esfera pública municipal o turismo passou a ser tratado especialmente a partir da década de 1990. A atividade é mencionada na Lei Orgânica do Município como um setor econômico de desenvolvimento (ALTAMIRA, 1990). Além disso, este é o momento que a atividade ganha destaque no contexto da Amazônia, entrando na pauta de discussão políticas públicas para o setor.

De acordo com Hall (2001), a elaboração de políticas para o turismo passou a ser adotada por órgãos do governo em todos os níveis, colocando o turismo como estratégia importante para a geração de emprego e renda. O maior tratamento dado ao turismo no sentido de promover seu desenvolvimento torna-se, então, uma tônica, tanto nas políticas dos governos estaduais como municipais já que atividade é vista como uma estratégia de desenvolvimento, capaz de gerar benefícios econômicos e

sociais e para ele é dada atenção especial através da criação de secretarias, como acontece em Altamira, onde o turismo está presente na estrutura do governo municipal, como Coordenadoria de Turismo, integrada à Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo.

Inicialmente a Divisão de Turismo estava integrada à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Turismo. A partir de 2001 passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo e, finalmente, a partir de 2010 passou a ser Coordenadoria de Turismo composta por 4 divisões (Divisão de Gestão Turística, Divisão de Financiamento e Promoção de Incentivo no Turismo, Divisão de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico e Divisão de Programas e Desenvolvimento do Turismo) e 2 departamentos (Departamento de Qualificação e Certificação de Produção Associada ao Turismo e Departamento de Infraestrutura Turística).

O principal documento de turismo existente em âmbito municipal, o Plano Municipal de Turismo, resulta de uma ação realizada em 2008 pela PARATUR (órgão oficial de Turismo do Estado) com o intuito de apontar os principais gargalos existentes e as ações possíveis para explorar o potencial turístico local. Além disso, o Plano Diretor do Município também aponta, na descrição atual do município, a grande potencialidade existente, destacando o rio Xingu como principal atrativo.

A partir da análise dos principais documentos referentes ao turismo no município (Quadro 2) verificamos que o potencial turístico de Altamira é visualizado principalmente para o ecoturismo, pois a existência de rios, destacando-se o Rio Xingu, igarapés, praias e quedas d'água, assim como cavernas e florestas, permitiriam a prática dessa modalidade de turismo.

Seguindo uma tendência, em Altamira, esta modalidade também é utilizada como sinônimo de sustentabilidade, sendo respaldada nos discursos das instituições oficiais de turismo do Estado e do Município através de planos para o setor. Assim, o que se verifica é a perspectiva de desenvolver a atividade, contudo, consideramos importante uma discussão da possibilidade de promover um desenvolvimento para além da questão econômica. Isto porque, na maioria dos casos, o turismo é visto como salvação econômica, o que não é diferente em Altamira.

É preciso analisar que a sociedade é formada por atores sociais diferentes. Além disso, existe a questão da autonomia levantada sobre a atividade, pois se pressupõe que uma coletividade tenha autonomia, disciplinando o turismo conforme seus interesses e suas necessidades. Souza (2002) contribuindo para essa discussão ressalta que a população das áreas receptoras não é homogênea, então, essa autonomia, então, seria de que grupo social? Para Becker (1991), ao nível local, tratando-se de espaços conviviais, é prioritária para a gestão a participação da população e do saber local na formulação e na execução das estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas.

Quadro2: Planos oficiais de incentivo ao turismo em Altamira-PA.
Table 2: Official plans to encourage the tourism in Altamira (PA, Brazil).

DOCUMENTO	AUTOR/ ANO	ÂMBITO DE GOVERNO	OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	OBSERVAÇÕES
Plano de Desenvolvimento Turístico do Pará – PDT	PARATUR – 2001	ESTADUAL	Converter o Pará em um destino turístico preferencial para os mercados nacional e internacional mediante um desenvolvimento turístico competitivo e sustentável; incrementar o volume de permanência média e o gasto turístico.	O documento elabora um diagnóstico das condições do turismo no Estado e aponta os principais produtos/mercados para os pólos que foram criados no Pará, como o Xingu, onde está inserido Altamira, verificando como segmentos mais promissores para o pólo o ecoturismo e a pesca esportiva.
Lei Orgânica do Município de Altamira	PMC- (1990)	MUNICIPAL	Promover e incentivar o turismo local como fator de desenvolvimento social e econômico.	O documento faz uma abordagem direta a respeito da atividade turística em Altamira na seção que versa sobre as competências do município, apontando o turismo como um setor econômico de desenvolvimento e para o qual serão criados programas específicos destinados a turismo no âmbito local.
Plano Diretor do Município de Altamira	PMA – (2005)	MUNICIPAL	Incentivar e promover o desenvolvimento do turismo em acordo com as vocações locais e potencialidades existentes; reconhecer e localizar de forma sistemática as áreas apropriadas para o turismo no Município; promover ações para integração efetiva do turismo municipal nos níveis regional, estadual e nacional, notadamente pela inserção do município em programas integrados de desenvolvimento do turismo; fazer gestões para atração de mercado por meio de integração com destinos complementares; promover condições adequadas para atrair investidores e turistas, por meio da melhoria da implantação de infraestrutura de suporte, tais como acessibilidade aos pontos turísticos, saneamento ambiental, limpeza urbana, sinalização turística, implantação de pontos de informações turísticas; promover ações voltadas à inserção da população local na cadeia produtiva do ecoturismo; estimular a implantação de equipamentos turísticos por parte da iniciativa privada, com destaque para o turismo de praia fluvial, náutico e de pesca esportiva; estruturar a administração municipal para a gestão do turismo.	O documento traz referências diretas sobre o turismo em Altamira, apontando, na descrição atual do município, a grande potencialidade existente, destacando o rio Xingu como principal atrativo. Além disso, atribui atenção especial, prevendo a consolidação das atividades produtivas no setor de turismo e ecoturismo.
Plano de Desenvolvimento Turístico de Altamira	PMA-(2008)	MUNICIPAL	Definir estratégias para o desenvolvimento econômico e social a partir do turismo; criar negócios, produtos e promoções turísticas competitivas; adotar estratégias de marketing que sejam contempladas no plano de competitividade.	O documento elabora um diagnóstico das condições do turismo no município e aponta como principais diretrizes para o desenvolvimento turístico competitivo e sustentável: a Organização do Setor Turístico, o Plano de Competitividade, o Plano de Marketing e o Plano de Formação. Além disso, define o ecoturismo, o turismo de aventura e a pesca esportiva segmentos mais promissores para o turismo no município.

Portanto, o grande desafio é a perspectiva de desenvolvimento da atividade de forma sustentável e em bases locais, pensando o turismo como um propiciador de desenvolvimento, um fator de sustentabilidade, mas esta precisa ser construída considerando que não basta somente pensar o desenvolvimento econômico, ou que este não seja somente fundamentado numa abordagem ambientalista. O aproveitamento das potencialidades existentes requer planejamento e a gestão participativa como passos importantes na elaboração e implementação de ações de incentivo ao turismo local.

Considerações finais

Nas últimas décadas o governo brasileiro passou a conceber, incentivar e implementar políticas de desenvolvimento do turismo nas diversas áreas que compõem o território nacional. Na Amazônia a atividade turística apresenta-se como uma verdadeira frente pioneira (RODRIGUES, 2001) pelas estratégias espaciais voltadas para instalação e desenvolvimento da atividade, onde é proposta como modalidade mais viável o ecoturismo, como forma de aliar estratégia de desenvolvimento à conservação da natureza.

Assim, é cada vez mais forte a tendência dos governos estaduais e municipais, na região, buscarem como estratégia de desenvolvimento a prática de políticas de fomento à atividade turística, principalmente, incentivando a modalidade do ecoturismo, inspirado no discurso do desenvolvimento sustentável.

Esse é o caso de Altamira, onde se verifica o grande interesse de inserir o município nas rotas do turismo sem uma reflexão sobre a pertinência das ações e sobre a perspectiva de desenvolvimento da atividade como possibilidade de promover um desenvolvimento para além da questão ambiental e econômica. Nestes termos, o ecoturismo é utilizado como sinônimo de sustentabilidade, e é incorporado nas políticas de gestão pública como um impulsionador do desenvolvimento econômico local, sendo respaldado nos discursos das instituições oficiais.

Desta forma, observa-se que Altamira pode ser considerada um destino turístico porque possui atratividades e potenciais, além de equipamentos e infraestruturas, elementos relevantes para o desenvolvimento da atividade turística. Contudo, é importante que as ações de incentivo ao turismo sejam resultado de discussões e de participação social verificando-se as propostas dos vários setores que veem no turismo uma alternativa para o desenvolvimento.

Referências bibliográficas

ALTAMIRA. **Lei Orgânica Municipal**. Altamira, 1990.

ALTAMIRA. **Plano diretor do Município de Altamira**. Altamira, 2005.

ALTAMIRA. **Inventário da Oferta Turística do Município de Altamira**. Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo – Altamira-PA; SEMAT, 2012.

BECKER, B. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, jul./set. 1991.

BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CRUZ, R.A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo).

CRUZ, R.A. **Introdução à geografia e turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

FIGUEIREDO, S. L. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: alternativa para o desenvolvimento da Amazônia? In: FIGUEIREDO, S. **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA/UFGPA, 1999.

HALL, M. **Planejamento turístico: políticas, processos relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

KNAFOU, R. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A.B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 62 – 74.

PARÁ. Governo do Estado. **Plano de desenvolvimento do turismo do Estado do Pará (PDT-PA)**. Belém: Companhia Paraense de Turismo- PARATUR; THR- assessoria em turismo hotelaria e recreação, 2001.

RODRIGUES, A.B. **Turismo e espaço: rumo a conhecimento interdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, A.B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

SANTOS, M. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: 4. ed. EDUSP, 2004.

SERRA, H. A concepção de turismo e de sua espacialidade no plano de desenvolvimento de turismo do Pará-PDT, 2007. **Dissertação** (Mestrado em Geografia)- Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará.

SOUZA, M.L. A teorização sobre o desenvolvimento em época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma teoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul/dez, 1996.

SOUZA, M.L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A.B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

UMBUZEIRO, A.U.B. **Altamira e sua história**. 4 ed. Belém: Ponto Press, 2012.

José Carlos da Silva Cordovil: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Email: jccordovil@ig.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6305366608922811>

Bruna Suelen Pereira Cebuliski: Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, PA, Brasil.

Email: bruna.tur@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0732205482320529>

Wagner Lima Costa: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Email: wa.wesley.geo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9945148825914557>

Patrícia Barbosa Nunes: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Email: patricia_bn@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6034018840202286>

Data de submissão: 31 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 16 de julho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Turismo e desenvolvimento: reflexões acerca de uma complexa relação¹

Tourism and development: reflections about a complex relationship

Guilherme Augusto Pereira Malta, Maria Flávia Pires Barbosa

RESUMO

Pode-se dizer que o turismo, do ponto de vista do desenvolvimento, é frequentemente apontado como um meio capaz de induzi-lo em uma dada realidade e/ou como parte de uma estratégia para se alcançá-lo. A relação entre esses termos, amplamente abordada nos estudos que trabalham a noção de turismo local e comunitário, é tema principal deste trabalho. Como esforço inicial de compreensão, foram identificadas o que aqui se denominou de abordagens de desenvolvimento, a partir, sobretudo, da literatura dedicada ao estudo do turismo. Destacou-se que essas abordagens, ou seja, as distintas formas de se enxergar o turismo dentro dos processos de desenvolvimento, encontram-se em disputa no campo dos estudos turísticos e no âmbito de sua promoção, por representarem, a princípio, diferentes possibilidades de leitura e compreensão do desenvolvimento e de sua relação com a atividade turística. Por meio dessa análise, tornou-se possível avançar na crítica aos enfoques identificados, assim como refletir sobre até que ponto a identificação de diferentes abordagens de desenvolvimento representa, na prática, novos caminhos para a promoção do turismo. De maneira complementar a essa discussão foi trabalhada, também, a relação existente entre as abordagens de desenvolvimento aqui identificadas e as principais perspectivas de planejamento turístico. Espera-se, dessa maneira, contribuir para o debate em torno do turismo local-comunitário e das questões que o tema busca suscitar.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Planejamento; Turismo Local-Comunitário.

ABSTRACT

Tourism is frequently seen as a means capable of inducing development within a certain context and / or as part of a strategy to achieve it. The relationship between development and tourism, widely discussed in papers dealing with the notion of local tourism and community, is the main theme of this work. As an initial effort of understanding, we have identified what's been called development approaches, that is, the main ways of viewing tourism within development processes. It was emphasized that such approaches are in dispute both in tourism studies and in their implementation, as they represent different possibilities to understand development and its relationship with tourism activity. Through this analysis, it was possible to go deeper into the evaluation of the identified approaches, as well as to reflect on how far the identification of different development approaches represents, in practice, new ways of promoting tourism. Furthermore, the relationship between development approaches and the identification of the main perspectives of touristic planning will also be discussed. We expect, in this way, to contribute for the discussion on local community-based tourism and for the issues raised by this topic.

KEYWORDS: Development; Tourism Planning; Local Community-Based Tourism.

Introdução

A referência à relação estabelecida entre o turismo e o desenvolvimento é comum em grande parte das obras que têm a atividade turística como objeto de estudo. Desde os grandes manuais de introdução ao turismo aos artigos que se propõem a analisar sua exploração em uma dada área geográfica, há uma concordância geral de que a promoção da atividade turística contribui, em algum grau, para a instauração de um processo de desenvolvimento. Ao se tratar a atividade turística sob uma perspectiva econômica, reconhecida pela expressiva capacidade de geração de emprego e renda, tornou-se quase natural associar o turismo ao desenvolvimento, seja como uma estratégia, seja como um instrumento capaz de induzi-lo em uma dada realidade. Entretanto, na literatura, raramente se percebem o questionamento e a análise crítica direcionada à real compreensão da relação estabelecida entre esses termos.

O objetivo principal deste trabalho consiste, então, em compreender pontos fundamentais oriundos do elo estabelecido entre o turismo e o processo de desenvolvimento². Assim, questiona-se a forma como as obras e estudos da área trabalham e compreendem o turismo dentro da dinâmica de desenvolvimento, buscando verificar qual o lugar ocupado pela atividade turística neste processo. Desta maneira, indaga-se quais são as abordagens e os enfoques de desenvolvimento discutidos pelos autores, visando, paralelamente, discutir de forma crítica a relação estabelecida entre tais abordagens e as principais perspectivas de planejamento turístico existentes.

Nesse sentido, é igualmente importante perceber o amplo campo que o termo desenvolvimento abrange enquanto conceito de grande influência sobre o pensamento e o comportamento humanos. Ao mesmo tempo, a enorme variedade de conotações absorvidas pela palavra desenvolvimento, sobretudo ao longo do século XIX, acabou por desgastar uma suposta precisão de seu significado, alcançando, dessa maneira, o status de simples expressão, cuja tradução depende, na maioria das vezes, do contexto em que é utilizada (ESTEVA, 2000). A mesma crítica, inclusive, pode ser estendida ao uso desse termo quando associado ao turismo, uma vez que se constatou ser recorrente seu emprego indiscriminado e pouco reflexivo pela literatura da área.

Convém destacar que o turismo, além de atividade econômica, também se caracteriza como prática social, cultural e espacial. Como tal, é capaz de dinamizar e/ou articular diversas atividades e ramos da economia, sem, contudo, deixar de refletir também as determinações da sociedade na qual está inserida: contraditória, conflituosa, controversa, desigual, reflexo de lógicas do momento histórico presente, da globalização e/ou da nova fase do capitalismo, dita ecológica ou sustentável (O'CONNOR, 1988). Dessa forma, o modelo de desenvolvimento ainda baseado na produção em massa e no consumo exacerbado associado à lógica de crescimento ilimitado, inerentes à estrutura e à dinâmica do capitalismo, se estende também à lógica predominante no turismo, independentemente, muitas vezes, de qual seja sua denominação ou tipologia.

Diante das conhecidas características negativas da economia capitalista – que também se encontram reproduzidas na dinâmica econômica e social do turismo – evidencia-se a necessidade do questionamento constante da noção de desenvolvimento, tão intrínseca ao projeto capitalista e tradicionalmente centrada na aceleração do crescimento econômico. Essa concepção, segundo Santos (2005), acaba por implicar *“na marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente”* (SANTOS, 2005, p.45). Cabe questionar, assim, quais são as formas de se conceber e retratar o desenvolvimento, a partir do ponto de vista de alguns autores da área e que se fazem presentes nesta análise.

Em virtude das indagações aqui propostas, espera-se, com o presente trabalho, provocar novos questionamentos e reflexões acerca do turismo e de seu estreito elo com o desenvolvimento, bem como acerca de sua relação com algumas perspectivas de planejamento, buscando esclarecer, portanto, o que a relação entre turismo e desenvolvimento pretende comunicar, dissimular e convencer.

A identificação de abordagens ou enfoques do desenvolvimento implícitas no turismo, bem como as críticas direcionadas ao uso do conceito de desenvolvimento pelas obras da área surgem como uma tentativa de propiciar uma leitura mais clara e, ao mesmo tempo, mais crítica em torno deste tema. A contribuição para a consolidação de uma base mais sólida acerca do conhecimento turístico e sua interface com o desenvolvimento surge, então, como uma das principais razões que motivaram a construção deste artigo.

Sendo assim, esse artigo se inicia com a construção de uma base crítica acerca dos fundamentos do turismo, que visou possibilitar a compreensão dos seus principais traços e características. Nesse sentido, optou-se por obras de caráter mais abrangente acerca de sua dinâmica de promoção, a fim de situar o objeto de análise e, assim, trabalhar os pontos considerados fundamentais pela literatura da área. Cabe ressaltar que, dentro dos estudos de turismo, abordaram-se pontos que, direta ou indiretamente, contribuíssem para o entendimento do tema deste trabalho.

Assim, buscou-se apontar aspectos essenciais que contribuíssem para o segundo momento, no qual se buscou identificar e analisar, de forma específica, as abordagens do desenvolvimento apresentadas pelas obras de turismo que foram aqui utilizadas. Anteriormente a discussão das abordagens tornou-se necessário, contudo, resgatar algumas visões sobre o desenvolvimento, a partir, sobretudo, da trajetória da construção social do significado histórico-político do termo. Com isso, objetivou-se trazer novos elementos para a discussão, no intuito de ampliar as perspectivas de compreensão em torno do conceito de desenvolvimento.

Paralelamente, foram discutidas, também, a relação estabelecida entre tais abordagens e as principais perspectivas de planejamento turístico existentes.

Considerações sobre o Turismo

O debate acerca do que vem a ser o turismo, apesar de recorrente já há algumas décadas no meio acadêmico, ainda guarda inúmeras divergências no que se refere aos conceitos construídos para definir esta atividade. Segundo Ignarra (1999), o turismo, desde 1910, é objeto de discussão e elaboração conceitual.

O turismo, em virtude de sua complexidade e abrangência, que o faz transitar por diversas áreas do conhecimento, possui inúmeros enfoques de análise³. Destaca-se, neste contexto, como lembra Magalhães (2008), que *“nenhuma outra área do conhecimento vem ganhando tanto destaque quanto o turismo, seja pela sua dimensão econômica, seja pela problemática social que ele enseja”* (MAGALHÃES, 2008, p.96).

Para o presente trabalho, optou-se por adotar abordagens que, de forma direta, contribuem para a compreensão da relação estabelecida entre turismo e o desenvolvimento, ou melhor, as diferentes maneiras de apropriar da ideia⁴ de desenvolvimento. Por outro lado, há de se reconhecer, de acordo com Souza (1997) que *“a literatura científica sobre o desenvolvimento não tem dedicado ao turismo uma atenção à altura da importância que ele, cada vez mais, possui”* (SOUZA, 1997, p.17).

Ressalta-se que, a partir de uma revisão crítica sobre o turismo, serão apresentadas nesse artigo as diferentes formas de compreensão que existem em torno deste tema. Este exercício inicial possui por intenção conceituar o turismo e buscar entender suas principais características e abordagens a partir da seleção de artigos e obras que tratam deste tema.

Inicialmente, uma das maiores dificuldades em definir o turismo de forma significativa e que seja amplamente aceita está diretamente relacionada aos seus aspectos multidimensionais e suas interações com outras atividades (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002). Conforme afirmam Margarita Barreto e Rafael Santos (2005, p.358), um dos principais problemas que envolvem os chamados Estudos Turísticos reside no fato do “turismo constituir-se, simultaneamente, em objeto de estudo científico e em área de ação do marketing e de outros fazeres que privilegiam sua dimensão de negócio”. O caráter híbrido do turismo reflete, por sua vez, a completa ausência de consenso quanto à sua conceituação. Por mais que haja definições pré-estabelecidas e amplamente divulgadas sobre o turismo, como a definição defendida pela Organização Mundial de Turismo (OMT), a literatura da área deixa claro a inexistência de um conceito unívoco que represente esta atividade. A própria OMT, apesar da tentativa de padronização do conceito de turismo, deixa claro que o mesmo é marcado pela ausência de definições conceituais claras que delimitem a atividade e a distinga de outros setores econômicos (OMT, 2001).

Além da diversidade de definições que existem acerca do turismo, destaca-se a multiplicidade de áreas que se interpenetram em seu estudo⁵. Em virtude disso, são atribuídos ao turismo, simultaneamente, os caracteres de objeto de estudo científico e atividade econômica, fato que se constitui, portanto, em uma das principais peculiaridades deste campo. Autores como Magalhães (2008), por exemplo, interpretam essa

dualidade como algo perigoso, já que abre espaço para a redução do turismo a uma perspectiva puramente comercial, impedindo-o de atuar como meio de entendimento do real ou como ciência.

É preciso ressaltar, de acordo com Goeldner *et al.* (2002), que “*cada uma das muitas definições que surgem destina-se a uma situação específica ou a resolver um problema imediato*” (Goeldner *et al.*, 2002, p.24). Lickorish e Jenkins (2000) reiteram esta máxima e afirmam que a maioria dos escritores acadêmicos que abordam o turismo tende a adaptar suas definições para melhor atender seus objetivos. Dessa maneira, a falta de definições uniformes advindas deste contexto dificulta o estudo do turismo como disciplina (GOELDNER *et al.*, 2002).

Entretanto, ao se fazer referência ao turismo como uma disciplina, ou seja, que possui caráter de ciência, remete-se ao debate que questiona exatamente o caráter científico associado a esta atividade. Lohmann e Netto (2008) apresentam três principais correntes que se encontram em disputa no campo dos estudos turísticos ou, como denominam os autores, no campo da epistemologia. É importante lembrar que as proposições contidas em cada uma dessas linhas podem ser associadas à grande parte da bibliografia do turismo e não devem ser entendidas enquanto posicionamentos estanques. Ao mesmo tempo, a divisão da discussão sobre o caráter científico do turismo em três correntes principais não busca encerrar este debate, mas tem por finalidade apresentar e organizar a visão geral dos autores que escrevem a respeito deste tema.

A primeira corrente, mais próxima do que se pode considerar como consensual sobre o turismo, acredita que apesar de não ser uma ciência, ele está trilhando o caminho para tornar-se uma, pois passa atualmente pelas mesmas fases de outras ciências que surgiram no início do século XX, tais como a Antropologia e a Etnografia. Autores como Ignarra (1999) defendem que, apesar do turismo ainda não poder ser considerado uma ciência, já que seu estudo de forma científica se iniciou há poucas décadas e, pela sua magnitude, como fenômeno, ainda carecer de aprofundamento técnico-científico, isso não exclui a possibilidade do turismo, em longo prazo, vir a se tornar uma ciência.

A segunda envolve uma significativa parte da literatura do turismo, sobretudo de autores oriundos de outras áreas do conhecimento, e afirma que o turismo não é e nunca será uma ciência, pois se constitui somente como uma atividade humana, sendo apenas auxiliado pelas ciências em seus estudos. Visões mais críticas e incisivas sobre o turismo, baseadas no significado formal de ciência, reiteram a incompatibilidade entre a atividade turística e a ciência. Segundo Barreto e Santos (2005),

se partirmos da ideia de que a ciência é uma forma de explicar, compreender ou interpretar a realidade e de que o turismo é uma atividade ou uma prática que implica movimento de pessoas em situações definidas com utilização de determinados equipamentos e serviços, está claro que turismo não é ciência, nem fazer turismo ou trabalhar na área de turismo é fazer ciência (BARRETO; SANTOS, 2005, p.360).

Por último, uma terceira corrente defende que o turismo é uma ciência por possuir um corpo teórico maduro e relativamente grande, mas segundo Lohmann e Netto (2008), esta visão ainda não foi comprovada, por meio de estudos, pelos pesquisadores que se posicionam favoráveis à mesma⁶.

Deve-se ressaltar que, por mais amplas que possam parecer, estas três correntes não são as únicas formas de se interpretar o turismo e suas abordagens de estudo. Magalhães (2008) traz em sua análise, por exemplo, apenas duas perspectivas/caminhos para se abordar o estudo do turismo: a primeira delas se relaciona ao turismo como uma técnica e como mero instrumento para a profissionalização, sem referências históricas e voltada exclusivamente para atender as necessidades do mercado; e a segunda vê o turismo como uma ciência, compreendido a partir de sua totalidade histórica e com sua dimensão explicativa partindo da economia, da política, da cultura e dos aspectos sociais que cercam uma comunidade (*Ibidem*, p.96).

É necessário apontar, segundo Magalhães (2008) que o turismo apresentado nesta última perspectiva, somente poderá ser entendido enquanto ciência na medida em que os responsáveis pela construção de seu conhecimento priorizem conteúdos mais politizados e históricos. Há que se perceber que o autor, aponta de forma simplificada e determinista, a partir da multidisciplinaridade presente no estudo do turismo, um caminho que o levará a ser considerado uma ciência. Portanto, o sentido atribuído a perspectiva que compreende o turismo como uma ciência adquire, nessa abordagem, um significado específico e particular se comparado ao significado formal de ciência, que se refere, de forma geral, ao conjunto de conhecimentos concernentes a certas categorias de fatos ou fenômenos.

Dessa maneira, permeiam a literatura da área diversas visões e posicionamentos sobre qual seria o conceito mais adequado de turismo, além de questionamentos acerca de sua validade científica. Não se espera, no entanto, trazer todas as definições sobre o turismo nem tão pouco trabalhar com todas as correntes até então apresentadas.

A respeito da análise do turismo e de suas diversas abordagens, Jafari (2005), por sua vez, contribui para o tema por meio da identificação das cinco fases de estudo pelo qual o turismo passou desde a década de 1950⁷. As cinco fases ou, como define o autor, plataformas do pensamento em turismo, atuam como um resumo dos posicionamentos sobre a atividade turística, envolvendo tanto o meio acadêmico como os órgãos públicos responsáveis. Dispostos ao longo dessas cinco plataformas, o autor apresenta os principais posicionamentos que a sociedade e o meio científico e acadêmico tiveram em relação ao turismo e como isso refletiu em seu estudo, nestas últimas seis décadas.

A plataforma de defesa (*advocacy platform*) é a primeira apresentada por Jafari (1994) e se refere a uma visão romantizada da atividade. Neste primeiro momento, que compreende o período pós Segunda Guerra, acreditava-se que a promoção do turismo traria divisas do exterior, criaria empregos, e seria, acima de tudo, bom para a economia⁸. No Brasil, sobretudo na década de 1960, o turismo era compreendido co-

mo um instrumento capaz de reconstruir a economia (SANTOS *et al.*, 2009). Esta plataforma representa um momento inicial, em que foram destacados apenas os pontos positivos do turismo. Os benefícios do turismo foram então amplamente divulgados em artigos de jornais, livros e documentos da Organização Mundial do Turismo (OMT), entre outras associações (LOHMANN; NETTO, 2008).

Na sequência e em oposição à primeira plataforma, a plataforma de advertência (*cautionary platform*) destaca os pontos negativos e malignos do turismo. O turismo era identificado, especialmente no período que compreendia o início da década de 1980, como destruidor da cultura local e dos recursos naturais, apontado como uma atividade essencialmente voltada para os turistas, ignorando as necessidades da comunidade local e, conseqüentemente, gerando conflitos. Os estudos mais críticos relacionados ao turismo baseiam-se, predominantemente, em suas características negativas e o apontam como responsável por alavancar um processo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente segregador (CANDIOTTO, 2007).

A terceira, denominada plataforma da adaptação (*adaptancy platform*), se refere ao momento em que, segundo Lohmann e Netto (2008, p. 45), uma vez contadas as boas e as más histórias sobre o turismo, seria necessário decidir quais as formas menos impactantes da atividade. Ganha força, a partir deste contexto, opções como turismo de aventura, agroturismo, turismo cultural, ecoturismo e turismo junto à natureza, entre outras⁹. Em uma clara referência a esta plataforma, Gomes *et al.* (2006) salientam que, a partir dos anos de 1970, “os estudiosos passaram a estudar uma forma de viabilizar um turismo que provocasse menos impacto” (GOMES *et al.*, 2006, p.41). Lembrando que somente na década de 1990 estas ideias chegaram ao ambiente empresarial.

A quarta plataforma (*knowledge-based platform*) baseia-se no conhecimento concentrado ao redor do turismo. Segundo Jafari (1994), esta plataforma representa o momento em que foi criado um corpo de conhecimentos turísticos, o que possibilitou que muitas universidades voltassem sua atenção para esta temática. Por outro lado, como referido inicialmente, não há unanimidade quanto à natureza do conhecimento produzido pelos estudiosos de turismo. Autores como Barreto e Santos (2005), denominam o conhecimento turístico como um tipo de *conhecimento mercadológico*, que se volta para a organização da produção, circulação e consumo de bens e serviços, obedecendo, portanto, aos imperativos do mercado. Tal *conhecimento mercadológico*, como escrevem estes autores, estaria, atualmente, assim como os saberes populares, reivindicando algum tipo de hegemonia ao lado dos domínios da ciência ortodoxa. A presença e recorrência do *conhecimento mercadológico* no campo dos estudos turísticos é tão marcante que chega a ser frequentemente confundido com o conhecimento científico. (BARRETO; SANTOS, 2005).

A última plataforma, acrescentada recentemente pelo autor, se denomina plataforma pública (*public platform*). Segundo Lohmann e Netto (2008), no momento atual, a discussão acerca do turismo alcançou o público não especializado, em virtude dos

episódios da pneumonia asiática (Sars) e dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e de 11 de março de 2004, ocorrido em Madrid, na Espanha. A evolução das plataformas, como observam Santos *et al.* (2009), contribui para a reformulação constante dos conceitos de turismo, e de acordo com a abordagem utilizada – defesa, advertência, adaptação, conhecimento e pública – serão adotadas diferentes definições de turismo. Apesar de relacionadas e balizadas pelo fator tempo e de serem reflexo do crescimento do turismo ao longo do período analisado, as plataformas não devem ser entendidas como estritamente associadas a uma época. É importante levar isto em consideração, já que muitas destas posições ainda são defendidas, propagadas e coexistem nos dias atuais.

Em uma linha de análise semelhante, Goeldner *et al.* (2002) complementam a noção apresentada por Jafari, por meio da sistematização das principais abordagens do estudo do turismo. Os autores deixam claro, novamente, que apesar do turismo ser analisado por meio de uma série de métodos, existe “*pouco ou nenhum consenso sobre como o estudo deste campo deverá ser desenvolvido*” (GOELDNER *et al.* 2002, p.28). A partir da identificação de oito principais abordagens¹⁰, são apresentadas, assim como nas plataformas defendidas por Jafari (1994), inúmeras formas de se compreender o turismo. As abordagens oscilam entre a esfera econômica do turismo, passando por seu caráter de atividade social e até mesmo geográfica. Muitas dessas abordagens, por estarem focadas nos benefícios econômicos do turismo, em especial no chamado desenvolvimento turístico, aproximam-se da plataforma de defesa, como sugerido por Jafari. Por outro lado, abordagens mais críticas e amplas como a geográfica e as interdisciplinares buscam envolver aspectos mais abrangentes sobre o turismo, ultrapassando seu caráter econômico e seus atributos unicamente positivos.

Visto que o turismo possui diversos enfoques e/ou ângulos pelos quais pode ser compreendido, fica clara a dificuldade inicial ao se adentrar no campo dos estudos turísticos. O turismo pode ser caracterizado, assim, enquanto conceito, como matéria bastante controversa segundo os vários autores que tratam desse assunto (IGNARRA, 1999). Diante das características do turismo, então, e mesmo diante de todas as dificuldades metodológicas, é inevitável continuar a questionar sobre qual a sua natureza – seria simplesmente uma atividade econômica ou um campo de estudo que caminha para se tornar uma ciência?

Mediante todas estas características e inquietações, agora espera-se discutir, a seguir, quais são os conceitos, ao menos os mais usuais, utilizados na tentativa de se apreender o turismo. A predominância de abordagens que reduzem o olhar, por contemplarem os aspectos do turismo de forma isolada, apesar de uma constante, não deixa de ser alvo de críticas por parte da literatura da área. Nesse sentido, Magalhães (2008) alerta que:

Muitos ainda insistem em pensar o turismo simplesmente como prática, ou como técnica deixando de percebê-lo como um fenômeno social amplo, complexo e contraditório, que afeta todo o mundo e todas as camadas sociais, mesmo aquelas que não participam de forma direta de sua prática (MAGALHÃES, 2008, p. 96).

Ao voltar o foco para a limitação representada nas análises que contemplam apenas alguns poucos aspectos do turismo, se espera, em contrapartida, chamar a atenção para o fato de que *“o turismo é muito diverso quanto a suas formas de realização, suas motivações, seus impactos, os lugares onde pode acontecer etc.”* (OLIVEIRA, 2006, p.39). Dessa forma, qualquer tentativa de generalização da atividade deve, também, ser evitada e acaba sendo inválida. Ao tratar das diversas formas de conceituar o turismo e suas variadas leituras, busca-se tornar clara a dimensão deste objeto, para que, posteriormente, se possam questionar as abordagens de desenvolvimento implícitas nestas análises. Conforme ressalta Luchiari (1998): *“Há tantas formas de turismo como possibilidades de análise desta atividade”* (LUCHIARI, 1998, p.15).

Desenvolvimento e Turismo: uma relação complexa

Ainda que se concorde que a relação entre os temas abordados seja bastante complexa, é necessário, a priori, reconhecer que o desenvolvimento, enquanto processo histórico, possui traços essenciais e recorrentes na literatura que o aborda e que, portanto, devem ser destacados. A noção de desenvolvimento, bem como de toda a sua dinâmica de funcionamento, seja ela social, ambiental ou econômica, deve ser encarada, pois, como uma realidade historicamente constituída (SINGER, 1982).

Tomando como principal referência a compreensão do desenvolvimento a partir das obras e estudos que tratam do turismo, é possível perceber, logo de início, o forte caráter economicista direcionado à relação estabelecida entre esses temas. Nesse sentido, em diversos momentos, o foco da análise volta-se para a forma a partir da qual a promoção do turismo pode influenciar no estímulo ao crescimento econômico de uma determinada localidade ou região.

Autores como Sen (2000), que trabalham uma visão particular de desenvolvimento, a ser melhor explicitada adiante, apontam tal abordagem, pautada no crescimento econômico, como sendo uma das mais conservadoras de desenvolvimento, já que se baseia, por exemplo, no crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) ou no grau de industrialização. Souza (1997) adverte, por sua vez, que o desenvolvimento *“não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos, e não só os economistas, continuem a reduzir este a aquele”* (SOUZA, 1997, p.18).

Visto que em diversos momentos é mencionada a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico, cabe aqui, de forma objetiva, introduzir algumas considerações acerca deste tema. Vale destacar, inicialmente, a constante superposição no uso destes conceitos em diversas análises que buscaram discutir o desenvolvimento associado ao turismo, mesmo que estes, na prática, possam representar caminhos opostos e que se rivalizam.

Ainda que não haja unanimidade quanto à relação estabelecida entre ambos os termos, se sinônimos ou conceitos com diferentes significados, percebe-se que o desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras que o acompanham desde sua origem: crescimento, evolução, maturação (ESTEVA, 2000). Entendido como um “construto ocidental”, o desenvolvimento abarca e implica em ideias como crescimento, transformação e acumulação, que invariavelmente são utilizadas enquanto princípios-guia de uma série de políticas. A ‘transformação’ é apontada por Ribeiro (2008), inclusive, como “o núcleo duro do desenvolvimento como ideologia e utopia e que, muitas vezes, a transformação é almejada por povos locais de diferentes origens culturais” (RIBEIRO, 2008, p.120). É pertinente relembrar que o conceito de desenvolvimento informa invariavelmente uma ação, assim como um processo de melhora e ocorre em determinado território, mediante a ajuda da ação pública para promovê-lo (REIS, 2005). Deve-se considerar, no entanto, que em virtude da transformação sofrida por este conceito ao longo do tempo, deixou-se de considerar a ação que ele implica para, segundo Reis (2005, p.12), “considerarem uma sucessão impessoal de eventos, orientados sob uma certa direção e dotados de um sistema de autorregulação particular”. Ou seja, na concepção deste último autor, passou-se a compreender o desenvolvimento como um processo passível de estruturação e ordenação. Ainda que não se possa negar a existência de algum tipo de ordem nos processos de desenvolvimento e transformação social, Reis (2005) ressalta a insistência em se descobrir “a lei fundamental”, a “causa primeira”, o “objetivo último”, de uma dinâmica que é, por natureza, “imprevisível e não planejável”.

No que se refere à estreita relação estabelecida entre desenvolvimento e crescimento, no caso específico do turismo, torna-se clara, em boa parte dos estudos e trabalhos nesta área, a constante confusão entre tais termos, que são utilizados indiscriminadamente para se referir aos benefícios que podem vir a ser gerados pela atividade turística. A esse respeito, Souza (1997) complementa que, ainda que dificilmente alguém possa sugerir que crescimento e modernização tecnológica sejam os principais objetivos dos esforços desenvolvimentistas, “a ideologia do desenvolvimento dominante, além de flagrantemente etnocêntrica¹¹, costuma abrigar uma confusão entre meios e fins” (SOUZA, 1997, p.18).

Por outro lado, para além da ideia convencional de desenvolvimento, que ainda o associa estritamente a crescimento econômico, a análise do desenvolvimento vem incorporando outras questões como a influência da sociedade, a história, a cultura, a política, as especificidades locais, atores e instituições em seus diversos âmbitos. Faria (2006) observa que, com a agregação de novos elementos à discussão, o tema tem se tornado cada vez mais complexo e desafiador, implicando, dessa maneira, na indagação de suas recomendações para além de seu valor econômico. Porém, ainda que atualmente o tema do desenvolvimento esteja em um processo de discussão e questionamento, reafirma-se que o fortalecimento da base econômica continua a ser considerado, por parte significativa dos estudos voltados para este fim, como essencial para a melhoria da qualidade de vida das populações. Em sua concepção, sobretudo no pós Segunda Guerra,

motivada por discursos políticos e progressistas, o desenvolvimento igualou-se a crescimento econômico por representar a própria essência do contexto da época.

A redução sofrida pelo desenvolvimento a alguns poucos componentes econômicos, segundo Arbix e Zilbovicius (2001), não só o transformou em coadjuvante dos processos de crescimento da produtividade, como levou o debate acerca do desenvolvimento a esvaziar “*completamente seu conteúdo de busca de um ordenamento civilizado da vida em sociedade*” (Arbix e Zilbovicius, 2001, p.56). É necessário perceber que, de forma mais ampla, conforme salienta Coriolano (2003), há hoje uma concordância mundial na compreensão do desenvolvimento enquanto uma ideia mais exigente que o simples conceito de crescimento econômico.

A forte carga ideológica e imperialista implícita no discurso desenvolvimentista é outro ponto amplamente destacado por diversos trabalhos que se prestam a discutir o tema de forma crítica. Nesse sentido, aponta-se que o modelo de desenvolvimento proposto pelos estadunidenses no início da década de 1950 era algo desejável a todos os demais países, na medida em que se intentava disseminar este modelo como o único possível, totalmente controlável, a-histórico, e que desconsiderava a realidade e especificidade dos diversos espaços em que ocorria. (FARIA, 2006; CORIOLANO, 2003). Os planos e projetos de desenvolvimento formulados à época refletiam tal situação, já que, como aponta Santos (2005), foram

concebidos e implementados a partir de cima (*top-down development*), com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnológicas nacionais e internacionais sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas (SANTOS, 2005, p.45).

Assim, é essencial visualizar a existência das diferentes teorias e propostas que, ao longo das últimas décadas, se prestaram a abordar o tema: desde aquelas centradas na ideia de crescimento da produção e do consumo, até aquelas que propõem novos rumos frente à abordagem tradicional. Isso denota que este tema vem sendo debatido há bastante tempo dentro e fora do âmbito das Ciências Sociais, em que se buscou, sobretudo, discutir suas (im)possibilidades teóricas e principais problemas a ele relacionados.

Assim, diante das principais construções e divergências em torno do desenvolvimento e de sua já relatada ligação com o crescimento econômico, agrega-se à discussão a possibilidade que Cardoso (1993) denominou de um “outro desenvolvimento”¹². Esta alternativa, por se posicionar contra toda uma orientação econômica e política do século XX e por ter como princípio motivador uma nova utopia¹³, naturalmente, excitava não apenas a imaginação dos povos oprimidos e afligidos pelas necessidades materiais, mas também despertava o interesse do pensamento social e econômico das nações industrializadas (CARDOSO, 1993). Dessa forma, as práticas e teorias que desafiam o capitalismo são, frequentemente, qualificadas como alternativas. Nestes mesmos termos, fala-se de economias alternativas, globalizações¹⁴ alternativas,

desenvolvimento alternativo e, em específico, dentro do contexto deste trabalho, na possibilidade da construção de um turismo alternativo.

Santos (2005), por sua vez, contribui para o debate ao questionar a conveniência política e teórica do uso deste adjetivo, uma vez que: “*qualificar algo como alternativo implica, desde logo, ceder terreno àquilo a que se pretende opor, o que, assim, reafirma seu caráter hegemônico*” (SANTOS, 2005, p.26). Nesse sentido, nem sempre designar algo como alternativo implica, de fato, na superação de velhos paradigmas, como não implica, do mesmo modo, na proposição da prática de novos caminhos e de adaptações aos modelos que se tornaram predominantes e os quais se almeja modificar.

Bresser-Pereira (2006) sugere, diante dos inúmeros adjetivos atribuídos ao desenvolvimento, que seu uso desprovido de qualquer adjetivo ou o que o autor denomina de desenvolvimento humano seria, simultaneamente, o gênero que incluiria as formas econômica, social, política e ambiental e sua forma normativa. Contudo, ao invés de uma mudança na linguagem, com o acréscimo ou a supressão de um determinado adjetivo, “*o que se exige no início de uma interrogação que procura teorizar e tornar visível o espectro de alternativas é formular a pergunta óbvia: alternativo em relação a quê?*” (SANTOS, 2005, p.27). Ou seja, ao qualificar o desenvolvimento como alternativo, e, por exemplo, algumas possibilidades de se promover o turismo como formas alternativas dessa atividade, deve-se, primeiramente, questionar quais são os valores e práticas capitalistas que esses modelos criticam e procuram superar. Por mais que tais propostas lidem com aspirações legítimas e necessárias, elas acabam por se localizar na linha fina e paradoxal da aceitação do desenvolvimento como uma categoria universal¹⁵.

É possível pensar, então, o desenvolvimento fora do âmbito do desenvolvimento capitalista? É factível pensar em uma abordagem de desenvolvimento e mesmo de uma proposta de turismo desvinculada do paradigma do mercado?

Mesmo não havendo respostas imediatas para essas perguntas, chegam-se a algumas breves conclusões. Souza (1993) contribui com algumas pistas de como seria essa possibilidade ao afirmar que:

Para romper com a heteronomia embutida, como uma de suas dimensões, no projeto de modernidade, não se pode definir o conteúdo da ideia de desenvolvimento de modo “fechado”, ainda que de forma aparentemente alternativa às visões mais convencionais (SOUZA, 1993, p.09).

Dessa forma, a superação de velhos conceitos (e simultaneamente de teorias e estratégias) de desenvolvimento por outros mais novos deve-se posicionar além de sua história habitual, em que certas visões fechadas foram substituídas por outras igualmente fechadas (SOUZA, 1993). Nestas visões, prevaleceu um explícito comprometimento etnocêntrico em relação ao Ocidente e, conseqüentemente, segundo Souza (1993), o que se observou nas mais diferentes abordagens do desenvolvimento, das teorias de modernização e do crescimento, passando pelos enfoques *redistribution with growth* e da satisfação de necessidades básicas, ao *sustainable development* (em sua usual acepção de um “capitalismo ecológico e domesticado”) e ao neocepalismo

("transformação produtiva com equidade"), foram apenas exemplos mais atuais da renovação do discurso capitalista.

É necessário, assim, conforme salientam os autores que defendem este argumento, chamar a atenção para o fato de grande parte das abordagens direcionadas ao desenvolvimento – que refletem em diversos momentos as abordagens presentes nos trabalhos de turismo – apresentarem uma visão fechada de desenvolvimento, claramente baseada em uma concepção "eurocêntrica" da realidade. As "epistemologias do Sul"¹⁶, nos moldes propostos por Santos (2009), vão de encontro à noção fechada e unívoca de desenvolvimento, representada nas chamadas "epistemologias do Norte". Dessa forma, as epistemologias do Sul visam

[...] recuperar os saberes e práticas dos grupos sociais que, por via do capitalismo e do colonialismo, foram histórica e sociologicamente postos na posição de serem tão só objeto ou matéria-prima dos saberes dominantes, considerados os únicos válidos (SANTOS, 2009, p.11).

As teorias do desenvolvimento, sem considerar as experiências dos países não ocidentalizados, a exemplo das epistemologias do Norte, ao serem maximizadas, a partir da exportação de um modelo fechado de desenvolvimento, evidenciam a negligência com relação aos outros saberes existentes nestes contextos (SANTOS, 2009). Ao contrário das epistemologias do Norte, que, segundo este argumento, embasam a visão tradicional de desenvolvimento, Santos (2009) explica que as epistemologias do Sul procuram incluir o máximo das experiências de conhecimento do mundo. As experiências advindas do Norte, bem como suas teorias e ideologias, só caberiam, assim, nas epistemologias do Sul, depois de reconfiguradas.

Não há, dessa maneira, como negar as contradições entre Norte e Sul, bem como, para efeito ilustrativo, é preciso citar, em especial, os conhecimentos rivais que se encontram envolvidos nesta relação. Ou seja, é necessário perceber que o Norte tende a negar a validade ou mesmo a existência de conhecimentos alternativos ao conhecimento científico – conhecimentos populares, indígenas, camponeses etc. – a fim de transformá-los em matéria-prima para a conformação do conhecimento científico (SANTOS, 2007). Este argumento é correntemente utilizado, inclusive, em abordagens alheias ao modelo tradicional de turismo, como aquelas denominadas comunitárias ou de base local.

A urgência da construção de outro desenvolvimento, tendo em vista as limitações do conceito de desenvolvimento econômico, fez com que conceitos como os de qualidade e condições de vida fossem incorporados pelo termo desenvolvimento.

Ao se trabalhar com a ideia de desenvolvimento, portanto, é fundamental compreender que ela não se refere apenas à esfera da economia. O necessário é entender quais aspectos econômicos devem ser tomados em função do desenvolvimento. É importante, também, pensar em uma abordagem de desenvolvimento centrada no homem, e voltada para, como coloca Santos (2009), a promoção de um diálogo hori-

zontal entre saberes a favor do surgimento de novas epistemologias. Porém, não é algo simples. Pelo contrário, suscita uma revolução de ideias e práticas sociais, que passam a orientar as pessoas e as organizações para produção e consumo partilhados (CORIOLANO, 2003b).

A construção de uma nova percepção de desenvolvimento, fora do âmbito do desenvolvimento capitalista e dos preceitos do mercado, necessita então, segundo a corrente que defende este argumento, de uma urgente descentralização teórica. Ao buscar romper com uma teoria fechada de desenvolvimento, Souza (1993) sugere que é necessário,

ao mesmo tempo, o esforço de formulação de uma teoria “aberta”: ao invés de *definir* de uma vez por todas (explícita ou, como acontece com mais frequência, implicitamente) o que seja desenvolvimento, cabe tão somente (o que porém, não é tão pouco) extrair um *princípio norteador* (SOUZA, 1993, p. 10).

Para além do excesso de adjetivos que pouco acrescentaram à ideia de desenvolvimento e dos paradigmas que ainda o amarram aos preceitos do mercado, acredita-se ser necessário vislumbrar princípios e práticas que contribuam com a desconstrução dessa percepção de desenvolvimento. Visualizar princípios como autonomia¹⁷ e respeito, podem, por sua vez, propiciar uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as particularidades de sua cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, e as estratégias.

Dentro da possibilidade de compreensão do desenvolvimento a partir de outro embasamento que não o calcado nos pressupostos unicamente econômicos, cabe citar a proposta trabalhada por Sen (2000), na qual se compreende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades concretas que as pessoas desfrutam. Assim como anteriormente apontado, o enfoque nas liberdades humanas, como proposto pelo autor, contrasta com as visões mais restritas de desenvolvimento, como aquelas que o associam estritamente ao crescimento do PNB, ao aumento das rendas pessoais, à industrialização, ao avanço tecnológico ou à modernização social etc. Nessa visão de desenvolvimento, tais variáveis assumem outra importância à medida que são consideradas como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelas pessoas.

A perspectiva do desenvolvimento como liberdade, ao contrário de algumas das propostas que buscam criar alternativas ao desenvolvimento tradicional, visa proporcionar uma compreensão mais ampla e inclusiva dos mercados, em contraste àquelas que frequentemente são mencionadas quando se busca unicamente defender ou menosprezar os mecanismos de mercado. Ou seja, o enfoque de desenvolvimento discutido por Sen (2000), em uma visão particular, não despreza nem defende os mecanismos do mercado, mas posiciona-se além, ao acreditar que, por meio deles, torna-se possível alargar as liberdades reais que uma pessoa goza. A liberdade de participar nas trocas econômicas assume, assim, um lugar básico na vida social, segundo o autor referido.

Dessa maneira, tal abordagem, por meio de um enfoque amplo, busca integrar considerações econômicas, sociais e políticas, tendo como premissa básica a importância da liberdade humana em geral e o estímulo à condição de agente do indivíduo enquanto sujeito ativo de mudanças e não somente como receptor passivo de benefícios.

A expansão da liberdade representa, assim, o fim prioritário e, simultaneamente, o meio principal do desenvolvimento, segundo o enfoque construído por Sen (2000). Desenvolver, neste sentido, consistiria na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas poucas escolhas e poucas oportunidades para exercerem suas ações de forma racional (SEN, 2000). Para o autor, a promoção do desenvolvimento deve possibilitar a retirada das principais fontes de privação de liberdade: pobreza, carência de oportunidades econômicas, intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos etc. Nesse sentido, o crescimento econômico não é tratado como um fim em si mesmo, mas deve, por outro lado, possibilitar a promoção da vida que se deseja construir e das liberdades que cada indivíduo usufrui.

É necessário esclarecer que, conforme aponta Sen (2000), as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais, sendo denominados respectivamente de “papel constitutivo” e “papel instrumental”. Dentro dessa proposta, o autor define cinco tipos distintos de liberdade, vistos sob uma perspectiva instrumental, sendo elas: (1) liberdades políticas; (2) facilidades econômicas; (3) oportunidades sociais; (4) garantias de transparência; e (5) segurança protetora. Dessa forma, cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa e contribui, assim, com o aumento da liberdade humana como um todo. Eles podem, ainda, atuar complementando-se mutuamente.

A proposta de se compreender o desenvolvimento como expansão de liberdades dirige, assim, a atenção para os fins que o tornam importante, evitando restringir essa visão a alguns dos meios que, entre outras coisas, desempenham um papel relevante no processo. Nesse sentido, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas, sendo dada a oportunidade no processo de conformação de seu próprio destino e não apenas como beneficiárias passivas das vantagens dos programas de desenvolvimento. Sen (2000), a partir de sua abordagem e em virtude de sua forma de compreender o papel dos atores dentro do processo de desenvolvimento, dando destaque à questão da participação, salienta, assim, que

se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula (que é como vivem muitas sociedades tradicionais há milhares de anos), então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido (SEN, 2000, p.47).

Vistos alguns dos principais traços da abordagem de Sen (2000), o próprio autor questiona se há realmente uma diferença substancial entre a análise do desenvolvimento centrado no “crescimento do produto per capita” (como o PNB per capita) e a que se volta à expansão da liberdade humana. Para defender seu ponto de vista, Sen (2000) baseia-se em duas razões bem distintas, que consistem no que ele denomina “aspecto do processo” e “aspecto da oportunidade”.

O primeiro refere-se à participação nas decisões políticas e na escolha social, sendo a proposta do desenvolvimento como liberdade considerada não apenas meio do desenvolvimento, mas também um fim deste mesmo processo. Já o aspecto da oportunidade diz respeito à possibilidade que têm as pessoas de obter resultados por elas valorizados (e que tenham razões para valorizar as liberdades das quais usufruem), incluindo a liberdade de viver longamente, de ter um emprego que valha a pena, de viver em comunidades pacíficas etc.

Ambos os elementos são, assim, pontos que a proposta do desenvolvimento como liberdade – ao contrário do desenvolvimento centrado no crescimento dos indicadores econômicos – não só leva em consideração, mas os toma enquanto pontos centrais de sua análise.

Possuir mais liberdade significa, então, melhorar o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e, conseqüentemente, influenciar o mundo, por meio do estímulo da condição de agente autônomo enquanto alguém que age e ocasiona mudança. Conforme ressalta Abramovay (1998), acerca da visão defendida por Sen (2000), em linhas gerais, é dada ênfase à ampliação do horizonte da vida das pessoas, sem desprezar a base material do processo de desenvolvimento. Essa análise, apesar de representar uma abordagem particular acerca do processo de desenvolvimento, demonstra sua validade a partir do momento em que revela uma nova possibilidade de se interpretar o tema. O foco do desenvolvimento, a partir da análise de Sen, volta-se, portanto, para as pessoas, para o que se torna possível modificar em suas vidas, em um sentido de melhora, de expansão das liberdades concretas das mesmas. A perspectiva de Sen (2000), em virtude da nova abordagem proposta acerca do desenvolvimento e do processo que ele enseja, é comumente referenciada em trabalhos na área de turismo com o intuito de proporcionar a reflexão sobre novos modelos de promoção da atividade em concordância com estes preceitos.

Neste contexto, é necessário apresentar, segundo Reis (2005), três perspectivas predominantes que permitem entender os processos históricos e de desenvolvimento, que se desdobram, por sua vez, em quatro projetos políticos (liberal-conservador, liberal democrático, social-democrático e projeto político ecológico) “que disputam a hegemonia em torno da proposição de estratégias para a promoção do desenvolvimento” (REIS, 2005, p.15). No entanto, para o presente artigo, optou-se por se ater, de forma mais direta, apenas às dimensões de análise dos processos de desenvolvimento, deixando de lado, por ora, a discussão realizada pelo autor acerca dos quatro projetos políticos resultantes destas perspectivas¹⁸.

Vale destacar que o autor deixa claro que, ao abordar as três formas de interpretação dos processos de desenvolvimento, ele está se referindo a pontos extremos, *“de modo que também é possível perceber diversas interações entre essas maneiras de se entender os processos de desenvolvimento, bem como de se construir estratégias para sua promoção”* (REIS, 2005, p.08).

Esta breve exposição se torna interessante e de grande utilidade para o presente trabalho, na medida em que irá revelar, por exemplo, onde os enfoques de desenvolvimento identificados a partir do turismo se enquadram na análise apresentada por Reis (2005). Ou seja, será possível questionar, a partir da apresentação destas abordagens, como cada um dos enfoques identificados, e que serão discutidos a seguir, relaciona-se às três possibilidades de leitura dos processos de desenvolvimento, a saber, o socialismo, o capitalismo e a perspectiva ecológica. Reis (2005) analisa, então, como elas interpretam e apresentam estratégias voltadas, por exemplo, para tornar a distribuição de riqueza um meio de promover a justiça social.

Para a perspectiva que se aproxima do socialismo, esta questão estaria relacionada à aquisição de mais democracia, ou seja, *“um acesso mais equitativo às instâncias de poder e aos processos decisórios, o que garantiria a manutenção de mecanismos institucionais de redistribuição dos acréscimos ao estoque de riqueza existente, impedindo a sua reconcentração”* (REIS, 2005, p.08).

Na segunda perspectiva, que se aproxima da defesa do capitalismo, distribuir riqueza como um mecanismo capaz de promover a justiça social, relaciona-se a

criar instituições que permitam uma maior eficiência dos mecanismos de mercado, levaria ao aprofundamento da divisão social do trabalho, o que, por sua vez, permitiria a socialização dos ganhos de produtividade oriundos da especialização produtiva, pela participação nas redes, democráticas por princípio, de trocas mercantis. (REIS, 2005, p.08)

Por fim, numa perspectiva ecológica, Reis (2005) afirma que propor a transformação das formas prevalentes de produção e consumo, a fim de torná-las compatíveis com o funcionamento dos diversos ecossistemas terrestres,

implicaria promover-lhes a sustentabilidade, isto é, permitiria-lhes conjuntamente a sua manutenção, reprodução e transformação, o que corresponderia a garantir o equilíbrio entre eles e, portanto, a melhora da qualidade de vida dos grupos humanos e a possibilidade de sua existência no futuro (REIS, 2005, p.08).

Nesse sentido, cabe introduzir, ainda que superficialmente, a noção de “representações do desenvolvimento”, trabalhada pelo autor e que indiretamente contribui e relaciona-se ao conteúdo deste artigo. A partir do que foi exposto acima, Reis (2005) traz duas principais conclusões: primeiramente, as “representações do desen-

volvimento, pelo menos as aqui consideradas, e suas diversas possibilidades de interação, padecem do fato de conter, no seu conjunto, uma linha muito tênue entre o que é e o que deve ser (...)” (REIS, 2005, p.08). Em seguida, pode-se concluir, segundo o autor, que *“processos de desenvolvimento são processos históricos, mas nem todo processo histórico coincide com processos de desenvolvimento, os quais possuem, no seu cerne, algo relativo à idéia de melhora, melhora da condição da existência humana”* (REIS, 2005, p.08).

A dimensão de melhora contida no desenvolvimento é também constantemente ressaltada nas menções feitas ao tema por meio da literatura de turismo. Associar turismo ao desenvolvimento, como antes mencionado, é, normalmente, representá-lo por meio de uma estratégia que se presta a promover o desenvolvimento e, dessa maneira, promover alguma forma de melhora advinda de sua instalação e crescimento.

Ao fim, e ainda relacionado a estas três possibilidades de leitura dos processos de desenvolvimento, Reis (2005. P.09) conclui que *“no primeiro caso, houve melhora apenas para alguns, às custas dos demais; no segundo, houve melhora, mas apenas para aqueles que fizeram por onde; e no terceiro, piorou para todos, para os que estão vivos e para os que estão por nascer”*.

Buscou-se, neste tópico, portanto, resgatar algumas abordagens de autores que buscam discutir os problemas e as diversas possibilidades de se interpretar e compreender o desenvolvimento. Nesse sentido, julgou-se necessário introduzir algumas discussões recorrentes acerca do desenvolvimento e das questões que ele implica, como, por exemplo, a já discutida associação com o crescimento econômico e a possibilidade de construção de uma proposta alternativa ao modelo prevalecente de desenvolvimento. Assim, ressalta-se que alguns dos pontos aqui discutidos, apesar de muitas vezes extrapolarem o ponto de vista apresentado pelas obras de turismo que discutem a relação estabelecida com o desenvolvimento, contribuem e auxiliam no entendimento de traços fundamentais deste processo.

Abordagens de Desenvolvimento no Turismo

Por abordagem, compreendem-se as diferentes formas de se conceber e representar o tema do desenvolvimento, presente em estudos, planos e documentos consultados e que tratam do turismo. Ou seja, quais são as formas de se nomear, qualificar e significar o desenvolvimento pelo turismo e que são identificadas, reconhecidas e amplamente utilizadas pelos estudos desta área. A “abordagem” ou “enfoque” consistiria, então, nas formas pelas quais o turismo, por meio de suas obras e documentos, é capaz de compreender a relação estabelecida com os processos de desenvolvimento.

Dessa maneira, foram identificadas, *a priori*, três abordagens predominantes nos trabalhos de turismo, e que correspondem às referências direcionadas ao desenvolvimento do e pelo turismo, respectivamente, enquanto uma possibilidade de promovê-lo e relativo à qualidade do processo a ser desencadeado pela atividade. As abordagens identificadas foram classificadas como: utilitarista/econômica, sustentável e comunitária/

local. Cabe destacar que, apesar de em certos momentos a abordagem do desenvolvimento estar implícita e diretamente relacionada a determinadas tipologias, essa não é uma associação simples de ser feita e nem se configura como propósito deste trabalho. A seguir são apresentadas as características principais de cada uma destas abordagens.

A abordagem utilitarista/econômica, identificada como umas das principais e mais recorrentes formas de se referir ao desenvolvimento dentre aquelas implícitas nos estudos de turismo, surge com maior frequência em análises que buscam ressaltá-lo em virtude de seu efeito multiplicador enquanto atividade econômica.

Como explicitado anteriormente nesse artigo, vale ressaltar que a dimensão econômica do desenvolvimento sempre foi a mais amplamente estudada e aceita no meio acadêmico, político e empresarial. Assim, mesmo que esse termo tenha passado por redefinições ao longo de sua trajetória, ao incorporar uma série de adjetivos que lhes conferiram uma nova faceta, ainda assim a dimensão econômica continua a ser considerada fundamental para a melhoria das condições de vida dos indivíduos.

Assim, as teorias do desenvolvimento, inicialmente organizadas nos trabalhos da economia clássica, sempre tiveram seus critérios de definição e formas de mensuração do desenvolvimento centrados, sobretudo, na ampliação das diversas formas de renda e riqueza. Nesse sentido, Souza (1999) também enfatiza a abordagem econômica do desenvolvimento e aponta a existência de duas correntes de pensamento. A primeira delas considera o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora possua recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades (SOUZA, 1999, p.20).

Já a segunda corrente exposta por esse autor enxerga crescimento e desenvolvimento como ideias distintas. Essa corrente considera o crescimento uma condição indispensável para o processo de desenvolvimento, mas não uma condição suficiente. O crescimento é visto, então, como uma variação quantitativa, enquanto que o desenvolvimento requer mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas. Essa noção requer mudanças nas estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com simultânea melhoria da produtividade e da renda média dos agentes envolvidos no processo produtivo.

Dessa forma, frequente em trabalhos que partem de uma base econômica e que buscam legitimação em documentos políticos, como exemplo o Plano Nacional de Turismo (PNT)¹⁹, esta abordagem, apesar de sua expressiva predominância, vem sendo recorrentemente questionada quanto aos seus limites, sobretudo do ponto de vista social e ambiental. A própria existência de outros enfoques de desenvolvimento

demonstra, nesse sentido, novas formas de resistência e contestação em relação à predominância desta primeira.

A conformação de um discurso em torno do turismo, que confere ao mesmo o status de “passaporte para o desenvolvimento”, possui relação direta com a abordagem em destaque. Assim, como ressalta Ouriques (2008), *“o turismo desponta nas regiões periféricas como a mais recente promessa de desenvolvimento e, em alguns discursos (inclusive acadêmicos), como a única chance de alcançar o tão almejado desenvolvimento”* (OURIQUES, 2008, p.13). Esta concepção de desenvolvimento, conforme identificado por meio das obras e estudos que tratam do turismo, é, pois, uma das possibilidades de se compreender e analisar a relação estabelecida entre o desenvolvimento e o turismo. Contudo, é perceptível que tal enfoque não dá conta de abarcar outros aspectos presentes na promoção do turismo, como aqueles relacionados às dimensões humana, cultural e social. Essa limitação consiste, por sua vez, em um dos principais pontos de críticas e contestações por parte da literatura, pois, assim como salienta Moesch (2001), *“o turismo é um processo sociocultural, ultrapassando o entendimento enquanto função de um sistema econômico”* (MOESCH, 2001, p.21).

A abordagem sustentável de desenvolvimento, por sua vez, conforme enfatizam vários autores, surge a partir de meados da década de 1980, sendo associada *“a uma mudança de enfoque na definição da problemática ambiental, de visões eminentemente preservacionistas dos anos de 1960 e 1970, à associação entre crescimento econômico e preocupação ambiental”* (COSTA, 2008, p.80). Dessa maneira, ao romper com o conflito que foi gerado entre os desenvolvimentistas e ecologistas, o conceito de desenvolvimento sustentável apropria-se de uma suposta obviedade: *“a de desenvolver e preservar”* (LOBO, 2001, p.15).

Em termos conceituais, de acordo com Esteva (2000), houve, em meados do século XX, uma revolta generalizada contra a “camisa-de-força” das definições econômicas do desenvolvimento, que restringia suas metas a indicadores quantitativos e relativamente irrelevantes. A partir daquele momento, questionava-se até que ponto era possível explicar o desenvolvimento empregando apenas termos econômicos. Dessa maneira, um arsenal crítico começa a minar os pilares de sustentação das tradicionais teorias de desenvolvimento econômico (LOBO, 2001).

Como reflexo deste processo, desde o início da década de 1990 o termo sustentável passa a ser amplamente utilizado no debate sobre o desenvolvimento, atingindo diversos setores e atividades econômicas, dentre elas, o turismo. Por terem se intensificado as pesquisas que analisam os impactos socioespaciais do turismo, verificando que a atividade turística acaba, muitas vezes, alavancando um processo de desenvolvimento altamente impactante, ambiental e socialmente, cresce, também de maneira significativa nos últimos anos, o debate sobre as formas de turismo que buscam se contrapor ao turismo convencional ou de massa.

Em especial, no que se refere aos estudos voltados para o turismo, a dimensão sustentável do desenvolvimento é comumente associada à atividade enquanto um adjetivo que qualifica e agrega valor, sobretudo comercial, à mesma. Ou seja, o turismo sus-

tentável corresponde a um termo específico que denota a aplicação do desenvolvimento sustentável ao contexto particular do turismo. Como acrescenta Candiottto (2009), *“com a emergência da ideia de desenvolvimento sustentável, o termo turismo sustentável vem cada vez mais ganhando espaço no debate acadêmico, bem como no marketing turístico”* (CANDIOTTO, 2009, p.02).

Percebe-se que, assim como no conceito de desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável baseia-se na dimensão econômica e incorpora timidamente as dimensões ambiental, social e cultural, entendendo-as, na visão de Candiottto (2007) *“como oportunidades e recursos para a continuidade da atividade turística”* (CANDIOTTO, 2009, p.02). Nesse contexto, a categoria de sustentável é muito mais um rótulo que de fato uma orientação para a promoção da atividade turística. Na visão defendida por Butler (1998), o turismo adquire o status de “sustentável” para que possa ser vendido, uma vez que traz vantagens econômicas nas relações públicas e no marketing, ou seja, dá lucros.

A terceira das abordagens identificadas – comunitária/local – é apropriada pelos estudos de turismo como uma “nova” orientação, que visa transformar o caráter estritamente predatório e econômico apresentado pela atividade (RODRIGUES, 1997; BENEVIDES, 1997). Em síntese, a proposta baseia-se no conceito de desenvolvimento local como princípio orientador para a construção de um modelo de promoção do turismo, distinto do prevalecente. A abordagem de desenvolvimento identificada como comunitária/local, além de agregar valor ao tipo de turismo que inspira, é apresentada pelos trabalhos que a abordam como um “guia de orientação” para a construção de “outro” modelo de promoção da atividade turística, direcionada para a escala local e focada nos sujeitos sociais que participam deste processo.

Vale esclarecer que se convencionou trabalhar as dimensões comunitária e local conjuntamente, dentro de uma única abordagem, já que, ainda que os trabalhos possam se referir à essas dimensões de forma separada, elas partem, normalmente, de um mesmo conceito de desenvolvimento, e, portanto, possuem objetivos e diretrizes similares. Em um mesmo sentido, Reis (2008) considera que, em termos de territorialidade, *“a designação desenvolvimento local, embora não exclua, pode abranger ou até se confundir com desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural e desenvolvimento comunitário”* (REIS, 2008, p.07). De forma complementar, o mesmo autor acrescenta que o desenvolvimento local pode, ainda, ser pensado em termos de sentidos de melhora, além de poder acontecer de forma integrada, sustentável e endógena. (REIS, 2008).

O turismo, associado à abordagem local de desenvolvimento e identificado como alternativo, passa a ser compreendido como um estilo contraposto às tendências e aos padrões dominantes. Há que se refletir, contudo, se o desenvolvimento local, a partir de sua apropriação pelos estudos turísticos, surge apenas como mera adaptação do modelo econômico convencional ou se de fato se contrapõe à ordem econômica vigente.

Propor o desenvolvimento com base local “*significa contrariar a racionalidade econômica hegemônica vigente e fortalecer o que Milton Santos designa por ‘contrafinalidades’ que são localmente geradas [...]*” (RODRIGUES, 1997, p.58). Ou seja, torna-se necessário, para tanto, revisitar e questionar diversos conceitos prevaletentes no modelo tradicional, como, por exemplo, o conceito de eficiência, que se associa à noção de maximização da produtividade. Complementarmente, o desenvolvimento com base local, para o turismo, na visão de Coriolano (2003), representaria, então, o

processo de mudança de mentalidade, de câmbio social, e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso se orienta para o desenvolvimento de médias, pequenas e micro-empresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana (CORIOLANO, 2003, p. 25).

A proposição de um turismo local ou de base comunitária passaria, então, pela alusão à mesma dinâmica de participação dos sujeitos locais e de apropriação das práticas sociais locais contidas no conceito de desenvolvimento local. Novamente, percebe-se que o turismo, em relação ao contexto atual de promoção do desenvolvimento, se insere enquanto uma estratégia voltada para este fim.

Acredita-se que a análise do turismo, por meio de suas abordagens de desenvolvimento, qualifica seu entendimento para além das tipologias da área, tidas, normalmente, como uma maneira de classificar a atividade, e sendo, algumas vezes, apresentadas sob a forma de via alternativa para a promoção da atividade turística. É importante lembrar que, na verdade, elas podem ser entendidas como reflexos de abordagens do desenvolvimento existentes e que influenciam muitas outras atividades econômicas, assim como ocorre no turismo.

Planejamento Turístico e suas perspectivas

Na mesma intensidade com que tem sido comum referir-se ao turismo a partir de seu propalado poder de desenvolvimento, recorre-se ao planejamento como instrumento imprescindível para o bom funcionamento da atividade turística.

Ao se abordar o turismo e sua relação com o desenvolvimento, quase de imediato é suscitada por grande parte dos estudiosos da área a discussão sobre a necessidade direta do planejamento. Entre as várias definições existentes de planejamento, cita-se a utilizada por Lohmann e Netto (2008), que o conceituam, em uma perspectiva abrangente, como o

[...] processo que visa, a partir de uma situação dada, a orientar o desenvolvimento turístico de um empreendimento, local, região, município, estado ou país, tendo como meta alcançar objetivos propostos anteriormente ou durante a própria elaboração do planejamento (LOHMANN e NETTO, 2008, p.129).

Apesar dos benefícios gerados para uma comunidade, o turismo pode, em virtude de seu expressivo crescimento, provocar efeitos mais nocivos do que benéficos. É sempre importante lembrar que o turismo traz custos e benefícios econômicos e não econômicos para as comunidades afetadas por essa atividade. Goeldner *et al.* (2002) ressaltam que o turismo mal planejado e mal desenvolvido pode trazer sérios problemas. O planejamento da atividade turística, nesse sentido, é reconhecido como um poderoso instrumento de fomento ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade.

Assim, observa-se que, invariavelmente, se justifica o “sucesso” de um determinado destino turístico ao exercício do planejamento naquela localidade. Dessa forma, é perceptível também que, se por outro lado, o turismo gera impactos negativos, concentra seus benefícios em uma pequena parcela da população e pouco acrescenta para a qualidade de vida de uma comunidade, culpa-se, instintivamente, a falta ou o fracasso do planejamento. Como mencionado no curso virtual sobre “Turismo e Meio Ambiente”²⁰, oferecido pelo Ministério do Turismo em convênio com a Fundação Univera: o problema reside na falta de planejamento. Ou seja, o uso do planejamento como ferramenta para organizar e controlar o incremento do turismo é, de uma forma geral, apontado como parte imprescindível e indissociável desta atividade.

Sobre o papel do planejamento para a atividade turística, segundo Solha (2004), no turismo, “*as preocupações em se estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica, ou quando começa a causar transtornos*” (SOLHA, 2004, p.09). Anteriormente a estas duas situações, a autora reitera que a atividade se caracteriza pela espontaneidade, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento, prevalecendo apenas as leis de mercado. Estas conclusões reafirmam e legitimam o uso do planejamento, uma vez que as situações apontadas e que justificam a elaboração de uma política de turismo consistem em aspectos corriqueiros ao processo de promoção da atividade turística. Contudo, percebe-se que, via de regra, a importância econômica é, na maioria dos casos, o principal motivador do uso do planejamento quando associado à atividade.

Para uma melhor compreensão de como o planejamento é abordado no âmbito da atividade turística, cabe citar cinco principais tradições nesta área, segundo Wall (2000) e Getz (1991). A primeira, denominada *boosterism*, consiste em uma promoção do desenvolvimento e, dessa forma, não se configura como uma forma de planejamento. A segunda tradição compreende o turismo como uma atividade econômica, dando enfoque especial em seu processo de promoção e em seu *marketing*. A terceira foca, sobretudo, os aspectos espaciais do turismo e o planejamento dos recursos físicos. A quarta tradição vem sendo amplamente discutida na atualidade e refere-se ao planejamento comunitário, que estipula que cada local tenha o controle dos processos de planejamento e seus objetivos. Para tanto, utilizam-se conceitos como planejamento social, participativo e comunitário e capacidade de carga. A quinta, que propõe uma abordagem integrada e sistemática, prevê que objetivos, políticas e estra-

tégias devem estar fundamentados em uma total compreensão de como o sistema turístico funciona.

Cabe ressaltar que, assim como na apresentação das abordagens de desenvolvimento presentes no estudo do turismo, estas tradições visam apenas permitir uma melhor visualização e organização das diversas perspectivas em torno do planejamento turístico. O que importa observar, neste momento, é qual a relação estabelecida entre as principais perspectivas de planejamento turístico e as abordagens de desenvolvimento anteriormente identificadas. Espera-se, com isto, traçar um paralelo que encontre pontos de convergência entre ambos os enfoques.

Estabelecendo a relação: abordagens de Desenvolvimento x Planejamento

No intuito de contrastar a relação estabelecida entre as principais perspectivas de planejamento turístico e as abordagens de desenvolvimento identificadas por meio da literatura de turismo, sugere-se a leitura de tais informações a partir de um quadro síntese, disposto a seguir (Quadro 1). Nesse quadro estão relacionadas as abordagens de desenvolvimento selecionadas, bem como suas respectivas características fundamentais e os preceitos das principais formas de compreensão do planejamento no âmbito do turismo.

Vale destacar a proximidade estabelecida entre os conteúdos de ambos os elementos, no sentido de evidenciar a estreita relação entre o planejamento e os desdobramentos advindos dos processos de desenvolvimento. Ainda que, de início, seja difícil estabelecer uma correlação entre as noções dispostas no quadro, em virtude da não correspondência numérica entre eles, é possível perceber que as abordagens de desenvolvimento exercem uma clara influência entre as perspectivas de planejamento turístico e vice-versa.

Nesse sentido, é de suma importância introduzir, mesmo sumariamente, as principais fases da política pelas quais, mundialmente, passaram a atividade turística, abrangendo, para tanto, o período de 1950 até o momento atual. O primeiro momento, que compreende o período de 1950 a 1970, caracterizou-se pela expansão do turismo de massa, quando eram comuns as políticas de fomento, cujo objetivo principal era o aumento do fluxo de visitantes. Em seguida, entre os anos de 1970 a 1985, observou-se o início de um período no qual as políticas começavam a identificar o turismo como agente de desenvolvimento. Em virtude desse reconhecimento, verificou-se um aumento do envolvimento governamental e o consequente investimento em infraestrutura nas localidades definidas como turísticas. Do ano de 1985 até o momento presente, entra-se na terceira e atual fase, um novo momento, estimulado por questões que atualmente se encontram em voga na sociedade e no meio científico e acadêmico. Observa-se uma maior preocupação com as temáticas ambientais, ao mesmo tempo em que se percebe um significativo aumento da competitividade, estimulando, por sua vez, um posicionamento responsável e profissional do mercado de turismo, no qual o Estado diminui sua interferência e procura assumir um papel de coordenação e estruturação da atividade. (SOLHA, 2002; OMT, 2001; HALL, 2001).

Quadro 1: Comparativo entre Abordagens do Desenvolvimento presentes na literatura de turismo X Perspectivas de planejamento turístico.

Table 1: Comparison of Approaches for Development of Tourism in the literature X Perspectives tourism planning.

Abordagem	Características principais	Estratégias propostas	Perspectivas de planejamento turístico	Características principais
Econômica/utilitarista	Enfoque excessivo na dimensão de melhora, sobretudo, econômica, que o desenvolvimento pode vir a propiciar.	Estímulo à promoção do turismo focando, sobremaneira, aspectos como concorrência e competição, dando ênfase a sua capacidade de gerar renda e emprego.	Fomento ou impulsionista	A atitude simplista de que o desenvolvimento turístico é sempre bom e proporciona, automaticamente, benefícios para os anfitriões. Os moradores das destinações turísticas não estão envolvidos na tomada de decisões, no planejamento e no processo político do desenvolvimento turístico.
			Econômica/industrial	Turismo como meio de promover crescimento em áreas específicas. O planejamento enfatiza os impactos econômicos do turismo e sua utilização eficiente para criar renda e empregabilidade para determinadas regiões ou comunidade.
Sustentável	Incorporação de outras facetas do desenvolvimento, além da econômica, como ambiental, cultural e social. Valorização dos aspectos naturais e histórico-culturais no território.	Promover atividades, que contemplem o incentivo à promoção do desenvolvimento que se baseia em uma concepção que ultrapassa a dimensão econômica,	Física/espacial	O turismo é tratado como tendo uma base ecológica e, conseqüentemente, seu desenvolvimento deve ter por base certos padrões espaciais, capacidades ou limitações que minimizariam o impacto negativo do turismo no ambiente físico.
			Sustentável	Uma forma integrada de planejamento turístico que procura garantir, a longo prazo, e com o mínimo de deterioração de recursos, de degradação ambiental, de rompimento cultural e de instabilidade social, a segurança dos moradores. Tal abordagem tende a integrar características das tradições econômicas, físico-espaciais e comunitárias.
Comunitária/local	Enfoque direcionado à escala do local, privilegia a participação das populações ao longo do processo de desenvolvimento.	Contemplar ações e projetos que se baseiam no poder de mobilização e engajamento dos agentes sociais e a capacidade dos mesmos em pensar o local de forma integral, a fim de que os recursos produtivos sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas efetivas.	Comunitária	Ênfase no contexto social e político no qual o turismo ocorre. Defende um maior controle local sobre o processo de desenvolvimento.

Fonte: Baseado em Queiroz (2005), Hall (2001), Getz (1991) e Wall (2000). Adaptado pelos autores.

Source: Based on Queiroz (2005), Hall (2001), Getz (1991) and Wall (2000). Adapted by the authors.

No primeiro dos casos, nota-se a relação direta entre a noção de desenvolvimento econômico e a perspectiva de planejamento, que se volta para o incremento econômico do turismo. Acompanhando a mesma lógica que possibilitou o questionamento acerca dos limites ambientais do desenvolvimento econômico, cita-se o surgimento da noção de desenvolvimento sustentável e, com ela, perspectivas de planejamento que trouxeram como influência principal o discurso da sustentabilidade. Por último, cabe mencionar a aproximação entre a noção de desenvolvimento comunitário/local e a noção de planejamento comunitário, tendo como foco principal as relações que serão traçadas no âmbito do local.

Nota-se que a mesma lógica aplicável às abordagens presentes na literatura de turismo é estendida às perspectivas de planejamento turístico. O esforço em construir e demonstrar a relação entre ambos os campos apresenta-se como uma tentativa de evidenciar a ampla influência das diferentes maneiras de se compreender e apreender a ideia de desenvolvimento.

Cabe destacar, contudo, que influenciada por diferentes áreas, contextos sociais e por interesses objetivos e, mesmo em certos momentos, não declaráveis, as abordagens de desenvolvimento acabam por consistir em elementos constantes e presentes na análise do turismo.

Conclusões

A menção à capacidade do turismo de atuar enquanto agente de desenvolvimento é algo largamente apontado nos trabalhos de turismo, fato que direciona para uma espécie de consenso compartilhado também nos meios político e empresarial. O desenvolvimento turístico, assim como é utilizado pelos trabalhos da área, não distingue uma simples, mas importante diferença entre o desenvolvimento do e o desenvolvimento pelo turismo. Ou seja, o desenvolvimento do turismo nem sempre corresponde, de forma positiva, ao desenvolvimento pelo turismo, o qual ele mesmo pode vir a ser capaz de estimular. Apesar de se observarem, em vários contextos, altas taxas de crescimento do turismo, divulgadas como parte de seu desenvolvimento, não se pode dizer o mesmo sobre evidências de benefícios concretos para as populações envolvidas. Conforme ressalta Armendáriz e Serrano (2006), em alguns países em desenvolvimento, *“mais de 2/3 da renda do turismo internacional nunca chega à economia local devido a grande fuga de divisas”* (ARMENDARIZ; SERRANO, 2006, p.47).

Vale destacar, então, a capacidade dual da atividade de proporcionar impactos tanto positivos quanto negativos para a comunidade receptora, uma vez que, para que os impactos sejam positivos, atrela-se a construção de um equilibrado e harmonioso processo de promoção do turismo ao exercício do planejamento turístico, nem sempre ao alcance das comunidades receptoras.

O uso do planejamento como instrumento fundamental e indispensável à construção de um desenvolvimento “harmonioso” gerado pela atividade é outro ponto de concordância, quase consensual, nos estudos da área de turismo. Cabe questionar, no entanto, até que ponto a dinâmica de promoção do turismo deverá necessariamente estar atrelada ao planejamento, paralelamente ao fato de que nem sempre é dada a oportunidade aos envolvidos neste processo, sobretudo aos grupos menos influentes, de tornar efetivo o uso desta ferramenta, que redundaria em mudanças na qualidade de vida destes atores.

Paralelamente, torna-se necessário apontar, na discussão acerca dos limites e possibilidades do turismo comunitário, que o termo alternativo ou a criação de adjetivos que visavam diferenciar o turismo de seu modelo tradicional, nem sempre significam, na prática, a conformação destas premissas. Assim como percebe Quintero (2006), *“nas últimas décadas, a estrutura do turismo mudou para ecoturismo, turismo solidário, de aventura, social, entre outros, mas os problemas de fundo continuam a crescer notavelmente”* (QUINTERO, 2006, p.72). Essa ponderação é fundamental para demonstrar também que, apesar dos inquestionáveis benefícios dessas novas formas de promoção do turismo, ainda pouco se contribui para amenizar os problemas básicos que ele mesmo gera.

Os princípios que são defendidos por estas propostas apresentam-se, assim, como aspectos recorrentes entre os diversos modelos de turismo ditos alternativos, independente da nomenclatura utilizada. Em diversos momentos, percebe-se que as modalidades de turismo intituladas *comunitária*, *de base local* e *ecoturismo* baseiam-se em uma mesma orientação para construir as ações que visam à consolidação de um novo modelo de promoção do turismo. Todas elas aspiram a uma mudança significativa na ordem existente ao sugerirem a construção de uma atividade turística mais humana, igualitária e justa, e que se preocupa, sobretudo, com os grupos mais afetados por ela, pois, no modelo tradicional, são o de menor poder de decisão.

Em uma linha de raciocínio semelhante, cita-se o trabalho realizado por Souza (1997), em que é destacado que o turismo será tendencialmente benéfico ou maléfico para uma dada realidade, dependendo do que se entenda por desenvolvimento e qual a natureza do turismo em questão, ou seja, de que forma ele é promovido, se baseado em uma lógica predatória ou não, e, finalmente, quais grupos da área de destino se encontram envolvidos. Dessa forma, em meio à identificação de diferentes abordagens de desenvolvimento, cabe indagar, com base nas estratégias propostas, até que ponto elas diferem entre si quanto à forma de inserção e contestação da ordem existente, do ponto de vista social e econômico.

O que se deve questionar, então, é a necessidade de se associar estes princípios a uma tipologia ou denominação específica de turismo, e se esses deveriam ser princípios comuns a todo tipo de turismo que se quer diverso ao seu modelo tradicional. A tipificação do turismo foi compreendida como uma prática que encerra em si mesma a possibilidade de representar, na realidade, uma mudança, a partir do momento em que vincula determinados princípios a um tipo especial de turismo e, dessa forma, propicia sua redução a um mero fator comercial e competitivo frente aos demais segmentos.

Quando se reflete sobre a iniciativa da promoção do turismo a partir de princípios norteadores, aproxima-se mais da possibilidade de incidir no viés dominante (econômico) prevalecente da atividade, do que apenas segmentar o turismo em mais um produto a ser absorvido pelo mercado. A construção e a consolidação de um modelo de turismo alternativo em contraposição ao modelo tradicional passam, assim, pela orientação a partir de uma perspectiva de desenvolvimento que possibilita a concretização destes princípios. Porém, o que diferencia tais modelos de turismo de seu correspondente tradicional ou globalizado, conforme se refere Coriolano (2008), são seus princípios e práticas e não somente sua nomenclatura. A partir daí, torna-se notória a ausência do novo no campo dos estudos turísticos, limitando-se tais “alternativas” a meras novidades que se destacam pelo forte caráter efêmero.

Pode-se notar, ainda, que o desenvolvimento na escala do local é apontado como uma via capaz de produzir alguma mudança na ordem estabelecida. Conforme é apresentado pelos autores que defendem e acreditam nesta abordagem de desenvolvimento, torna-se possível construir uma “nova” lógica de promoção do turismo ao propiciar, para a comunidade que se localiza em uma área detentora de potencial tu-

rístico, a oportunidade de estar à frente dos rumos que a atividade toma. Com base nessa lógica dada oportunidade às comunidades envolvidas com o turismo de se inserirem no processo enquanto sujeitos ativos de mudança e não somente como receptores passivos de benefícios, muitos deles precários e que pouco contribuem para uma mudança significativa na vida destas pessoas.

É a escala do local, dentro da perspectiva de promoção do turismo e de sua inserção enquanto estratégia de desenvolvimento, a melhor para a consolidação dos modelos alternativos da atividade? É necessário questionar se a abordagem local de desenvolvimento, apropriada pelos estudos turísticos, consiste apenas em uma mera adaptação frente ao modelo econômico predominante ou se ela realmente é uma oposição libertadora frente à ordem econômica predominante e homogeneizante. É importante lembrar que, para alguns autores, como Candiottto (2007), a promoção do turismo em escala local não necessariamente irá implicar em um maior potencial de sustentabilidade, já que todos os lugares e localidades encontram-se inseridos, com maior ou menor intensidade, na dinâmica global do capitalismo, ditada pelo regime de acumulação flexível. De qualquer forma, está posta a questão.

Outro ponto de destaque foi que as abordagens utilitarista/econômica e sustentável – ao apresentarem, predominantemente, características tais como o forte caráter econômico, a utilização do desgastado chavão sustentável como um fator comercial e competitivo, entre outras – tornam-se quase um único enfoque de compreensão do desenvolvimento a partir do turismo. Destaca-se, também, em especial nas abordagens sustentável e comunitária/local, que, ao se apropriar de uma determinada perspectiva de leitura do desenvolvimento, há uma significativa diferença entre o que é o desenvolvimento e o que ele realmente deveria ser.

Importa destacar, ao final, que a identificação de três abordagens não visa encerrar tal discussão, em virtude da sua complexidade e das inúmeras possibilidades de compreensão existentes. Mais do que limitar as maneiras de se compreender o desenvolvimento quando relacionado ao turismo, busca-se apontar quais são as abordagens ou os enfoques de desenvolvimento que estão implícitos na literatura e nos autores de turismo em tela nesse artigo. Reitera-se, por outro lado, que o esforço aqui realizado de lançar um olhar sobre o turismo, tendo em vista suas abordagens de desenvolvimento, torna possível sua compreensão e apreensão em uma perspectiva que se posiciona para além das tipologias de turismo. Lembrando, para tanto, que usualmente as tipologias são utilizadas enquanto uma maneira de classificar a atividade, assumindo, diversas vezes, a forma de um rótulo “alternativo” para a promoção do turismo.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Seminário sobre Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza, 1998.18p.
- ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. Por uma estratégia de civilização. *In*: ABRAMOVAY, R.; ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M. (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São

Paulo: Unesp/EDUSP; 2001. p. 55-69.

ARMENDARIZ, P.; SERRANO, H. O turismo de base comunitária como uma estratégia para o desenvolvimento: A experiência do Equador. *In*: SILVA, J.S.; NEUHAUS, E. (Org.). **Um Outro Turismo é Possível!** Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fortaleza: FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 2006. p. 47-52.

BARRETTO, M.; SANTOS, R.J. Fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações. **Turismo: Visão e Ação**. Itajaí, v. 7, n. 2, p. 357-364, 2005.

BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. *In*: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo : HUCITEC, 1997. p. 23-41.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV-EESP, 2006 (Texto para Discussão n. 157, FGV-EESP, dezembro 2006).

BUTLER, R. Sustainable Tourism: Looking Backwards in order to Progress? *In*: HALL, M.; LEW, A. (Ed.). **Sustainable Tourism: a Geographycal Analysis**. Essex, UK: Addison Wesley Longman Limited, 1998. p. 25-34.

CANDIOTTO, L.; ZANETTI, P. **Considerações sobre o conceito de turismo sustentável**. Formação. Presidente Prudente, v. 1, p. 48-59, 2009.

CARDOSO, F.H. **As idéias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 244 p.

CORIOLOANO, L.N.M.T. *et al.* **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: EDUECE, 2008. v. 1. 307.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário**. 2003. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2003/ponencias/Luzia_Neide_Coriolano.htm>. Acesso em: 14 abr. 2010.

CORIOLOANO, L.N.M.T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **PASOS**. Sauzal (Tenerife), v. 1, n. 2, p. 161-171. jun. 2003.

COSTA, H.S.M. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. *In*: HISSA, C.E.V. (Org.). **Saberes ambientais**. Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. v. 1, p. 79-107.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In*: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FARIA, L.O. Uma reflexão sobre o fortalecimento das instituições, o Desenvolvimento e a Democracia. **Anais do Encontro Nacional de Pós Graduação em Administração - ENANPAD**, 2006, Salvador. Anais do Encontro Nacional de Pós Graduação em Administração, 2006.

GETZ, D. **Festivals, Special Events and Tourism**. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

GOELDNER, C.R.; RITCHIE, J.R.B.; MCINTOSH, R.W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, B; M. A.; FERREIRA, J.C.B.; SANTOS, A. C. Uma abordagem crítica da atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, p. 40-48, 2006.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**. Políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999. 135p.

JAFARI, J. La cientifizacion del turismo. **Estúdios y perspectivas en turismo**, v. 3, n.1, p.7-35, 1994.

JAFARI, J. Tourism research: revamping old challenges for integrative paradigms. **Anais do VII Congreso Nacional y I Internacional de Investigación Turística**, Guadalajara, México, 5 de outubro de 2005.

LICKORISH, L.J.; JENKINS, C.L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, c2000. 317 p.

LOBO, C. Desenvolvimento e qualidade de vida: limitações na utilização de indicadores do crescimento econômico. **Cadernos do Leste**. Belo Horizonte: IGC/LESTE, v. 1, n. 3, p. 01-31. out. 2001.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo – Conceitos, Modelos e Sistemas**. São Paulo: Editora Aleph, 2008 (Série Turismo). 468p.

LUCHIARI, M.T.D.P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. *In*: LIMA, L.C. (Org.). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: Ed. UECE, 1998. p. 15-29.

MAGALHÃES, L.H. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), v. 8, p. 95-104, 2008.

MOESCH, M.M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2001.

O'CONNOR, J. **Capitalism, Nature, Socialism: Theoretical Introduction**. Capitalism, Nature, Socialism. London, v. 1, n. 1, p. 11-38, 1988.

OLIVEIRA, F.M.; COSTA, G.M.; Espaço, lugar, identidade e urbanização conceitos geográficos na abordagem do Turismo. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006. 125f.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introdução ao Turismo**. Trad. Dolores M. R. Corner. São Paulo: Roca, 2001.

OURIQUES, H.R. Elementos para uma crítica do turismo na economia-mundo capitalista. **Anais do II COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO**, 2008, Florianópolis. Anais..., Florianópolis, 2008.

QUEIROZ, L.M.A. A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador. 2005. 631f. **Tese** (Doutorado em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional). Universidade de Barcelona. Barcelona, 2005.

QUINTERO, M.S. Estratégias de resistência frente aos impactos do turismo em Esmeraldas, Equador. *In*: SILVA, J.S.; NEUHAUS, E. (Org.). Um Outro Turismo é Possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fortaleza: FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 2006. p. 63-65.

REIS, M. C. Apreensão da realidade, projetos políticos em disputa e desenvolvimento: Notas a partir das contribuições de Fernand Braudel, Norbert Elias e Boaventura de Sousa Santos. **Anais** do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005. Belo Horizonte. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 80, p. 109-125, 2008.

RODRIGUES, A. B. **Turismo local**: oportunidades para inserção. *In*: RODRIGUES, A.B. (Org.). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 55-64.

SANTOS, B.S. **Produzir para viver**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B.S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, M.M.C.; MARINHO, M.F.; POSSAMAI, A.M.P. Pesquisa em Turismo: Panorama das Teses de Doutorado produzidas no Brasil de 2005 a 2007. **Revista brasileira de pesquisa em turismo**, v. 3, p. 3-33, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SINGER, P. 1982. **Desenvolvimento e Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra

SOLHA, K.T.; TULIK, O. Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil. 2004.178f. **Tese** (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

SOUZA, M.J.L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? *In*: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 17-22.

SOUZA, M.L.A **teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou**: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **TER-RITÓRIO**. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, v. 1, n. 1, p. 5-19. dez. 1996.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: 1993. 242p.

WALL, G. Planning. *In*: JAFARI, J. **Encyclopedia of Tourism**. Londres: Routledge, 2000. p. 439-440.

Notas:

¹ O presente trabalho deriva-se da temática discutida na dissertação de mestrado intitulada **Turismo e Desenvolvimento: análise de uma complexa relação considerando as abordagens e concepções presentes na literatura do turismo**, defendida em março de 2011 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

² Ao se falar em desenvolvimento são feitas referências, sobretudo, às três principais dimensões que estão circunscritas em seu bojo – melhora, ação e processo – que, no contexto dos debates em torno desse tema, encontram-se inextricavelmente relacionadas.

³ Para se ter uma noção desta amplitude de enfoques, segundo Lohmann e Netto (2008) há cerca de 150 modelos de abordagens do turismo.

⁴ Este trabalho se vale do argumento apresentado por Marcelo Lopes de Souza (1996), no qual afirma ser preferível o uso da palavra ‘ideia’ ao termo ‘conceito’ quando se pretende referir ao tema do desenvolvimento (de forma geral), como aqui abordado. Isso se justifica, segundo Souza (1996), pelo fato de que o uso indiscriminado do termo *conceito*, enquanto palavra que precede e qualifica o desenvolvimento, pode dar a impressão de haver ou ser possível um conceito unívoco de desenvolvimento.

⁵ Na tentativa de identificar e organizar as diversas áreas que se inter-relacionam com o turismo, vários autores buscaram por meio de modelos representar o seu caráter multidisciplinar. Ver em especial os modelos de: Jafar Jafari (1981) e John Tribe (1997).

⁶ O termo “turismologia”, surgido na década de 1960 se refere à ciência centralizada no estudo do turismo. Apesar de pouco utilizada pela literatura especializada da área, esta abordagem visa conhecer e estudar o turismo em sua totalidade.

⁷ Originalmente Jafar Jafari publicou o primeiro estudo a respeito das fases de estudo pelas quais o turismo passou em 1994, sendo atualizado em 2005. Para maiores detalhes ver: JAFARI, J. Tourism research : revamping old challenges for integrative paradigms. **Anais do VII Congresso Nacional y I Internacional de Investigación Turística**, Guadalajara, México, 5 de outubro de 2005.

⁸ O discurso associado a esta plataforma e que se refere, predominantemente, aos aspectos positivos do turismo, ainda hoje se faz presente, sobretudo, associado a projetos políticos que se apropriam do turismo como proposta de governo e estratégia de desenvolvimento.

⁹ Estas opções de turismo são a priori identificadas como menos agressivas e nocivas ao ambiente no qual ocorrem em oposição ao turismo de massa, identificado como extremamente prejudicial ao meio ambiente, responsável por diversos danos ambientais e sociais.

¹⁰ Goeldner *et al* (2002, p. 28) apresenta oito abordagens básicas de estudo do turismo: 1. Abordagem institucional; 2. Abordagem de produto; 3. Abordagem histórica; 4. Abordagem gerencial; 5. Abordagem econômica; 6. Abordagem sociológica; 7. Abordagem geográfica; 8. Abordagens interdisciplinares.

¹¹ Na visão de Souza (1997) o termo desenvolvimento carrega em si uma carga ideológica conservadora (etnocêntrica e capitalistófila) no qual se encontra enraizada no solo cultural denominado modernidade, proveniente da entidade histórico-geográfica chamada Ocidente.

Para o autor, é de fundamental importância notar que a maneira atual de se compreender o termo desenvolvimento, enquanto valor social almejado por diferentes nações, se encontra flagrantemente influenciado pelo projeto capitalista e pelo processo de conquista e colonização que fora capitaneado pela Europa.

¹² Na análise de Cardoso (1993) sobre a construção de um outro desenvolvimento, são apresentadas algumas pistas do que um novo modelo de desenvolvimento deverá priorizar. Ao qualificá-lo como um estilo mais igualitário de desenvolvimento, Cardoso cita o conceito de “ecodesenvolvimento”, trabalhado por Ignacy Sachs, como aquele que defende um crescimento autônomo e diferenciado, respeitador das características culturais, espaciais e políticas do Terceiro Mundo.

¹³ Segundo Cardoso (1993), a proposição de um outro desenvolvimento passava pela construção de uma nova utopia, que se baseava na refutação da exploração do homem pelo homem e, por isso, mostrava-se mais inclusiva e menos racionalista que a utopia do século XIX, que a antecedeu. O objetivo principal, portanto, desse outro desenvolvimento, de acordo com o autor, era um bem-estar coletivo e não um aumento da produção.

¹⁴ Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002, p.56) o que designamos por globalização “[...] é de fato uma constelação de diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias globalizações”. Nesse sentido, não existe na visão do autor uma entidade única chamada globalização, existem, ao contrário, globalizações.

¹⁵ A respeito da diferença entre propostas de desenvolvimento alternativo e de alternativas ao desenvolvimento, ver Boaventura de Sousa Santos (2005, p.25-55).

¹⁶ A “ecologia dos saberes”, como trabalhado por Boaventura de Sousa Santos, refere-se à promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz e os saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses provenientes de culturas não ocidentais que circulam na sociedade. A ecologia dos saberes vem, dessa forma, a ser um dos conceitos fundamentais para a proposta da epistemologia do Sul. Em suma, ela se refere à produção de um diálogo horizontal, entre saberes.

¹⁷ Refere-se aqui à autonomia conforme trabalhada por Marcelo Lopes de Souza (1999), que a define não como uma utopia idealista, a exigir como premissa uma sociedade uniforme e sem conflitos, mas, simplesmente, como um *horizonte* de pensamento e ação, a estimular um caminhar marcado por dissensões que, sobre a base do agir comunicativo e com o concurso de uma razão crítica, não precisarão ter como corolário a violência.

¹⁸ Ver: Reis (2005).

¹⁹ BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2007.

²⁰ <http://www.capacitacaoemturismo.org.br>

Guilherme Augusto Pereira Malta: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: guilherme.malta@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7723375211499046>

Maria Flávia Pires Barbosa: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: pires_flavia@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3469566283414298>

Data de submissão: 06 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 01 de agosto de 2013

Data do aceite: 27 de agosto de 2013

Avaliado anonimamente

Turismo de base comunitária em estuário e manguezal: uma alternativa para o pescador artesanal

*Community-based tourism in estuary and mangrove: an alternative to
the artisanal fisherman*

Renato Marchesini, Renata Antunes da Cruz

RESUMO

No seminário sobre pesca artesanal da Baixada Santista, realizado Instituto de Pesca de Santos, em maio de 2003, deparamos com a dificuldade que os pescadores artesanais têm em se manter devido a sobrepesca, concorrência com grandes armadoras de pesca e período de defeso. Estes afetam não somente a economia da comunidade, como também sua autoestima, cultura e valores. As comunidades reconhecem a importância do defeso para a manutenção do pescado, porém a ajuda de custo (salário-desemprego) que recebem do governo, isto quando cadastrados, não é suficiente para suas necessidades. O turismo de base comunitária vem a ser uma opção de atividade para a comunidade pesqueira, permitindo-lhes trabalhar no ecossistema local e em seu próprio espaço, divulgando suas tradições, conhecimentos e tão rica cultura caiçara. A atividade segue como linha de raciocínio, a utilização da comunidade de pescadores artesanais, desenvolvendo o turismo de pesca e o turismo contemplativo, que é realizado por pessoas interessadas em conhecer e contemplar a cultura caiçara, a paisagem do manguezal e estuário e suas relações. Nestes nove anos foram realizados estudos, observações e pesquisas sobre fatores decisivos para a elaboração lógica deste trabalho. São eles: manguezal e estuário - a sua biologia e ações antrópicas, a pesca - categorias e tipos de pesca, o pesque e solte, tamanho mínimo, cota de captura, licença de pesca, defeso, seguro desemprego e critérios para benefício e a população tradicional caiçara - sua origem, cultura e relatos. Foi tomado como referência e estudo de caso os pescadores artesanais da Rua Japão e Parque Bitarú em São Vicente/SP. Na compilação desta pesquisa surgiu o Pescando Resultados, que propõe diretrizes para o fomento da atividade de turismo de base comunitária. A metodologia utilizada na elaboração do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, com entrevistas não estruturadas com os pescadores artesanais. Este trabalho busca informações e objetiva soluções para elaboração de um programa de atividade turística de base comunitária para os pescadores artesanais atuarem na época de defeso. Esta atividade poderá fornecer subsídios para uma política de envolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária; Defeso; Pescador Artesanal; Estuário; Manguezal.

ABSTRACT

At seminar on artisanal fisheries of Santos, conducted by the Institute of Fisheries of Santos, in May 2003, we faced great difficulty that fishermen have to sustain themselves due to overfishing, competition with large shipowners and fishing closed season. These factors affect not only the community economy, but also their self-esteem, culture and values. Communities recognize the importance of closure for the maintenance of fish, but the allowance (unemployment benefits) they receive from the government, when enrolled, is not sufficient for their needs. The community-based tourism becomes an optional activity for the fishing community, allowing them to work in the local ecosystem and its own space, spreading their traditions, knowledge and rich *caiçara* culture. The activity follows as a logic line, the use of the fishermen community, developing fishing tourism and contemplative tourism, which is done by people interested in knowing and contemplating the *Caiçara* culture, the landscape of mangrove and estuary, and their relation. In these nine years there have been done some studies, observations and research on key factors for the logic preparation of this task. They are: mangrove and estuary - its biology and human actions, fishing - categories and types of fishing, catch and release, minimum sizes, catch quotas, fishing license, closed season, and criteria for unemployment benefit, and *caiçara* traditional population - their origin, culture and stories. It was taken as reference and case study for the artisanal fishermen the places Rua Japão and Parque Bitarú in São Vicente / SP. In compiling this research came the Fishing Results, which proposes guidelines for enhancing the activity of community-based tourism. The methodology used in preparing the task was the bibliographical and exploratory research, with unstructured interviews with fishermen. This work seeks information and has the objective to find solutions to prepare a program of community-based tourism for the fishermen to work with at the time of closure. This activity will provide support for a policy of sustainable involvement.

KEYWORDS: Community-Based Tourism; Closed Season; Artisan Fisherman; Estuary; Mangrove.

Pescando resultados

Este artigo analisa o incentivo ao turismo de base comunitária, atividade que gera renda, conserva os recursos naturais e contribui para a manutenção da cultura local (*caiçara*).

De acordo com Aldo Leopold (1949 *apud* DIEGUES, 2000), uma decisão sobre o uso da terra é correta quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica que inclui o solo, a água, a fauna e flora e também as pessoas.

O alvo de estudos foi a colônia de pescadores artesanais da Rua Japão e Parque Bitarú em São Vicente (SP), colônia de pescadores denominada Z4, devido à

sua distribuição geográfica de comunidades pesqueiras. As informações obtidas baseiam-se em observações sistemáticas, levantamento de dados e conversas informais com as comunidades de pescadores.

A situação atual destes caiçaras é preocupante. O risco de extinção deste personagem brasileiro nato é eminente, devido à diminuição dos estoques pesqueiros pela sobrepesca, à poluição e ao desmatamento, assim como também à concorrência com grandes armadoras de pesca.

Em algumas épocas do ano o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) estabelece portarias de defeso para determinadas espécies de pescado, as quais são imprescindíveis para a manutenção dos estoques pesqueiros, reconhecidos pelo próprio pescador artesanal. No período de defeso o Governo Federal dispõe, a título de seguro-desemprego, um salário mínimo para os pescadores artesanais (quando cadastrados).

Hoje muitos deles abandonam seus costumes para lidar em outras ocupações dentro das cidades, como: construção civil, caseiros e outros, quando não são levados à marginalidade. Estes fatores refletem na perda do importante etno-conhecimento empírico do funcionamento do mundo natural em que vivem.

O turismo responsável e organizado pode ser uma alternativa para o resgate, conservação e manutenção da diversidade cultural e biológica destas colônias de pescadores.

Segundo o WWF-Brasil (2001, *apud* VITAE CIVILIS & WWF-Brasil, 2003), o turismo deve respeitar os direitos, desejos, valores e experiências dos locais e prover a oportunidade para que amplos setores da comunidade contribuam nas decisões e nas consultas sobre o planejamento e administração do turismo. Devem ser consideradas tradições locais nas construções e o conhecimento e a experiência das comunidades locais em manejo sustentável dos recursos, buscando maximizar os benefícios para as comunidades, promovendo o recrutamento, treinamento e emprego de pessoas do lugar.

Trata-se do esforço da reorientação da experiência turística, trocando a massificação por uma vivência autêntica, mais próxima da realidade local (tanto da comunidade, quanto dos espaços, significados por seus usos tradicionais). Reside aí a essência do turismo comunitário, prática da visitação intencional à “alma” do lugar e das pessoas que o habitam (SANTOS, 2010, p.127).

Para o pescador artesanal não há nada mais fascinante do que o meio onde vive, e que pelas dificuldades de seu cotidiano, acaba se transformando em um herói anônimo. Um trabalho, sem dúvida, próprio para pessoas de muita fibra e coragem.

Está certo o educador Paulo Freire (1997), quando diz que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. E a leitura do mundo resulta de experiências concretamente vividas por um indivíduo.

Em matéria de Roteiros Náuticos (embarcados) em regiões “desconhecidas”, a contratação e presença de um guia/piloteiro local se apresenta como uma necessidade irrefutável. Isto porque, a partir do conhecimento vivido e acumulado, é ele o profissional capaz de ler os segredos e os mistérios das regiões como mangues, estuários e outros lugares de rica biodiversidade e de berço marinho, com imenso potencial ecoturístico, como: passeios náuticos, estudo do meio ou pescarias. Sendo assim o pescador artesanal é o personagem dos mais próprios, como também capacitados para a atividade de turismo neste ambiente.

A navegabilidade em mangues e estuários torna-se mais segura quando feita por pilotos experientes e atentos. Bancos de areias estão sempre se deslocando devido o fluxo das marés, troncos flutuantes à deriva e muitas árvores e tocos ainda não apodrecidos exigem do guia/piloteiro certa destreza, além de deixar o visitante sempre mais à vontade para poder curtir a pescaria e contemplar a natureza, tornando o roteiro mais seguro e agradável.

O piloto ou piranguero, recebe atualmente a conotação mais ampla de guia de pesca. Seu desempenho interfere diretamente no resultado da experiência das viagens. Até porque, entre outras habilidades, ele sabe conduzir os passageiros através dos meandros e dos labirintos das águas, escolhendo os melhores percursos. É capaz de perceber alterações climáticas, marés, correntes marítimas (cuidando assim da segurança do barco e dos passageiros), podendo este também descrever a rica biodiversidade local. No caso de pescarias, apontar, com certo grau de certeza, as estruturas mais produtivas para a isca mais adequada. É claro que é preciso definir o tipo de pescaria desejada, se de fundo, se com iscas artificiais ou outras.

O pescador artesanal geralmente carrega consigo um imenso repertório de histórias. Ouvir os relatos e ter a chance de conhecer narrativas autênticas, nascidas de aventuras reais, é uma oportunidade “ímpar”. Certa vez, durante uma das pescarias que acompanhamos durante a elaboração deste estudo, percebemos que o piloto fazia uma imensa curva quando navegava no estuário. Perguntamos a razão dessa manobra e ele nos respondeu: *“Sabe, o demônio encheu de pedras pontiagudas a margem direita deste canal. Para fugir do demônio é que eu fiz essa curva tão grande”* (piloteiro Pepe, fato ocorrido em 16/06/2004, no canal de São Vicente, durante acompanhamento de pescaria realizada pelos pescadores artesanais do Parque Bitarú).

No chamado “*check list*” de planejamento em um roteiro náutico, o item “piloteiro” deve ter prioridade absoluta - isso porque, sem ele, sempre existirá a possibilidade de não fismos absolutamente nada, por desconhecimento de onde, como e o que pescar, ou então, este também pode evitar que sua diversão se torne um transtorno, pois estão aptos a navegar com segurança na região.

O conceito de pesque e solte inclui-se nesta proposta como conduta consciente, sendo claro que o pescador amador poderá sim levar consigo algum exemplar de pescado desde que se respeite o período de defeso e o tamanho mínimo. Quando o pescador amador retornar do passeio, caso queira, poderá fornecer o pescado para

as mulheres da comunidade, que podem tanto limpar, como prepará-lo de acordo com seus costumes (culinária caiçara), para sua degustação. São formas de agregar valores ao produto final.

Propostas para fomento de atividade

Análise de mercado

Embora a dinâmica do mercado recomende modestos investimentos, feitos de forma gradativa, na medida da aceitação e da receptividade do produto, a falta de recursos financeiros é um dificultador para expansão do projeto, que deve então manter sua estrutura pequena e enxuta.

Uma vez que o turismo náutico é visto ainda, de modo geral, como lazer, trabalhar com empresas e profissionais altamente responsáveis e envolvidos com a causa ambiental e cultural é fator estratégico para a conquista segura do mercado.

Segundo Vaz (1999), o posicionamento consiste em identificar um nicho de mercado (existente ou latente), e ocupá-lo, conquistando e mantendo a posição estratégica.

O fator cultural, no sentido amplo do termo, apresenta-se, assim, como o ponto de partida para a criação da imagem mercadológica, mas que acabaria depois se estendendo a todos os setores.

A cidade de São Vicente (SP) recebe anualmente grande fluxo de turistas, tendo como maior fator de estímulo o turismo “sol e praia”, sendo assim possível também deslocá-los para outras atividades de lazer que a cidade oferece, bem como as atividades com a população caiçara.

Apoio dos setores

É preciso demonstrar a importância do fomento da atividade e buscar apoio junto ao poder público e à iniciativa privada, os quais também se beneficiarão.

Deve-se expandir alianças e parcerias com operadores e agências de turismo e lojas especializadas de pesca, estimulando a inclusão da região em seus roteiros, tornando-a atrativa como fonte de rentabilidade para suas operações, através do estabelecimento das condições comerciais vantajosas para ambos os lados. É de fundamental importância a realização de *fam tours* (viagens de familiarização) para mostrar aos parceiros e à imprensa os recursos turísticos e equipamentos da região.

A realização de *fam tours* junto a estes setores pode demonstrar que a atividade proposta é viável para a manutenção e resgate da cultura caiçara, gerando renda aos envolvidos e desenvolvendo o turismo de base comunitária.

Marketing

“Marketing Turístico é um conjunto de atividades que facilitam a realização de trocas entre os diversos agentes que atuam, direta ou indiretamente, no mercado de produtos turísticos” (VAZ, 1999, p.18)

A estratégia de marketing deve seguir alguns princípios:

- Marketing responsável: passar todas as informações necessárias e reais do produto, inclusive os aspectos negativos, como período de chuvas e período de mosquitos;
- Marketing direcionado: escolher operadoras, agências e parceiros que tenham filosofia em comum.
- Manter um produto de alta qualidade.
- Preço competitivo com destinos quando semelhantes.
- Conquistar mais lugar na mente do turista e dos profissionais de turismo – este é um trabalho constante de relações públicas e implica usar bem canais de multiplicação, como guias de turismo, agente de viagens, turismólogos, biólogos, ambientalistas, imprensa e boca-a-boca, que dão credibilidade aos produtos e ajudam para reforçar esta “marca” cultural e atrair viajantes independentes.
- Participação em eventos regionais e outros para aumentar a base de empresas agenciadoras.
- Conquista de clientes específicos: com base em banco de dados de contatos deve ser feita uma análise de clientes “preferenciais” que devem ser conquistados. Isto implica inicialmente numa mala direta dirigida para estes clientes alvos.
- Deve-se ser feito monitoramento do esforço promocional, medindo o custo/benefício do investimento de tempo e dinheiro.
- Criação de *website* ou Blog - este sempre atualizado com mudanças de preços, pacote e estações.

O principal elemento do produto e projeto é a participação comunitária. O turista que tem como visão a consciência ecológica, tradicionalmente procura destinos que gerem benefícios para as comunidades locais, e não hesitam em pagar um pouco a mais por um produto cujos retornos sejam revertidos diretamente para a população local. A participação comunitária deve ser promovida e divulgada, já que é um elemento que proporciona uma diferenciação em relação a outros produtos oferecidos no mercado brasileiro.

O envolvimento sustentável tem dois componentes básicos. Primeiro, as a-

ções voltadas para a transformação da realidade devem fortalecer o envolvimento das relações das sociedades com os ecossistemas locais. No caso de populações tradicionais, que merecem atenção diferenciada, devem ser respeitados os seus direitos à propriedade e ao manejo dos ecossistemas naturais. Devem ser valorizados e aprimorados os sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais, buscando uma maior sustentabilidade e produtividade (DIEGUES; VIANA, 2000).

Outro elemento é a possibilidade do desenvolvimento de pesquisas na área e a de acesso à informação sobre os ecossistemas. Já que o turismo de base comunitária tem um foco no aprendizado e na descoberta da natureza e das manifestações culturais locais. Estimular a realização pesquisas científicas na área que abrange o projeto é uma oportunidade para a divulgação, como exemplo: mídia impressa, documentários e outros instrumentos de divulgação que atingem até os mercados em outros países e incentivam um tipo de visita que é compatível com os objetivos de conservação e desenvolvimento.

Vendas

A comercialização dos produtos é de responsabilidade da colônia de pescadores Z4 e agências de turismo receptivo local. De acordo com Vaz (1999), o produto turístico é um conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma determinada localidade e que são usufruídos tendo como suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações.

O preço deve ser calculado com base de custos operacionais e fixos da operação e análise de mercado. A análise de custos deve ser feita através de planilha de custos.

Para o planejamento, deve-se lembrar que o produto a ser oferecido está ainda evoluindo. Um aumento de preço sempre deve ser respaldado em melhoria do produto ou por aumento de custo.

Comissionamento agências e operadoras

Para os clientes, fazer a reserva através de agência é vantajoso, pois a agência organiza todos os trechos da viagem, desde transportes, seguros, hospedagem e outros. Para a colônia de pescadores Z4 é também vantajoso trabalhar com agências, pois estas podem captar o cliente (nacional e internacional) e têm maior capacidade organizacional para efetuar campanhas de marketing periódicas.

As agências devem enviar o pagamento com antecedência (antes da chegada do turista). As agências devem fazer o depósito do valor NET do pacote, isto é, preço balcão menos a comissão. Não é vantajoso trabalhar com agências que não auxiliam no pagamento do cliente. Se o turista paga direto à colônia de pescadores, não é necessário o envolvimento da agência.

Para bom entendimento fica destacado os termos de venda:

- Preço Balcão ou *Rack Rate* - termo cobrado para o cliente final (o turista);
- Preço Neto, *Net* ou Líquido - Valor que a colônia de pescadores recebe das agências (preço balcão menos a comissão da agência).

Cada agência ganha uma comissão em cima do preço balcão quando efetua uma venda. Esta comissão varia de 10 a 30% dependendo de alguns fatores: quando a agência investe em marketing do produto, por exemplo, os produtos tem posição privilegiada no catálogo e site da agência? Qual é o mercado da agência? Por exemplo, é um mercado grande ou pequeno? Quantas pessoas a agência envia por ano? Se a agência envia uma média de 10 pessoas por ano, não está fazendo uma boa divulgação ativa do produto e só envia clientes espontâneos. Portanto a comissão deve ser menor.

Não é aconselhado trabalhar com agências que querem uma comissão muito alta em relação a seu poder de venda ou maior que 30%. Estas agências não têm como objetivo ajudar o projeto e desenvolvimento da atividade, mas provavelmente pretendem usar a boa imagem do projeto para ter vantagens próprias.

Uma vez que as agências comecem a vender o produto é importante zelar pelo bom uso do projeto, as informações divulgadas e a cobrança de preços corretos.

Oficinas de treinamento

Deve-se propiciar capacitação profissional às pessoas da comunidade local envolvidas com as questões relacionadas a atividade, visando a melhoria na qualidade da prestação de serviços de atendimento aos turistas.

O programa de capacitação pode vir a identificar ofícios tradicionais, alguns até mesmo esquecidos, principalmente aqueles ligados ao extrativismo e ao artesanato, para acomodá-los dentro da gama de serviços ofertados ao visitante. A pesca por meios tradicionais, por exemplo, pode continuar tendo sua importância de subsistência, assim como oferecer ao visitante uma atividade singular, por acompanhar as técnicas de captura do peixe e depois degustá-lo (BORGES, 2003, p.295).

Oficinas de sensibilidade para a comunidade

Essas oficinas, destinadas a representantes de órgãos públicos, políticos, empresários, líderes comunitários e demais pessoas interessadas no desenvolvimento da atividade, devem despertar o interesse da comunidade para o envolvimento na atividade, incentivar órgãos públicos e empresários locais a trabalharem em prol de atividade, e apontar uma nova alternativa de emprego e renda para o desenvolvimento da comunidade.

Por desenvolvimento de comunidade entenda-se conferir poderes aos grupos

locais para controlar e gerenciar reservas valiosas, por meio de mecanismos que não só a sustentem, mas que também satisfaçam as necessidades econômicas, sociais e culturais do grupo. (HORWICH, 2002, pg. 256).

De acordo com SWARBROOKE (2002), as comunidades são raramente homogêneas, ou têm um único ponto de vista sobre cada questão. Há uma necessidade de desenvolver mecanismos para arbitrar as visões conflitantes que surgirão sobre o turismo em qualquer comunidade.

Dentro os temas que deveriam ser abordados, podemos citar:

- Noções básicas sobre a pesca amadora como atividade de lazer e de conservação ambiental;
- A importância da pesca amadora como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico e de conservação ambiental, com uma comparação de dados entre pesca amadora e comercial;
- Abordagem de dados e informações, principalmente sobre o fluxo turístico e receita gerada pela atividade de pesca amadora no mundo e no Brasil;
- Potencial brasileiro para o desenvolvimento da atividade em termos de recursos naturais, cultura voltada à pesca e disponibilidade de recursos humanos nas comunidades;
- Visão da comunidade para investimentos na pesca amadora mediante as oportunidades existentes na própria região.
- Sugestões o estímulo da organização local, a capacitação profissional e o planejamento como base para o desenvolvimento sustentável da atividade.

Guias de pesca e passeios contemplativos

O guia de pesca/piloteiro que exerce sua função com profissionalismo é um atrativo a mais para os turistas e pescadores esportivos. Sua capacitação visa melhorar a qualidade dos serviços prestados, de modo a incentivá-los a conservar os recursos ambientais, divulgar o uso de anzol sem farpa, iscas artificiais e a prática do pesque e solte. Também é preciso incentivar órgãos públicos e empresários a trabalhem em prol do turismo de pesca; envolver a população local na atividade; apresentar uma alternativa de emprego e renda para as comunidades locais.

Dentre os temas importantes para esse público-alvo, pode-se citar:

- Ecologia e Meio Ambiente - considerando que a pesca amadora é praticada em ambientes naturais, cuidados com o meio ambiente são requisitos básicos para a manutenção da atividade. Dessa forma, devem ser apresentadas noções sobre os impactos da atividade, cuidados com o lixo, fogo, mata ciliar, espécies nativas etc.;
- Marinharia - em uma atividade que envolve pessoas, os aspectos de segu-

rança são de extrema importância para evitar acidentes de qualquer natureza. Além de conhecer a legislação, é necessário que o guia perceba e pratique todas as normas de segurança;

- Geografia - conhecimentos gerais sobre o mundo, o Brasil e, principalmente, a região onde vive, são questões importantes que visam o crescimento cultural do guia de pesca;
- Biologia - noções sobre a biologia dos peixes, seus hábitos reprodutivos, alimentação, comportamento e outras características. Quanto maior o conhecimento do guia sobre os recursos naturais que envolvem sua atividade, mais facilmente ele entenderá a necessidade de conservar esses recursos;
- Pesque e Solte - um dos fundamentos básicos para o desenvolvimento sustentável da pesca esportiva e, em alguns casos, de garantia da manutenção dos estoques pesqueiros. Entender a dimensão desse conceito e saber manusear o peixe para soltá-lo ainda com capacidade de sobrevivência, seria o objetivo principal desse tema;
- Iscas Artificiais - o desenvolvimento setorial e globalização de novas técnicas de pesca. Os turistas solicitarão cada vez mais essas informações; além disso, o estímulo ao uso de iscas artificiais é uma forma de reduzir a utilização de iscas naturais e contribuir para a manutenção dos estoques pesqueiros;
- Manutenção e Preparação de Equipamentos - saber escolher e montar corretamente um equipamento de pesca, dá maior segurança ao turista e garante um melhor resultado na pescaria (nós, anzóis sem farpa e amolados, empates, líderes etc.);
- Idioma Inglês - o Brasil tem atraído cada vez mais turistas estrangeiros que se encantam com os peixes e as belezas naturais do país. Não se tem a pretensão de que o guia de pesca/piloteiro fale inglês fluentemente inicialmente, mas sim que conheça algumas palavras básicas (bom dia, obrigado, por favor, deseja isso ou aquilo, sim, não, vara, linha, anzol, etc.), para, no mínimo, poder dar segurança ao turista e conseguir exercer sua função com eficiência. São palavras fáceis que permitem o entrosamento entre as partes;
- Relacionamento com o Turista - não basta ter informação e pescar bem, porque a atividade não é solitária. O turista também valoriza o bem-estar, simpatia, aparência, boa vontade, prazer pelo trabalho, higiene pessoal, etc. Esses aspectos também fortalecem o mercado;
- Primeiros Socorros - como proceder corretamente nos acidentes comuns à atividade: ferroadas e mordidas de peixe, picadas de insetos, anzol no corpo do pescador, entre outros, bem como noções gerais em situações de maior gravidade;

- Mecânica - noções básicas de mecânica é um aspecto de segurança que pode evitar situações desagradáveis para o guia e o pescador;
- Legislação - o guia de pesca/piloteiro deve ter conhecimento das regras que regem a pesca esportiva em nível federal e estadual para problemas com a fiscalização e contribuir para a conservação dos recursos pesqueiros. Devem ser apresentados os principais pontos dos instrumentos legais que tratam da pesca amadora;

Manipulação de alimentos

O principal objetivo dessa oficina seria sensibilizar sobre a importância do responsável pelo estabelecimento na qualidade sanitária dos alimentos, e informar os princípios básicos da segurança alimentar e identificar os procedimentos que colocam em risco esses princípios.

Dentre os temas sugeridos, pode-se citar: contaminação dos alimentos; doenças transmissíveis por alimentos; microbiologia alimentar (microorganismos, binômio tempo/temperatura); procedimentos de higiene e desinfecção (equipamentos e utensílios, instalações, alimentos e pessoal); cuidados na aquisição, recebimento, armazenamento e transporte dos alimentos etc.

Período de defeso & pegue e solte

Como já ressaltada a importância destes conceitos, é improcedente acreditar que a atividade possa ser sustentável sem o devido respeito a esses princípios. Portanto, a consciência e a capacitação do pescador torna-se fator chave para a atividade.

Licença de pesca amadora e seus conflitos

O licenciamento é a forma que os governos federal e estadual dispõem para controlar a exploração dos recursos pesqueiros e arrecadar recursos para implementação de planos de gerenciamento e fiscalização do meio ambiente, de forma a garantir a manutenção dos estoques pesqueiros.

Salvo os menores de idade, aposentados e pescadores que somente usam vara com linha simples (sem molinete ou carretilha) ou linha de mão, todos os que não se enquadram nestes dispositivos tem por dever possuir a licença para poder desenvolver a atividade de pesca amadora, que por ser muito pouco divulgada acarreta hoje em várias apreensões de equipamentos de pesca feitos pelo próprio IBAMA e pela polícia ambiental.

No Estado de São Paulo não existe nenhum órgão que emita a licença em nível estadual, restando a qualquer pescador amador que queira pescar legalmente no Estado, requerer a licença de âmbito federal cedida pelo IBAMA e válida por 1 ano.

Esta licença necessária para a atividade é classificada como categoria “B” – Embarcada.

Supondo que o turista não é um exímio pescador, somente pesque eventualmente ou até nunca antes pescou, o valor cobrado para essa licença (R\$ 60,00 na época deste estudo) dificulta a operacionalização do produto, tornando a atividade elitista. Como solução seria a hora de pleitear a criação de um órgão estadual, pois nos Estados em que existe este órgão regulamentador os valores da licença são mais acessíveis; ou também junto ao IBAMA a possibilidade de criação por exemplo, de uma licença por um mês, com valores mais reduzidos.

Esta proposta daria a oportunidade de maior controle dos recursos naturais, a possibilidade de se fomentar e gerar renda, tanto diretos para comunidades tradicionais como indiretos para diversos setores da economia.

Classificação de embarcações

As embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais são classificadas como de “pesca”. É necessária para a atividade de turismo uma dupla classificação, pois a intenção é que o pescador artesanal continue sua atividade de pesca, porém possa também desenvolver o turismo.

A classificação de embarcações pode e é realizada pela Capitania dos Portos (Marinha), e somente ela pode autorizar a dupla classificação. A embarcação vai ter que ser adaptada para o turismo, como se estabelece nas NORMANS (Normas da Autoridade Marítima), com material de salvatagem e outros.

Plataforma de pesca e turismo

Outra proposta deste trabalho é assegurar que o local (Rua Japão - São Vicente/SP) onde habitam diversos pescadores artesanais, seja referência no setor de roteiros náuticos turísticos bem como local de desembarque e venda de pescados. O local poderá proporcionar maior conforto e segurança tanto para os pescadores artesanais como para os visitantes, e poderá ter o nome de “Plataforma Caiçara”.

A plataforma será dividida em duas partes:

A - Destinar-se-á à atividade de roteiros náuticos, será o ponto de embarque e desembarque de turistas.

B - Destinar-se-á a atividade pesqueira realizada pelos pescadores artesanais, onde seu pescado será desembarcado, como também ser ofertado para venda, para o comércio em geral e direto para a população.

Conclusão

Para ser efetivo, qualquer programa de proteção, conservação ou de gestão de ecossistemas costeiros deveria ser preventivo (proativo) ao invés de ser corretivo (reativo); reduzindo a necessidade da adoção de medidas corretivas e ou punitivas. Deveriam visar o futuro e não o presente, contabilizando as experiências do passado, para permitir a efetiva integração entre conservação ambiental, cultural e envolvimento sócio-econômico justo e eqüitativo.

Qualquer atividade de turismo com base comunitária somente pode ser sustentada numa política que permita a participação efetiva de todos os atores locais, especialmente os “comunitários”, e seja respeitosa aos seus etnoconhecimentos e etno-ciências.

Devido as atuais dificuldades existentes na comunidade de pescadores artesanais de São Vicente, é sugerida uma implantação gradual desta proposta buscando primeiramente a consciência de que os frutos serão a consequência da persistência e o esforço gerado, assim sendo a longo prazo.

Desse modo, a elaboração e viabilização do projeto depende de tantos fatores externos que se torna quase impraticável estabelecer objetivos rígidos. Todo o planejamento deve manter certa flexibilidade, adequando-se às oportunidades que vão surgindo.

A proposta está sendo trabalhada com os próprios pescadores artesanais (colônia Z-4), a Prefeitura Municipal de São Vicente e as empresas interessadas da iniciativa privada (agências de turismo, lojas de equipamentos de pesca e outras), aos quais também caberão a implantação da proposta.

É sugerida também uma revisão da licença de pesca amadora (IBAMA), pois a mesma demonstra ser uma dificuldade na implantação do turismo de pesca. Uma proposta de licença de menor tempo de vigência e preço mais acessível deve ser estudada.

Concordamos com Thoreau (1986), quando afirma que *“Não importa que os primeiros passos pareçam pequenos: o que se faz bem feito se faz para sempre. Mas preferimos debater o assunto: essa é a nossa missão”*.

Referências bibliográficas

BORGES, M.M. Capacitação Comunitária. In: MITRAUD, S. (org), **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramenta para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

DIEGUES, A.C.; VIANA, M. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB Provográfica, 2000.

FREIRE, P.A **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.

HORWICH, R.H. *et al.* O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: a

experiência de Belize. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (orgs), **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. 4ª Ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

SANTOS, A.F.L. Construir, Habitar, Viajar: Reflexões acerca da relação comunicação-turismo comunitário. In: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (orgs). **Turismo de Experiência**. São Paulo: Ed. SENAC, 2010.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: Conceitos e Impacto Ambiental. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Aleph, 2002.

THOREAU, H.D. **A Desobediência Civil e outros escritos**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1986.

VAZ, G.N. **Marketing Turístico Receptivo e Emissivo**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1999.

VITAE CIVILIS; WWF-Brasil. **Sociedade e Ecoturismo**: na trilha do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2003.

Renato Marchesini: Caiçara Expedições, São Vicente, SP, Brasil.

Email: renato@caicaraexpedicoes.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0376503646329356>

Renata Antunes da Cruz: Caiçara Expedições, São Vicente, SP, Brasil.

Email: biologarenata@yahoo.com.br

Data de submissão: 21 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 19 de junho de 2013

Data do aceite: 04 de julho de 2013

Avaliado anonimamente

Análise da viabilidade turística e cultural do carnaval de Belo Horizonte (MG)

Analysis of touristic and cultural feasibility of the Belo Horizonte's (MG, Brazil) carnival

Solano de Souza Braga, Leandro Martins Vieira

RESUMO

O carnaval é uma das festas populares mais importantes do Brasil. Em muitas metrópoles do país o evento toma proporções gigantescas, desta maneira, se constitui como um grande produto turístico. Em Belo Horizonte, ao contrário, as comemorações “momescas” não possui a participação que se verifica em outras cidades do mesmo porte. Apesar do esforço da prefeitura e entidades voltadas para a questão turística em proporcionar ajuda financeira e, de certa maneira, infraestrutura para a realização do carnaval em Belo Horizonte, ele evolui de maneira muito tímida, contrariando as expectativas de seus idealizadores. Este trabalho visa a análise de fatos e dados sobre o carnaval e outros eventos na capital de Minas Gerais, a viabilidade dos investimentos públicos para a promoção deles e quais caminhos deverão ser seguidos para a promoção turística na cidade nesta época do ano. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a realização dos investimentos públicos no carnaval em Belo Horizonte e sua importância cultural, turística e para população local. Desta forma, realizou-se um estudo de caso que abrange questões sobre a história do carnaval e turismo cultural. Por fim, chegou-se a conclusão que mesmo com a pouca participação popular, as festas são de grande importância como opção de lazer para as camadas menos favorecidas economicamente que habitam a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Carnaval; Cultura; Eventos; Belo Horizonte.

ABSTRACT

Carnival is the important popular festival in Brazil. In many metropolis of the country the event takes gigantic proportions, thus, constitutes itself as a major tourism product. In Belo Horizonte (MG), on the contrary, the “momescas” celebrations don't have the participation seen in other cities of similar size. Despite the efforts of city government and entities focused on the issue of tourism to provide financial assistance and infrastructure in a way to perform carnival in Belo Horizonte, it has evolved very shy, contrary to the expectations of its creators. This work aims at analyzing facts and figures about the carnival and other events in the capital of Minas Gerais, the viability of public investments to promote them and what paths should be followed to promote tourism in the city, this time of year. The present paper aims to analyze the performance of public investment at the carnival in Belo Horizonte and its cultural, tourist and local population. In this matter it was done a case study that includes questions about the history of carnival cultural tourism. With that came to the conclusion that even with little popular participation, the parties are of great importance as a leisure option for the economically disadvantaged sections inhabiting the city.

Introdução

O carnaval é notadamente a maior, mais importante e significativa festa popular brasileira. Outros países também o celebram, porém nenhum deles atinge as proporções que conhecemos. Difere, portanto, não só pela participação popular, como também na riqueza, na complexidade, na criatividade e na originalidade dos foliões.

Além disso, o carnaval brasileiro, em diversas cidades, é um dos maiores atrativos turísticos, tanto internacional quando doméstico. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) citados no jornal *Gazeta Mercantil* na edição de 30 de janeiro de 2005, aproximadamente 200 mil turistas estrangeiros desembarcaram no país no ano de 2004 durante as festas momescas. E levando-se em conta um gasto médio de 90 dólares por dia, os mesmos terão deixado no Brasil aproximadamente US\$ 120 milhões.

Em Belo Horizonte (MG) verifica-se o esvaziamento da cidade no carnaval e, de acordo com o mesmo jornal citado acima no ano de 2004, aproximadamente 1.200 ônibus deixaram a capital mineira na quinta e na sexta-feira que antecederam ao carnaval. No período, a Polícia Rodoviária Federal contabilizou a saída de 300 mil automóveis. Assim, segundo a reportagem, não é exagero afirmar que Belo Horizonte perde pelo menos 500 mil habitantes no período carnavalesco. A prefeitura no intuito de, pelo menos manter parte da população na cidade, ou simplesmente oferecer uma opção para a população impossibilitada de viajar têm investido no carnaval. Mesmo com investimentos na organização de bailes populares, desfiles de escolas de samba, curso carnavalesco entre outros a participação popular é estatisticamente pequena.

Grande parte dos contribuintes contestam as tentativas da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR), considerando-as desnecessárias e excessivamente dispendiosas, tendo em vista o pouco, ou até mesmo nenhum retorno financeiro oferecido à cidade. Alguns chegam a dizer que Belo Horizonte deveria abdicar totalmente ao carnaval, investindo na atração de turistas que não gostam desses festejos. Afirmam ainda, que a cidade poderia usar a seu favor esta imagem de tranquilidade criando eventos e opções de lazer para a população voltada para este contexto.

Outro fator que serve de argumentos para os que defendem o fim do carnaval em Belo Horizonte, são as pesquisas de opinião que tratam da preferência do brasileiro quanto aos festejos do rei Momo. A primeira pesquisa foi realizada pelo Instituto Sensus, por encomenda da CNT (Confederação Nacional do Transporte), em fevereiro de 2004. Em nível nacional verificou-se que 57% da população brasileira afirma não gostar de carnaval. Já em fevereiro de 2006 o Instituto Nexus realizou uma pesquisa contendo uma questão semelhante, só que dessa vez somente em Belo Horizonte, e o resultado foi praticamente o mesmo, pois 57% dos belorizontinos afirmaram não gostar de carnaval.

Por outro lado, existem várias pessoas nas diversas regiões da cidade apaixonadas pelo carnaval, que comandam escolas de samba com pouquíssimos recursos, muita criatividade e dedicação, simplesmente com um propósito: não deixar o carnaval “morrer” em Belo Horizonte. Segundo os defensores o carnaval é uma festa de cunho

popular e não um produto turístico e como tal, pode se tornar uma forma de atração de turistas, mas essa não é sua finalidade principal, o que vai de encontro com Araújo (1991) que analisa a dicotomia entre os festeiros como manifestações da expressão cultural verdadeira do povo e também mercadoria vendida pelos meios de comunicação em massa envoltos de “verniz cultural”.

Mesmo com grandes esforços e investimentos da Prefeitura de Belo Horizonte e da BELOTUR o carnaval da capital de Minas Gerais não se desenvolve como grande atrativo para moradores e turistas. Enquanto isso verifica-se uma festa que ocorre em benefício de um pequeno grupo, sem identidade cultural definida e optando simplesmente pela cópia de modelos que são sucesso em outras cidades, principalmente no Rio de Janeiro. Desta forma, o objetivo deste trabalho é fazer um estudo de caso sobre a dinâmica do carnaval em Belo Horizonte e sua importância para a cidade do ponto de vista cultural e de atratividade turística, além de verificar a eficiência dos gastos públicos na realização da festa. Como objetivos específicos destacam-se: a) analisar os investimentos públicos no carnaval de Belo Horizonte; b) identificar os atores responsáveis pela organização dos festejos momescos na cidade e como se organizam; c) viabilidade de investimentos alternativos para atratividade turística no período de carnaval para a cidade.

Procedimentos metodológicos

A metodologia deste trabalho pode ser classificada como exploratória, por ter como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que esta pesquisa tem como objetivo principal “o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 1991, p.46). Já na classificação segundo os procedimentos, este trabalho pode ser definido como *ex-post-facto* que, segundo Gil (1991), é empregado quando um experimento é realizado utilizando situações e dados, ocorridos naturalmente em períodos anteriores, tendo o pesquisador a possibilidade de testar hipóteses, mas não a capacidade de controle ou manipulação das variáveis. A presente investigação utiliza de metodologia qualitativa através de estudo de caso, voltado para a análise imparcial e sem ideias preconcebidas sobre a viabilidade dos investimentos públicos no carnaval belorizontino, conforme afirma Yin, 2005: Todas as condições precedentes serão invalidadas se o pesquisador procurar utilizar o estudo de caso apenas para comprovar sua teoria preconcebida” (Yin, 2005). Devem-se analisar várias perspectivas, e só assim, tirar conclusões.

Atualmente o estudo de caso é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas do conhecimento, permitindo assim, o amplo detalhamento dos objetivos propostos.

(...) um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em que suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação (Yong, 1960 apud Gil, 1987, p.59).

Também podemos afirmar que a metodologia de estudo de caso busca investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos (como em estudos de economia), são alguns exemplos de maneiras de se realizar a pesquisa. Segundo YIN (1984), cada método possui suas vantagens e desvantagens, e a escolha de cada um deles leva em consideração três fatores:

- a) Tipo de questão a ser pesquisada;
- b) Controle do pesquisador sobre eventos pesquisados;
- c) Fenômeno histórico versus fenômeno contemporâneo.

A *Cosmos Corporation*, empresa de tecnologia de pesquisa e administração especializada em problemas de política social, elaborou um quadro que ilustra as estratégias de pesquisas e quando utilizá-las.

Quadro 1: Situações Relevantes para diferentes estratégias de pesquisa.

Table 1: Relevant situations for different research strategies.

Fonte: COSMOS Corporation. **Source:** COSMOS Corporation.

Estratégia	Forma da questão de pesquisa	Exige controle sobre eventos comportamentais?	Focaliza acontecimentos contemporâneos?
Experimento	como, por que	sim	sim
Levantamento	quem, o que, onde, quantos, quanto	não	sim
Análise de arquivos	quem, o que, onde, quantos, quanto	não	sim/não
Pesquisa histórica	como, por que	não	não
Estudo de caso	como, por que	não	sim

A associação do tema com as duas últimas colunas do quadro.1 foi de fácil assimilação, uma vez que o pesquisador não possui controle sobre os eventos a serem analisados e o assunto trata-se de um acontecimento contemporâneo. Por meio desse estudo tentar-se-á compreender a dinâmica do carnaval em Belo Horizonte, bem como o interesse da população, turistas e eficácia do uso do investimento público nos festejos.

Carnaval

Existem várias hipóteses sobre a origem do termo carnaval. A mais aceita diz que o termo originou-se do latim *carne[m] levare*, ou seja, abstenção da carne; isso porque durante a quaresma os cristãos não comiam carne. Por meio da evolução dos idiomas o termo ganhou a denominação de *carnevale*, ou adeus carne, também como afirmação desse período de abstinência.

Entretanto, independente de qual seja a sua verdadeira etimologia, a palavra carnaval designa, desde a antiguidade, um tipo de festa de cunho pagão caracterizada por comportamentos licenciosos e celebrada entre o fim do ano e o início da primavera, tendo, na era cristã, sido delimitada ao período imediatamente anterior à quaresma (ARAÚJO, 1991).

O carnaval reveste-se de características próprias, segundo o lugar que ocorre. Distingue-se, entre si, os carnavais de Nice, Veneza, Roma, Florença, Nova Orleans e de várias cidades do Brasil como Rio de Janeiro, Salvador e Olinda.

Inclusive no Brasil, o carnaval tomou-se, com certeza, a maior e mais significativa festa popular, conforme afirma Araújo, 1991: “*Em nenhuma parte do mundo a festa popular atingiu conjuntamente tamanhas proporções em número de participantes, riqueza, complexidade, extensão, intensidade e originalidade de suas manifestações*” (ARAÚJO, 1991 p.6).

Em geral, nas cidades brasileiras, existem três tipos de eventos carnavalescos distintos (Ibidem, p.33):

- **Carnaval organizado:** composto principalmente por desfiles oficiais ou patrocinados pelo poder público ou órgão de imprensa e comunicação, que congregam escolas de samba, blocos e outros tipos de sociedades carnavalescas;
- **Carnaval espontâneo:** são as folias de rua, próprias do carnaval popular, composta de foliões isolados e agregados espontâneos ou pouco estruturados e aberto à participação de qualquer pessoa;
- **Carnaval de salão:** bailes e festas fechadas, realizados principalmente pelos clubes de acesso restrito a sócios, convidados e pagantes.

O primeiro e o terceiro tipo caracterizam-se, principalmente, pela organização e pelo caráter excludente, sendo que um é composto por membros, alguma organização ou comunidade e/ou outro. Destaca-se também a questão financeira no caso da compra de convites. Já o carnaval espontâneo apresenta um lado mais democrático e diverso do carnaval.

Carnaval no Brasil

A primeira manifestação que chegou ao Brasil trazida pelos portugueses foi o “entrudo” que se origina no termo “introito”, ou entrada na Quaresma. “*Festa portuguesa violenta que nada tinha de erótica: atacavam-se as pessoas com jatos ‘água, farinha, lama, ovos e legumes podres...*” (ARAÚJO, 1991 p.16). Mas, somente ao longo dos anos quando começa a haver uma integração dos elementos do entrudo com características folclóricas e culturais do Brasil que a festa começa a ganhar popularidade entre o povo. Já na época do império, segundo Araújo (1991) começa a surgir os primeiros grupos de Zé-Pereira, e mesmo o entrudo passou por modificações quando os antigos materiais foram substituídos por balões com água perfumados.

Em 1840, no Hotel D'Itália no Rio de Janeiro ocorreu o primeiro baile carnavalesco seguindo a tradição europeia. Logo após esse evento outras cidades importantes como São Paulo, Salvador e Recife seguiram o exemplo. Já no início do século XX, uma onda de criatividade musical assolou o carnaval brasileiro. Surgiu o samba e as marchinhas no Rio de Janeiro, o frevo e o maracatu em Recife. São Paulo, por sua vez, criou o curso de automóveis em substituição aos desfiles de carruagens em 1911. É importante ressaltar que este momento de grande criação e modificação das estruturas do carnaval coincide com os primeiros anos após a libertação dos escravos. Consequentemente, houve uma grande fusão entre os ritmos até então populares do carnaval com as tradições musicais africanas trazidas pelos ex-escravos. No ano de 1928 surge a primeira escola de samba chamada “Deixa Falar,” posteriormente a “*Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, que em 1932, ganhou o 1º lugar no primeiro concurso de escolas de samba*” (ARAÚJO, 1991, p.19).

Outro marco importante no carnaval ocorreu em 1950, em Salvador, quando os músicos Dodô e Osmar montaram uma aparelhagem de som sobre um caminhão, surgindo assim o famoso “trio elétrico” que anima o carnaval de Salvador e várias cidades ao país.

Contextualização histórica do carnaval de Belo Horizonte

A História do carnaval de Belo Horizonte remonta à criação da nova capital. Com apenas 67 dias da instalação, sob a denominação de Cidade de Minas, começou o carnaval do ano de 1898 nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro. Segundo Barreto (1929), nesses primeiros dias de vida da Capital um bom número de mascarados saiu às ruas, mesmo timidamente, para brincar o Carnaval. Paralelamente, vários bailes particulares aconteceram em residências promovidos pela juventude. Alguns boêmios alugaram um grande salão na Avenida Paraopeba, entre as Ruas da Bahia e Espírito Santo, e realizaram bailes de máscaras durante as três noites ao som polcas, valsas, schottisk, quadrilhas e maxixes até ao amanhecer.

Já no ano de 1904 houve a fundação do Clube Matakins e, através dele, os primeiros desfiles com carros ornamentados e fantasiados denominados O Corso. Esses desciam a Avenida Afonso Pena, a partir da Avenida Carandaí, lentamente até a Praça Sete. “Os blocos fantasiados nos carros trocavam confetes, serpentinas e lança

-perfume, um com os outros e com as pessoas que estavam nas calçadas”. (VELOSO, 1995).

Paralelamente, existiam os desfiles de fantasia e bailes infantis de clubes como o Automóvel Clube, Minas Tênis e outros. Também, nessa época, os bares da rua da Bahia, Trianon e Bar do Ponto forneciam uma boa infraestrutura para o carnaval nessa mesma rua. Outro bloco de destaque foram “as gatinhas”, que era composto por moças que vestiam calças compridas, luvas, capuz no rosto com orelhinhas na cabeça, abertura na altura dos olhos e com bigodes de gatos pintados.

A partir da década de 1970 houve uma tendência não só em Belo Horizonte, mas em quase todo o Brasil de tentar copiar o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. O poder público municipal investiu grandes quantias com esse propósito e alguns blocos se tornaram escolas de samba e outras foram criadas. Na década de 1980, com a criação das administrações regionais, passaram-se a realizar bailes populares em cada uma das nove regionais, os chamados “bailes do povão”, que aconteciam no centro da cidade, mais precisamente nas Praças da Estação e Rodoviária.

Em 1990 encerraram-se os desfiles das escolas de samba. Os custos de sua realização tornaram-se cada vez maiores, tanto na organização, quanto no patrocínio das escolas, feito pela prefeitura. A partir do ano de 2004, numa tentativa de resgate, as escolas de samba e a Belotur organizaram o desfile na Via 240 no bairro Aarão Reis. Além das escolas, desfilara nesse local os blocos carnavalescos e caricatos. No ano de 2006, além da organização do desfile, a prefeitura patrocinou a gravação de um CD com os sambas enredos, que deveria ser usado como fonte de atração de recursos para as escolas, mas o objetivo não foi alcançado devido ao número pequeno de cópias vendidas.

Carnaval, uma manifestação cultural

O carnaval é uma manifestação de cultura popular das mais importantes do Brasil, se não, a mais importante. Não é sem motivo que dizem: que o ano só começa de verdade quando termina o carnaval. Segundo Coelho (2003), as festas são um importante instrumento para se compreender a cultura popular. “O carnaval é a oportunidade de interagir com o mítico, o religioso e a realidade, que compõe o imaginário popular” (COELHO, 2003).

Portanto, o carnaval é uma festa popular, por isso fundamental dentro das culturas nas quais estão inseridas. Para Crowhust e Lennard (*apud* Meléndes 2002) as festividades e as celebrações são essenciais para a vida humana. Elas contribuem a dar vitalidade à vida cotidiana e pelo caráter social que possuem são indispensáveis para a saúde da sociedade. Além disso, Meléndes (2002), afirma que as festividades são fonte de integração social, uma vez que, por meio delas, os mais jovens se colocam em contato com costumes do passado e podem compreender-se como parte integrante de um tecido social estabelecido.

Sugere ainda Coelho (2003), “o carnaval é a festa que mais reúne diferenças em

todo o território brasileiro, principalmente porque é celebrado por todas as camadas da população". Até aqueles que não participam diretamente da festa, aproveitam o período para viajar ou descansar.

O carnaval brasileiro como instrumento cultural, serve também como ferramenta de "folkcomunicação" que pode ser definida como os aspectos de comunicação das manifestações culturais, "seria a ciência da comunicação através dos sistemas do folclore" (COSTA; ANDRADE, 2003). No carnaval podemos realmente observar essa comunicação das camadas populares, através dos desfiles das escolas de sambas, dos blocos e até mesmo nos bailes fechados. Por meio disso, Araujo (1991) levanta a polêmica se o carnaval hoje é um instrumento de folkcomunicação ou mercadoria vendida pelos meios de comunicação em massa, ou até mesmo as duas coisas.

Com isso, algumas manifestações regionais típicas de determinados carnavais vêm perdendo força e tendem a desaparecer, sufocadas pelos modelos cariocas e baianos, dependendo da cidade. Isso ocorre, principalmente, pela falta de apoio do poder público e até mesmo o desinteresse das populações locais. Sendo assim, aumenta o caráter turístico da festa. Nas cidades com o carnaval consolidado o poder público, juntamente com a iniciativa privada, tenta atrair a todo custo os foliões. Desta forma, observa-se a dinâmica cultural das festas carnavalescas e a maneira como elas se interagem com as necessidades e mudanças de comportamento do povo brasileiro ao longo dos anos.

Turismo cultural

A relação entre a cultura e o turismo é notada quando há apropriação das manifestações culturais de uma localidade pelo turismo. O Patrimônio Cultural de um povo pode tornar-se um grande fator de atratividade turística. De acordo com Beni (2002) o turismo como um sistema aberto, que se move pela oferta variada em determinados destinos, as manifestações culturais podem formar parte de um produto, desde que seja conectada de forma direta ou complementar os serviços turísticos.

O turismo cultural contempla todos os aspectos através dos quais as pessoas aprendem sobre as formas de vida e pensamento umas das outras. Assim, o turismo é um importante meio para promover relações culturais e cooperação intercultural. Segundo Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), os elementos sociais e culturais de atratividade turística são: trabalho, vestuário, arquitetura, artesanato, história, idioma, crenças, educação, tradições, atividades de lazer, arte e gastronomia. Praticamente todos os aspectos – com exceção à gastronomia – estão diretamente ligados às tradições carnavalescas, o que torna o produto carnaval, bem completo do ponto de vista do turismo cultural.

De acordo com Batista (2005), o turismo cultural tem como função estimular os fatores culturais dentro de uma sociedade e também é um meio de atrair recursos e incrementar o desenvolvimento econômico da região. Além disso, *"a preservação da autenticidade da manifestação folclórica é a forma que pode ser encontrada pelas comunidades para resistir às tentativas de homogeneização cultural promovidas pelo processo de globalização"* (DIAS; AGUIAR, 2002 p.142).

Segundo Prats (*apud* RIBEIRO, 1997), coloca as três formas em que o patrimônio (tangível ou intangível) pode ser apresentado como recurso turístico:

- O patrimônio pode se constituir em um produto turístico por ser capaz de integrar junto à oferta hoteleira, um motivo de compra autônoma.
- O patrimônio pode ser apresentado como “associado” a um produto turístico integrado (pacote de viagem), sendo parte integrante de um produto.
- O patrimônio pode se constituir em um valor agregado para destinos turísticos que não possuem atrativo principal ou o motivo de compra básica.

Assim, como o patrimônio complementa o local, cidade ou comunidades onde ocorrem as festas, contribui para agregação de valor cultural e também como elemento de permanência dos turistas. Já no caso das festas, principalmente as que duram vários dias, podem se constituir em uma grande oportunidade de integração entre a comunidade e o turista (MELÉNDES, 2002).

Por outro lado, há uma tendência de massificação e uniformização das formas de comportamentos das festividades. Isso é provocado pelas necessidades da sociedade de consumo que tendem a tratar os eventos como atrativos comerciais, tanto pelas populações residentes, quanto pelos turistas, cabendo assim aos gestores públicos e privados encontrarem os meios de perpetuar e preservar as manifestações culturais, respeitando as mudanças naturais que ocorrem através dos tempos, sem perder a imagem e caracteres exclusivos. “Ocorre que para a valorização de tais manifestações culturais dependem dos interesses dos meios oficiais de apoio e de setores com ampla visão cultural para tal proposta” (RIBEIRO, 2004).

Entretanto, na maioria das vezes as políticas culturais são influenciadas pelo gosto das elites (RIBEIRO, 2004), esquecendo-se das camadas populares. Esse método, apesar de histórico no Brasil, deve ser evitado tentando incluir no processo de construção da identidade cultural as minorias e as camadas marginalizadas da população.

Apesar de alguns fatores negativos o turismo cultural e as festas populares não são incompatíveis, desde que existam mecanismos de proteção e distanciamento entre ambas as partes, é possível e viável haver sinergias positivas, mas, para isso, devem existir políticas públicas para preservar, promover, respeitar e propiciar exercícios de cidadania aos atores envolvidos no processo.

Brasil o país do Carnaval?

O Brasil é considerado por muitos como o “País do Carnaval”, mas de acordo com pesquisas citadas a maioria da população é avessa aos festeiros carnavalescos.

O Instituto Sensus de pesquisa realizou nos dias 04 e 06 de fevereiro de 2004 uma pesquisa nacional encomendada pela CNT sobre diversos assuntos relacionados a problemas de ordem nacional. Uma das questões tratadas nesse trabalho diz respeito ao carnaval, quando perguntado aos entrevistados se eles gostam ou não desse tipo de festejo e o que eles planejavam fazer no respectivo feriado.

A metodologia adotada foi a seguinte: “2000 Entrevistas, ponderadas para 5 Regiões e 24 Estados, com o sorteio aleatório de 195 Municípios por representatividade de grupos populacionais. Probabilística sistemática até o Setor Censitário para Urbano e Rural, com cotas para Sexo, Idade e Escolaridade no Setor Censitário, e coleta de Renda no Setor Censitário” (SENSUS, 2004). Para validade da pesquisa foi feita uma checagem de 20% do universo amostral. A margem de confiança é de 95%, com uma margem de erro de 3%, considerada absolutamente normal e confiável para uma pesquisa destas proporções.

A primeira questão, que causou a maior surpresa, foi o questionamento se o brasileiro gosta ou não do carnaval. Para uma maioria significativa 57,4% dos entrevistados afirmaram não gostarem dos festejos momescos. Conforme a Tabela 1 pode-se observar que em todas as regiões do país, os resultados foram semelhantes. A região com maior repulsa ao carnaval é a região Sul, onde 67,6% afirmaram não apreciá-lo. A região na qual o carnaval é admirado por um percentual maior dos entrevistados é a região Centro-Oeste com 46,7%. A região Sudeste, onde se concentra o maior contingente populacional e, ainda, as maiores economias e os grandes emissores turísticos do Brasil, 55% afirmaram não gostar do carnaval.

Tabela 1: Opinião dos entrevistados divididos por região do país sobre gostar ou não do carnaval.
Table 1: Opinion of respondents divided by region of the country about to like or not the Carnival.

	Nordeste		Sul		Sudeste		Norte		Centro-Oeste		Total	
	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%
Sim	234	41,6	93	31,4	378	44,4	55	36,2	64	6,7	824	41,2
Não	311	55,2	200	67,6	469	55,0	97,0	63,8	71	51,8	1148	57,4
NS/NR	18	3,2	3	1,0	5	0,6	0	0	2	1,5	28	1,4
Total	563	28,15	296	14,8	852	42,6	152	7,6	137	6,85	2000	100,0

Fonte: CNT / Sensus (2004). **Source:** CNT / Sensus (2004).

Já na segunda pergunta, referida na Tabela 2, e seguindo a tendência da pesquisa, 49% afirmaram que pretendiam descansar em casa e 19,4% somente acompanhariam os desfiles pela televisão. Já 21,3% pretendiam “pular” carnaval, mas a maioria deles 15%, faria isso na própria cidade de residência. E 6,4% pretendiam viajar pa-

ra descansar, incluindo passeios a sítios, retiros e casa de familiares.

Tabela 2: O que os entrevistados pretendiam fazer durante o carnaval.

Table 2: What The respondents intended to do during the carnival.

	Abs.	%
<i>Descansar em casa</i>	980	49,0
<i>Acompanhar pela TV</i>	388	19,4
<i>Brincar nas ruas e clubes</i>	299	15,0
<i>Viajar para descansar</i>	127	6,4
<i>Viajar para brincar NS/</i>	126	6,3
<i>NR</i>	80	4,0
Total	2000	100,0

Fonte: CNT / Sensus (2004). **Source:** CNT / Sensus (2004).

Por meio dos dados apontados pela pesquisa, pode-se concluir que no chamado “País do Carnaval”, os festejos momescos já não possuem tanto apelo popular, e a maioria da população afirma não gostar das festas e procura se refugiar delas. Mesmo entre os que gostam, uma relevante parcela o acompanham pela televisão em seus lares.

Organização do carnaval de Belo Horizonte

A Belotur busca desde 2004 o resgate ou a criação da identidade cultural do carnaval de Belo Horizonte. Para isso, a sua organização, nos três anos anteriores (2003, 2002 e 2001) se basearam em cinco pilares básicos:

- Corso Carnavalesco;
- Bandas Carnavalescas;
- Baile Popular;
- Blocos Caricatos;
- Escolas de Samba.

Outro fator que ajudou na organização foi à criação da Liga das Agremiações Carnavalescas de Minas Gerais (LIAC) em agosto de 2003. Nasceu na junção da antiga União das Escolas de Samba e Blocos Caricatos de Minas Gerais e a Liga Independente de Blocos Caricatos e Carnavalescos de Belo Horizonte.

Local dos Desfiles

Após vários anos ocorrendo em um local afastado do centro da cidade na Avenida Risoleta Neves (antiga Via 240) no Bairro novo Aarão Reis, região Nordeste de Belo Horizonte o que afastava grande parte da população, após o ano de 2011 os desfiles voltaram a ocorrer no centro da cidade, na Praça da Estação e na Avenida dos Andradas, no centro da cidade que é de fácil acesso vindo de todas as regiões da capital.

Mesmo assim, a antiga tendência que ocorria no Bairro Aarão Reis continuou a ser notada de que grande parte do público dos desfiles é composta principalmente por pessoas pertencentes às camadas menos favorecidas economicamente da população que são impossibilitados de viajar para carnavais fora da cidade.

Os desfiles em Belo Horizonte ocorrem no sábado de carnaval com os blocos caricatos e no domingo e segunda-feira de carnaval com as escolas de samba. O ingresso para as arquibancadas tem sido adquirido mediante a doação de dois quilos de alimentos não perecíveis, destinados às instituições beneficentes na cidade.

Eventos Alternativos ao Carnaval

Conforme foi dito anteriormente, muitos defendem que Belo Horizonte se “assuma” como cidade do não carnaval. Para essas pessoas é praticamente impossível a cidade reverter o movimento de fuga de foliões durante os dias da folia e, por isso, a cidade deve investir em eventos que possam atrair turistas que não gostam de carnaval, e que de acordo com a pesquisa CNT/Sensus, representa aproximadamente 57% da população brasileira.

Essa teoria pode ser reforçada, de acordo uma informação colhida junto ao diretor de marketing do Ouro Minas Palace Hotel, Alexandre Drummond, o qual afirma que durante o período houve uma taxa de ocupação da ordem de 60% em confronto com uma média de 40% no restante dos finais de semana. Afirma ainda, que chegaram ao hotel 13 ônibus executivos vindos de várias partes do Brasil, sendo essas pessoas tinham como motivação principal, geralmente, a fuga do carnaval em suas cidades. Algumas iniciativas já foram tomadas sentido, contando ou não com ajuda oficial, mas a maioria não teve sucesso e todas até o momento foram pontuais.

Carnaval Revolução

O Carnaval Revolução foi um evento que aconteceu entre 2002 e 2008 em Belo Horizonte, organizado pela célula mineira do movimento Anticultura Internacional (ACI). É baseado em palestras e discussões sobre a transformação cultural por meio da organização da sociedade civil organizada e da luta contra o capitalismo interna-

cional. Além de palestras e mesas redondas, também ocorrem apresentações de teatro, cinema, grupos musicais e campeonatos de futebol, tudo isso seguindo a cartilha do “faça você mesmo”. A organização do evento é horizontal e não hierárquica, podendo qualquer um ser voluntário.

Não há regras nem normas, tomando como exemplo o campeonato de futebol que é organizado pelos participantes que não seguem as regras formais do esporte, sendo que antes de cada partida as equipes participantes decidem como será o jogo. Juntamente com o Carnaval Revolução, ocorre O Encontro Nacional de Rádios Livres, O Antifestival Nonsense de Bandas, O Ponto de Compartilhamento Livre e O 1º Campeonato Universal de Futebol Autônomo.

Mesmo com todo esse caráter anárquico, o Carnaval Revolução chegou a conseguir certa divulgação, tendo sido feitas reportagens a respeito em grandes jornais de Minas Gerais, São Paulo, Israel, França, em diversos sítios de Internet e até mesmo no canal de televisão MTV. Porém em 2009, devido a uma participação cada vez menor da população, o evento deixou de existir.

Carnavaliza BH

Em 2010 um grupo de jovens, composto principalmente de universitários, criou um movimento denominado Carnavaliza BH, tendo por objetivo resgatar um carnaval mais tradicional, sem influências Baianas e Cariocas, voltado principalmente para a organização de blocos e marchinhas, mas sem a participação dos órgãos oficiais como a Belotur. No primeiro ano ocorreram alguns blocos nos bairros de Santa Efigênia e no boêmio Bairro de Santa Tereza. Nos anos seguintes o evento cresceu e no ano de 2012, por meio da divulgação, principalmente através das redes sociais na internet, contou com a participação de centenas de pessoas que queriam aproveitar o carnaval de forma irreverente e independente do poder público.

No mesmo ano ocorreu uma rara popularização de algumas marchinhas criadas pelo movimento, sendo que uma delas faz referência a um conhecido político da cidade e um suposto mau uso do dinheiro público. A marchinha teve milhares de visualizações no site de compartilhamento de vídeo *Youtube* e gerou bastante polêmica. No ano seguinte, o movimento tomou proporções bem maiores que o previsto pelos organizadores e pela prefeitura (OLIVEIRA; KIEFER, 2013), quando alguns blocos nos quais eram estimados a participação de 500 a 1000 pessoas de acordo com a participação em anos anteriores teve um público presente de aproximadamente 12 mil pessoas. Porém este movimento ainda é muito recente e, portanto, não se pode fazer uma análise mais detalhada do mesmo. Entretanto é notada uma tendência de uma parcela da população que está se interessando cada vez mais pelo movimento Carnavaliza BH.

Conclusão

O carnaval de Belo Horizonte não conseguiu até hoje envolver e sensibilizar a maior parte da população da cidade. Mesmo com o público nos desfiles sendo cada vez maior nos últimos anos, nota-se que a maioria permanece alheia às festas.

O carnaval na cidade não se baseia só nas escolas de samba, sendo que a própria Belotur usa cinco pilares básicos para tentar criar uma identidade para o carnaval. Os gestores públicos sabem que apenas repetindo as mesmas manifestações culturais comuns às outras cidades será praticamente impossível Belo Horizonte competir com destinos turísticos mais consolidados para essa época do ano.

Pode-se ver que pela primeira vez em Belo Horizonte o carnaval tem sido planejado com antecedência. Foi criada a LIAC, como citado anteriormente, com o intuito de congregiar as agremiações e, juntamente com a Belotur, tem-se realizados seminários para repensar e criar estratégias para propiciar o crescimento da folia na cidade.

Paralelamente eventos como o Carnavaliza BH apresenta nos últimos anos um crescimento significativo e pode com o tempo se tornar uma manifestação espontânea e popular das festas na capital mineira, o que demonstra o interesse crescente de uma parcela da população, principalmente formada por jovens de classe média, em fomentar uma festa com identidade própria sem copiar modelos estabelecidos em outras cidades ou estados.

Quanto aos custos do carnaval, muito criticado pelos que defendem o seu fim em Belo Horizonte, pode-se dizer que são pequenos, levando-se em conta a arrecadação municipal. Conforme o balanço publicado pela Prefeitura, a cidade arrecadou no ano de 2005 aproximadamente 3,5 bilhões de reais e o gasto declarado no carnaval foi de 630 mil reais, ou seja, 0,02% da arrecadação municipal. Mesmo levando-se em conta o gasto dividido por habitantes, tem-se aproximadamente R\$ 0,27. Esses indicadores mostram que em termos de custos o carnaval de Belo Horizonte é extremamente viável e barato.

Contando que a efetiva participação dos moradores da cidade é muito baixa pode-se questionar esses gastos. De acordo com estatísticas correntes, quase 500 mil moradores deixam a cidade no carnaval ou 11% da população local. Segundo pesquisas recentes, 57% dos entrevistados não apreciam as festas carnavalescas. É importante ressaltar que uma grande parcela da população que o aprecia possui condições financeiras de viajar. Essas pessoas que não apreciam a festa não devem ser ignoradas pelo poder público, e por isso a Belotur insiste na realização do carnaval.

Quanto a eventos alternativos, esta parece realmente ser a única opção em médio prazo de atratividade turística em Belo Horizonte no período carnavalesco. Contudo é notória a importância do apoio oficial para a realização do carnaval principalmente atendendo a população mais pobre e consequentemente com menos opções de lazer. O investimento em eventos alternativos para tentar atrair turistas que fogem do carnaval pode ser bastante interessante e não concorre de forma nenhu-

ma com as festas carnavalescas tendo em vista o tamanho da cidade e a realização ainda tímida de blocos e desfiles que ocorrem em regiões pontuais da cidade.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. Carnaval: Uma abordagem psico-sociológica. **Tese**: Belo Horizonte, 1991.

BARRETO, A. **O Primeiro Carnaval de Belo Horizonte**: Minas Gerais. Belo Horizonte, 12 mar. 1929, p. 7.

BATISTA, C.M. Memória e identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual do Turismo**: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/17/cvt17_27_33/cvt17_27_33.htm. Acesso em: 22 fev. 2006.

BENI, M.C.. **Análise Estrutural do Turismo**. Senac: São Paulo, 2002.

COELHO, A. **Festa e Turismo no Brasil; o Carnaval do Rio de Janeiro**. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/site/arquivos/dados_fatos/observatorio/FestaeTurismoBrasil.pdf. Acesso em: 29 mar. 2006.

COSTA, C. R. F; ANDRADE, R. G. Carnaval, samba e comunicação no morro da Mangueira. **Anais** do XXVI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação: Belo Horizonte, 2003. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003_NP17_costa.pdf. Acesso em: 13 abr. 2006.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

INSTITUTO SENSUS. **Pesquisa de Opinião Pública nacional - Rodada 67**. Brasília, 6 fev. 2004.

MELÉNDES, A.. **Eventos urbanos tradicionales y practicas folklóricas para el turismo cultural patrimonial**. The Touristic Historic City Conference: Bruges, Bélgica 2002. Disponível em: <http://150.185.222.180/mimeoteca/papers/Eventos%20urbanos%20y%20practicas%20folklóricas%20para%20el%20turismo%20cultural.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2006.

RIBEIRO, M. Festas Populares e turismo cultural – inserir valor ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Osório, Rio Grande do Sul. **Passos Revista do Turismo e Patrimônio Cultural**. 2004. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/2104/PS040104.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2006.

OLIVEIRA, J.; KIEFER, S. Milhares de foliões provam que BH tem vocação para carnaval, mas falta planejamento. **Jornal Estado de Minas**, 14 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/02/14/interna_gerais,350303/carnaval-renascido-na-capital-mineira-deixa-licoas.shtml. Acesso em: 14 fev. 2013.

RIBEIRO, M. Na Terra do não Carnaval. **Jornal Diário do Comércio**. Belo Horizonte, 16 fev. 1996. Comunicação e Marketing.

VELOSO, J. **Carnaval não é pra ver, Carnaval é Prapular**. Belo Horizonte, 1 mar. 1995. Assessoria de Comunicação da Belotur.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Bookman: Porto Alegre, 2005.

Solano de Souza Braga: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: solanobraga@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3774316982731542>

Leandro Martins Vieira: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Email: leandrovieira@globbo.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0878691565022717>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 16 de julho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Planejamento logístico de restaurantes: um estudo de caso dos restaurantes de São Borja (RS)

Logistics planning in restaurants: a case study on three restaurants in São Borja (RS, Brazil)

Fabício Silva Barbosa, Rafael Silvestre Serpa Heize, Annibal José Roris Rodriguez Scavarda do Carmo

RESUMO

A expansão do setor de serviços no Brasil tem feito com que alguns municípios tenham buscado na atividade turística, uma alternativa rentável para alavancar a economia local. Esta pesquisa teve por objetivo principal investigar o processo logístico dos principais restaurantes da cidade de São Borja/RS, tomando como base a Cadeia de Valor de Porter (1999). Este estudo de caráter qualitativo teve como método um estudo de caso, e para a coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado que subsidiou as entrevistas, bem como observação dos pesquisadores. O resultado da investigação aponta para uma evolução nos processos logísticos nos empreendimentos voltados para o setor de alimentos e bebidas, contudo, alguns novos processos necessitam ser implementados para uma melhoria da prestação dos serviços oferecidos.

PALAVRAS-CHAVE: : Logística; Restaurantes; Cadeia de valor; São Borja.

ABSTRACT

The expansion of the services sector in Brazil has caused some municipalities to look to tourism activity as a viable alternative for leveraging the local economy. But for this activity to be developed in a way that meets the objectives, there is a need for companies in the region to be prepared for this new reality. The main objective of this study was to investigate the logistics process of the main restaurants in the town of São Borja/RS, based on Porter's value Chain (1999). This method used in this qualitative study was a case study. For the data collection, a semi-structured questionnaire was used that supported the interviews, as well as observation by the researchers. The results of the investigation point to an evolution in the logistics processes in companies in the food and drink sector. However, some new processes need to be implemented in order to improve the services offered.

KEY-WORDS: Logistics; Restaurants; Value Chain; São Borja.

Introdução

Atualmente os serviços possuem papel de destaque na atividade econômica de qualquer sociedade. Serviços de infraestrutura são primordiais para a construção do elo essencial entre todos os setores da economia, inclusive o cliente final. Em economias complexas e diversificadas, tanto os serviços comerciais quanto os de infraestrutura atuam como intermediários e também como canais de distribuição para o consumidor final. (FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2005). Corroboram este pensamento Corrêa e Caon (2002) e Magnano e Cheveste (2011) quando descrevem que o setor de serviços ganha cada vez mais importância no mundo, sendo fundamental pela fomentação trabalho e geração de riqueza em vários países, o que tem possibilitado um aumento considerável do PIB dos países que tem investido no setor.

Neste contexto, percebe-se que o setor de serviços é imprescindível para o desenvolvimento sócio-econômico de uma localidade, através da geração de trabalho e renda. Ocorrem por fatores como o aumento da renda da população, entrada de classes emergentes na economia e novas tendências de consumo. Diante destes pontos, nota-se uma perspectiva otimista para crescimento deste segmento no país.

Com o crescimento do país e principalmente da economia local, O PIB do município de São Borja cresceu em 17,4% no período de 2008/2009 (ZERO HORA, 2011). Pode-se citar que este aumento se deu em grande parte pelo setor terciário, o segmento citado corresponde a 54,3% do Valor Adicionado Bruto da cidade (FEE, 2012). Percebe-se que o propulsor do aumento da economia local foi a implantação das instituições de ensino federais, Instituto Federal Farroupilha e Universidade Federal do Pampa, o que promoveu um “boom” no segmento de serviços, principalmente nos setores de infraestrutura, imobiliário e de alimentos e bebidas.

A cidade de São Borja derivou-se da redução de São Francisco de Borja, fundada em 1682 pelo jesuíta espanhol Padre Francisco Garcia, sendo este o primeiro dos sete povos das missões. O município é conhecido, também, como “Terra dos presidentes”, por ser a terra natal de grandes estadistas, os ex-presidenciais Getúlio Vargas e João Goulart (PINTO, 2010). São Borja está localizada na região da fronteira-oeste do Rio Grande do Sul, onde faz fronteira com a cidade argentina de Santo Tomé, possui população total de 61.662 habitantes, (IBGE, 2012). Destacam-se os atrativos culturais, turísticos do agronegócio e mais recentemente a transformação da cidade em um grande polo educacional.

A presente investigação tem como objetivo principal investigar o processo logístico das empresas do segmento de alimentos e bebidas do município de São Borja/RS. Para que o objetivo fosse alcançado, utilizaram-se como objeto de estudo os três principais restaurantes da cidade. Esta pesquisa de caráter qualitativo teve como método a estruturação de um estudo de caso, onde foi utilizado o modelo da cadeia de valor em serviços criada por Porter (1999).

A coleta de dados foi feita através de entrevistas realizadas com os gerentes e proprietários dos estabelecimentos. O processo de entrevistas foi subsidiado com aplicação de questionários semiestruturados. Os autores também utilizaram informações obtidas através de suas experiências como clientes dos estabelecimentos estudados. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de implementação de novos processos, o que resultará em um avanço da prestação de serviços no setor local de alimentos e bebidas.

Fundamentação teórica

Logística

Na Antiguidade, os produtos desejados eram produzidos onde as pessoas gostariam de consumi-los. Todos os produtos, incluindo alimentos, estavam amplamente dispersos e disponíveis em abundância apenas em certos períodos do ano. Sendo assim, eles deveriam ser consumidos de imediato e nos locais onde se encontravam, ou então, deveriam ser armazenados para uso posterior. Todo este processo fazia-se necessário por não haver um sistema de transporte e distribuição organizado, bem como sistemas de armazenagem bem estruturados (BALLOU, 2001). Para Pires (2004), a logística como área de atuação e conhecimento humano existe há muito tempo, e os livros tradicionais reforçam o caráter militar que a disciplina adquiriu, o que foi de grande importância na antiguidade. Ressalta-se que, há não muito tempo, o departamento logístico desempenhava uma função secundária dentro das empresas. Mas o tempo passou, trazendo mudanças e novas formas de se trabalhar com a logística. Estas mudanças e o surgimento de uma nova forma de trabalho foram impulsionados por uma série de acontecimentos ocorridos nas últimas décadas. Segundo Christopher (1997, p.2), “os princípios de gerenciamento logístico levaram uns setenta anos ou mais para serem claramente definidos”.

A logística foi fundamental na história da humanidade e continua até hoje para as organizações, porém, ganhou maior destaque dentro das empresas após a Segunda Guerra Mundial. A partir dela, tem crescido de forma contínua, não deixando de lado a sua ligação direta com a logística militar. Durante a referida guerra (1939-1945), a logística foi utilizada de forma global e estabeleceu-se uma ligação direta integrada a estratégias e táticas que serviam de apoio às atividades militares (DA SILVA; MUSETTI, 2003).

O conceito de logística também acompanhou a sua evolução. Hoje a logística apresenta uma interface fundamental junto à produção e ao marketing, tornando-se instrumento de extrema e fundamental importância dentro dos processos. A partir da segunda fase, apresentada no quadro abaixo, é possível claramente observar que a logística adquire um caráter essencialmente estratégico, funcionando como uma grande ferramenta dentro das organizações (WOOD JÚNIOR, 2004).

A Tabela 1, criada por Wood Júnior, demonstra as diversas fases ligadas à e-

volução do conceito de Logística:

Tabela 1: Evolução do conceito de logística.

Table 1: Evolution of the concept of logistics.

Fases	Fase zero	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Quarta fase
Perspectiva dominante	Administração de materiais	Administração de materiais + Distribuição	Logística integrada	Supply chain management	Supply chain management + Efficient consumer response ³
Focos	-Gestão de estoques -Gestão de compras -Movimentação de materiais	-Otimização do sistema de transporte	-visão sistêmica da empresa -Integração por meio de sistema de informações	-visão sistêmica da empresa incluindo fornecedores e canais de distribuição	-Ampla uso de alianças estratégicas, co-makership, subcontratação e canais alternativos de distribuição

Fonte: Wood Júnior (2004, p.214). **Source:** Wood Júnior (2004, p.214).

Na definição proposta pela *Council of Logistics Management* (CLM), a logística seria uma parte integrante daquilo que comumente se entende por cadeia de suprimento, demonstrando que é preciso a gestão eficiente de fluxos de bens, serviços e informações, desde a obtenção de insumos até sua distribuição. Nas palavras de Figueiredo, Fleury e Wanke (2003, p. 28), logística é:

O processo de planejar, implementar e controlar eficientemente, ao custo correto, o fluxo de armazenagem de matérias-primas, estoque durante a produção e produtos acabados, e as informações relativas a estas atividades, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender aos requisitos do cliente.

Através da citação acima, leva-se a crer que o processo logístico é capaz de desenvolver vantagem competitiva para as organizações, uma vez que a grande concorrência, em conjunto com altos custos das empresas, planejar todas as atividades que fazem parte do referido processo são fundamentais no objetivo de proporcionar o melhor atendimento ao consumidor, à medida que, garantindo a satisfação do mesmo, permitem a sua fidelização. Bowersox e Closs (2001) confirmam que organizações que usufruem de competência logística, obtêm vantagem competitiva e propiciam aos seus clientes um serviço com qualidade superior (excelência).

Cadeia de suprimentos e rede de valor

Com a ampliação da concepção do conceito de logística, faz-se necessário o estudo da cadeia integrada, criada entre a interação de fornecedores e clientes

que deve ser gerida como uma entidade única. Em um primeiro momento, dizia-se em acabar com as barreiras entre as empresas, tendo em vista a promoção e integração dos processos de cada uma delas. Esta ideia é entendida como cadeia de suprimentos, segundo os ensinamentos de Christopher (1997). A gestão da rede de suprimentos é uma metodologia desenvolvida para alinhar de maneira eficiente todas as atividades de produção de maneira sincronizada, com o intuito de reduzir custos, minimizar ciclos, maximizar o valor percebido pelo cliente final em busca de resultados superiores por meio da redução das barreiras no ambiente interno da organização ou entre organizações.

No entendimento de Bowersox, Closs e Cooper (2006), a cadeia de suprimentos oferece uma estrutura para negócios e seus fornecedores, que trabalham em conjunto para que as mercadorias, serviços e informações cheguem até os consumidores da forma mais rápida e eficiente, ocasionando a satisfação destes. Ainda de acordo com Bowersox, Closs e Cooper (2006), a gestão da cadeia de suprimentos compreende empresas que colaboram na busca por um posicionamento estratégico que possa garantir a melhoria de seus serviços.

Outrossim, a logística torna-se uma ferramenta de extrema importância para a criação de vantagens competitivas no mercado de serviços, no qual está inserido o setor de serviços. Para ratificar este pensamento, Porter (1985, p.89) afirma que:

A vantagem competitiva não pode ser compreendida olhando-se para uma empresa como um todo. Ela deriva das muitas atividades discretas que desempenha, projetando, produzindo, entregando e apoiando o seu produto. Cada uma dessas atividades pode contribuir para a posição de custo relativo da empresa e criar a base para a diferenciação. A cadeia de valor desdobra a empresa em suas atividades estrategicamente relevantes, para compreender o comportamento dos custos e as fontes de diferenciação existente ou potenciais. Uma empresa ganha vantagem competitiva executando estas atividades estrategicamente importantes de maneira mais barata, ou melhor, que seus concorrentes.

Por isso é importante desenvolver a análise da cadeia de valor de Porter (1999), porque é considerado o mais completo e adequado ferramental estratégico para ser utilizado nas empresas prestadoras de serviços. As principais variáveis analisadas para esta constatação foram: determinação do valor agregado aos serviços, vantagem competitiva e os principais custos.

A Figura 1 demonstra como foi estruturado o modelo da cadeia utilizada por Porter (1999).



Figura 1: Cadeia de valores genérica criada por Porter.

Figure 1: Generic Value Chain created by Porter

Fonte: Porter (1999, p.35).

Source: Porter (1999, p.35).

A cadeia proposta por Porter (1999) deve ser adaptada caso a caso para cada empresa, e possibilita a elas agregar valor no mercado em que estão inseridas por meio das suas atividades, divididas em atividades principais (primárias) e de apoio. Atividades principais compreendem aquelas voltadas diretamente ao sistema produtivo. Já as atividades de apoio dizem respeito às que proporcionam suporte a todas as demais atividades, permeando toda a organização, possibilitando a efetivação das atividades primárias (SILVA *et. al.*, 2007).

As atividades ligadas à cadeia de valor estão vinculadas umas às outras e, por completarem-se, é quase impossível separá-las, principalmente em empresas do segmento de prestação de serviços, nas quais as atividades são integradas, quase nunca sendo verificada a independência entre elas (PORTER, 1999; WOOD JÚNIOR, 2004; GAZZERRA, 2005).

Procedimentos metodológicos

Esta investigação tem por objetivo analisar o processo logístico dos principais restaurantes da cidade de São Borja/ RS. A abordagem será qualitativa, exploratória, com corte transversal, e o método a ser utilizado é o estudo de caso. Segundo Triviños (1987), na pesquisa qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta dos dados, e o pesquisador é o instrumento-chave. Richardson (1999) afirma que neste tipo de pesquisa se procura uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelo entrevistado. Para Flick (2004), é importante ressaltar que as ideias centrais que norteiam a pesquisa qualitativa são diferentes das encontradas nas pesquisas quantitativas. Alguns aspectos devem ser considerados, tais como: a habilidade do pesquisador na escolha de métodos e teorias que se adaptem ao objeto de estudo, a identificação e verificação das diferentes perspectivas, o reconhecimento por parte do pesquisador de que

sua pesquisa faz parte de um processo de produção de conhecimentos e a diversificação na aplicação de técnicas e métodos. O caráter exploratório permite a familiarização do problema com o intuito de torná-lo explícito, sendo muito comum, neste tipo de pesquisa, a utilização de dados fontes secundárias (BABBIE, 1998; DENCKER, 1998). Argumenta Dencker (1998) que a pesquisa exploratória permite a flexibilidade do planejamento, envolve em grande parte levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes, e quase sempre se apresenta como estudo de caso. Para Yin (2005, p. 32), estudo de caso é uma investigação empírica sobre “[...] *um fenômeno dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos*”. Compartilha este pensamento Eisenhardt (1989), acrescentando que o estudo de caso tornará viável a elucidação sobre temáticas que ainda não tiveram propostas de estudos mais aprofundadas.

Quanto ao tempo em que os dados foram coletados, a pesquisa apresenta corte transversal (*cross-sectional*). Para Sampieri *et al.* (1991, p.2), o corte transversal acontece quando “*a coleta de dados ocorre em um só momento, pretendendo descrever e analisar o estado de uma ou mais variáveis em um dado momento*”. Caso a coleta de dados ocorresse em momentos distintos, originaria o corte longitudinal.

A coleta de dados foi obtida através de entrevistas semiestruturadas com os gerentes e proprietários dos restaurantes. A pesquisa bibliográfica também foi utilizada como instrumento de coleta de dados. De acordo com Marconi e Lakatos (2005), a utilização da pesquisa bibliográfica ocorre no momento em que o pesquisador tem a percepção da necessidade de levantamento de dados sobre assuntos específicos.

Resultados da pesquisa

Caracterização dos empreendimentos pesquisados

Os empreendimentos utilizados como objeto de estudo nesta investigação são restaurantes bem frequentados, altamente conceituados pela comunidade local, com características peculiares e cujos proprietários possuem uma vasta experiência no setor de alimentos e bebidas. São considerados os três maiores restaurantes da cidade. Como forma de preservar a identidade dos locais, chamaremos os restaurantes A, B e C respectivamente.

Identificação da cadeia de valor dos empreendimentos pesquisados

O modelo que norteou a identificação da cadeia de valor dos empreendimentos estudados foi o proposto por Porter (1999). Utilizaram-se como condutores para a apresentação dos dados coletados do objeto de estudo o *constructor* atividades de apoio, que está diretamente ligado às variáveis: infraestrutura, recursos humanos, administração e tecnologia da informação; e o *constructor* atividades primárias, relacionado às variáveis logística operacional, *marketing* e pós-venda (BARBOSA, 2010).

Atividades de apoio

Segundo Porter (1999), as atividades de apoio são as que sustentam as atividades primárias, fornecendo recursos para que elas exerçam suas funções dentro da cadeia de valor.

Infraestrutura

O restaurante A existe na cidade há 16 anos, possui 45 mesas e a sua capacidade de carga é para 180 clientes sentados confortavelmente. A entrevista foi realizada com a proprietária do restaurante que explanou a respeito da grande dificuldade de se trabalhar com a atual infraestrutura do restaurante. Na opinião da entrevistada, o atual espaço físico disponível para atendimento dos clientes não atende mais as necessidades do empreendimento. O estabelecimento cresceu mais do que as expectativas de seus gestores, contudo, existem projetos para a aquisição de um prédio próprio, uma vez que o restaurante funciona em um prédio locado. Para a entrevistada, o problema do espaço é o grande desafio a ser vencido. O restaurante A é uma empresa totalmente familiar, não possui apoio de uma assessoria jurídica e a gestão do empreendimento é totalmente realizada através dos conhecimentos empíricos adquiridos pelos seus gestores durante o tempo de existência da empresa. O planejamento financeiro é totalmente organizado pelos proprietários, que não recorrem às instituições bancárias para realizar projetos dentro da empresa. A entrevistada informou ainda que quase todas as ações do restaurante referentes aos processos que são realizados estão centralizadas em seus gestores. A respondente informou ainda que considera esta centralização uma falha grave, porém, há uma grande dificuldade de se contratar mão de obra qualificada para desempenhar atividades em níveis gerenciais, motivo este que cada vez mais aumenta a centralização das atividades em poucas pessoas. A empresa não desenvolve nenhum tipo de programas relacionados à qualidade da prestação de serviços.

A segunda entrevista foi realizada com a proprietária do restaurante B. Na oportunidade a respondente explicou que a estrutura atual do restaurante atende todas as necessidades do empreendimento. O restaurante B existe na cidade há 20 anos, possui 80 mesas e atende cerca de 150 pessoas diariamente. Por ser uma empresa familiar, os proprietários fazem todo o planejamento de gestão da empresa. A entrevistada explicou ainda que um dos grandes desafios da empresa foi a grande reforma realizada no restaurante há dois anos. Reforma esta que foi executada com recursos oriundos de instituições bancárias, mas que a empresa já conseguiu pagar quase que em sua totalidade. A empresa conta com um setor contábil, e também com uma assessoria jurídica quando necessário. O restaurante B funciona em prédio próprio e tem na sua estrutura e qualidade da alimentação oferecida os seus principais diferenciais, segundo a entrevistada. O público alvo do restaurante compõe-se de empresários, funcionários públicos e os hóspedes do hotel localizado ao lado do restaurante. Para a proprietária do restaurante B, hotel e restaurante estão interligados e um colabora com o funcionamento do outro.

A terceira e última entrevista foi realizada com o gerente do restaurante C que nos recebeu e colaborou com esta investigação. O restaurante C existe na cidade de São Borja há 30 anos, possui 75 mesas e funciona em prédio próprio. Segundo o gerente geral do restaurante, a estrutura física atual atende as necessidades do empreendimento. O respondente informou que o restaurante possui um escritório contábil que presta serviços para empresa, porém, o proprietário do restaurante é o grande responsável pela parte contábil e jurídica, uma vez que possui formação na área. Segundo o gerente do restaurante C, o grande diferencial da empresa é os alimentos que são servidos. O restaurante não economiza na compra das matérias-primas que são utilizadas para preparação dos pratos. O restaurante C trabalha com metas, cujo alcance acontece quando o gestor do empreendimento consegue diminuir os custos, conforme explicado pelo gerente. Atual-

mente a empresa está implantando um programa de qualidade junto aos seus colaboradores, que tem como foco o atendimento e relacionamento com o cliente.

Recursos humanos

Com relação aos recursos humanos, o restaurante A conta atualmente com uma equipe de 17 colaboradores devidamente registrados, incluindo os familiares que atuam no empreendimento. No total, cerca de 20 pessoas divididas entre cozinheiros, garçons, *maitres*, gerentes e outros que trabalham diretamente no restaurante. Na opinião da entrevistada, uma das maiores dificuldades para a contratação de pessoas é a falta de profissionais qualificados na cidade. Muitas vezes a administração do restaurante opta em contratar pessoas sem experiência, porém, com vontade para aprender, pois desta forma elas podem ser moldadas de acordo com o perfil da empresa. Uma curiosidade relatada pela entrevistada refere-se a um critério peculiar utilizado por ela, para fazer contratação de cozinheiras e ajudantes de cozinha. Ela relatou que durante a entrevista observa as unhas da candidata. E em hipótese alguma contrata pessoas com unhas grandes ou compridas. Mais uma vez a falta de mão de obra qualificada foi apontada como um dos grandes problemas do setor hoteleiro da cidade de São Borja.

A proprietária do restaurante B informou que a mentalidade das pessoas ainda é muito provinciana, não estão dispostas a mudanças, motivos estes pelos quais não são disponibilizados cursos de capacitação ou programas de qualificação. Segundo a respondente as pessoas possuem dificuldades para assimilar as novas tendências do mercado. O restaurante B não conta com nutricionista, e trabalha e funciona atualmente com cerca de vinte e três colaboradores. A respondente informou ainda que costuma aceitar indicações no processo de seleção dos colaboradores e proporcionar *upgrades* para aqueles que mais se destacam em suas funções.

Já o restaurante C conta atualmente com dezoito colaboradores em seu quadro funcional, todos devidamente registrados. O processo para contratação de funcionários ocorre via análise de currículo e da verificação das habilidades do candidato. A gerência do hotel não aceita indicações, mas procura checar todas as informações citadas pelo candidato no ato da entrevista. Na opinião do gerente do restaurante este é o método mais eficiente para contratação de colaboradores. A empresa dentro das possibilidades procura oferecer cursos de capacitação e treinamento aos seus colaboradores, além de incentivar a qualificação dos mesmos. O respondente informou ainda que todas as normas internas do estabelecimento são claras e que estão à disposição de todos os funcionários.

Administração

O processo de compras do restaurante A acontece diariamente. A entrevistada explicou que o restaurante não trabalha com armazenagem de suprimentos. Na ocasião, ela ainda demonstrou o desejo de no futuro implantar um sistema que possa viabilizar a criação de um estoque no restaurante. A entrevistada citou ainda que todos os perecíveis, como frutas, legumes e verduras são comprados diariamente. As carnes são entregues pelo açougue diariamente e os únicos itens que são estocados são: camarão, cortes de frango e batata palito. As bebidas também são entregues diariamente pelos fornecedores. Com relação às compras de móveis e equipamentos, estes são comprados de acordo

com a necessidade apresentada pelo estabelecimento.

De acordo com a proprietária do restaurante B, o processo de compras da empresa acontece diariamente. O restaurante, ainda que possua uma boa estrutura física, não dispõe de um sistema de gerenciamento de estoques. A entrevistada considera de suma importância a implantação do sistema, porém, a forma como a empresa opera atualmente, segundo a respondente, atende as necessidades do empreendimento. Com relação à armazenagem de suprimentos, poucos produtos são estocados. As compras são realizadas diariamente de acordo com as necessidades.

No restaurante C o processo de compras não é muito diferenciado dos outros estabelecimentos pesquisados. As compras são realizadas diariamente e somente os produtos industrializados são estocados e mesmo assim em uma pequena quantidade. Frutas e verduras são compradas diariamente, segundo o gerente do restaurante a falta de consciência das pessoas que utilizam as matérias-primas inviabiliza a estocagem de suprimentos. Os funcionários não conseguem ter o controle necessário para se manter um estoque. As bebidas também são entregues pelo fornecedor duas vezes por semana no próprio restaurante. Com relação à aquisição de móveis e equipamentos, o entrevistado explicou que a aquisição dos mesmos só acontece em casos de extrema necessidade, pois como foi citada anteriormente, a meta do restaurante é diminuir os custos.

Tecnologia da informação

O restaurante A não utiliza nenhum tipo de Sistemas de gerenciamento de informação ou sistemas que estejam relacionados à Tecnologia da Informação. A proprietária do restaurante reconhece a importância dos recursos tecnológicos nas empresas em dias atuais, explicou que existem projetos para a implantação de sistemas que facilitem os processos na empresa. Contudo, todos os processos do restaurante A acontecem manualmente. O restaurante B não dispõe de nenhum tipo de sistema de gerenciamento que esteja atrelado à Tecnologia da Informação. Segundo a entrevistada a gestão do restaurante é feita através dos conhecimentos empíricos adquiridos durante os 20 anos de existência da empresa. O restaurante C não conta com o apoio de recursos ligados a TI. Todos os processos do empreendimento acontecem manualmente.

Atividades primárias

a) Logística operacional

O restaurante A inicia suas atividades às 7h todos os dias. O restaurante não possui serviços de nutricionista e o cálculo da comida preparada diariamente é feito de acordo com a média de consumo diário. A entrevistada explicou ainda que o consumo é maior do dia 28 ao dia 15 de cada mês. Depois deste período o consumo diminui bastante. A entrevistada explicou que todos os alimentos ficam prontos às 11h, pois às 11h30, já tem uma grande quantidade de pessoas esperando para almoçar. Questionada a respeito da falta de uma padronização no cálculo dos alimentos preparados, a entrevistada explicou que prefere que todos os clientes que chegam durante o horário de pico sejam bem atendidos e servidos, e os que chegarem após as 13h possam se servir não das sobras, mas que fiquem sem consumir alguns pratos diferenciados preparados e consumidos no horário de grande movimento. O restaurante do hotel A serve todos os dias aproximadamente

200 refeições nos horários de pico, podendo atender aproximadamente mais 20 refeições depois das 13h30min. Também funciona à noite, com rodízios de pizzas, tele entrega de pratos *A La carte* e pizzas.

O restaurante B inicia as suas atividades impreterivelmente às 7h, pois às 11h já existem clientes para serem atendidos. O restaurante não possui cálculos específicos da quantidade de alimentos que serão preparados. A entrevistada explicou que a empresa trabalha com uma média do que é vendido diariamente. Caso seja verificada a possibilidade de faltar algum tipo de prato, a reposição é feita de imediato, como por exemplo, as saladas que são preparadas quase que ao mesmo tempo em que são consumidas. Esta reposição torna-se mais difícil na parte dos grelhados, de forma que os clientes que chegam após o horário de pico não costumam encontrar alguns tipos de cortes. O restaurante funciona diariamente para o almoço e à noite com rodízio de pizzas, rodízio de filés, pratos *a La Carte* e *happy hours*.

As atividades no restaurante C são iniciadas às 7h30min, pois a regra é que às 11h30min o Buffet esteja totalmente montado e o restaurante pronto para atender aos seus clientes. O restaurante não faz um cálculo específico para preparação dos pratos diariamente, os alimentos são preparados com base na média de venda diária, sendo que aos domingos esta quantidade dobra. O restaurante não possui nutricionista, e os cardápios são montados e supervisionados pela proprietária do restaurante. O restaurante atende cerca de 200 pessoas diariamente para o almoço e uma média de 60 pessoas pela parte da noite com serviço de tele entrega e pratos *A La Carte*.

b) Marketing e pós-vendas

A proprietária do restaurante A considera como grande diferencial da sua empresa o atendimento. Tratar as pessoas pelo nome, tomar um café e comentar as notícias da cidade são estratégias utilizadas pelos gestores do restaurante para fidelizar os seus clientes. Para a entrevistada, a propaganda “boca a boca” é a grande responsável pelo sucesso do seu restaurante. O restaurante A não realiza serviço de pós-vendas. A proprietária do restaurante B explicou que atualmente o restaurante do hotel se autovende pela qualidade dos serviços oferecidos e pela estrutura física que o mesmo possui. Contudo, quando existe a necessidade da utilização de divulgação da empresa recorre-se à utilização de algumas ferramentas tais como: rádio, carro de som e plotagem na frota de veículos da empresa. As principais ferramentas de comunicação e marketing utilizadas pelo restaurante C são: rádio, jornais, panfletagens e a criação de promoções para suprir períodos sazonais, como por exemplo, no inverno, período em que o movimento costuma cair consideravelmente. Não são realizadas ações de pós-vendas.

c) Identificação da rede de valor dos empreendimentos estudados

A identificação da rede de valor dos empreendimentos pesquisados teve como subsídio o modelo teórico proposto por Wood Júnior (2004). O *constructor* rede de valor norteou este subitem da investigação que teve ainda como variáveis: fornecedor, distribuidor, atacadista e varejista. (BARBOSA, 2010).

d) Fornecedores

O fator determinante para a escolha dos fornecedores do restaurante A é o preço.

Claro que fatores como atendimento e qualidade também são considerados. A entrevistada informou ainda que com base nestes critérios, ela mantém alguns fornecedores há aproximadamente 16 anos. A respondente confirmou ainda que alguns serviços do restaurante são terceirizados, dentre eles o serviço de limpeza da cozinha, que facilita o trabalho dos colaboradores que utilizam o ambiente, os serviços de manutenção e conservação do prédio e os serviços de tele entrega. Os *Constructors* distribuidores, atacadistas e varejistas não se aplicam ao empreendimento pesquisado. Segundo a entrevistada, o fator qualidade determina a escolha de seus fornecedores, seguido do fator preço. O fator qualidade para a respondente é o mais importante, pois ele determinará a qualidade dos alimentos que serão oferecidos aos clientes do restaurante. O restaurante B não terceiriza nenhum tipo de serviço, pois todos são executados pela própria *staff* do restaurante. Com relação aos distribuidores, o restaurante B conta o apoio dos responsáveis pelas excursões que visitam São Borja. Segundo a entrevistada, os grupos fazem reserva dos lugares que serão ocupados em dias e horários pré-determinados. Segundo a respondente a escolha do restaurante é feita pela estrutura e qualidade dos serviços, não envolvendo nenhum tipo de comissão para os responsáveis pelos grupos. O *constructo* varejista não se aplica ao restaurante B. Segundo o gerente do restaurante C, o principal fator levado em consideração na escolha de um fornecedor é a qualidade, pois a partir deste requisito será possível oferecer um produto que atenda as necessidades dos clientes. Outro fator considerado importante é a pontualidade dos fornecedores. E o fator preço para o respondente é o último fator a ser considerado. O restaurante C preocupa-se acima de tudo com a qualidade dos produtos que estão sendo oferecidos, mesmo que isto faça com que a sua margem de lucro seja diminuída. Os *constructos* varejistas e distribuidores não se aplicam ao restaurante C.

Análise dos dados coletados

Análise da cadeia de valor dos empreendimentos pesquisados

Os resultados da pesquisa apontam que a atual infraestrutura dos empreendimentos pesquisados atende às necessidades dos restaurantes pesquisados. A exceção ficaria por conta da infraestrutura do restaurante A, pois segundo relatos da proprietária, se houvesse a possibilidade de dispor de um espaço maior seria possível proporcionar um melhor atendimento aos seus clientes. Para Porter (1999), o planejamento financeiro é indispensável quando da consolidação da infraestrutura de uma organização. O autor salienta que uma vez não planejado adequadamente, pode vir a comprometer todo o planejamento estratégico desenvolvido para aquela empresa. Com relação aos Recursos Humanos, todos os entrevistados foram unânimes em citar a grande dificuldade de se conseguir mão de obra qualificada para trabalhar nos restaurantes. Contudo, esta dificuldade vem sendo suprida de forma gradativa a partir da iniciativa das Instituições de Ensino localizadas na cidade, que vêm oferecendo cursos direcionados para o setor de alimentos e bebidas. Allen et al (2008) salientam que a melhor opção neste tipo de empreendimento, onde o carro chefe é a prestação de serviços, é que seja evitada a rotatividade de colaboradores uma vez que esta mudança drástica constante compromete os processos operacionais da empresa.

Os resultados da pesquisa mostram que todos os empreendimentos pesquisados são empresas familiares, e a gestão é feita por pessoas sem formação acadêmica, com predominância dos conhecimentos empíricos adquiridos ao longo do trabalho desenvolvido na administração das empresas. O destaque para este quesito fica por conta da admi-

nistração do restaurante C, pois, ainda que seja uma empresa familiar, possui um gerente atualizado sobre as novas tendências relacionadas ao mercado do segmento de alimentos e bebidas. Com relação à tecnologia da informação dos empreendimentos pesquisados, os processos disponíveis apresentam-se ainda de forma incipiente, constituindo um grande desafio a ser vencido pela gestão dos restaurantes estudados. Segundo os entrevistados, é de extrema importância que os processos ocorram de forma mais dinâmica, uma vez que todos eles atualmente acontecem de forma manual. Laudon (1999) salienta a importância da implantação de LIS (Sistemas de Informações Logísticas), pois estes sistemas colaboram no processo de dinamização das constantes atividades que estão atreladas às empresas prestadoras de serviços.

Análise das atividades primárias da cadeia de valor dos empreendimentos estudados

O planejamento inicial das compras determina o funcionamento da **logística operacional** implementada pelos empreendimentos estudados. Os resultados da pesquisa mostraram uma falta de planejamento prévio de suprimentos a serem utilizados nas atividades dos restaurantes. É importante salientar que a logística operacional altera-se conforme o planejamento inicial de cada processo. Como o planejamento é feito diariamente e de acordo com as necessidades de cada empresa, fica inviabilizada a possibilidade de uma análise mais detalhada destas atividades. Ressalta-se que as atividades primárias estão diretamente ligadas com a obtenção, transformação e comercialização de produtos e serviços (PORTER, 1999).

Constatou-se que cada empreendimento estudado organiza uma programação diária que está atrelada ao funcionamento de suas atividades, e que esta forma de trabalho atualmente atende às ações atreladas aos processos logísticos operacionais. As operações de marketing dos restaurantes estudados ocorrem somente quando da necessidade de promover algum evento ou promoção do estabelecimento. A pesquisa mostrou que as ferramentas de *marketing* quase não são utilizadas pelas empresas pesquisadas. Segundo Porter (1999), a promoção indevida de produtos e serviços possui um reflexo direto na receita que a organização deixa de ganhar. Os empreendimentos atualmente se autovendem, sendo a utilização da propaganda “boca a boca” a principal ferramenta de *marketing* apontada pelos entrevistados. Com relação às ações de **pós-venda**, os entrevistados informaram que praticamente não acontecem. Existe apenas um breve contato com os clientes que tem como objetivo verificar eventuais problemas operacionais que possam ser sanados de imediato.

Análise da identificação da rede de valor dos empreendimentos estudados

Com relação aos fornecedores dos restaurantes estudados, os entrevistados apontaram diferentes critérios utilizados pelas empresas para a escolha de seus fornecedores. Os principais critérios identificados foram: preço, pontualidade e qualidade. Bowersox e Closs (2001) comentam a importância da empresa estar inserida em uma rede de valor organizada, que proporcione interação entre os participantes. O resultado deste processo é um aumento na eficiência dos processos operacionais. Atenção especial para o fator qualidade, que segundo os entrevistados é fundamental para que seja possível a prestação de um serviço de qualidade aos frequentadores dos restaurantes. O fator preço, muitas vezes citado pelos entrevistados, também conta muito no momento da escolha do fornecedor, contudo, não supera a relevância do quesito qualidade. Em se tratando de distri-

buidores, atacadistas e varejistas, verificou-se que estes itens não se aplicam aos empreendimentos pesquisados.

Considerações finais

Com base nos resultados alcançados, faz-se necessário registrar algumas contribuições verificadas no decorrer da pesquisa. A primeira está relacionada diretamente à importância do tema apresentado. Conforme dados apresentados neste trabalho, verificou-se que a logística integrada ao segmento de alimentos e bebidas, em uma cidade pequena localizada na fronteira, ainda não se consolidou como um grande tema explorado pela comunidade acadêmica, o que possibilita que novas pesquisas sejam realizadas e, talvez, novos modelos para análises de processos logísticos em restaurantes maiores ou do mesmo porte possam ser apresentados.

A segunda contribuição ocorre quando se verifica que a dinâmica de funcionamento da logística em restaurantes localizados em cidades do porte de São Borja é totalmente diferente da realidade logística de restaurantes localizados em grandes centros, o que torna necessária a utilização de logística integrada que se adapte a estas peculiaridades. Também foi verificado que o atual modelo de logística integrada utilizado pelos empreendimentos pesquisados atende as suas necessidades, contudo, mudanças nos processos fazem-se necessárias para que o serviço torne-se mais funcional.

Por fim, salienta-se a necessidade contínua em aperfeiçoar os processos logísticos no segmento de alimentos e bebidas, visando o atendimento das expectativas da rede logística e a qualidade dos serviços oferecidos. Sugere-se a realização de novas pesquisas tendo como foco a temática apresentada nesta investigação ou, talvez, a inserção de novos enfoques que estejam relacionados ao segmento de alimentos e bebidas. Espera-se, ainda, que esta investigação contribua de forma significativa no aprofundamento de novas pesquisas e estudos.

Referências bibliográficas

- ALLEN, J; O'TOOLE, W; MCDONNEL, I; HARIS, R. **Organização e gestão de eventos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- BABBIE, E. **The Practice of Social Research**. California: Wadsworth Publishing Company, 1998.
- BALLOU, R.H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- BARBOSA, F.S. O Processo Logístico de Eventos: um estudo de caso da *Oktoberfest* de Blumenau/SC. **Dissertação** (Mestrado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.
- BOWERSOX, D.J.; CLOSS, D.J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BOWERSOX, D.J; CLOSS, D.J; COOPER, M.B. **Gestão logística de cadeia de suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- CHAUMIER, J. **Systèmes d'information: marche et technologies**. Paris: Entreprise Moderne, 1986.

- CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1997.
- CORRÊA, Henrique L.; CAON, M. **Gestão de Serviços** - Lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2002.
- CURY, R. Logística aplicada ao turismo. *In*: RUSCHMANN, D.; SOLHA, K.T. (Org.). **Turismo: uma visão empresarial**. São Paulo: Manole, 2004. p. 15-28.
- DA SILVA, C.A.V.; MUSETI, M.A. Logística militar e empresarial: uma abordagem reflexiva. **Revista de Administração**, São Paulo, V. 38, n. 4, p. 343-354, out/nov/dez, 2003. ISSN 0080-2107
- DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- EISENHARDT, K.M. Building Theories from case study research. **Academy of management**. v. 14, p. 532-550, 1989.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística. **PIB série histórica 1999-2009**. Disponível em: <<http://www.fee.tcche.br/sitefee/download/pib/municipal/pib-municipal-serie-historica-1999-2009.xls>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- FIGUEIREDO, P.; FLEURY, P.; WANKE. **Logística empresarial: a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FITZSIMMONS, J.A.; FITZSIMMONS, M.J. **Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação**. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- GAZERRA, M. A. **Ventajas competitivas: una propuesta paso a paso de búsqueda y aplicación de cadena de valor adaptada a empresas aéreas**. Caso Patagônia – Argentina, EAWP, v. 4, n.09, p. 1-36, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados sobre o município de São Borja**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 08 fev. 2012.
- LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação com a internet**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- MAGNAGO, P. F.; ECHEVESTE, M. E. Caracterização de um modelo mínimo para o PDS por meio de uma revisão sistemática de literatura. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão do Desenvolvimento de Produtos 2011**. Porto Alegre. Anais CBGDP, 2011.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- PINTO, M. "Primeiro dos Sete Povos das Missões" a "Terra dos Presidentes": uma análise das políticas e das representações do patrimônio na cidade natal de Getúlio Vargas. **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 6, p. 261-286, 2010.
- PIRES, S. R. I. **Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.
- PORTER, M. E. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. 28. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**: instrumentos para análise da indústria e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPIERI, R.H *et al.* **Metodologia de la investigación**. México: Mcgraw-Hill, 1991.

SILVA, H. H. *et al.* **Planejamento Estratégico de Marketing**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WOOD, J. T. **Mudança organizacional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookm

Fabício Silva Barbosa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, São Borja, RS, Brasil.

Email: fbarbosa@sb.iffarroupilha.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7960325589026879>

Rafael Silvestri Serpa Heinze: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, RS Brasil.

Email: rafael.heinze@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1003013501282237>

Annibal José Roris Rodriguez Scavarda do Carmo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS Brasil.

Email: annibal@esp.puc-rio.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6070280268935110>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 16 de julho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Parques urbanos, a natureza na cidade: práticas de lazer e de turismo aliadas à cidadania

Urban parks, nature in the city: practices of recreation and tourism allied to citizenship

Mariana Inocência Oliveira Melo, Karina e Silva Dias

RESUMO

A pesquisa trata de uma investigação de cunho qualitativo que busca analisar a (re) configuração dos parques urbanos na cidade, bem como sua influência para a sociabilidade na *urbe*, a partir das práticas de lazer e de turismo. Os parques urbanos são representativos para o lazer da cidade por serem capazes de estabelecer relações sociais por meio das atividades esportivas, culturais, educativas, artísticas, ambientais e contemplativas. Desenvolve-se o artigo com uma revisão literária em torno do tema, por meio de discussões teórico-conceituais sobre os parques urbanos, turismo, lazer, cidade, cidadania, turismo cidadão, paisagem e natureza. O presente artigo tem, portanto, a intenção de apresentar as diversas possibilidades de apropriação e configuração espacial dos parques urbanos na cidade; as práticas de lazer e de turismo e suas influências para a (re)significação da experiência na urbe; a ampliação da cidadania aliada ao turismo e ao lazer; a influência dos parques urbanos na (re)configuração das paisagens na cidade e, finalmente, os fragmentos de natureza no meio urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Lazer; Parques Urbanos; Cidade.

ABSTRACT

This qualitative research seeks to analyze the reconfiguration of urban parks, as well as their influence on the sociability in the city through the practices of leisure and tourism. The urban parks are representative for city leisure because they are able to establish social relations through sport, cultural, educational, artistic, environmental and contemplative activities. This article is developed by making a review of the literature on this theme through theoretic-conceptual discussions involving urban parks, tourism, leisure, city, citizenship, national tourism, landscape and nature. This article therefore, aims to present the various possibilities of spatial appropriation and configuration of city parks; the practices of leisure and tourism and their influences in redefining the city experience; the increase of citizenship allied to tourism and leisure, the influence of the urban parks in the reconfiguration of the city landscapes and finally, the fragments of nature in the urban environment.

KEYWORDS: Tourism; Leisure; Urban Parks; City.

Introdução

O presente artigo trata do turismo e lazer na cidade, representado pelos parques urbanos, com o seguinte objetivo: estudar a (re)configuração dos parques urbanos na cidade, bem como sua influência para a sociabilidade na *urbe*, por meio das práticas de lazer e de turismo.

No que concerne ao contexto histórico, vale observar que o turismo nasceu, cresceu e se desenvolveu com o capitalismo industrial. A partir da Revolução Industrial as viagens tornaram-se expressivas, aparece a busca pelo descanso e a fuga do dia a dia que rompem com o universo do cotidiano, tornando-se fonte de equilíbrio para a qualidade de vida dos cidadãos. Ademais, outro fator determinante para o surgimento do lazer é o avanço tecnológico. Salienta-se que, com a urbanização e industrialização, estes dois fenômenos – turismo e lazer – cresceram como atividade e também como demanda. São práticas sociais baseadas na busca de diversos atrativos - histórico, arquitetônico, cultural, dentre outros.

O artigo é estruturado em quatro seções: 1 - Parques urbanos: representação de espaço público no meio urbano, - discorre sobre a criação dos parques urbanos para promoverem a socialização e a construção do espaço com a presença da natureza, decorrente do crescimento das cidades, tanto no aspecto espacial quanto na demanda por infraestrutura e/ou serviços urbanos. 2 - Socialização na cidade: práticas de lazer e turismo, - apresenta uma revisão bibliográfica que analisa os espaços das cidades que são referências para o turismo e o lazer, sendo os parques urbanos uma representação de espaço público com a presença da natureza para a realização destas atividades no meio urbano. 3 - Cidadania: possibilidades para pensar o turismo e o lazer, - sintetiza a importância da conscientização cidadã, praticada principalmente pelos frequentadores dos parques urbanos, para que tenham uma postura de minimizar os impactos no local, bem como respeitar o princípio de que se trata de um bem comum. Expõe, ainda, uma discussão da importância dos espaços urbanos no tempo livre dos cidadãos para a consecução de atividades de lazer, transformando-se em turistas cidadãos. 4 - Paisagem e natureza na cidade, - reflete a (re)configuração nas paisagens urbanas e seus aspectos estruturais e estéticos como um atrativo para o turismo e o lazer. Mescla-se, ainda, uma abordagem relacional entre a natureza e a cidade, à luz do olhar diferenciado sobre a natureza como parte do espaço urbano e sua relação com os cidadãos e os turistas.

Desse modo, o artigo relaciona os parques urbanos com o lazer e o turismo para proporcionar reflexões na dimensão urbana, com preposições teórico-conceituais para discutir a influência na (re)configuração das paisagens nas cidades, a presença da natureza no meio urbano, a diversidade de atividades realizadas nestes espaços, bem como estas atividades ampliam a cidadania e (re)significam a experiência na *urbe*. Assim, investigá-los é refletir acerca do planejamento dos parques urbanos enquanto ferramenta benéfica para recrear-se, divertir-se e entreter-se individualmente ou em grupo, adquirindo conhecimento e vivência - social e cultural – ao experimentar, conviver e vivenciar esses espaços.

Parques urbanos: representação de espaço público no meio urbano

No final do século XVIII, inicia-se na Europa, a Revolução Industrial, influenciando drasticamente variações espaciais, devido ao abandono das zonas rurais e a expansão das cidades, motivando uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica. À medida que as cidades cresciam e a população demandava infraestrutura, aumentavam as queixas sobre alguns aspectos urbanos (trânsito, poluição atmosférica, mau cheiro, barulho, espaços de miséria, etc.) e diminuía os espaços com fragmentos de natureza disponíveis para a população, que foram substituídos por casas, ruas, comércio, dentre outros. Assim, teve início a preocupação com reformas sanitárias¹, por meio de leis de saúde pública, para a consecução de higiene/limpeza urbana e a construção de melhor infraestrutura. As queixas dos cidadãos se estendiam também ao fato de a industrialização ter promovido o crescimento das cidades em detrimento dos espaços de natureza. Jardins particulares construídos no século XVII deram lugar às construções habitacionais e comerciais, no século XVIII. (SPIRN, 1995).

Com a compreensão da importância desses espaços, os habitantes passaram a exigir dos órgãos públicos e das instituições responsáveis a criação e a revitalização de ambientes de natureza, tais como, parques, jardins, bosques e ruas arborizadas que, espalhados pela cidade, atuam como “pulmões” das cidades. Assim sendo, a presença destes ambientes de natureza se tornou importante nos planos e projetos urbanos. Eles são capazes de romper com o universo do cotidiano, amenizando com os problemas de ordem física e psicológica da população, pois permitem a socialização e a contemplação/fruição de fragmentos da natureza.

Nessa perspectiva, os parques urbanos transcendem ao aspecto físico, pois promovem as questões intrínsecas a sua presença como a valorização do solo, pelo contato com a natureza e um espaço de socialização. Percebe-se, então, que os parques urbanos são como antídotos para os males urbanos: melhoram o clima, contrapondo-se à aridez provocada pelo excesso de construções urbanas; diminuem a poluição do ar; enfim, permitem o contato com a natureza, dentre outros. Neste sentido, os governos ampliaram os espaços com natureza das grandes cidades com o intuito de preservar o meio ambiente e promover a socialização dos trabalhadores com suas famílias, sendo os parques urbanos uma representação. Serpa (2007, p.70) ressalta que as construções dos parques estão ligadas ao poder: *“concebido como equipamento urbano e recreativo, o parque público está ligado, sobretudo, a uma vontade política”*.

Ao longo da história, os parques urbanos assumem diferentes funções e usos, seguindo a influência da estrutura urbana, do fenômeno social e da preservação de áreas verdes. Eles não são submetidos a um padrão, pois se diferenciam quanto ao tamanho; funções; tipos de equipamentos; espaço de preservação ambiental; de socialização; dentre outros. Conforme Serpa (2007, p.69) *“todos os parques públicos representam alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam. [...] Espaço e tempo atuam concomitantemente nos parques públicos [...]”*.

A ideia de introduzir a natureza nos espaços urbanos estende-se aos planejadores do século XX. Esse período foi marcado por um crescimento intenso nas cidades, ocasionando superpovoamento e poluição dos meios naturais. Logo, foram construídos mais parques públicos, com a intenção tanto de atender aos habitantes – pelo valor estético, cultural e de lazer – quanto pela constituição ambiental e pela influência na paisagem de seu entorno - supervalorizam as paisagens circundantes -, associando-se aos requisitos naturais, sociais, culturais e históricos (re)configurados nas paisagens das *urbes*. Franco (1997, p. 4) assevera que os parques passam a ser “[...] o local da reciclagem urbana, tanto no sentido biofísico quanto no sentido sociocultural”.

Em função do planejamento dos parques, de sua inserção nos espaços urbanos e de sua influência em seu respectivo entorno, Kliass (1993, p.31) aponta que:

[...] o parque é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com o seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos de sua população. [...] A inserção efetiva da dimensão ambiental no processo de planejamento e na prática dos diversos setores intervenientes no desenvolvimento urbano pode garantir o aproveitamento do potencial paisagístico do sítio urbano, criando condições para dotar a cidade de parques.

Na primeira metade do século XIX, diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelas cidades, com as péssimas condições de trabalho e habitabilidade das grandes cidades europeias, aconteceu a criação dos primeiros parques urbanos para os moradores comuns. De acordo com Serpa (2007, p. 45), os parques urbanos são definidos “como lugares naturais modificados pela ação do homem para fins estéticos”. Assim, arquitetos e paisagistas devem possuir, além desta preocupação, a implantação de atividades educacionais para que os frequentadores adquiram conhecimento da importância da preservação da natureza e cultura.

Vale destacar que o artigo 2º do Estatuto da Cidade (2001) “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, de segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. O Estatuto mostra claramente dentro das funções sociais da cidade a necessidade da vida urbana de estar em contato com a natureza, levando a ideia de “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (art. 2º, inc. XII). Destarte, a presença da natureza é essencial no planejamento das cidades, pois é importante tanto em seus aspectos estéticos quanto por proporcionar um ambiente agradável, tornando-se uma fonte de equilíbrio e de qualidade de vida aos seus habitantes.

Serpa (2007, p.82) enfatiza a ideia de que “[...] o parque público contribui para melhorar a qualidade da vida urbana e oferece aos habitantes das cidades espaços recreativos e de lazer *‘festivo’*”. Depreende-se que os parques urbanos são espaços públicos de grande importância para a população, já que remetem às relações sociais com perspectiva de encontro e convivência entre os indivíduos de uma sociedade, por

meio de práticas esportivas, culturais, educativas, artísticas, ambientais e educacionais. Sendo assim, são importantes na estrutura urbana por representar espaços para o lazer dos cidadãos e pela presença da natureza no coração das cidades.

Socialização na cidade: práticas de lazer e turismo

Fuster apresenta o primeiro registro das palavras “*tourism*” e “*tourist*”, revelado pelo Dicionário de Inglês da Oxford, em 1800, apresentando os seguintes conceitos:

Turismo: a teoria e prática de viajar, deslocar-se por lazer. Uso, depreciação. Turista: aquele que faz um passeio ou excursão, aquele que faz isto para o lazer; aquele que viaja a lazer ou cultura visitando diversos locais, de acordo com seus objetivos, interesses, tipos de paisagens ou pelo seu gosto (FUSTER, 1974, p. 21, tradução nossa).

O turismo é uma atividade que envolve questões histórico-sociais que pressupõem deslocamentos de indivíduos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos, que, por sua vez, possibilitam o afastamento concreto e simbólico do dia a dia. Segundo Gastal e Moesch (2007, p.12) “[...] o Turismo se constitui em um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para sujeitos que o praticam”. Simbólico por seus valores de uso e afetividade, que ocasionam ao indivíduo sensações de surpresas, sentimentos e comportamentos, levando-os a (re)pensar, (re)ver e (re)avaliar não só o momento vivenciado, mas, também a vida. Ressalta-se, ainda, que essas experiências são proporcionadas tanto aos visitantes quanto à comunidade local.

Ainda assim, o que possibilitou o nascimento, crescimento e desenvolvimento do turismo e de muitas outras áreas foi o capitalismo industrial. Se antigamente a religião, saúde e estudos eram os incentivos das viagens, a partir da Revolução Industrial, elas tornam-se expressivas e muda para a busca da quebra de rotina; o descanso; a recreação; o sentimento de liberdade, com o propósito de repor as energias e a fuga do dia a dia. Vale lembrar que este período é marcado por trabalhos cansativos e de elevada carga horária.

Moesch (2002, p.9) descreve o turismo dentro dos aspectos sociais, culturais e históricos, afirmando que:

é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

O turismo, portanto, pode ser entendido como: o deslocamento fora do seu local de residência; o tempo de permanência no destino com um período determinado

e não duradouro; a viagem indo para o destino; as atividades realizadas durante a estadia e o contato com a cultura e historicidade da comunidade. Qualquer que seja o motivo para a viagem, o turismo abarca os serviços e produtos criados para satisfazer as necessidades dos turistas.

Nessas circunstâncias, surgiram às reivindicações sociais para diminuir a carga horária de trabalho, obter férias, folga nos finais de semana e aposentadoria, pois no início da industrialização, o trabalho era marcado com jornada de 15 a 16 horas, salário miserável, sem descanso e por um período muito longo da vida. Nesse sentido, verifica-se que o tempo livre tanto para o lazer quanto para o turismo é conquistado com a redução da jornada de trabalho. Dumazedier (2004, p.25) salienta que “a necessidade de lazer cresce com a urbanização e a industrialização”.

O lazer é uma forma de melhorar a qualidade de vida da população das grandes cidades e deve ser considerado como suprimento às necessidades físicas e psíquicas, como confirma Werneck (2000, p. 140). Neste sentido, “[...] o homem deve ser visto como um todo e não dividido em corpo e mente, emoção e racionalidade, indivíduo e ser social” (MARCELLINO, 2003, p.37).

Do ponto de vista do desenvolvimento cultural do lazer, Dumazedier (1980) divide-o em cinco categorias: físico, prático, artístico, intelectual e social. Essas categorias não devem ser lembradas isoladamente, pois partem das opções pessoais das atividades de lazer, o que nos leva a pensar o homem de maneira integrada - corpo e mente - e que as distinções das categorias são realizadas pela característica predominante que se busca no desenvolvimento da atividade, tendo-se em vista que estão interligadas.

Os interesses físicos são caracterizados como: “[...] a participação ativa e voluntária do indivíduo nas atividades relacionadas com a cultura física, isto é, um novo enfoque da prática esportiva e da assistência ao espetáculo” (DUMAZEDIER, 1980, p.112). Eles são caracterizados como a prática dos exercícios físicos e esportivos, vinculados à participação consciente e voluntária na vida social e cultural.

Os interesses práticos, por sua vez, são atividades manuais (*bricolage*², culinária ao domingo, artesanato, jardinagem, etc.), produtivas e, em sua maioria, relacionadas a obrigações familiares com caráter utilitário - depende das obrigações familiares ou semi obrigatórias - e desinteressadas - realizam-se no espaço e tempo de lazer ou do semilazer³ (DUMAZEDIER, 1980). No que tange aos tipos de atividades, destaca-se que o trabalho manual doméstico é uma oportunidade para estabelecer possível equilíbrio entre as relações profissionais e familiares, e, ainda, faz com que os indivíduos se esqueçam dos problemas econômicos, trabalhistas, escolares, etc.

Com relação aos interesses artísticos, por sua vez, averigua-se a divulgação e a progressão cultural. Diante do exposto, Dumazedier (1980, P.135), apresenta dois movimentos: “[...] a democratização das artes eruditas e a promoção das formas de arte tradicional e popular na cultura de hoje”. Para tanto, é necessário divulgar as artes em diversos espaços - lugares públicos (jardins, praças, parques, ruas, mercados, recintos abertos, etc.), cinema, rádio, teatro, museu, etc., - para atingir diferentes classes populacionais - sociais, etárias e educacionais - despertando o interesse e o gos-

to pela arte.

De acordo com os interesses intelectuais, as atividades são voluntárias, ou seja, não incluem atividades escolares ou universitárias. Nos quais são motivadas por uma inclinação pessoal e pela paixão capaz de passar conhecimento, informação e aprendizagem, como: leitura, filme, teatro, dentre outros. Com relação a diferenciação das atividades de lazer voltados a interesses artísticos, esses envolvem aspectos subjetivos - o encantamento, a beleza e a estética -, enquanto que os intelectuais abrangem a objetividade, pelo fato de relacionarem-se às questões documentárias, científicas e didáticas.

Por último, os interesses sociais são compostos pela análise do desenvolvimento de sociabilidade nas atividades de lazer de interesses físicos, atividades prático-manuais, espetáculos artísticos e intelectuais, sendo necessário observar os interesses sociais comuns e os específicos de cada atividade (DUMAZEDIER, 1980). É importante salientar que o lazer associado à prática social é de grande importância, pois leva o indivíduo a parar e observar, desse modo passa a (re)pensar e (re)avaliar o local, a cultura, o modo de vida dos autóctones, etc., proporcionando a formação de um novo pensamento, sentimento, comportamento social e cultural.

Em suma, a socialização é importante em todos os interesses do lazer por depreender as relações desenvolvidas por indivíduos ou grupos de pessoas, ocasionando relações e interações sociais, caracterizadas pelos sentimentos dos participantes e o grau de interesse e prazer proporcionados.

Compartilhando da ideia de Camargo (2003), acredita-se que pode ser acrescentada mais uma área de interesse cultural nessa classificação, o turístico, marcado pela prática de atividade voluntária e prazerosa, ligada ao campo educativo, relacionando-o com a participação social e lúdica. O referido interesse possibilita a abertura para uma vida cultural e educacional intensa e diversificada. Desse modo, conjectura-se que o lazer composto pelo aspecto cultural e pela prática social interfere no desenvolvimento pessoal dos indivíduos, logo é um instrumento de mudanças.

O avanço do fenômeno turístico, por meio de suas peculiaridades, permite o seu desenvolvimento em diversas regiões, e “[...] *são justamente os valores e os traços culturais com especificidades territoriais que fazem a existência dos lugares*” (CASTROGIOVANNI, 2001b, p.134). É necessário um planejamento adequado para preservar tanto os aspectos sociais, culturais, históricos e naturais, quanto proporcionar benefícios à população, seja nos aspectos do contato com os turistas, seja com relação à exploração e desenvolvimento turístico. Ressalta-se, ainda, que, quando há controle no desenvolvimento do turismo, essa atividade traz benefícios à vida econômica, política, cultural e social da comunidade.

A partir da década de 1950, o turismo transformou-se significativamente pelos aspectos socioeconômicos e culturais. Em contrapartida, a partir de 1960, desenvolveu-se como atividade de lazer, atraindo milhões de pessoas, transformando-se em grande valia tanto para a economia local quanto internacionalmente. Entretanto, as atividades turísticas acrescidas com a massificação são praticadas de forma padronizada.

Somente no início dos anos de 1970 é que as pessoas conscientizam-se dos efeitos físicos, psicológicos e sociológicos do turismo, como a devastação dos ambientes naturais, o uso desenfreado das paisagens e a influência sobre a vida dos autóctones. Enfim, passaram a se preocupar com o impacto do produto turístico na sociedade, como relata Krippendorf (2009). No final do século XX as pessoas começaram a perceber que as necessidades psíquicas e sociais – bens imateriais – são mais importantes do que as necessidades materiais.

Depreende-se que as viagens reconstroem as formas físicas e mentais, pois oferecem às pessoas o descanso para enfrentar a correria do cotidiano. Isto é, *“as viagens [...] devem reconstruir, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer um sentido à vida”* (KRIPPENDORF, 2009, p.34). O autor destaca, ainda, que *“a viagem deve contribuir para contrabalançar os déficits e as privações”* (Ibidem, p.45), capaz de transformar a vida. Estes momentos são representados pelo desfrute dos encantos, das belezas, das aventuras e dos deleites.

Desse modo, o tempo livre *“[...] não é somente uma oportunidade de descansar para voltar com novas energias para o trabalho, mas sim uma oportunidade para o desenvolvimento pessoal, para experimentar e vislumbrar novas realidades, para aprender”* (MOLINA, 2005, p.39, tradução nossa). Aproveitar o tempo livre de forma mais produtiva, com o intuito de adquirir novas informações e conhecer culturas distintas, a fim de se tornarem mais críticas, tornou-se um imperativo para as pessoas. Sucede-se, assim, o aprimoramento das reflexões sobre as informações diárias confrontando-as com a realidade. Dessa forma, Molina (2005, p.59, tradução nossa) reitera que:

[...] o turismo é capaz de proporcionar aos indivíduos uma série de experiências que ajudam a melhorar a compreensão de si e do mundo ao seu redor, ajudá-los a melhorar sua comunicação com os outros, para valorizar suas próprias habilidades e competências e estabelecer compromissos com vários aspectos críticos de sua realidade e da realidade social.

Neste sentido, as viagens têm como escopo oferecer bem estar e qualidade de vida para os indivíduos, pelo fato de proporcionarem a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem social e cultural. Segundo Ribeiro (2001, p.146), a atratividade turística nos centros urbanos *“[...] está centrada no grau de interesse arquitetônico, histórico e cultural que o patrimônio histórico e demais componentes da paisagem urbana geram na visita e nos serviços existentes, enquanto atração de ‘consumo cultural’⁴”*. O turismo e o lazer nas cidades transformam suas antigas paisagens em novos atrativos, trazendo a valorização e embelezamento desses espaços; conseqüentemente, melhoram a qualidade de vida da população, proporcionam uma gama de atrativos turísticos e geram novas oportunidades econômicas.

Conforme Castrogiovanni (2001a, p.7), o turismo é significativo pelo fato das cidades serem *“[...] espaços privilegiados quanto à concentração de atrações, servi-*

ços, simbolismos e produções culturais”. Neste sentido, as cidades turísticas devem possuir a integração de três requisitos: ser atraentes, acessíveis e equipadas com instalações capazes de oferecer hospedagem temporária aos visitantes.

Ressalta-se que o turismo, muitas das vezes, tem o contato direto ou influenciam a comunidade, por isso os turistas precisam respeitar o próximo e o local visitado, baseando-se nos princípios de boa conduta, tais como: ir ao encontro do novo; respeitar as diferenças culturais e se possível aprender um pouco sobre elas; interagir com a comunidade visitada e não desprezar e ignorar a presença dela; preservar o ambiente natural, dentre outros. A atividade turística deve incentivar a preservação dos aspectos culturais, históricos, arquitetônicos, naturais, etc. Assim, adotam práticas que visem resgatar as significações da memória e da cultura da comunidade “impressa” na infraestrutura, nos aspectos naturais e sociais, nos traços, modo de vida e costumes, enfim, características da cultura local.

Com relação à importância das peculiaridades históricas e sociais pode mencionar, por exemplo, os patrimônios históricos localizados nos centros das cidades. Dessa forma, Ribeiro (2001, p.146) afirma que: “[...] é importante ressaltar que não há possibilidade de restauração, reabilitação e manutenção de toda e qualquer edificação por parte somente do poder público [...]”. Enfatiza-se que a construção e o planejamento das cidades devem estar em harmonia com o modo de vida da sociedade que está sempre em mudança e dinamicidade, então quando a comunidade conhece a importância e a relevância da estrutura arquitetônica de sua cidade ajuda a preservá-la.

Ademais, é importante o tratamento geográfico dos espaços urbanos, com o intuito de desvelar a (re)utilização de locais, que antes eram degradados, ocasionando a valorização da vida cotidiana e da *urbe*. Os lugares turísticos geralmente são escolhidos e admirados por suas paisagens, sobressaindo os aspectos visuais mais desejáveis e atraentes para a indução ao consumo.

Concomitantemente, Marcellino (1996, p.8) reitera que a descrição das atividades de lazer são realizadas levando em consideração o aspecto atitude que “*será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade*”, que é capaz de proporcionar o desenvolvimento pessoal e social. Por conseguinte, o lazer e o turismo contribuem na educação, pois cooperam para a formação - física, intelectual e moral - do indivíduo.

As autoras Gastal e Moesch (2007) avançam no conceito de turismo, ao relacionarem a ideia do cidadão em apropriar-se do local onde se mora no seu tempo de lazer, quebrando o modelo existencial da sociedade industrial criticado por Krippendorf (trabalho – moradia – lazer – viagem), de acordo com o qual o lazer com o restabelecimento do equilíbrio físico e emocional só seria possível em lugares distantes da própria residência⁵. Trata-se, assim, do conceito de turista cidadão, ao apropriar-se das circunstâncias espaciais e temporais de sua cidade estabelecendo a relação de pertencimento e identificação.

Cidadania: possibilidades para pensar o turismo e o lazer

Com o surgimento das cidades inicia-se a ideia de cidadania e tem como fundamento a alegação de que todos são iguais, perante a lei. Desde a Grécia (polis grega⁶) – local onde se originou a ideia de cidadania – reflete-se uma discrepância entre a teoria e a prática, na qual há a discriminação e distinção entre os cidadãos, como exemplo, a exclusão feminina, escravos e pessoas não proprietárias de bens materiais. Concernente ao direito à cidadania pode-se inferir que é um processo histórico e de conquista popular, no qual a sociedade adquire progressivamente o direito de pensamento, consciência, opinião, religião e liberdade de expressão.

A concepção de cidadania é composta pelos direitos e deveres dos indivíduos, construída coletivamente e em busca de uma sociedade melhor. Todos os homens são iguais, permitindo a todos os direitos civis, políticos e sociais⁷ (COVRE, 2001). Logo, os três direitos possuem relação recíproca e não podem ser desvinculados.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) redige uma Carta dos Direitos Humanos, buscando superar a tensão do conceito de cidadania relacionando-o com a questão de que a igualdade deve ser um direito de todas as pessoas, sem distinção. Esta percepção é reiterada pelo artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aduzindo que: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (art. 1º). Concernente ao direito à cidadania pode-se inferir que é um processo histórico e de conquista popular, no qual a sociedade adquire progressivamente o direito de pensamento, consciência, opinião, religião e liberdade de expressão.

Evidencia-se, que as *urbes* são constituídas por intensas interações econômicas, sociais e culturais, por se tratarem de um ambiente que contém pessoas de diferentes etnias, religiões, níveis educacionais, valores culturais, línguas, dialetos, dentre outros, permitindo-se constantes combinações de padrões, valores, costumes e modos de viver. Neste sentido, os parques urbanos são espaços que facilitam a interação social na cidade e promove a interação entre os cidadãos e os turistas.

Evidencia-se que a cidade é fragmentada e diversificada, constituindo o espaço urbano por fixos – praças, edifícios, monumentos, etc. – e fluxos, que são as ideias, comportamentos e culturas que movimentam e marcam o território, conforme Gastal e Moesch (2007). As pessoas fazem parte do fluxo, conquanto, a participação e presença delas no planejamento, reestruturação e estratégias econômicas da *urbe* são de grande importância, desde que compreendam e dominem os processos envolvidos e a realidade concreta dos espaços onde estão inseridas. Salienta-se que, ao realizar-se o planejamento urbano, a cidade deve, primeiramente, ser atrativa à própria população, proporcionando-lhes satisfação.

Dessa forma, ao apropriar-se das paisagens que compõem sua cidade, a comunidade exerce a ideia de cidadania. Ao usufruir destes locais, o cidadão realiza a prática do turismo cidadão, considerado como:

[...] aquele morador da localidade que vivencia práticas sociais, no seu tempo rotineiro, dentro de sua cidade, de forma não rotineira, onde é provado em relação à cidade. Turista cidadão é aquele que resgata a cultura da sua cidade, fazendo uso do estranhamento da mesma. Este estranhamento inicia no momento em que o indivíduo descobre, no espaço cotidiano, outras culturas, outras formas étnicas e outras oportunidades de lazer e entretenimento. Quando se encontra na situação de turista cidadão, este sujeito aprende a utilizar os espaços ambientais, culturais, históricos, comerciais e de entretenimento com uma percepção diferenciada do seu cotidiano (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 65).

Diante do exposto, ao apropriar-se das paisagens os turistas cidadãos avançam da simples apropriação dos fixos para integrar-se dos fluxos de ideias e expressões culturais, manifestadas na localidade. A diversidade e interação cultural das cidades ocasionam o desafio da *“construção e ao exercício da cidadania em sociedades multiculturais”* (GASTAL; MOESCH, 2007, p.18), pois possuem um grande número de habitantes com diversidade cultural, ocasionando intensas interações.

A prática do turismo cidadão aprofunda laços com a cultura local, no qual estabelece o sentimento de identidade e pertencimento, por conseguinte conscientiza-se da importância e do respeito que se deve ter com a cultura que se encontra em constante construção social. Segundo Gastal e Moesch (2007, p.66) *“[...] a experiência do turista cidadão, carregada de subjetividade, se expressa, porém, objetivamente nas vivências ocorridas durante o tempo de lazer, no consumo de práticas de entretenimento, cultura e meio ambiente”*, sofrendo influência de outras pessoas e do meio inserido.

Aplicar as questões de cidadania ao turismo e ao lazer significa considerar, em primeiro lugar, que estas atividades são caracterizadas pelo deslocamento no espaço – próximo ou distante – de indivíduos ou grupo de pessoas que, ao se deslocar para local diferente do seu cotidiano, vivem o estranhamento e o contato com o diferente. Neste sentido, quando o visitante respeita e convive com a diferença da comunidade, entende-se que ele está praticando a cidadania.

Paisagem e natureza na cidade

Esta seção propõe uma reflexão sobre a natureza dentro da cidade e sua inter-relação com a população. A ideia é retratar a presença da natureza no meio urbano, mas não aquela natureza intocada, em seu ritmo natural, e sim aquela incorporada à vida social. Busca-se desenvolver algumas reflexões sobre a paisagem e a natureza como parte do espaço urbano, especialmente suas inter-relações com a *urbe* e o contato com as pessoas da localidade e turistas.

A autora Spirn (1995, p.15) apresenta pormenorizadamente a relação entre cidade e natureza, afirmando que:

A natureza permeia a cidade, forjando relações entre ela e o ar, o solo, a água e os organismos vivos em seu interior e a sua volta. As forças da natureza [...] reconhecidas e aproveitadas, representam um poderoso recurso para a conformação de um hábitat urbano benéfico; ignoradas ou subvertidas, ampliam os problemas que há séculos castigam as cidades, como enchentes, deslizamentos e a poluição do ar e da água.

Diante do exposto, pode-se constatar que a natureza se encontra todo o tempo em toda parte, porém, há uma crença de que a *urbe* está separada da natureza e, ao mesmo tempo, contrária a ela. Devido ao crescimento desenfreado das cidades os graves problemas ambientais urbanos tornaram-se crônicos, reafirmando a ideia de que é necessário planejamento e projetos, que constituem em intervenções nas paisagens e no modo de vida da sociedade. A cidade precisa ser reconhecida como parte da natureza, ou seja, que o espaço natural está dentro dela. Assim, a natureza é reconhecida como parte do ambiente e os empreendimentos humanos se adaptam a ela, respeitando sua estrutura física e geológica.

Ressalta-se, que é muito importante aos cidadãos à preservação e construção de áreas com a presença da natureza, consequentemente para os turistas, por contrapor os ambientes urbanos, tornando-se um espaço de fruição, de contemplação e de leite, em especial, os parques urbanos. Silva (2004, p.52-53) enfatiza a ideia de que *“a exploração turística de parques e áreas de conservação sustenta-se com os mesmos apelos do retorno ao natural e do contato com a natureza, mesmo quando inclui o homem”*, proporcionando uma vivência mais rica dentro da cidade. Esta busca de experiência nestes espaços desperta a valorização e compreensão da importância do ambiente natural no local em que vivem.

As cidades são compostas por diversos tipos de paisagens – históricas, culturais, artísticas e naturais – intrínsecas pelo seu valor de uso e valor afetivo, proporcionando às pessoas o sentimento de pertencimento ao local, uma vez que são contextualizadas e resultantes dos aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, naturais e culturais que compõem a forma organizacional e o modo de vida da sociedade. Assim, *“a paisagem é resultado do acúmulo de ações temporais”* (CASTROGIOVANNI, 2001, p.132). Segundo Silva (2004, p.51) o turismo modifica a natureza, para torná-la atrativa, afirmando que:

O turismo como atividade organizada no mundo contemporâneo tornou a natureza, de certa forma, mais ‘doméstica’, permitindo às pessoas comuns, não apenas aos aventureiros e exploradores ricos, o desfrute de paisagens selvagens com o conforto de uma viagem planejada e sem riscos. A natureza controlada e domesticada oferece, além do conforto, o contraponto necessário à exaltação da natureza selvagem e indômita imaginada pelos antigos exploradores.

Por outro lado, antes de uma paisagem tornar-se turística ela é voltada para a comunidade. Neste propósito, *“[...] a paisagem se revela em meio às situações rotineiras e banais, em um movimento acelerado de pontos de vista distintos; ela é passagem, um deslocamento do olhar”* (DIAS, 2010, p.113). A autora sugere que *“a experiência da paisagem no cotidiano se forja, então, na junção entre certa maneira de olhar e os caminhos percorridos. Ela tomaria forma a partir de detalhes corriqueiros que, por serem vistos e (re)vistos continuamente, se tornariam invisíveis aos nossos olhos”* (p.113). E completa, ainda, que *“[...] perceber uma paisagem é vislumbrar uma nova configuração do espaço de sempre”* (p.114). Compreende-se que as paisagens

do cotidiano da comunidade passam despercebidas por tornarem-se habituais à sociedade.

Pressupõe-se que a paisagem vista, passa a existir com outras características específicas, a partir do momento em que *“trabalhar com o invisível, o não-visto, é se dar conta de que vemos e de que, acima de tudo, não vemos; de que, na rotina, experimentamos frequentemente um estado de cegueira”* (DIAS, p. 115-116, grifo da autora), entretanto quando os cidadãos veem as paisagens rotineiras, passam a desfrutá-las, contemplá-las e usá-las como espaço de lazer, descanso e recreação. Assim, compreendem a contextualização das paisagens de sua cidade, conseqüentemente conhecem e entendem a história, cultura e contextualização intrínsecas as paisagens presentes no dia a dia.

Conclusão

As cidades oferecem uma gama de produtos e serviços – infraestrutura, facilidade de transporte, diversidade de atrações e hospedagem – contemplados de forma planejada e dinâmica atendendo as necessidades da população para o lazer e oferecendo atrativos turísticos. Os parques urbanos presentes no coração das grandes cidades são de grande importância, por constituírem-se espaços públicos com a presença da natureza; diversidade de práticas de lazer; facilidade de socialização; contemplação/fruição e influenciam na configuração urbana.

Ressalta-se, então, que o “olhar sobre as paisagens urbanas” é diferenciado para cada pessoa, dado que possuem experiências de vida e olhares diversos. A vivência e conhecimento da comunidade com as paisagens de sua cidade, permite a prática do turismo cidadão, que por sua vez, usufruem da diversidade de ambientes que ela proporciona, levando-o a (re)pensar, (re)ver e (re)avaliar as expressões locais (cultura, patrimônio, costumes e arquitetura), ocasionando uma busca por melhor qualidade de vida e preservação da infraestrutura de sua cidade.

Destaca-se ainda, que a cidadania ligada as práticas de lazer e turismo cidadão é uma maneira de repensar comportamentos, atitudes, consumos e etc., praticados nos locais visitados. Com o princípio de respeito mútuo, do visitante em relação à comunidade receptora e vice-versa.

Referências bibliográficas

CAMARGO, L.O.L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 2ª reimpr. da 3. ed. de 1992.

CASTROGIOVANNI, A.C. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, A.C. (org.). **Turismo urbano**. 2. ed. (p. 7-9). (p. 23-32). São Paulo: Contexto, 2001a.

CASTROGIOVANNI, A.C. Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In: GASTAL, S. (org.). **Turismo 9 propostas para um saber-fazer**. 2ª ed. (p. 131-143). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001b. (Coleção Comunicação, 4).

COVRE, M.L.M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DIAS, K. **Entre visão e invisão**: paisagem [por uma experiência da paisagem no cotidiano]. 1 ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Artes / VIS. Universidade de Brasília – UNB. 2010.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo, SESC, 1980.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ESTATUTO da cidade. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 02 ago. 2011.

FRANCO, M.A.R. **Desenho ambiental**: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1997.

FUSTER, L.F. **Teoría y Técnica del Turismo**. 4. ed. San Agustín, Madrid. Tomo I. 1974.

GASTAL, S. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. *In*: CASTROGIOVANNI, A.C. (org.). **Turismo urbano**. 2. ed. (p. 33-42). São Paulo: Contexto, 2001.

GASTAL, S.; MOESCH, M.M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

KLIASS, R.G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução: Contexto traduções. 3. ed. rev. e ampli. São Paulo: Aleph, 2009.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996. (Coleção educação física e esportes).

MARCELLINO, N.C. **Lazer e humanização**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.

MOLINA, S. **Fundamentos del nuevo turismo**. 3. ed. 2005. Mexico.

RIBEIRO, M. A atratividade dos centros urbanos e o Turismo. *In*: GASTAL, S. (org.). **Turismo 9 propostas para um saber-fazer**. 2ª ed. (p. 145-150). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção Comunicação, 4).

SENNETT, R. **Carne e pedra**. Tradução: Marcos Aarão Reis. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, M.G.L. **Cidades turísticas**: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004. (Série Turismo).

SPIRN, A. W. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. Tradução: Paulo Mesquita Pellegrino. São Paulo: Edusp, 1995.

Notas:

A partir de 1740, os grandes centros europeus começaram a cuidar da limpeza urbana, com a consecução de: drenagem de buracos e depressões alagadas; uso de materiais nas calçadas, como placas de granito, que evitassem fissuras para não acumular excrementos humanos e de animais. Em 1750, o povo parisiense foi obrigado a lavar o estrume e o entulho em frente à residência. Houve a recuperação de locais inundados ou obstruídos em 1764. E, em 1780, foi proibido esvaziar os penicos nas ruas (SENNETT, 2001, p. 220).

² *Bricolage* – consertos, reparos, execução de pequenos trabalhos, ligados aos ofícios (DUMAZEDIER, 1980, p. 130).

³ Semilazer – Parte da ideia de tornar-se outro trabalho exercido no tempo liberado do trabalho profissional, como as atividades ligadas às obrigações familiares. Dumazedier (1980, p. 166) diz que as atividades socioespaciais e sociopolíticas estão incluídas no tempo liberado tanto do trabalho quanto das obrigações familiares.

⁴ No que se refere ao interesse turístico pela cultura, Gastal (2001, p. 121) afirma que “a cultura apropriada pelo Turismo é a cultura que gera produtos e manifestações concretas, sejam elas eruditas ou populares”. No entanto, “a cultura passará a ser veículo de socialização entre visitantes e visitados, quando ela for um processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade” (p. 127). Ainda, a “cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano” (p. 129).

⁵ Termo anulado pelas autoras Gastal e Moesch.

⁶ “A pólis era composta de homens livres, com participação política contínua numa democracia direta, em que o conjunto de suas vidas em coletividade era debatido em função de direitos e deveres”, segundo Covre. (2001, p. 16).

⁷ Os direitos civis são aludidos com os direitos de se dispor do próprio corpo, locomoção, segurança, liberdade de expressão, etc. Os direitos sociais constroem a concepção de cidadania. Concerne ao atendimento das necessidades humanas básicas – salário decente, direito à saúde, à educação, à habitação, dentre outros – repondo a força de trabalho e o sustento do corpo humano. Os direitos políticos referem-se aos dois outros direitos supramencionados, assim os três são dependentes e correlacionados. Este direito diz respeito à liberdade de expressar a opinião, o pensamento, à ideologia religiosa, à prática política etc. (COVRE, 2001).

Mariana Inocência Oliveira Melo: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: mariinocencio@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5281775927412547>

Karina e Silva Dias: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: karinadias.net@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5090396987995001>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 16 de junho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Cultura e turismo no espaço rural: limites e possibilidades

Culture and tourism in rural areas: limits and possibilities

Clediane Nascimento Santos, Rosângela Custódio Cortez Thomaz

RESUMO

Este artigo tem o propósito de estudar o turismo e a cultura do espaço rural do município de Rosana (SP), localizada região do Pontal do Paranapanema. Consiste em considerar a cultura importante para o desenvolvimento social e econômico das comunidades envolvidas. Por meio de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e empírico, com estudo da literatura pertinente e mediante o uso de entrevistas semi-estruturadas, com roteiro elaborado previamente e com questões em aberto, pois este tipo de entrevista possibilita mais flexibilidade à pesquisadora em inserir alguma questão sobre algum aspecto importante surgida no ato da entrevista, e que não tenha sido contemplada no roteiro. Os principais resultados obtidos até o presente momento foram as festividades identificadas nos assentamentos: Folias de Reis, festa de Aniversário da Gleba XV de Novembro, festa da Mandioca, Roda de Viola e as festas dos padroeiros, como Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus, Santa Luzia e São Francisco de Assis, e a agenda cultural de 2009, 2010 e 2012.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos Rurais; Manifestações Culturais; Turismo no Espaço Rural.

ABSTRACT

This article aims to study the tourism and the culture at rural area of the municipality of Rosana/SP, localized at the Pontal Paranapanema region. It is about to consider the importance of culture for social and economic development of the communities involved. Through qualitative research, investigative and empirical character, with the study of literature and by using semi-structured interviews with pre-prepared script and open issues, because this type of interview allows more flexibility for the researcher to insert a question on some important aspect that emerged during the interview, and that has not been contemplated in the script. The main results obtained until now were the festivities identified at the settlements: Folias de Reis, Festa de Aniversário da Gleba XV de Novembro, Festa da Mandioca, Roda de Viola and the festivities of patron saints, such as Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus, Santa Luzia and São Francisco de Assis, and the cultural agenda for 2009, 2010 and 2012.

KEYWORDS: Rural Settlements; Cultural Manifestation; Tourism in Rural Areas.

Introdução

O município de Rosana localizado no extremo oeste paulista, pertencente à microrregião de Presidente Prudente, está situado a 780 km da capital do Estado de São Paulo, fazendo parte da região conhecida como Pontal do Paranapanema.

A região do Pontal do Paranapanema é marcada pela concentração de assentamentos de reforma agrária e por esse motivo é um espaço muito assinalado ao longo dos anos por lutas e entraves territoriais. Desse modo, essa região constitui-se como um objeto importantíssimo de análise, pois é possível estudar além das questões de reforma agrária, os recursos naturais, culturais, técnico-científicos. Assim, se faz necessário compreender o desenvolvimento territorial local por meio da atividade do turismo, já que esta região faz parte do Programa Federal Território da Cidadania.

Os Territórios da Cidadania foram criados levando em consideração os seguintes critérios: sociais, culturais, geográficos e econômicos. São reconhecidos como o espaço historicamente construído, com a incidência de identidades que possibilitam conexão social, cultural e territorial. Além disso, o Território da Cidadania, busca a construção de políticas públicas interligadas ao planejamento territorial; participação social na gestão das políticas públicas com perspectiva ao desenvolvimento dos territórios; inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais; valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, ambiental entre outros (BRASIL, 2008).

Os documentos elaborados e disponibilizados no site do Território da Cidadania são relatórios que contemplam as ações executadas e as sugestões para melhorar e viabilizar a execução de outras ações. Essas ações têm como princípio o trabalho em conjunto entre os governos federal, estaduais, municipais e da sociedade civil, no intuito de assegurar a execução das ações e o desenvolvimento territorial dos municípios (BRASIL, 2011).

A partir disso, percebe-se que pouco se tem falado sobre o programa Território da Cidadania como colaborador do desenvolvimento local, bem como sua participação no espaço rural de Rosana (SP).

Turismo no espaço rural

O turismo é uma atividade que no mundo contemporâneo é visto como uma ferramenta para o desenvolvimento dos lugares. Seu início não é recente, mas há pouco tempo que alguns países vêm planejando a atividade como geração de capital financeiro.

Segundo Mariani (2007) o turismo é considerado um fenômeno por alguns motivos: o primeiro como social, pois envolve grande quantidade de indivíduos; o segundo por questões econômicas porque seu desenvolvimento é de grande importância dentro de uma sociedade; e terceiro devido a sua magnitude como fator de distribuição geográfica.

Há uma gama de variações em relação à motivação turística, que é elaborada

a partir dos desejos do ser humano em conhecer locais novos e paisagens que destoam de seu cotidiano. Dentre as tipologias das diversas segmentações existentes, podem ser citadas: turismo cultural, turismo náutico, turismo em áreas naturais, turismo no espaço rural, entre outros (PANOSSO NETO; ANSARAH, 2009).

A atividade de turismo no espaço rural, dada a proporção a que se chegou, suscitou em pesquisadores e estudiosos a busca por informações precisas, para melhor entender e conceituar esta atividade que dinamiza este espaço.

Para Rodrigues (2001), o turismo rural compreende dois grupos, ambos levam em consideração o patrimônio cultural. No primeiro, o turismo rural relaciona-se com aspectos históricos, em que prevalece o turismo tradicional, derivado ou não de atividades agrícolas e, no segundo, predomina a contemporaneidade, por referir-se a empreendimentos instalados da década de 1970, exemplificados por pousadas rurais, spas rurais, segundas residências.

Para conceituar o turismo rural é necessário levar em consideração as seguintes informações: paisagem, tipo de empreendimento, o roteiro, a origem, as motivações, o tempo para permanência, atividades desenvolvidas, entre outras, que facilitarão na identificação do tipo de turismo praticado (RODRIGUES, 2001). Dessa forma, diversas modalidades de turismo podem ser desenvolvidas no espaço rural, tais como ecoturismo, turismo de aventura, dentre outras.

Para uma atividade ser considerada turismo rural, é necessário que ela se identifique com as seguintes características: pequena produção, contato com a natureza, envolvimento com a cultura do campo. Agindo bem mais que uma complementação a atividade agrícola e fazendo funcionar o trinômio: viagem, turismo e lazer (RUSCHMANN, 2003). Sendo assim, o turismo rural pode ser um multiplicador econômico em cadeia para aqueles proprietários que investem no negócio, gerando renda para a localidade, incrementando uma rede com os prestadores de serviços e qualificação para o local.

Estes benefícios são gerados quando há uma política no meio rural que funcione. Caso contrário, o turismo no espaço rural quando é implantado numa conjuntura em que a política é ausente, com certeza terá problemas. Tendo em vista que as políticas agrícolas são insuficientes, e por isso muitos proprietários aderem a atividade, no entanto o turismo não pode solucioná-lo, mas aponta direcionamentos que amenizará a situação.

Segundo Zimmermann (2003) o turismo rural é um produto fundamentado na produção de serviços no meio rural, no qual atrai uma demanda específica de visitantes. Sendo este produto constituído por meio de hospedagem, culinária e gastronomia, clima, informação, lazer, história, entre outros.

O turismo rural é uma ferramenta que se utilizada corretamente trará desenvolvimento a comunidade rural, mas para obter este retorno é de suma importância a preocupação com uma série de fatores que vão desde a comunidade aos bens culturais, passando pelo processo e condições de sobrevivência na área rural. Nestas condições salienta Cavaco:

A crescente valorização do ambiente, da paisagem, do rústico, da história e do sossego sustenta oportunidades de turismo e de lazer no espaço rural, da montanha à planície, do interior ao litoral, a sua concretização está condicionada pela presença de população permanente, garantia da tradição e da preservação do meio e prestadora dos serviços requeridos. Em um ou em outro caso, os atores vieram de longe, mas, na maior parte, têm raízes e patrimônios locais, que não desprezam e que procuram valorizar através do acolhimento de visitantes. Alguns lugares estão, porém, de tal modo desertificados e abandonados que dificilmente serão capazes de responder às procuras de lazer.[...] (CAVACO, 2001, p.89-90).

Segundo Tulik (2004) o turismo rural é caracterizado pela pluralidade de práticas e serve também como complemento a renda advinda da agricultura e pecuária, é gerador de empregos que contribuem para a diminuição do êxodo rural, estimula a economia local e um dos seus mais sensíveis benefícios é a preocupação social existente no investimento por parte do poder público.

Para o Ministério do Turismo – MTur (BRASIL, 2008b), a conceituação de turismo no espaço rural engloba as diversas atividades desenvolvidas no meio rural, independente de suas especificidades, tais como: o turismo rural, o agroturismo e o turismo rural na agricultura familiar. É o conjunto de atividades comprometidas com as atividades agropecuárias e com a valorização do patrimônio cultural e natural como feições da oferta turística no meio rural. O conceito do Ministério do Turismo será adotado neste trabalho, pois é o mais adequado a proposta de turismo nos assentamentos, que englobe o turismo cultural.

Por meio do turismo no espaço rural é possível a junção de diversas atividades tais como o turismo ecológico, pedagógico, e o cultural e sua relação direta com o patrimônio e a identidade local. Desde apresentações culturais, folclore, modo de vida, a experiência do homem camponês, hábitos, costumes, tradições, entre outros. Nesse contexto, o visitante tende a visitar os lugares que se diferem do seu, com o desejo de conhecer as particularidades inerentes ao lugar (AVILA, 2009).

O turismo no espaço rural é um recurso, que pode ser utilizado para o bem como para o mal. Por isso a incessante busca por planejamento, para que este recurso seja usado favoravelmente em benefício da comunidade local, no fomento ao desenvolvimento local. Em sintonia, o programa Território da Cidadania poderia ser um parceiro no intuito de contribuir e fortalecer o espaço rural das comunidades assentadas. E quem sabe mediar a valoração desta identidade comunal em detrimento da discriminação e estigma existente em torno dos assentamentos de reforma agrária.

Cultura

Diante da importância da cultura para o turismo, no que diz respeito as motivações pela busca do conhecimento de diversas culturas e da possibilidade do turismo como vetor de valorização e preservação do patrimônio cultural, pode –se dizer que o

turismo poderá ser um aliado para a promoção dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (BRASIL, 2006).

Dentre todas as suas características, pode-se afirmar que o turismo tem como elemento substancial para sua efetivação, as peculiaridades de cada local, as identidades, a cultura. Assim o espaço rural dos assentamentos de Rosana/SP, é um diferencial para o desenvolvimento da atividade turística. É um campo de possibilidade para a geração de renda, emprego, auto - estima, valoração da identidade e do modo de vida.

Valendo da importância da cultura e da diversidade cultural para o desenvolvimento das nações, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para Educação, a Ciência e a Cultura reforça que a diversidade cultural é uma característica de suma importância para a humanidade, por isso o seu patrimônio deve ser valorizado e cultivado em benefício de todos. Também salienta de que a diversidade cultural deverá criar um mundo rico que incida sobre o desenvolvimento responsável das comunidades, povos e nações. Dessa forma, a cultura deve ser um elemento primordial das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, que tenha como objetivo a superação da pobreza. De forma sucinta pode ser dizer que a cultura aborda diversas formas, ela é dinâmica através do tempo e do espaço, representa múltiplas manifestações, em sua originalidade e pluralidade das diversas identidades, bem como representa as expressões culturais dos povos e das sociedades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005).

Para Thompson (1998) a cultura pode ser entendida como:

[...] um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das futuras e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p.17).

Segundo Claval (2007) a cultura se confunde com as construções das próprias sociedades, pois suas raízes estão imersas na história, no qual reúne e comungam os mesmos símbolos, alianças, os mesmos hábitos alimentares, vestimentas, entre outros elementos. No qual a cultura pode ser entendida como:

A cultura aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, *know-how*, conhecimentos, regras, normas e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência a realidades sempre mutáveis. A cultura é herança e experiência. Ela é também projeção em direção ao futuro. Os outros mundos dos alhures permitem julgar o presente e pensar o futuro: eles dão aos seres humanos o poder de julgar o real, de discernir entre o bem e o mal,

de fazer escolhas e tomar decisões morais que a sociedade lhe oferece, e da sua experiência, horizontes futuros. Graças a esses horizontes, a cultura aparece mais como a força que dá a sua forma ao futuro que como uma repetição do passado (CLAVAL, 2003, p.163).

Partindo do potencial que a cultura tem de agregar valor econômico, observa-se, nisso, uma motivação das localidades para cuidar dele, sendo responsabilidade de todos os cidadãos à sua manutenção. Quanto mais diverso e singular for mais positivo será para o desenvolvimento do turismo.

Dessa forma salienta a ONU (1985, p.3) sobre as políticas culturais:

Tudo isso reclama políticas culturais que protejam, estimulem e enriqueçam a identidade e o patrimônio cultural de cada povo, além de estabelecerem o mais absoluto respeito e apreço pelas minorias culturais e pelas outras culturas do mundo. A humanidade empobrece quando se ignora ou se destrói a cultura de um grupo determinado.

Outra questão que envolve a cultura é o conhecimento que se precisa ter sobre identidade, pois não adianta ter vários bens culturais num local, se a população não se reconhece nele. É necessário ter esse vínculo de pertencimento entre comunidade e cultura que revelará a identidade do local.

Para as Nações Unidas, a identidade cultural é uma riqueza que possibilita a realização da humanidade, dos povos, salvaguardando seu passado e acolhendo as contribuições para o seu processo de criação e dinamização. Todas as culturas constitui-se patrimônio para suas comunidades. A identidade cultural representa diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições (ONU, 1985).

Para Giddens (1991 *apud* CASTELLS, 2001, p.22-23) a identidade pode ser entendida como:

[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. [...] Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização.

Segundo Hall (2005) a identidade é algo inacabado, em constante construção.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2005, p. 38-39).

Partindo de uma perspectiva de desenvolvimento territorial, a inserção da

atividade turística, tendo como fundamento os aspectos culturais dos assentamentos, pode ser traduzida em recurso para o fomento da atividade, pois compreende um modo de vida singular.

Há uma forte tendência para a visitação nos destinos de sol e de praia em virtude da concentração de infraestrutura para o turismo no litoral, com a presença de empreendimentos estrangeiros, mas, percebe-se que os bens patrimoniais podem colaborar para inverter essa lógica, contribuindo para disseminar o turismo em outros espaços, como por exemplo, o espaço rural.

A exploração turística dos recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando assim como fator de criação de emprego e de revitalização das economias locais. Representa, também, benefícios evidentes no que concerne aos custos de preservação do patrimônio que, muitas vezes, não podem ser assegurados pelos poderes locais. Por outro lado, com frequência se reclama a utilização do patrimônio para fins turísticos para se fazer em face de um turismo massificado que ameaça as identidades locais. (THOMAZ, 2010, p. 39).

Desenvolvimento local

A dimensão cultural do desenvolvimento para a ONU desempenha um papel essencial, pois contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. Geralmente o crescimento tem sido percebido por meio de dados quantitativos, deixando de lado a dimensão qualitativa, com as perspectivas espirituais e culturais, que são tão imprescindíveis para o desenvolvimento autêntico e o bem-estar da comunidade (ONU, 1985).

O desenvolvimento local é uma estratégia da própria comunidade, que tem na inserção de novas atividades econômicas uma forma de gerar renda e emprego. Enfim, um modo de garantir a sua sobrevivência.

Para Beni (2007, p.139), o desenvolvimento local pode ser caracterizado como:

Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agropecuários, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. Isto leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e as capacidades de cada economia e sociedade locais.

Na visão de Rodrigues (2007), essa busca por desenvolvimento é denominada de troca de sinergias, no qual a própria comunidade, por meio de ações inovadoras luta pelo desenvolvimento, quando afirma que:

De outro lado, sob uma ótica distinta, desenvolvem – se iniciativas baseadas em sinergias locais que redundam em projetos turísticos modestos, porém, criativos e inovadores que apresentam, todavia a oportunidade de envolvimento de diversos segmentos das comunidades hospedeiras, gerando benefícios que são apropriados localmente de forma mais equânime. É sem sombra de dúvida, neste modelo de implantação turística que pode-se relacionar o turismo ao patrimônio e à identidade cultural, uma vez que os recursos mobilizados ancoram-se no lastro social (RODRIGUES, 2007, p.16).

Para Coriolano (2001) o desenvolvimento está atrelado a idéia de distribuição igualitária das riquezas e recursos produzidos. Para ela o desenvolvimento perpassa o setor econômico, e deve ser pautado também nas relações humanas. Este é o mais difícil, pois requer a adoção de medidas e idéias que venham a contribuir com a prática social e sua organização tanto de produção quanto ao consumo.

Assim o desenvolvimento deve abranger todos os setores e todo o território, respeitando a especificidade local, regional e nacional. Lembrando que os territórios são demarcados pelas pessoas, que trazem as marcas das identidades, dos costumes, da política, da cultura, etc. É de fundamental importância atentar ao fato de como o território pode se desenvolver levando em consideração e respeitando a presença humana e suas interlocuções.

O desenvolvimento local deve transcender os padrões econômicos. Deve permitir alternativas que vislumbre o crescimento equitativo dos aspectos sociais, históricos e culturais. Assim, o desenvolvimento deve ponderar sobre os elementos endógenos que trazem os conflitos territoriais, a materialização da história, os símbolos, os costumes, o modo de vida da localidade.

Possibilidades e limites: alguns resultados

Diante das análises das incursões no município em questão e nos assentamentos, chegou-se a alguns resultados, que configuram as possibilidades e os limites identificados.

As possibilidades identificadas seriam os atrativos turísticos já existentes neste município, tais como: o balneário municipal; a usina hidrelétrica Engenheiro Sergio Motta; o Museu de Memória Regional; o encontro dos rios Paranapanema com o rio Paraná; o marco Geodésico, o turismo de pesca, os assentamentos rurais Gleba XV de Novembro e Nova Pontal. Dessa maneira esses elementos são um campo de possibilidades para o desenvolvimento do turismo, mas que não são devidamente trabalhados, por isso, o limite para esta ação consiste na ausência do órgão público municipal em formalizar o turismo, especialmente com melhoria da infraestrutura básica e de apoio ao turismo; e nos assentamentos a presença da prefeitura seria no apoio a projetos de turismo no espaço rural, além de melhoria nas estradas de acesso.

Outro caminho poderia ser o fomento do Programa Território da Cidadania, logo que sua criação tem como finalidade o desenvolvimento territorial dos municí-

pios que o compõem. Nesse sentido, Rosana (SP) poderia ser beneficiado com projetos de turismo que colaborasse para o desenvolvimento e a valorização da cultura local por meio de arranjos produtivos e economia solidária.

Este Programa, conforme foi investigado só atua nos municípios quando há uma participação dos gestores municipais, fato que de imediato impõe limite ao desenvolvimento local, e justifica a ausência de ações dessa natureza em Rosana, como ficou evidente nos relatórios de execução no período de 2008 a 2010 que foram analisados.

Outra possibilidade para o desenvolvimento turístico seria a criação de um ponto de informação ao turista, para informá-lo sobre os horários de funcionamento dos atrativos; a localização dos meios de hospedagem; informações sobre outros pontos de visitação, especialmente nos assentamentos.

Já existe a sinalização turística na cidade permitindo o deslocamento dos turistas, mas, tem como fator limitador que apenas a sinalização não desperta o interesse para outros pontos.

A usina hidrelétrica e Museu de Memória Regional poderiam ser melhor aproveitados. Seria uma alternativa, para se trabalhar o turismo em conjunto com as comunidades rurais. A estes visitantes poderiam ser divulgados um roteiro de visitação nos assentamentos, nos quais poderiam saborear a culinária, visitar as propriedades ou até mesmo apreciar as manifestações culturais, se esta coincidir com a data das festas. Esses roteiros existem, mas não há essa integração com as visitas da Usina e o Museu, portanto, têm como fator limitador a ausência do espírito empreendedor da comunidade, da iniciativa privada e dos órgãos públicos.

No município de Rosana (SP) foram identificadas algumas ações culturais de 2009 a 2012, tais como: Projeto Semeando o Futuro IV; Ponto de Cultura – “ISCAP pela Cultura”; e o Projeto Guri.

Essas ações culturais poderiam ser atreladas ao turismo, como por exemplo, os artesanatos produzidos pelos participantes do Projeto Semeando o Futuro IV e do Ponto de Cultura “Isicap pela Cultura”. Não há artesanatos na cidade, em virtude disso, os artesanatos produzidos por estes projetos poderiam ser uma possibilidade a ser incorporado ao turismo local. A principal dificuldade em colocar isso em prática é a ausência de um órgão que fizesse a mediação entre essas instituições com a Usina e o Museu, já que são locais com o turismo formalizado, com uma média de aproximadamente 8 mil visitantes por ano e por isso um local estratégico para a divulgação dos artesanatos. Assim, além dos projetos atenderem a população local, traria também a geração de renda por meio da venda dos artesanatos produzidos.

Igualmente a musicalidade da orquestra de viola ministrada pelo Ponto de Cultura, ou pelos assentados que fazem aula de instrumentos musicais no Projeto

Guri podem ser uma alternativa para incrementar o turismo local. Poderia ser elaborado um calendário de eventos mensal com a programação de apresentações para a orquestra e do Projeto Guri. Para isso seria importante a parceria com a prefeitura para concretizá-lo.

A criação de um calendário que reunisse as manifestações culturais existentes nos assentamentos seria importante, pois não se tem nada a respeito disso no município que seja voltado para área rural. Este calendário, ao ser formatado, contribuiria para que pessoas de outros lugares pudessem acompanhar as festas e incentivaria a cultura dos assentados. Este calendário poderia complementado com outras ações institucionais como, por exemplo, a inserção da sinalização turística nos assentamentos para facilitar a localização e o deslocamento.

A pesquisa junto a Prefeitura foi de vital importância para entender quais as ações que estão sendo realizadas em benefício da área rural assentada do município de Rosana. Assim, foi constatado que não há um calendário festivo para este espaço e que seria importante a sua elaboração. A elaboração de um calendário para o meio rural seria uma ferramenta para a valorização da cultura assentada.

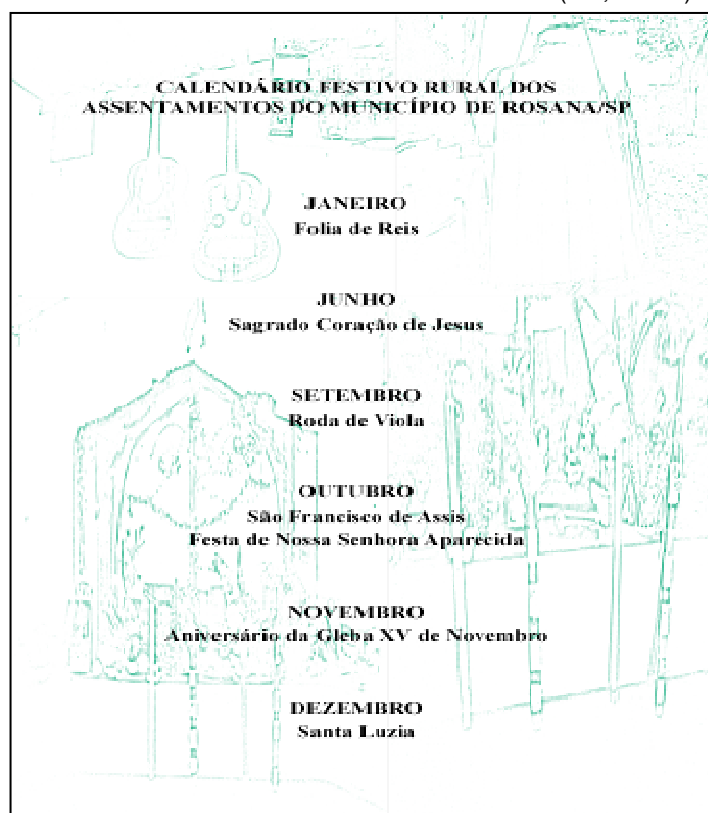
As festas identificadas como possibilidade para o turismo foram: Folias de Reis, Festa de Aniversário do assentamento Gleba XV de Novembro, Roda de Viola, as festas dos padroeiros, como Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus, Santa Luzia e São Francisco de Assis. Estas festividades são as que possuem potencialidade por possuírem as seguintes características: local fixo, comissão organizadora e periodicidade para a realização da festa.

Há outras festividades, mas não farão parte da proposta de calendário por não estarem organizadas. Como é o caso dos pequenos rodeios, provas de laços, os torneios de futebol, as festas juninas e outras festas do padroeiro de outros setores do assentamento Gleba XV de Novembro e Nova Pontal, pois não apresentam um local próprio para realização das atividades festivas.

Essas festas poderão fazer parte da proposta de calendário oficial do município para o espaço rural, ou seja, dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal. Esse calendário poderá tornar mais visível à realização dessas festividades e sua devida valorização.

As festividades identificadas nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal, mesmo aquelas que não farão parte do calendário festivo (Quadro 1), representam a produção cultural dos assentados, o seu modo de vida, a identidade dos assentados, os costumes, a dança, a música, entre outros.

Quadro 1: Calendário festivo rural de Rosana (SP).
Table 1: Festive Rural Calendar of Rosana (SP, Brazil).



CALENDÁRIO FESTIVO RURAL DOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE ROSANA/SP	
JANEIRO	Folia de Reis
JUNHO	Sagrado Coração de Jesus
SETEMBRO	Roda de Viola
OUTUBRO	São Francisco de Assis Festa de Nossa Senhora Aparecida
NOVEMBRO	Aniversário da Gleba XV de Novembro
DEZEMBRO	Santa Luzia

Conclusão

Os assentamentos de reforma agrária de Rosana/SP apontam para as interações entre as condições naturais e as diferentes formas de uso e ocupação deste território. Isso nos permite afirmar que a partir do olhar sobre as manifestações culturais representadas nas festas, estas consituem - se em motivações para o turismo, ou seja, não só o patrimônio histórico-arquitetônico que tem levado as pessoas a deslocar – se como busca de conhecimento ou lazer, mas também as manifestações culturais ditas populares. São exequies as alternativas que visem o desenvolvimento territorial local, seja ele catalisado na atividade turística ou não.

Além disso, outro caminho para o desenvolvimento do turismo local é a ligação que poderá existir com o programa Território da Cidadania, por meio da criação de arranjos produtivos ou de economia solidária com projetos que propicie o desenvolvimento turístico. Um programa como esse, forte e de abrangência federal tem potencialidade para contribuir para o crescimento desta localidade, possibilitar a dinamização da economia local e a valoração dos seus aspectos culturais.

Para finalizar, o turismo no espaço rural viria a complementar a renda advinda da atividade agropecuária, além do mais contribuiria para fixar os moradores nos lotes, pois a maioria dos assentados sai para trabalhar no corte da cana-de-açúcar, pois o que produz não dá para fazer a manutenção no sistema de produção. Dessa forma, além de agregar valor, e gerar renda, motivaria para a salvaguarda da sua cultura e do seu modo de vida.

Referências bibliográficas

AVILA, M.A. Política e planejamento em cultura e turismo: reflexões, conceitos e sustentabilidade. *In*: AVILA, M.A. (Org.). **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus: Editora UESC, 2009. p.15-37.

BENI, M. Planejamento estratégico e gestão local/regional do turismo. *In*: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 125- 150.

BRASIL. Decreto n. 38, de 25 de fevereiro de 2008. **Dispõe sobre a instituição dos territórios da cidadania e dá outras providências**. Brasília, DF, 2008a. Disponível: <http://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssp/bibliote/informe_eletronico/2008/iels.fev.08/iels39/U_DC_250208.pdf>. Acesso em: 17 out. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. **Projeto Inventário da Oferta Turística**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/inventariacao_da_oferta_turistica.pdf>. Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo - MTur. Turismo rural: orientações básicas. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 20 jan. 2013.

BRASIL. Território da Cidadania. Apresentação sobre o programa Territórios da Cidadania. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>>. Acesso em: 08 mai. 2012.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3. ed. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 2.

CAVACO, C. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. *In*: ALMEIDA, J A.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: Edusc, 2001.p.69-94.

CLAVAL, P.A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. *In*: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p. 147-166.

- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3.ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.
- CORIOLOANO, L.N.T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 21, n. 2: Jul./Dez., 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4212>>. Acesso em 11 Jun. 2012.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MARIANI, M. Planos municipais de turismo no Brasil. *In*: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 211- 224.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração do México**. [S.], 1985. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br/cartas/Declaracao do Mexico 1985.pdf>>. Acesso em 20 out. 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração da convenção da UNESCO sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais**. Bruxelas, 2005. Disponível em: <<http://www.unesco.pt/pdfs/docs/convidiv.pdf>>. Acesso em 20 out. 2012.
- PANOSSO NETO, A.; ANSARAH, M.G.R. Segmentação em turismo: panorama atual. *In*. PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M.G.R. (Eds.). **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri: Manole, 2009. p. 19 -43.
- RODRIGUES, A.B. Turismo rural no Brasil: enasaio de uma tipologia. *In*: RODRIGUES, A.B. (Og.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001.p.101-116.
- RODRIGUES, A.B. Território, patrimônio e turismo com base local – uma relação inequívoca. *In*: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 15- 30.
- RUSCHMANN, D.V.M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. *In*: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2003.p.63-73.
- THOMAZ, R.C.C. A revalorização e difusão do patrimônio cultural como meio desenvolvimento do turismo rural e cultural: estudo de caso da rede galega do patrimônio arqueológico. **Tópos**. v. 4, n. 2, p. 33 - 59, Dez, 2010. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2254>>. Acesso em 20 jun 2013.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2004. (Coleção ABC do turismo).
- ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. *In*: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2003. p.127-142.

Clediane Nascimento Santos: Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, SP, Brasil.

Email: cledianenascimento@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3119695706223129>

Rosângela Custódio Cortez Thomaz: Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, SP, Brasil.

Email: rocortez@rosana.unesp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9063800080265540>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 24 de junho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR)

Lifestyle in the communitarian tourism based: the case of Barbados, Guaraqueçaba (PR, Brazil)

**Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio Coutinho,
Carlos Alberto Cioce Sampaio, Lígia de Paula Rodrigues**

RESUMO

A comunidade tradicional caiçara de Barbados está inserida no interior no Parque Nacional de Superagui (ParNa Superagui), Unidade de Conservação (UC) de proteção integral que não permite residência de pessoas no seu interior, problemática esta que gerou conflitos históricos com os caiçaras. Em complexo contexto de tradicionalidades e conflitos, busca-se identificar e ao mesmo tempo analisar potenciais atrativos para o turismo comunitário em Barbados por meio da percepção dos imbricamentos da cultura tradicional na perspectiva dos moradores, adotando metodologia de pesquisa-ação e grupos de foco. Obteve-se como principais resultados: praticas tradicionais são importantes para conservação dos modos de vida caiçaras, produção e conhecimento local, portanto para o turismo comunitário; existência de restrições para manutenção destes modos de sobrevivência que, por sua vez, são atrativos do turismo comunitário e; possibilidade de cogestão sobre a perspectiva do desenvolvimento e meio ambiente. O Turismo comunitário pode aproximar comunidade e ParNa Superagui por ser perspectiva comum, e, se bem planejado, pode ser atividade estratégica para amenizar processo de êxodo migratório de caiçaras para centros urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária; Desenvolvimento; Planejamento Participativo; Comunidades Tradicionais Caiçaras.

ABSTRACT

Barbados' traditional Caiçara community is located into the National Park of Superagui, a protected Environmental Conservation Unit where inhabitants are not allowed in its interior, it is an issue that has caused historical conflicts with the natives. In a complex context of traditionalism and conflicts, it is aimed to identify and at the same time to analyze attractive potentials for the Community Tourism in Barbados through the perception of the traditional culture's relationships, from the people's perspective, adopting the methodology of action-research and focus groups. It has been obtained as main results: traditional practices are important for the conservation of Caiçaras' ways of life, production and familiarity with the area, and thus, for the Community Tourism; existence of restrictions to maintain these ways of life, which are important for the Community Tourism and; the possibility of co-management through both the development and environment's perspective. The Community Tourism is able to establish links between the community and the National Park of Superagui due to their common perspective, and, if well planned, it may also be a strategic activity to reduce Caiçara people's out-migration process to urban places.

KEYWORDS: Communitarian Tourism Based; Development; Participative Planning; Traditional Caiçara Communities.

Introdução

A inclusão social é, atualmente, um das premissas centrais nas políticas ambientais no Brasil. Com autorreconhecimento, por parte do poder público, dos limitantes na gestão para conservação ambiental, há tendência de protagonizar comunidades locais na vigilância e monitoramento destas áreas, a partir do reconhecimento das multifuncionalidades inerentes. Porém, o fomento à participação ativa dos moradores locais requer percepção de realidade complexa: perspectiva local, histórico de conflitos, êxodo rural, modos de produção, impactos socioculturais, dinâmicas sociais, dentre vários outros aspectos.

Estratégias de planejamento e gestão necessitam de base de dados confiáveis do território, sobretudo produzidas pelos próprios moradores, evitando decisões unilaterais, por meio de processos que fluam de “baixo para cima”, encorajado por soluções criativas. Avançar na qualificação de técnicas que estimulem tal processo é a problemática deste artigo, com base na experiência junto a comunidade tradicional caiçara de Barbados, município de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil

Essa comunidade foi inserida no interior no Parque Nacional de Superagui (ParNa Superagui) em 1997, porém, não foi realocada, como prevê a legislação específica de unidades de conservação (UC) de proteção integral. Seguindo política ambientalista da época, a UC proibiu realização de modos de produção tradicionais, entendendo-as como prejudiciais ao ecossistema Mata Atlântica. Tal fato gerou conflitos entre a gestão do ParNa e as comunidades locais. A atividade do turismo, atualmente, é estratégia do ParNa para o desenvolvimento das comunidades locais, o que traz novos elementos na percepção desse conflito.

A cultura caiçara possibilita oferta de vivência comunitária, atrativos do chamado turismo comunitário, e desperta interesse de demandas turísticas oriundas de centros urbanos que buscam resignificações na relação homem e natureza. As vivências são os próprios modos de vida, produção e conhecimento das comunidades locais, caracterizadas como atividades humanas de baixo impacto ambiental. Há motivações, portanto, para serem consideradas atividades permissivas, mesmo em UC de proteção integral

Em complexo contexto de tradicionalidades e conflitos, a pesquisa tem por objetivo identificar e analisar potenciais atrativos para o turismo comunitário em Barbados, por meio da percepção dos moradores sobre cultura local. Utiliza-se metodologia participativa, com método da pesquisa-ação e grupo de foco.

O grupo de foco realizado com informantes-chaves de Barbados identificou diversidade de temáticas a respeito da cultura tradicional, o que possibilitou obter visão ampliada do contexto local, necessário para o planejamento responsável do turismo comunitário.

Cultura

Em sentido mais amplo, cultura é tudo que foi construído, adaptado ou modificado na natureza pelo homem. Traços culturais que caracterizam cada grupo humano

são influenciados pela forma como esse grupo se apropria do ambiente natural, no qual está inserido (ALFONSO, 2003). Para Cucho (2002) existem tantas culturas distintas quanto espaços e geografias diversas no mundo, e ela é dinâmica, pois o ser humano sempre buscou e buscará adaptar-se ao seu ambiente.

Cultura é transmitida por tradições e reformulada em função do contexto histórico. Quanto mais uma sociedade consegue manter suas referências culturais, mais ela pode conservar os valores que são inerentes a ela (GOULART & SANTOS, 1998).

Todo o conjunto de manifestações/expressões populares e modos tradicionais de apropriação do ambiente natural que diferencia uma comunidade das demais, ou seja, que lhe confere 'identidade', pode ser considerado como patrimônio cultural. Para Souza e Filho (1999 *apud* NITSCHKE, 2007)

Enquanto o patrimônio natural é a garantia de sobrevivência física da humanidade, que necessita do ecossistema para viver, o patrimônio cultural é a garantia de sobrevivência social dos povos, porque é produto e testemunho de sua vida. (p. 20)

Turismo utiliza assim o patrimônio cultural para conformação de produtos turísticos (GANDARA *et al.*, 2005).

Turismo comunitário

Nas relações estabelecidas por meio do turismo, dar-se-á transferência de elementos culturais que afetam invariavelmente, em maior ou menor medida, turista e autóctone; este intercâmbio poderá ser benéfico ou prejudicial, dependendo em parte do planejamento turístico, mas também do grau de identificação étnica dos implicados. Segundo Alfonso (2003), a melhor forma para que turistas conheçam e respeitem patrimônio do lugar que visitam é que, de alguma forma, sintam-se identificados; turistas devem ser observadores ativos, manifestando reações quanto ao ambiente e pessoas. É necessário despertar processo cognitivo e sensibilização quanto ao turismo, para ponderar impactos que a atividade pode gerar.

Os modos de vida, produção e conhecimento de comunidades tradicionais são cada vez mais recorrentes como atrativos do turismo, diante da expectativa que se valorize cada vez mais a cultura. Porém, essas comunidades com tradições enraizadas sofrem pressões exógenas que ameaçam seus meios de sobrevivência. Turismo comunitário surge como alternativa de garantir a viabilidade desses modos de vida, produção e conhecimento.

Para Coriolano e Lima (2003), turismo comunitário pode ser definido como

aquele (...) desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar, que passaram a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para a melhoria da qualidade de vida (p. 41).

Solidariedade é elemento principal que define o sentido de comunidade (CORIOLANO *et al.* 2009). Como minorias sociais em mundo de relações globaliza-

das, o sentido de comunidade está exposto a riscos associados ao posicionamento desigual de seus membros em relação ao meio social, perceptível no acesso precário a serviços básicos, como saúde e educação. Porém, o turismo tem auxiliado comunidades, ao passo que estas tomam consciência das potencialidades que possui seus ativos patrimoniais: recursos culturais, naturais, físicos e humanos (MALDONADO, 2005).

Como proposta de empoderamento¹ dessas minorias sociais, o turismo comunitário procura promover o contato do visitante com o sentido comunitário, para gerar relações de convivencialidade².

É por meio das chamadas vivências comunitárias que característica da convivencialidade se expressa no turismo comunitário. As vivências são os modos de vida da comunidade geralmente transmitidos de geração em geração, como modos de produção artesanais e atividades extrativistas, agrícolas e de pesca, formatadas para permitir a participação ativa dos turistas. Por reproduzirem modos de produção tradicionais, fortalecem aspectos histórico-culturais, organização social e governança local, além de possibilitarem a geração trabalho e renda quando associadas a serviços turísticos. Nesse sentido, as vivências são bases para formatação de experiências de turismo comunitário (SAMPAIO; ZAMIGNAM, 2012).

Hospitalidade também é conceito arraigado nas vivências de turismo comunitário. Para Kant (*apud* PERES, 2007), hospitalidade se representa por meio do respeito no sentido de ver ao próximo como semelhança de si próprio, e amor como prática de benignidade, benevolência.

Comunidades tradicionais caiçaras

Comunidades tradicionais, para Diegues (1996, p. 79), estão relacionadas a tipo de organização econômica e social em que produtores estão envolvidos em atividades de pequena escala, como extrativismo, agricultura e artesanato e são conhecedores dos recursos e serviços naturais, seus ciclos biológicos e hábitos alimentares. Almeida (2008) interpreta que a categorização “comunidades tradicionais” designa atores sociais mobilizados, conscientes de sua identidade. Nessa perspectiva, o significado de “tradicional” se apresenta dinâmico e como fato presente, rompendo com a visão essencialista, que condiciona “tradição” a fatores históricos ou baseados na ancestralidade (ALMEIDA, 2008; VIANNA, 2008).

Textos legais, como decreto 60.40/07 (BRASIL, 2007) e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), abordam a temática sugerindo a autoconsciência ou autodenominação como critério para se identificar comunidades que são tradicionais, e garantem a tais comunidades acesso aos recursos naturais tradicionalmente utilizados.

Comunidades caiçaras são, tradicionalmente, extrativistas, pesqueiras e agrícolas, habitantes da região litorânea do Rio de Janeiro até o litoral paranaense, entre a Floresta Atlântica e o mar, em estuários, mangues, restingas e lagunas. Conformadas desde primeiros momentos da colonização europeia no Brasil, essas comunida-

des passaram por vários períodos e ciclos, apogeu e decadências. Tal dinâmica é própria da cultura caiçara (WILLEMS, 1952 *apud* DIEGUES, 2004).

As festas e rituais caiçaras mais importantes são, de maneira geral, associados às práticas de sociabilidade existentes nas atividades agrícolas (DIEGUES, 2006). Como não havia prática do uso de unidade monetária nas comunidades, o beneficiado do mutirão³ se obrigava realizar festa como retribuição àqueles que trabalharam. Neste contexto surgiu fandango⁴ como manifestação cultural.

O conhecimento do meio pelo caiçara refere-se, principalmente, a formas de cultivo da terra (técnica de coivara); proibições e usos de animais e plantas; classificação da natureza (etnotaxonomia); e uso de tecnologias apropriadas (BEGOSS, 1995 *apud* ADAMS, 2000b). Para Adams (2000b), essas comunidades possuem técnicas de manejo que podem contribuir na manutenção do ecossistema da mata atlântica, como possivelmente ocorre no caso da agricultura itinerante.

Segundo Adams (2000a), as populações caiçaras eram, primordialmente, constituídas por lavradores-pescadores. Porém, em meados do século XX, com a introdução de técnicas e instrumentos de pesca e do barco a motor, voltaram-se cada vez mais à pesca, diminuindo e até extinguindo as lavouras, pois a atividade elevou a renda local, propiciando acesso direto aos produtos antes oriundos do plantio. Diegues (2004) aponta que, a partir da década de 1960, contingente cada vez maior de caiçaras passa abandonar seu território ancestral e migrar para áreas suburbanas, exercendo atividades distintas das tradicionais, como subempregos. Abandono dos caiçaras de suas terras se deve, também, à expropriação realizada pela especulação imobiliária, urbanização e transformação do território ancestral em áreas de unidades de conservação (DIEGUES, 2004).

Comunidade de Barbados

O Litoral Norte do Paraná, Brasil, possui algumas das cidades mais antigas do estado e com destinos turísticos consolidados, como Ilha do Mel, Paranaguá e Morretes (LITORAL DO PARANÁ, 2008). Guaraqueçaba possui aspectos de notável relevância ambiental no contexto brasileiro, especialmente por apresentar considerável quantidade de Unidades de Conservação (KASSEBOEHMER, 2007), porém possui o sétimo pior IDH no Estado do Paraná (RODRIGUES, 2005).

ParNa Superagui se localiza no município de Guaraqueçaba. O decreto de criação da UC, em 1989, não incluía em seus limites nenhuma comunidade tradicional local. No entanto, com a ampliação do Parque em 1997, sete delas tiveram suas vilas e territórios tradicionais inseridos no interior da UC, dentre elas encontra-se a comunidade de Barbados.

Guadalupe Vivekananda (2001), vice chefe do ParNa Superagui, constatou que comunidades no interior e entorno da unidade estão passando por processo de descaracterização sociocultural, gerado por maior acesso aos produtos industrializados e à mudança de hábitos, que provocou a extinção de atividades extrativistas rela-

cionadas à vegetação e aos animais silvestres. Sobre a atividade agrícola, a autora aduz que não é possível relacionar a queda desta à criação da unidade, e justifica que, segundo as comunidades, isso aconteceu quinze anos antes da criação do parque⁵. Porém, Bazzo (2010) aponta que, do ponto de vista do nativo, a criação do ParNa Superagui concretizou de vez a interrupção das lavouras⁶.

Bresolin (2009), chefe do ParNa Superagui, em entrevista, expôs sua visão sobre as comunidades situadas no interior e entorno da unidade:

Os comunitários possuem grande resistência e descrédito em relação aos órgãos ambientais e às ONGs, muito em função da ausência de políticas públicas de saúde, educação e plano de manejo. Mas também originados por uma dificuldade histórica de associativismo e da repetição dos velhos discursos, verdadeiros “mitos” contra as unidades de conservação. Um dos maiores desafios será reverter a imagem negativa do parque junto aos locais, e isso só será possível com o incremento de um turismo responsável, com uma melhoria da gestão do recurso pesqueiro e da importante ferramenta estadual do ICMS Ecológico (BRESOLIN, 2009, s/p).

O chefe da unidade transparece percepção histórica pessoal sobre a relação unidade-comunidade, e sua perspectiva para o desenvolvimento da região, que envolve o protagonismo de um “turismo responsável”.

A comunidade de Barbados situa-se na Ilha de Superagui, na margem Leste da baía de Pinheiros, dentro dos limites do ParNa Superagui, município de Guaraqueçaba. Possui sessenta e nove pessoas, dezenove famílias, com acesso somente a barco, com modo de produção predominantemente voltado à pesca. Existe Associação de Moradores de Barbados que funciona à quinze anos. Há escola municipal, com aulas de primeira a quarta série, igreja católica e dois engenhos artesanais de farinha de mandioca (CULTIMAR, 2008). No início de 2013, foram instaladas placas de energia solar e entregues geladeiras novas e *boilers* a energia solar para aquecimento da água do banho, pelo órgão distribuidor de energia no Paraná.

É comunidade significativa por ser uma das mais antigas da região. Sua colonização foi por europeus, na primeira metade do século XIX, principalmente por franceses e suíços. Um deles foi Willian Michaud. Chegou em Superagui em 1852 e permaneceu até sua morte, em 1902. Casou-se com nativa, teve vários filhos, e é conhecido devido às pinturas que retratam modo de vida da época e natureza do lugar (LICHTSTEINER, 2008). Suas obras encontram-se no Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba e no Museu de Vevey, na Suíça, o que confere a essa comunidade contexto histórico diferenciado e relevante ao Paraná.

Sua geografia combina encostas de montanhas com pequena várzea, onde estão localizadas casas construídas próximas a grandes pedras, o que não permite aumento do número de pessoas da comunidade. Há igreja católica e dois engenhos artesanais de farinha de mandioca (CULTIMAR, 2008).

A pesca é a mais importante atividade da comunidade. Há também extração

de caranguejo e ostras. Atividade agrícola é influenciada por cultura indígena e europeia. Porém, cabe destacar que são poucas roças na região, o que também se deve ao fato do território ter sido delimitado como área do Parque Nacional de Superagui, o qual proíbe qualquer forma de extração de fauna e flora da Mata Atlântica.

Turismo acontece principalmente no verão, quando muitos turistas que estão na Barra de Superagui, Ilha das Peças e Guaraqueçaba vão conhecer a revoada dos papagaios. Visitação ocorre ocasionalmente quando embarcações atracam em Barbados para pessoas poderem comer no restaurante e comprar artesanato no espaço comunitário.

Metodologia

As técnicas metodológicas propostas foram os passos iniciais no processo de planejamento do turismo comunitário em Barbados, e utilizou como embasamento prévio o conhecimento adquirido por meio da observação participante.

O processo de planejamento promove um espaço de reflexão democrática e conscientização dos problemas locais e das possíveis soluções para estes problemas (SAMPAIO *et al.*, 2010). Para que represente efetivamente as ambições da comunidade de um dado destino, há necessidade de que esta esteja envolvida de forma ativa, apropriando-se do conceito de participação.

Demo (1993, p. 37) expõe que a “participação nunca é completa e ideal, mas sempre um processo. (...) Não é dádiva, se for ela é tutelada e controlada. Não é concessão. É espontânea, é conquistada”. Paulo Freire (1997) afirma que as populações locais são capazes e devem conduzir suas próprias pesquisas e análises da realidade local. Os problemas a serem solucionados devem ser demandas locais, e não por meio de processo de “cima para baixo” (DEMO, 1993).

A abordagem utilizada foi a pesquisa-ação. Segundo Seixas (2005), nela há empoderamento de atores sociais comunitários, valorizando uso do conhecimento local de maneira a atuarem como protagonistas na identificação ou refinamento tanto de problemas de pesquisa bem como nas alternativas de solução desses.

Para obtenção da participação local no processo de planejamento do turismo comunitário, utilizou-se técnica qualitativa da pesquisa-ação e grupo de foco. É método de coleta de dados que consiste na realização de entrevistas em grupo, conduzidas por moderador, tendo como objetivo a discussão de um tópico específico (MATTAR *apud* VERGARA, 2005). A técnica foi definida para que houvesse maior diálogo e aprofundamento em temas específicos. O aprofundamento e maior diálogo possivelmente não seriam alcançados com técnicas como reunião comunitária ou entrevistas individuais.

O grupo de foco foi realizado no dia 01/11/2010. Em reunião comunitária realizada anteriormente, contextualizou-se a pesquisa e seis pessoas se mostra-

ram interessadas a participarem do grupo de foco. Os participantes podem ser considerados informantes-chave⁷: Participantes 1 e 2 são lideranças políticas de Barbados; Participante 3 possui olhar para a educação; Participante 4 é conhecedora de terapias alternativas por meio de ervas e rezas; Participante 5 é socioempreendedor comunitário; e Participante 6 é membro ancestral da comunidade, utilizando-se de oralidade e histórias, com olhar do passado e presente.

Inicialmente, foram discutidos temas: cultura e patrimônio cultural, cultura caiçara e turismo comunitário. Com essa base, o grupo definiu os temas da cultura local importantes para serem aprofundados: pesca; agricultura; artesanato; terapias alternativas, parto natural e oralidade; gastronomia; festas populares; cozinha comunitária e Willian Michaud; e hospitalidade/convivencialidade. Os dados analisados em cada um dos temas são apresentados a seguir. Posteriormente, com base nos dados analisados, apresenta-se potencial de atratividade do turismo comunitário em Barbados.

Apresentação e análise dos dados coletados

Pesca

Pesca na comunidade, segundo Participante 1, é bem cultural tradicional por se tratar de atividade artesanal. Para ele, métodos tradicionais de pesca, como engodo⁸, quando tinha fartura e eram permitidos, davam condições para que atividades paralelas, como trabalho na roça, fossem possíveis, já que a pesca demandava menos tempo. Expõe que atualmente a pesca é atividade principal, mas está sendo transformada desde a instalação na região do Parque Nacional, no qual órgãos ambientais vêm intensificando a fiscalização quanto à regulação das atividades econômicas, assim como proíbe a agricultura na comunidade. Para ele, também há desinteresse da geração mais jovem em continuar a tradição do trabalho na roça. Há receio, comenta o Participante, de ter a pesca como única atividade econômica, pois recursos pesqueiros são esgotáveis. O que sugere é regulação menos proibitiva no manejo da mata, para tornar a atividade agrícola possível.

Para a comunidade, a área protegida ParNa Superagui é uma das responsáveis pela inibição da agricultura, não só pela proibição explícita de não realizar as roças, como também na proibição de técnicas de pesca menos laboriosas, que permitiam conciliar tempo para o plantio. Torna-se importante aprofundar estudos sobre tais técnicas de pesca, entendendo seus impactos em cenário atual de aumento da extração e queda no volume de peixes nas baías da região.

Sobre atividades vinculadas à pesca, como a produção de canoas, Participante 3 relata que deve haver sinergias na comunidade para enfrentamento das dificuldades para que não haja sobrecarga de trabalho por parte das lideranças locais, assim não se corre risco de desarticulações comunitárias. Se oculta produção artesanal de canoa para que não haja denúncias, por causa da proibição do Parque. Produção ocorre, pois é meio de mobilidade para que ocorra pesca, único meio de sobrevivência permitido. Recorda que cuia, extraída da árvore chamada “porongo”, para retirar água

do barco foi substituída pela garrafa tipo *pet*.

Os receios de denúncias entre os próprios moradores geram desarticulação e perda do sentido de comunidade, consequência do medo gerado pelos órgãos ambientais. A falta de coesão local inibe a defesa do território tradicional contra as leis ambientais restritivas, o que pode sobrecarregar as lideranças, como exposto pelo Participante 2. Esse cenário gera ciclo constante de desarticulação social, que pode causar, por exemplo, êxodo rural.

Agricultura

Participante 1 sugere que cultura do plantio pode ser preservada, a partir de estímulo como sementes de arroz. Antigamente, tudo o que se comia era originado dos próprios cultivos, o que não gerava resíduos. Trabalho da roça prescindia prática do mutirão ou “sapo”, incentivando solidariedade comunitária. Depois de término do trabalho, o proprietário oferecia fandango, prática cultural que estabelecia e fortalecia vínculos sociais, como o namoro. Participante 6 afirma que não há ninguém vivo na Vila que toque fandango. Participante 3 afirma que embora ainda haja engenho de farinha na Vila, não se utiliza mais, pois não se pode plantar por conta da instalação do Parque.

Observa-se que a roça estimula a solidariedade e é atividade protagonista em rede de interações socioculturais caixas, como exposto por Diegues (2006). Segundo o Participante 1, havia quadro de descaracterização da tradição do plantio, sendo necessário incentivos conjuntos para o fomento, entendendo a atividade como modo produção que, aparte benefícios para a cultura local, pode contribuir na manutenção do ecossistema da mata atlântica, como sugere Adams (2000b). Como comentou Participante 1, a inibição da agricultura aumentou o volume de resíduos na comunidade, principalmente embalagens de alimentos adquiridos nos centros urbanos. Como não há coleta de lixo em Barbados por parte do poder público, são queimados e enterrados nas encostas da Mata Atlântica, o que gera impactos ambientais e possíveis problemas de saúde nos moradores. É estratégico, portanto, o fomento à atividade agrícola por parte dos órgãos de desenvolvimento na região, para melhoria sociocultural e ambiental.

Artesanato

Participante 2 afirma que tipos de artesanatos que eram produzidos, atualmente não são mais, como artesanato de barro. Há casos ocultos de produção, como balaio, peneira, viveiro para camarão e vassoura, pois são produzidos a partir do cipó imbé, matéria-prima proibida de extração. Exemplifica que mesmo orquídea, para enfeitar jardim, não pode ser mais extraída da mata. Alega que se depender da legislação do Parque, não se faz nada. Daí a importância de se associar comunitariamente para poder negociar com os gestores. Feitio de artesanato mais comum é de técnica forânea, como tapetes de retalhos de plástico e camisas serigrafadas de xilogravuras vendidas para turistas.

Técnicas tradicionais de produção de artesanatos, como exposto pelo Participante 2, estão ou já se perderam, e muito se deve à inclusão de tecnologias, como no caso da não-utilização de panelas de barro, provavelmente devido ao acesso a panelas de metal, ou da substituição da cuia do “porongo” pela garrafa *pet*. Porém, comunidade deseja manter a prática de artesanatos tradicionais, mesmo com a inserção de técnicas forâneas voltadas para o turismo.

Terapias alternativas, parto natural e oralidade

Participante 6 relata que muitos moradores foram tratados, quando sentiam mal estar, com ervas medicinais. Gostaria que esta prática fosse transmitida para demais gerações. Tal prática foi aprendida com seu próprio pai. Recorda que sofreu pressão, principalmente da religião na qual escolheu fazer parte, para não se utilizar mais da manipulação de ervas e que era chamada de feiticeira. No entanto, sentimento de utilizar terapias alternativas curar a faz continuar com tal prática. Participante 2 recorda de agente comunitária tradicional, que era parteira da região. Participante 6 relata que sempre gostou de dialogar com pessoas sobre a comunidade, de como era antes e tratar das dificuldades atuais.

Práticas alternativas com usos de ervas medicinais e da oralidade, geralmente vinculadas aos mais idosos, ainda estão presentes. Tais práticas sofrem impactos e influências diretas do recente fenômeno de certas religiosidades institucionalizadas nessas comunidades. Porém, como exposto pelo Participante 6, tal fenômeno ainda não foi capaz de ruir com algumas práticas tradicionais caiçaras, no caso de Barbados.

Gastronomia

Participante 3 enumera pratos típicos da região, como peixe seco com banana, caranguejo, ostra assada, camarão abafado, biju de manipuva, licor de gengibre, cravo, canela e anis, e broinha de goma de mandioca. Relata que alguns pratos não são mais preparados com frequência, porque há ingredientes que não se podem mais ser colhidos por seu plantio estar proibido e que existe menos momentos de confraternização da comunidade, como havia antigamente mais mutirões. Licor praticamente não se produz mais, embora seja lembrado pelo seu bom paladar, pois se era oferecido a quem participava do mutirão.

Há perdas na gastronomia local como consequência da queda no plantio, tanto devido à falta de ingredientes antes agricultáveis, quanto à falta de momentos de trocas solidárias, caso dos mutirões.

Festas populares

Participante 3 relata que Dezembro é o mês da tradicional Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da vila, no qual predomina festejo de batizados, ca-

samentos e primeira comunhão. Há festas que não se comemoram mais e que deixam saudades, como festa Junina. Durante Carnaval, eram produzidas máscaras de barro pintadas. Embora haja disposição do Participante e das crianças da escola para trabalharem na preparação de festas, não há ninguém para ajudá-lo. E considera necessário mobilizar a comunidade para resgatar tais festejos.

Cozinha comunitária e Willian Michaud

Participante 5 afirma que muitos moradores da comunidade possuem sobrenome Michaud. Participante 3 realça a importância de tal sobrenome, considerando-o como patrimônio cultural imaterial. Há ainda presença de bem material que são as ruínas de sua antiga casa. Participante 2 recorda de trilhas na mata que conduzem a outras ruínas e que poderiam ser visitadas. Participante 3 recorda que a cozinha comunitária é nominada Willian Michaud, onde existem fotografias de telas do protagonista e artesanatos para venda.

Observa-se que Barbados orgulha-se da figura de Willian Michaud, o que gera autoestima local e amplia senso de pertencimento no território tradicional, povoado de histórias da época, mitos e ruínas históricas.

Hospitalidade/Convivialidade

Todos Participantes destacam predisposição de receber visitantes, principalmente quando estes veem para conhecer seus modos de vida. Participante 2 destaca que todo mundo sempre tem algo a ensinar e a apreender. Participante 1 afirma que quando se recebe visitantes, agrega-se ainda renda às famílias.

A hospitalidade é característica das comunidades caiçaras. Observa-se que possuem predisposição para modalidade de turismo motivada por trocas culturais, como turismo comunitário, como também percebem a atividade como geradora de renda.

Potenciais atrativos para o turismo comunitário

Com base na análise dos dados apresentados, visualizaram-se potenciais atrativos para o turismo comunitário. Modos de produção relacionados à pesca artesanal e extração de ostras podem ser considerados dentro da perspectiva do turismo comunitário, pois fortalecem tais modos de produção ao serem valorizados pelos visitantes.

A agricultura, como observado, é protagonista nas interações socioculturais caiçaras. O turismo pode ser instrumento de defesa de tal prática tradicional perante os gestores do ParNa Superagui, que desejam fomentar turismo responsável na região (BRESOLIN, 2009). A agricultura oferece a vivência da extração da mandioca e, principalmente, da fabricação da farinha artesanal, tendo forte apelo para o turismo. Observa-se que para turismo comunitário em Barbados é importante a lega-

lização da prática do plantio. Dessa forma, há imbricamento entre atividades agrícolas e turismo nessa comunidade.

Turismo comunitário pode fomentar mutirões de trabalho entre visitantes e visitados, entendendo tal prática como fortalecedora da solidariedade no local. A atividade tem potencial para resgatar outros elementos da cultura local, como gastronomia típica ou mesmo o fandango, no momento da complexa interação com os turistas.

Por meio da oralidade, modos de vida e histórias tradicionais se transformam em atrativos aos turistas. Relato do próprio uso restritivo de recursos naturais aos visitantes pode gerar sensibilização sinérgica na opinião popular quanto à situação singular que vivem comunidades locais, pressionadas por Unidade de Conservação de uso restritivo. Vivências para ensinamento de terapias alternativas de uso de ervas medicinais possui forte apelo para público do turismo comunitário. Tal atividade tem ainda potencial para resgatar festividades locais, como São João.

Há potencial também para o guiamento de turistas para conhecer ruínas históricas e apresentação de elementos da fauna e flora local. Na atividade do turismo comunitário, é importante que guias sejam locais, o que incrementa a geração de trabalho e renda.

A prática tradicional da fabricação de artesanato pode ser vivência comunitária, ensinando os visitantes a produzirem seus próprios artesanatos, estimulando processo de troca de saberes. Dessa forma, a geração de trabalho e renda é obtida pelo serviço prestado, não somente pela eventual venda de artefatos, o que pode amenizar impactos ambientais que seriam gerados pela extração massiva de cipós. A transmissão da prática tradicional gera autoestima local. O turismo comunitário elimina ou estimula a figura do atravessador espúrio, ao aproximar produtor do consumidor final, gerando trocas e ganhos justos. A utilização de outros insumos como alternativas para produção de artesanatos, como reciclar saco plástico para fabricar tapetes, demonstra dinamicidade e capacidade da cultura comunitária de se adaptar às limitações impostas.

Hospitalidade e convivencialidade, por fim, é base para que experiência turística comunitária se realize. Bem receber, bem querer o outro é atrativo diante de crise civilizatória que se vive.

Conclusões

O instrumento metodológico utilizado estimulou participação pró-ativa do grupo, na exposição de aspectos de sua própria cultura tradicional. Os dados alcançados possuem profundidade, pois entrelaçam o processo de construção da identidade local com pressões e conflitos recentes, permitindo ampliar a percepção sobre como a atividade do turismo pode se inserir no contexto. Devem balizar, portanto, o planejamento do turismo no local, tanto na estruturação, qualificação, promoção e,

talvez principalmente, no monitoramento da atividade. Aspectos da cultura tradicional são elementos em constante transformação e, entendendo o turismo como gerador de impactos negativos inevitáveis, importa conhecer e monitorar a cultura tradicional, para que o fenômeno não descaracterize as bases que o fazem existir.

É provável que simples replicação de modelos metodológicos de planejamento, pré-estabelecidos, não desvendariam aspectos anteriores e essenciais na construção do turismo comunitário. Esse fenômeno consolida-se na diversidade: de modos de vida, produção e conhecimento, de atores locais, fatores motivacionais dos visitantes, possibilidades de intercâmbio e atrativos no local, redes de distribuição e promoção, e disciplinas científicas para seu desenvolvimento e compreensão. Nesses aspectos, turismo comunitário ancora-se na perspectiva de desenvolvimento à escala humana, proposto por Max-neef (2013), para construção de outra sociedade, embasada na diversidade, e não na hegemonia de único modelo socioeconômico.

Como principais conclusões, observou-se que: receio gerado por leis ambientais restritivas gera desarticulação e perda do sentido de comunidade em Barbados; ParNa Superagui é um dos responsáveis pela inibição da agricultura, na visão local; a prática da roça estimula solidariedade e é atividade protagonista em rede de interações socioculturais caiçaras, o que pode contribuir na manutenção do ecossistema da Mata Atlântica, e sua inibição aumentou volume de resíduos, que gera impactos ambientais e possíveis problemas de saúde no local; há perdas na gastronomia tradicional como consequência da queda na atividade agrícola; práticas de terapias alternativas tradicionais, usos de ervas medicinais e oralidade estão presentes em Barbados; hospitalidade é característica da cultura caiçara; há predisposição local para turismo comunitário; percebem a atividade do turismo como geradora de trabalho e renda.

Observou-se que a cultura tradicional da comunidade de Barbados sofre pressões decorrentes de: leis ambientais, certas religiões institucionalizadas, globalização e novas tecnologias, turismo e falta de interesse do poder público no desenvolvimento local. A cultura poderá ser fortalecida com mutirões, agricultura, práticas tradicionais, inclusão social e digital responsável e turismo comunitário.

São vivências potenciais do turismo comunitário em Barbados: pesca, extração de ostra, cipó e flora, colheita da mandioca, fabricação de farinha artesanal, mutirões de trabalho coletivo para construção a partir de necessidades locais, fandangos, culinária típica, oralidade, ensino das ervas medicinais, trilhas para as ruínas históricas, saberes locais sobre a fauna e flora, fabricação de artesanato tradicional, hospitalidade na hospedagem nas casas. Vivências possíveis relatadas pelos informantes-chave constituem prospecção de arranjo socioproductivo de base territorial, no qual relações são compreendidas como encadeamentos verticais, do produtor ao distribuidor, e horizontais, entre parcerias institucionais e prestadores de serviço.

O turismo comunitário em Barbados tem potencial para aproximar visão local e dos gestores do ParNa Superagui, por ser instrumento de desenvolvimento almejado por ambos. Porém, práticas tradicionais hoje proibitivas necessitam ser estimuladas, pois são importantes na construção sociocultural local, portanto bases estruturantes do turismo comunitário, como a prática agrícola, artesanatos com cipó e modalidades de pesca. Como observado, não basta permitir, mas ações de fomento a tais práticas devem ser prioridades em perspectivas desenvolvimentistas nas comunidades tradicionais. Dessa forma, moradores estarão preparados para enfrentar a possível inclusão global digital, se assim ocorrer, e o turismo, sem esquecerem a identidade, tradição e valores caiçaras.

Turismo se bem planejado pode ser atividade estratégica para amenizar processo de êxodo migratório de caiçaras para centros urbanos. É instrumento de revalorização cultural, associativismo comunitário e geração de trabalho e renda. Cooperação tem funcionalidade de ligação dos elementos essenciais para que a atividade aconteça. Mesmo porque dificuldades, bem como a superação dessas, são características do turismo comunitário.

Referências bibliográficas

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem. **Revista de Antropologia**, v. 43, nº 1, p. 145-182, 2000a.

ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras. **Interciência**, v. 25, nº 3, p. 143-150, 2000b.

ALFONSO, M.J.P. El patrimonio cultural como opción turística. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, n.20, p. 97-115, outubro de 2003.

ALMEIDA, A.W.B. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto** Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BAZZO, J. Mato que vira mar, mar que vira mato. **Dissertação** de Mestrado em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFPR. Curitiba, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 6.040/07**. Institui a PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília-DF, 2007. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacao-institucional-e-parcerias/arquivo-saip/povos-e-comunidades-tradicionais-1/decreto_6040_2007_pnpct.pdf/view. Acesso: 18/09/2012.

BRESOLIM, M. **Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação**. Parque Nacional de Superagui. Entrevista. 2009. Disponível em: <<http://www.redeprouc.org.br/parquesnacionais/post.asp?codigo=178>>. Acesso em: 29/09/2012.

- CASCUDO, L.C. **Dicionário do folclore brasileiro**. SP: Global, 2001.
- COLE, S. Beyond authenticity and commodification. **Annals of Tourism Research**, v. 34, n. 4, p. 943-960, 2007.
- CORIOLOANO, L. N. *et al.* **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário**Fortaleza: UECE, 2009.
- CORIOLOANO, L.N.; LIMA, A.C.G. A Contribuição do Turismo no desenvolvimento Local. *In*: CORIOLOANO, L.N. **Turismo: Gestão da Cadeia Produtiva**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- CULTIMAR. **Recursos naturais na vida caiçara**. Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais- UFPR. Curitiba: 2008.
- DEMO, P. **Participação é conquista: noções e política social participativa**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- DIEGUES, A.C.S. **O mito da natureza intocada**. SP: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, A.C.S. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. *In*: DIEGUES, A.C.S. (org.). **Enciclopédia caiçara**, v.1. São Paulo: HUCITEC-NAPAUB-CEC/USP, 2004.
- DIEGUES, A.C.S. Cultura e meio-ambiente na região estuarina de Iguape- Cananéia- Paranaguá. *In*: PIMENTEL, Alexandre et al. (org.) **Museu vivo do fandango**. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Pedagógica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GANDARA, J.M. *et al.* Viabilizando a relação entre cultura e o turismo: diretrizes para o estabelecimento de políticas integradas entre os dois setores. **Turismo, Visão e Ação**, vol.8, n.1, p. 129-140. Jan/abr. 2006.
- GOULARD, M.; SANTOS, R.I.C. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. **Turismo, Visão e Ação**. v.1, n. 1, p. 19-29, janeiro de 1998.
- HENRÍQUEZ, C; MANSUR, C; DIAS, A. Diálogos participativos em desenvolvimento sustentável. *In*: SAMPAIO, C.A.C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C (org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável**. Blumenau: EDIFURB, 2011.
- ILLICH, I. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.
- KASSEBOEHMER, A, L. Restrições e impactos da legislação ambiental aplicada no município de Guaraqueçaba-PR. **Dissertação** de Mestrado em Engenharia Florestal. UFPR. Curitiba, 2007.

LICHTSTEINER, N. Memória e narrativa através das cartas de William Michaud (1848-1902). **Trabalho de Conclusão de Curso** em História. Universidade Tuiuti do Paraná, 2008.

LITORAL DO PARANÁ. **Plano de desenvolvimento do turismo regional 2008-2011**. Curitiba: Sebrae-PR, 2008.

MALDONADO, C. **Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario**. OIT. Genebra, 2005.

MAX-NEEF, M. **Desenvolvimento à Escala Humana**: concepção, aplicação e reflexos posteriores. Blumenau: EDIFURB, 2012.

NITSCHKE, L.B. **Representações geográficas e turismo**: um estudo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2007.

OIT- Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169/89 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. Disponível: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf. Acesso em: 19/09/2012.

PEREZ, D.O. Os significados dos conceitos de hospitalidade em Kant e a problemática dos estrangeiros. **Konvergencias**: Filosofia y culturas em diálogo. Año IV, n. 15, 2007. Disponível em: <<http://www.konvergencias.net/danieloperez132.pdf>> Acesso em 8/5/2009.

RODRIGUES, A.S.(Org.). **As Condicionantes da Sustentabilidade Agrícola em uma Área de Proteção Ambiental**: a APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IAPAR, 2005.

SAMPAIO, C.A.C.; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR, A. Planejamento e gestão de turismo sustentável: metodologias PEC & SiGOS. *In*: RUSCHMANN, D.V.M.; PHILIPPI JR, A. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010.

SAMPAIO, C.A.C.; LESAMA, M.F.; ARAÚJO, J.R.; MENDEZ, E.O. Perspectiva do Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável. *In*: SAMPAIO, C.A.C.; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C (org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável**. Blumenau: EDIFURB, 2011.

SAMPAIO, C.A.C., LESAMA, M.F., ARAÚJO, J.R. Arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária, solidária e sustentável. *In*: PHILIPPI JR. A., SAMPAIO, C.A.C., FERNANDES, V. **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2012.

SAMPAIO, C.A.C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística. **CULTUR**, v. 6, n.1, 2012.

SEIXAS, C.S. Abordagens e Técnicas de Pesquisa Participativa em Gestão de Recursos Naturais. *In*: VIEIRA, P. H. F.; BERKES, F. e SEIXAS, C. S (Org.). **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANNA, L. P. (Org.). **De invisíveis a protagonistas**. SP: Annablume; Fapesp, 2008.

VIVEKANANDA, G. Parque Nacional do Superagui. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, UFPR. Curitiba, 2001.

Notas:

¹ Empoderamento se refere à capacidade dos indivíduos ou grupos determinarem seu próprio destino, sendo processo para auxiliá-los a exercer controle dos fatores que afetam suas vidas. Empoderamento possui quatro fatores: econômicos (relacionado ao controle dos ganhos financeiros); psicológicos (autoestima e orgulho local pelas tradições culturais); social (coesão da comunidade); político (consciência cidadã, posse do conhecimento, reflexão sobre relação dominante e dominado) (SCHEYENS, 1999; DI CASTRI, 2004 *apud* COLE, 2007).

² Conceito de convivencialidade sugere relação social em que predomina o interesse de um sujeito pelo outro, possibilitando diálogo intercultural e intercâmbio entre conhecimentos. Na sua essência, a convivencialidade supera a mera relação de negócio, possibilitando resgatar e reconstruir a interconexão entre modos de vida distintos (ILLICH, 1976; SAMPAIO et al., 2011; HENRIQUEZ et al., 2011).

³ Mutirão, palavra do tupi “moti-rõ” – reunião para fins de colheita ou construção (ajuda). (Dicionário de Tupi Guarani, disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/indios-brasileiros/dicionario-tupi-guarani.php>. Acesso em 20 set. 2010).

⁴ Fandango é considerado expressão musical e artística mais representativa da cultura caiçara (CASCUDO, 2001).

⁵ “*Sendo assim, a criação do Parque não pode ser usada como justificativa para a estagnação econômica das comunidades existentes*” (VIVEKANANDA, 2001, p. 105).

⁶ “[Nas roças] era muito sofrimento sem lucro. Depois, veio o meio ambiente, aí pararam de vez’, explicou o casal Sebastião Antônio e Janice” (BAZZO, 2010, p. 126).

⁷ Segundo Seixas (2005), informantes-chave são pessoas capazes de informar sobre um tópico especial, ou de fornecer pontos de vista particulares. As identidades dos informantes-chave foram ocultadas, evitando-se prováveis situações constrangedoras aos depoentes.

⁸ Engodo é técnica de pesca que utiliza barro vermelho com peixe cozido que, misturados, formava um pirão grosso, o qual era jogado no mar e, quando os camarões viam comer, jogava-se a rede (tarrafa).

Gabriel Chagas Teodózio Prudêncio Coutinho: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Email: gabrielctpcoutinho@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8368956776087226>

Carlos Alberto Cioce Sampaio: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Email: carlos.cioce@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9034603212802471>

Lígia de Paula Rodrigues: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Email: ldp.rodrigues@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7155958535697579>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 16 de julho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

Turismo rural: alternativa de melhoria para a agricultura familiar do sul de Minas Gerais

Rural tourism: alternative for the improvement of family agriculture in the south of Minas Gerais (Brazil)

Katiane Ribeiro Souza, Rosângela Alves Tristão Borém, Helena Maria Ramos Alves

RESUMO

A agricultura familiar no Brasil é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária, sendo um segmento de grande importância no meio rural. Contudo, as inovações tecnológicas, bem como as transformações ocorridas no campo nas últimas décadas vêm modificando as relações sociais de trabalho no meio rural, o que faz com que os produtores busquem alternativas de renda. A região Sul de Minas Gerais, Mantiqueira de Minas, se destaca pelas paisagens montanhosas, condições edafoclimáticas agradáveis, rico patrimônio histórico, cultural e alimentar, além de ser a região que mais produz café no estado. Nos últimos anos a cafeicultura brasileira foi revalorizada pelo fortalecimento da agricultura familiar, plantio de produtos orgânicos e ações de conservação ambiental. Os objetivos deste trabalho são analisar as perspectivas do turismo rural associado à cafeicultura familiar, e identificar a potencialidade do turismo rural para o município de Poço Fundo, Minas Gerais, tendo como modelo o que já ocorre na cidade de Carmo de Minas, nesta mesma região, com a “Rota do Café Especial”; em Venda Nova do Imigrante (ES), região de montanhas com o Agroturismo; na Colômbia com o Turismo do Café e no Vale dos Vinhedos (RS) região vitinícola com o Enoturismo. Constatou-se que estes temas vêm se tornando cada vez mais importantes em função da necessidade de estudos que busquem alternativas de sustentabilidade para a agricultura familiar, garantindo a permanência dos agricultores familiares no campo e inibindo assim o êxodo rural. O turismo rural pode ser uma alternativa para garantir melhoria da qualidade de vida no campo, gerando renda e incentivando o desenvolvimento de produtos locais e a valorização de tradições culturais. Assim, essa forma de turismo pode proporcionar benefícios econômicos, sociais e ambientais não apenas para as populações que vivem nestas áreas mas para todos aqueles que a visitam e se favorecem dos produtos e atrativos da região.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Cafeicultura Familiar; Turismo Rural.

ABSTRACT

Family farms in Brazil are a segment of great importance in rural areas, responsible for more than 40% of total agricultural production. However, technological innovations as well as changes in the fields over the past decades have changed the social relations of workers in rural areas, forcing producers to seek alternative sources of income. Southern Minas Gerais, in the Southeast region of Brazil, is characterized by mountainous scenery, pleasant climatic conditions, rich history, culture and cuisine, besides being the state's largest coffee producing region. In recent years the Brazilian coffee crop has increased in value because of the strengthening of family farming, cultivation of organic products and actions for environmental conservation. The objectives of the present study are to analyze the perspectives for rural tourism associated with small family coffee farming and identify the potential of rural tourism in the region of Poço Fundo, Minas Gerais, taking as models what is already happening in the city of Carmo de Minas, in the same region, with the "Special Coffee Route"; in Venda Nova do Imigrante (ES), a mountainous region with agritourism; in Colombia with Rural Coffee Tourism; and in the Valley of the Vineyards (RS) region with wine tourism. It was found that the subject of rural tourism has become increasingly important due to the need for studies that seek alternatives for sustainable family farming, ensuring the stability of family farmers in the fields and thereby inhibiting the rural exodus. Rural tourism can be an alternative to ensure improved quality of life in the country, generating income and encouraging the development of local products such as handicrafts. Thus, this form of tourism can provide economic, social and environmental gains to people living in these areas and to all those who promote the products and attractions of the region.

KEYWORDS: Sustainability; Rural Tourism; Family Farming.

Introdução

O Sul de Minas Gerais faz parte das doze Regiões de Planejamento do Estado, cuja população de aproximadamente dois milhões e quatrocentas mil pessoas está concentrada em seus 155 municípios. Desse total, 530 mil residem no meio rural. A região se destaca em âmbito nacional por suas condições naturais, rico patrimônio histórico, cultural e agro alimentar. Sua localização geográfica privilegiada facilita o cultivo de diferentes tipos de cafés, que são produzidos em regiões com aspectos edafoclimáticos, socioeconômicos e culturais singulares.

O café constitui um produto de grande peso na agricultura do Brasil, principalmente no estado de Minas Gerais, maior produtor nacional, onde a cultura historicamente tem se apoiado em bases familiares, técnicas em constante evolução e tradições socioculturais solidamente enraizadas. O café produzido na região representa uma das mais importantes fontes de renda para a economia brasileira, compondo o segundo produto na pauta das exportações agrícolas do País (GOMES; ROSADO, 2005).

O Sul de Minas Gerais é a região que produz a maior quantidade de café do estado, sendo que alguns de seus municípios recebem maior destaque pelas conquistas

em concursos de qualidade de café reconhecidos nacional e internacionalmente, o que agrega valor ao produto local e o faz mais competitivo.

Os cafés *Gourmets* em sua grande maioria produzidos em áreas de montanhas do Estado vêm conquistando notoriedade em nível mundial. Neste contexto, destaca-se entre os municípios produtores de café da região Sul de Minas, o município de Poço Fundo, que além das condições edafoclimáticas favoráveis à produção de cafés especiais, apresenta outros fatores importantes como o cooperativismo solidamente estabelecido, as certificações de comércio justo, a sustentabilidade da cafeicultura familiar com respeito ao ambiente, os produtos orgânicos e mais recentemente, a possibilidade do estabelecimento de uma Indicação Geográfica, na modalidade de Indicação de Procedência, que está reaquecendo o comércio de café a níveis satisfatórios para os produtores (VIEIRA *et al.*, 2011; SILVEIRA, 2009). A partir dos anos 1990, Poço Fundo passou a ser considerado como município de referência mundial na produção orgânica de café com certificação de comércio justo através do trabalho da Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo e Região – COOPFAM (PEDINI, 2005).

A agricultura familiar é um segmento de grande importância no meio rural brasileiro, é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária. No entanto, as inovações tecnológicas, bem como as transformações ocorridas no meio rural nas últimas décadas vêm modificando as relações sociais de trabalho. Isso tem feito com que os produtores busquem rendas alternativas de forma a compensar os baixos lucros provenientes do trabalho do meio rural.

Em países em desenvolvimento como o Brasil, os cafeicultores têm aceitado preços cada vez menores, assim, muitos vivem na pobreza, sem segurança, saúde e sustentabilidade em seu meio. Porém, mesmo com a crise no setor cafeeiro, a cafeicultura brasileira nos últimos anos foi revalorizada pelo fortalecimento da agricultura familiar, pelo plantio de produtos orgânicos contendo certificações e pela preocupação com a preservação ambiental.

Associada a esta tendência, existe também um mercado crescente nos países desenvolvidos, que busca alternativas para melhores preços e condições de comercialização de produtos agrícolas provenientes de países em desenvolvimento (KOTLER, 1998; MACHADO, 2005).

A oferta de produtos alimentícios certificados, orgânicos e produzidos de forma sustentável, vem como resposta à crescente demanda dos consumidores por estes tipos de alimentos. Mesmo com maiores preços no mercado, uma parcela de consumidores escolhe estes alimentos orgânicos e isto está reaquecendo o comércio de café a níveis satisfatórios para os produtores.

Além disso, vê-se a necessidade de estudar alternativas que garantam a permanência dos agricultores familiares no campo e com isso impedir o êxodo rural. O turismo rural pode ser uma dessas alternativas ao garantir uma melhoria da qualidade de vida no campo, gerando renda, incentivando o desenvolvimento de produtos locais como artesanatos e agregando valor a seu modo de vida. Assim, essa forma de turis-

mo pode proporcionar benefícios econômicos, sociais e ambientais para os municípios e a todos aqueles que se favorecem dos produtos e atrativos da região.

O turismo rural pode ter a função de indutor de desenvolvimento e de conservação, pois incentiva e até mesmo possibilita a conservação, manutenção e valorização do patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado. Pode também proporcionar benefícios à população local, com melhorias na infraestrutura e nos serviços oferecidos, além de criar mercado para os produtos agrícolas com referência geográfica (LIMA FILHO *et al.*, 2004). Em contrapartida, ele pode trazer transtornos à comunidade por meio da influência dos turistas, como por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento do custo de vida e descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local.

Para os turistas que saem dos grandes centros e estão ligados ao *stress* urbano, à poluição, à violência e alimentação de pouca qualidade, estar em um lugar com atrativos típicos de uma específica região como os propostos pelo turismo rural é uma experiência única. Além dos produtos de qualidade, os turistas podem usufruir do clima da região, da tranquilidade do ambiente e se integrar ao mundo do agricultor familiar e em seu ritmo de vida.

Com este intuito, tem-se buscado incentivar a criação do turismo ligado à atividade cafeeira de base familiar de Poço Fundo, tendo como base o que já ocorre no município de Carmo de Minas, também localizado na região Sul de Minas Gerais, denominada “Rota do Café Especial”. No percurso dessa rota os turistas conhecem o processo de produção e rastreabilidade do café, caminham pelas plantações, visitam o pátio de secagem, mirantes, aprendem sobre a história local e sobre o produto - Café. Os turistas têm o privilégio de apreciar o café em um típico casarão colonial, que funciona também como um museu dentro da fazenda visitada (TORGA, 2011). Em acompanhamento ao café *Gourmet*, os visitantes podem experimentar deliciosos quitutes típicos da região.

Esta é uma realidade que também acontece com o enoturismo, turismo rural que tem como base a produção de uva e vinhos e já é praticada com sucesso no Sul do Brasil. Uma referência importante deste segmento é a região do Vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul, que já possui uma Indicação de Procedência para o vinho e tem ampliado as atividades do turismo rural e tornado seus produtos e serviços cada vez mais diferenciados e valorizados. O que tem sido observado e documentado é o crescente prestígio da região, que passou a ser conhecida no cenário nacional e internacional, com benefícios diretos para os produtores e agroindústrias locais (TONIETTO, 2008). Esta possibilidade, que no caso da área da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos já é realidade, evidencia-se como alternativa promissora que irá favorecer o relacionamento dos agricultores com aqueles que vivem em lugares de grande concentração populacional, com crescentes inconvenientes ligados ao *stress* urbano, ao transporte, à poluição, à violência, à alimentação inadequada ou à saúde. O diálogo entre estes dois mundos pode levar a um reconhecimento de qualidades no modo e ritmo da vida rural (SILVEIRA, 2009).

Andrade e Moss (2012) quando discutem a importância do Turismo do Café na Colômbia, destacam que Minas Gerais mesmo sendo a maior região produtora de ca-

fé, localizada no maior país produtor e segundo maior consumidor mundial, vem desenvolvendo sua identidade turística sem dar ao produto café o devido lugar de destaque.

Considerando que a região Sul de Minas está próxima às metrópoles São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e diante do potencial do turismo rural, avalia-se que este segmento pode se transformar em uma atividade promissora na região. Para tanto é imprescindível o desenvolvimento de projetos turísticos, adequados à agricultura local, que visem favorecer economicamente tanto os cafeicultores como o comércio urbano. Há necessidade de acrescer maiores esforços em pesquisas e assim conhecer melhor estas potencialidades, seus desafios e os possíveis impactos, para que o turismo se torne uma opção viável de desenvolvimento para as áreas rurais.

Dessa forma os objetivos do presente trabalho foram analisar as perspectivas do turismo rural associado à cafeicultura familiar e identificar a potencialidade turística rural para a região de Poço Fundo, Minas Gerais, tendo como modelo o que já ocorre na cidade de Carmo de Minas, nesta mesma região, com a “Rota do Café Especial”, em Venda Nova do Imigrante (ES), região de montanhas com o Agroturismo, na Colômbia com o Turismo do Café e no Vale dos Vinhedos (RS) região vitivinícola com o Enoturismo.

Para tanto, foi realizada uma caracterização ambiental do município, com a utilização de geotecnologias para o mapeamento do uso e ocupação das terras e produção de outros mapas temáticos de interesse. Foi realizado um levantamento da história da cafeicultura na região e visitas para contato com cafeicultores, técnicos e pessoas da comunidade ligadas a atividades de turismo rural.

O Panorama brasileiro do café e seu papel econômico

O café é historicamente estratégico para as exportações brasileiras. Mesmo tendo caído em importância relativa no quadro geral das receitas cambiais, o produto tem garantido ao Brasil o primeiro lugar como produtor e exportador e o segundo posto como país consumidor no mercado internacional (COELHO, 2005). Além de sua importância histórica na economia nacional, a relevância social da cafeicultura é evidente, tanto como fixadora de mão de obra no campo quanto como geradora de empregos nos meios rural e urbano.

O agronegócio café brasileiro abrange cerca de 1900 municípios produtores, 370.000 cafeicultores, 1 milhão de trabalhadores rurais e mais de 8 milhões de pessoas que estão ligados direta e indiretamente à cadeia produtiva do café (KHATOUNIAN; SOARES-JÚNIOR, 2005; CONAB, 2012). No entanto, desde sua introdução, a cafeicultura brasileira tem passado por ciclos históricos de apogeu e declínio que estão relacionados a aspectos sociais e econômicos, mas também ambientais.

A cafeicultura brasileira é representada por cerca de trezentas mil propriedades de extensões diversas, dentre as quais, dois terços são de pequenos cafeicultores que produzem sob normas e critérios de sustentabilidade baseado no tripé: social,

ambiental e econômico, é que se representa a cafeicultura brasileira. Os investidores em cafés finos ou gourmets no Brasil têm o privilégio de poder escolher o princípio de processamento mais apropriado às necessidades de seus clientes (mercado interno e externo) em razão do clima adequado durante o período da colheita.

No período de 2002 a 2007, o Brasil exportou cerca de 161 milhões de sacas de café. Em 2007, o Brasil exportou 28,1 milhões de sacas de café, representando aumento de 2,61% com relação ao ano anterior. A receita de 2008 foi de US\$ 3,3 bilhões. Em 2008 foram comercializados mais de 8 milhões de sacas de cafés certificados, o que equivale a 6% do dispêndio mundial. A safra 2012 deve chegar a 50,45 milhões de sacas de 60 kg, de acordo com o segundo levantamento feito pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2012). O resultado é 16% maior que o da safra anterior (43,48 milhões de sacas) e supera o recorde do ciclo 2002/2003, quando foram produzidos 48,48 milhões de sacas.

O café brasileiro é disputado por países como Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão e Bélgica. Além de maior exportador o país também figura como segundo maior consumidor desta bebida, ficando atrás somente dos Estados Unidos (TEIXEIRA, 2008; ABIC, 2009, 2012). De acordo com Gabriel Carvalho Dias, presidente da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), a demanda por cafés especiais cresce muito acima do café convencional, cerca de 15% ao ano contra menos de 2% do comum.

O crescimento da produção de cafés de qualidade no Brasil tem estimulado não só o mercado internacional, mas também o interno. Quando aconteceu o 1º Prêmio Brasil de Qualidade do Café para Expresso, há 18 anos, este foi organizado e patrocinado pela torrefadora italiana Illycaffè e duvidava-se que o Brasil possuía cafés de alta qualidade (BSCA, 2009). O café não é remédio, mas a comunidade médico-científica já considera a planta como funcional (previne doenças, mantendo a saúde) ou mesmo nutracêutica (nutricional e farmacêutica). Isso por que o café não possui apenas cafeína, mas também potássio, zinco, ferro, magnésio e diversos outros minerais (COOPERCAM, 2009).

O Panorama da cafeicultura de Minas Gerais

Minas Gerais destaca-se no cenário brasileiro como o maior produtor, com uma participação de 50,99% do café produzido no país (CONAB, 2012). Apesar de ser o Estado de maior relevância para a produção do país, Minas ainda não possui todos os dados necessários para subsidiar as atividades de planejamento de sua cafeicultura e garantir a sua sustentabilidade e competitividade. Por sua extensão territorial e variação ambiental a cafeicultura mineira tem sua produção distribuída em quatro ambientes principais, constituídos pelas regiões Sul de Minas (Sul/Sudoeste), Matas de Minas (Zona da Mata/Rio Doce), Cerrados de Minas (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e Chapadas de Minas (Vale do Jequitinhonha/Mucuri) (BARBOSA, 2009).

O café compõe um dos principais produtos da pauta de exportações brasileiras, sendo o Sul de Minas Gerais uma das regiões mais significativas na produção. Nesta região produz-se 53% da produção estadual, 25,2% da produção nacional e o café

corresponde a 70% da renda das propriedades rurais (COELHO, 2005). Em meio às áreas cafeeiras desta região, existem aquelas com características fisiográficas extremamente adequadas à produção de cafés especiais. Estas regiões caracterizam-se por áreas com grandes elevações, altitude variando entre 700 a 1.200 metros, temperatura amena, sujeitas a geadas moderadas e capazes de produzir um café de excelente qualidade de bebida (RIBEIRO *et al.*, 1999).

Muito mais que uma simples delimitação geográfica, o Sul de Minas se transforma, cada vez mais, em um lugar privilegiado para o descanso e recreação daqueles que habitam grandes regiões metropolitanas. A região é associada a um rico e diversificado patrimônio agro alimentar, gastronômico, cultural e turístico, onde se destaca a cafeicultura, que precisa ser mais bem aproveitado em favor das comunidades locais. Os diferentes cafés produzidos no sul de Minas estão relacionados a microrregiões com variações edafoclimáticas que fazem com que a qualidade do café se expresse de maneiras distintas. Os diferentes ambientes cafeeiros, por sua vez, correspondem a aspectos socioeconômicos e culturais muito particulares, geradores de identidades coletivas muito próprias, que são evidências claras da existência de várias representações territoriais (MARQUES *et al.* 2007).

Poço Fundo, município objeto de estudo neste trabalho, também tem como principal atividade agrícola a cafeicultura, que se encontra em um território diferenciado em termos do ambiente e da qualidade do café produzido. De acordo com Pedini (2005) a cafeicultura de Poço Fundo é de grande relevância, com um número cada vez maior de estabelecimentos produzindo café orgânico, em sistemas agrícolas que se caracterizam por uma diversidade de técnicas e a multiplicação dos processos inovadores de comercialização (comércio commodity, comércio justo e solidário, exportação de café orgânico para a Europa, Estados Unidos e Japão).

Agricultura familiar: Conceitos e demandas

A agricultura familiar no Brasil corresponde a mais de 80% dos estabelecimentos rurais, emprega em torno de 13 milhões de trabalhadores, entre estes 1 milhão como assalariados, permanentes ou temporários (MARTINS, 2003). O pensar em agricultura familiar, contudo, é recente e até poucos anos atrás se falava em pequena produção, pequeno agricultor, “produção de baixa renda”, de subsistência e camponês (DENARDI, 2009).

Estudos no campo da Antropologia, da Economia, Sociologia e também da Geografia têm ressaltado a importância econômica, cultural e política da agricultura familiar no Brasil e no mundo. Estudos como os de Mendras (1978), Abramovay (1998), Lamarche (1993), Wanderley (1999), Mendes (2005) e Saquet (2009) enfatizam a importância da agricultura familiar na produção de mantimentos básicos, que garantem a subsistência e a reprodução da própria família, contribuindo para a geração de emprego e renda no meio rural, tornando os preços acessíveis e justos ao consumidor e produtor, respectivamente, uma vez que os atravessadores fossem eliminados da cadeia produtiva.

Os agricultores familiares podem se enaltecer pelos valores históricos de suas terras e famílias como, por exemplo, os aspectos culturais que lhes são próprios, re-

passados de pai para filho, passados de geração a geração, fazendo com que essas unidades produtivas sejam terras de vida e de reprodução de cada família.

Lamarche (1993, p.) realizou um estudo sobre a agricultura familiar em diferentes países e o ponto básico do enfoque de sua pesquisa parte da seguinte constatação:

Sejam quais forem os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em qualquer lugar do mundo onde um mercado organize as trocas, a produção agrícola é sempre, em grande ou pequena escala, garantida por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais as famílias participam da produção.

A agricultura familiar busca o paradoxo da perpetuação do tradicional, com a produção e recuperação do meio simultaneamente, garantindo assim, a qualidade de vida para quem trabalha e produz no campo. Os agricultores têm as famílias como forças básicas para produção. Nesta categoria encaixam-se também aqueles que utilizam o trabalho contratado, seja ele eventual ou permanente, desde que não sobreponha ao esforço do trabalho familiar. Os agricultores familiares têm acesso estável a terra, seja em forma de propriedade, ou mediante algum tipo de usufruto (meeiro). Também são caracterizados pela auto-subsistência combinada com a vinculação ao mercado, eventual ou permanente, além da autonomia de tomar decisões sobre o que, como e quando plantar (SILVA, 2002; FERNANDES, 2009).

Dentro do agronegócio brasileiro, observa-se que a agricultura familiar é um setor estratégico para a sustentação e recuperação de empregos, para a redistribuição da renda e para garantir alimentação sustentável para a população do país (SCHUCH, 2009).

O Governo Federal lançou em setembro de 2003 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o PRONAF, que tem uma linha de crédito chamada “PRONAF Turismo Rural”, cujo objetivo é apoiar os agricultores familiares que almejam programar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção (MDA, 2009). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança a partir da safra 2009/2010 o Selo da Agricultura Familiar. Este selo chegará aos consumidores através dos alimentos identificados como: “*Aqui tem agricultura familiar*”. O MDA concede o selo a partir da adesão voluntária dos produtores. Espera-se que este Selo valorize a produção agrícola familiar, permitindo que o consumidor saiba a origem desses alimentos diferenciados, produzidos em meio rural justo e por um cultivo sustentável (MDA, 2009).

O Selo da Agricultura Familiar terá validade de cinco anos e será concedido para a identificação de produtos. Além de garantir mais informações e segurança alimentar ao consumidor, estimulará a economia nacional a partir da ampliação da comercialização de produtos da agricultura familiar. O principal critério para adesão ao Selo estabelece que 51% da principal matéria-prima do produto tenha origem na agricultura familiar. O que caracteriza os estabelecimentos familiares, conferindo-lhes vantagem competitiva é a gestão familiar das atividades, a sustentabilidade, a multifuncionalidade, a diversidade de produção e de tipos de rendas (MDA, 2009).

Indicação Geográfica (IG): Aquecendo o Turismo Rural

A Indicação Geográfica (IG), na modalidade de Indicação de Procedência (IP), constitui uma demanda dos agricultores familiares que almejam agregar valor aos produtos e serviços de suas propriedades e municípios. De acordo com o guia IG – MAPA, a indicação geográfica, constitui um direito de propriedade intelectual autônomo, a exemplo de uma patente ou de uma marca. Este direito é reconhecido nacional e internacionalmente. A IG é um selo distintivo composto por um nome geográfico e protegido por lei. Este nome geográfico indica uma origem (um local ou uma determinada região), que identifica e distingue um produto ou serviço. É um direito privativo (e exclusivo) de uso coletivo, quer dizer, é restrito aos produtores e/ou prestadores de serviço estabelecidos no local e que estão de acordo com as regras estabelecidas (MAPA, 2009).

A legislação brasileira prevê para produtos e serviços agropecuários duas espécies de proteção como Indicação Geográfica (Lei n° 9279/96 – LPI, artigos 177 a 179):

a) Denominação de Origem (DO) – nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

b) Indicação de Procedência (IP) – nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço (MAPA, 2009).

O Vale dos Vinhedos foi o primeiro local a ter Indicação Geográfica no Brasil, já reconhecida até na União Européia. A cadeia vitivinícola foi pioneira ao trazer membros do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pelo reconhecimento da propriedade industrial conferida pela IG e da equipe responsável pelas IGs do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para conhecerem as associações e as vinícolas que se prepararam para obter esta qualificação para os vinhos e espumantes da Serra Gaúcha (ZANELLA, 2008).

A obtenção da Indicação de Procedência, além de garantir a proteção do produto e da sua origem atribuída, poderá alçar a cafeicultura desta configuração espacial ao pioneirismo em termos da conciliação da produção agrícola com as vocações territoriais. Neste caso, as dimensões tais como identidades culturais, iniciativas sociais, aptidões ecológicas e ações ambientalistas passam a ser reconhecidas como funções essenciais. Aqui vale o destaque para outra característica essencial, que é o potencial socioeconômico da produção familiar local em áreas de montanhas (familiar de montanha), que se traduzirá em trunfo vigoroso (VIEIRA *et al.*, 2011, p.).

Firma-se então, um ambiente institucional adequado para a promoção da agricultura familiar e do turismo Rural, que acredita na possibilidade de construir um modelo de desenvolvimento que persisti a reduzir as disparidades sociais e econômicas no Pa-

is. É um processo que vem unificando, de forma crescente, vários seguimentos populacionais (CARVALHO, 2009).

Turismo Rural: Conceitos, Demandas e Potencialidades

Em termos de vendas, geração de emprego e receitas, o setor de turismo tem sido considerado um dos mais significativos para a economia mundial, mesmo quando comparado a muitas indústrias de manufaturas e outros serviços (LAGE; MILONE, 2000).

No período de 1950 a 1992, o setor apresentou uma média de crescimento econômico mundial de 7,2% ao ano. Especialmente na década de 1990, foi considerado o setor mais significativo da economia mundial, apresentado, na sua primeira metade, um crescimento entre 3% e 3,5% e, na segunda metade, de 4% e 5%. A previsão é de que, até o ano de 2010, sejam identificados 937 milhões de turistas, representando um crescimento de 100%, entre os anos de 1990 a 2010. Na economia, em 1999, a atividade contabilizou um aumento de 4,8% para 7,8% na renda, gerando 212 milhões de empregos e movimentou cerca de US\$3,8 trilhões, representando 11% do PIB global (MILONE; MILONE, 2000).

Segundo Sheyvens (2002), no período de 1950 a 1970, o turismo convencional ou de massa foi considerado, particularmente para os países emergentes, um meio de promoção de crescimento econômico, de alcance da modernização e uma forma de enfrentar os reflexos advindos do processo da globalização. O mesmo autor afirma que o sistema turístico passou a ser visto como um meio de produção e consumo para se alcançar a modernização. Surge então um novo modelo de produção e consumo de turismo denominado pós-moderno, em que a idéia defendida é a de harmonizar a satisfação da necessidade de conservação e preservação de aspectos ambientais e culturais com as necessidades econômicas (SHEYVENS, 2002).

A partir daí, o turismo no espaço rural na Europa passou a ser visto, em sua fase inicial, como uma proposta alternativa no contexto do turismo. No entanto, ele não representa nem uma novidade e nem a substituição do turismo convencional de praia e sol e de massa, visto que esta modalidade acompanha a evolução do turismo desde o início. Na verdade, é mais uma modalidade demandada por um segmento de mercado que defende aspectos como a valorização e a conservação das características naturais e históricas das propriedades e regiões, a preservação dos valores humanos, além de aliar ao meio rural, características diferenciadoras como a nostalgia e a tranquilidade proporcionadas pela vida no campo. Se bem planejado, o turismo rural pode ser uma estratégia de suplementação ou complementação dentro da propriedade rural, permitindo a estabilidade da organização e a integração das atividades tradicionais. Além disso, permite a interação entre o setor rural e urbano, ou seja, a inter-relação social, envolvendo pessoas de diferentes espaços, o que é considerado positivo (TAGLIARI; FRANCO, 1994).

O turismo no espaço rural tem sido considerado não apenas uma solução para os problemas decorrentes da gestão do turismo de massa, mas também uma das soluções para os problemas de desequilíbrios decorrentes do crescimento econômico mundial. Se por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado esse crescimento gerou a miséria, a degradação ambiental, a marginalização de algumas regiões,

de pequenas e médias empresas e as desigualdades. Todos esses problemas geraram incertezas quanto ao futuro de espaços e suas populações, limitando o desenvolvimento (CAVACO, 2001). Segundo Beni (1998), Turismo é eminentemente um acontecimento social que, ao originar uma série de prestações, como transporte, alojamento, recreação e outras, as faz gerar outra série de efeitos sobre o meio ambiente em que se desenvolvem e que podem ser de caráter econômico, social, cultural e até ecológico. Conceitualmente, em um destino turístico, tem-se concentração de instalações e serviços planejados para satisfazer às necessidades dos turistas (COOPER *et al.*, 1996; CÔRNER, 2001).

O turismo rural acontece em vários locais do Brasil e do mundo e de diferentes maneiras. No Brasil, acontece expressivamente em várias regiões (BRASIL, 2004). No Sudeste, por exemplo, na região de montanhas do Espírito Santo, mais especificamente na cidade de Venda Nova do Imigrante, costumava-se receber visitas. Na verdade, os visitantes iam às fazendas para colher frutas e verduras e as famílias de agricultores gostavam dessas visitas. Com o surgimento do Turismo Rural e do Agroturismo essa realidade mudou. O trato confinado do gado, a produção de queijos e o manejo agrícola tornaram-se atrações turísticas que agregaram valores às fazendas dos agricultores familiares, com qualidade e variedade nos produtos, que então passaram a estruturar os destinos turísticos de forma que turistas e agricultores se beneficiassem (PIN; CARNIELLE, 2005; ALVES; PAGLIARUSSI, 2006; ZANDONADI; FREIRE, 2012).

Outra localidade onde o turismo rural recebe destaque é do Vale dos Vinhedos, no Sul do Brasil, região vitivinícola onde os agricultores familiares investem no cultivo da uva e produção de vinhos finos, em rotas turísticas e outras denominações criadas para tais. O turista aproveita do clima da região propício para os parreirais, assiste ao processo de produção e colheita, aprecia o processo de plantio até a colheita da uva (TONIETTO, 2008).

Os impactos dos exemplos citados acima foram positivamente expressivos, tanto para os agricultores e comunidade local, quanto para a região e turistas. A região beneficia-se com maior giro de capital e demanda que atribuem valores aos destinos. Para a população local, mais emprego e aumento na renda, além do intercâmbio cultural proporcionado. Para os turistas, o acréscimo de valores culturais, alimentícios e a tranquilidade dos destinos, se refletem em maior qualidade de vida, que os tira do stress urbano. Porém, como em qualquer segmento há desvantagens. Pode surgir a descaracterização da cultura local e do ambiente e o impacto ambiental nas propriedades, pelas novas construções e muitas vezes pela imigração de turistas.

O turismo rural ganhou destaque em discussões sobre alternativas para agricultura familiar, quando se discutiu problemas como o de baixa renda e desemprego. Visão esta que influenciou as políticas públicas, a ponto de o Governo Federal lançar em setembro de 2003 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o PRONAF, que tem uma linha de crédito chamada “PRONAF Turismo Rural”, onde o objetivo é apoiar os agricultores familiares que almejam programar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção. Conforme explicado pelo Mi-

nistro de Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, este programa visa o desenvolvimento rural sustentável, com a agricultura familiar e as atividades agropecuárias como forças em rumo ao desenvolvimento, que busca explorar o potencial turístico enquanto atividade capaz de preservar o meio ambiente, valorizar e resgatar a cultura local, além de gerar emprego e renda (MDA, 2009).

De acordo com a LEI Nº. 15.143 - 31/05/2006 Publicado no Diário Oficial Nº. 7238 de 01/06/2006 - Art. 1º - Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) são todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade e produção dos agricultores familiares que mantêm a economia típica da agricultura familiar. Dispostos a dar valor, respeitar e dividir seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. Já o Art. 2º expressa quais são as atividades do TRAF, que considera a comercialização de produtos alimentícios *in natura* de origem local, de produtos de origem animal, venda de artesanatos, prática de produção com aproveitamento de produtos, resíduos ou não, seja de origem vegetal, animal ou mineral, produção rural. Onde as atividades produtivas da propriedade são utilizadas como atrativos, por meio de demonstrações sobre as técnicas de produção, onde o turista pode interagir com o meio. Como também as atividades de educação ambiental, serviços de lazer, que incluem cavalgadas, caminhadas pela propriedade, serviços de alimentação, como restaurantes, cafés coloniais, serviços de hospedagem, como pousadas, hospedarias, serviços ambientais em áreas naturais, eventos, pesquisas tecnológicas e patrimônio histórico, por todos esses seguimentos e atividades se justifica o surgimento do TRAF (TRAF, 2009).

Esta rede já é uma realidade em vários estados brasileiros, valoriza famílias rurais que vivem do trabalho no campo e que vêem na exploração da atividade turística a possibilidade do aumento de sua renda. Diante deste contexto, e vislumbrando também a possibilidade do turismo rural fortalecer a cultura e a preservação do meio ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA passou a motivar o desenvolvimento de ações de capacitação de agricultores nesta área, tendo, no estado do Paraná, encontrado como parceiros a divulgar o turismo como alternativa para diversificação do trabalho agrícola, o Serviço Social Autônomo ECOPARANÁ/SETU, Emater/Seab e a Fundação Terra, com o apoio das prefeituras municipais. Neste trabalho, agricultores, agentes de desenvolvimento e técnicos de todo Paraná envolveram-se em cursos, reuniões, eventos e excursões técnicas, despertando neles o interesse em fortalecer cada vez mais esta frutífera relação entre turismo e agricultura familiar (ECOPARANA, 2009).

As potencialidades da atividade de Turismo Rural na Agricultura Familiar são, por exemplo, o auxílio na permanência das pessoas da família na unidade de produção, o rompimento do isolamento dos agricultores, a diversidade de produtos e serviços ofertados, como também a diversidade de experiências. Já os limites são as baixas condições financeiras dos agricultores para inserção no mercado, localização geográfica dos empreendimentos, problemas decorrentes da sazonalidade de visitas aos empreendimentos, geração de renda e de emprego. Assim, as potencialidades do turismo rural na agricultura familiar estão condicionadas, por um lado, pela organização de circuitos turísticos adequados, tanto em termos das tradições culturais e das condições natu-

rais como das dinâmicas locais e regionais com suas características específicas (MATTEI, 2003).

A cafeicultura e sua relação com o turismo

Discute-se a relação entre o café e o turismo sob o aspecto estético em que se fala da beleza dos cafezais, cobrindo vales e montanhas, criando assim paisagem para o turismo contemplativo, e também na oferta de um produto de boa qualidade para degustação, com aroma e sabor diferenciados, além da qualidade de vida proporcionada para todos os envolvidos (CARNIELLI; MELO, 2005; ALVES; PAGLIARUSSI, 2006; ZANDONADI; FREIRE, 2012).

Menção também é feita a eventos do setor, a exemplo do “Cup of Excellence”, um concurso de qualidade de cafés de todo o Brasil, promovido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais. Esse evento traz para o Sul de Minas, profissionais e executivos de diversas partes do mundo, o que credencia o café da região a participar de leilões internacionais em que os valores comercializados por saca superam em muito o valor do café tradicional (BLISKA *et al.*, 2007).

Não menos importância foi dada à possibilidade da divulgação das regiões onde o café especial é cultivado. O permanente contato dessas regiões com agentes nacionais e internacionais ligados ao setor do café promove o incremento do fluxo turístico, quer por motivo de lazer, quer por motivos de negócios, ou científicos (CAFÉ COM TURISMO, 2009).

No ano de 2004, aconteceu à primeira feira nacional organizada pela Associação Brasileira de Turismo Rural (Abratur), que tem a tarefa de coordenar todas as ações ligadas, ao turismo de campo no Brasil. A associação nacional está ganhando representatividade, criando as associações estaduais e as municipais, todas interligadas entre si. A cultura local é o principal fator de agregação de valor aos produtos de certa região. Por isso, pode-se trabalhar para gerar um diferencial que pode tornar a base do desenvolvimento do turismo sustentável (ABRATUR, 2009).

A rota do café especial é um exemplo expressivo de turismo rural na cafeicultura do Sul de Minas Gerais, que acontece no município de Carmo de Minas. Esta rota proporciona aos turistas atrativos e atividades ímpares, como conhecer o processo de produção e rastreabilidade do café, percorrendo a Fazenda Sertão, local propício para a produção de Cafés *Gourmet*, por reunir características naturais como micro-clima de montanha, solo e temperatura apropriados, estações bem definidas, e elevada altitude (de 1.000 a 1.500 m), faz com que Carmo de Minas seja umas das cidades mais visitadas por especialistas e apaixonados por cafés especiais (ROTA DO CAFÉ ESPECIAL, 2009).

Nesta rota, os turistas participam de passeios com caminhadas pelas lavouras, visitas ao pátio de secagem, paradas em mirantes de elevadas altitudes, visitas monitorada com breves explicações de toda a cadeia produtiva do café especial, degustação do café que hoje é comparado aos melhores vinhos do mundo, em um típico casarão colonial, que hoje funciona como museu (ROTA DO CAFÉ ESPECIAL, 2009).

Segundo Andrade (2010) as novas tendências de consumo, que claramente privilegiam o consumo que busca uma experiência e um valor simbólico, abandonam o valor estritamente comercial de produtos como o café, apontando o turismo e a gastronomia como práticas muito recorrentes e valorizadas na contemporaneidade.

Andrade e Moss (2012) mostram que a Colômbia, país que também se caracteriza pela cafeicultura de montanha e de base familiar como grande parte do Sul de Minas, tomou a frente e transportou para o turismo o universo da cafeicultura, tornando-se um país conhecido como produtor dos melhores cafés do mundo. Acredita-se que na região Sul do estado de Minas Gerais é possível trilhar, de forma sustentável, este caminho do Turismo do café.

O município de Poço Fundo (RS) e a Perspectiva do Turismo Rural

O município de Poço Fundo está localizado na bacia do Rio Grande, mais especificamente, no médio Rio Grande, região Sul do Estado de Minas Gerais, entre as coordenadas 21° 46' 51" S 45° 57' 54" O, conforme mostra a Figura 1. A altitude do município varia entre 885 e 1435 metros, com uma pluviosidade média de 1592,7 mm/ano. O município apresenta características do bioma Mata Atlântica e “mar dos morros” é o nome designado ao relevo, que é ondulado (60%), e com áreas montanhosas (40%). As características de solo e relevo variam no município, o que permite certa diferenciação nas atividades agropecuárias (GONÇALVES, 2003), entretanto prevalecem os solos classificados como Latossolos, Podzólicos e Hidromórficos.

Poço Fundo teve ouro lavrado a céu aberto, debaixo da terra ou em águas correntes no tempo da exploração colonial, hoje sua fonte de riqueza é o café. A cultura de café representa 48,4% do total da área cultivada no município (IBGE, 2010). Poço Fundo faz parte, desse terreno fértil de produção cafeeira (RAMOS, 2008).

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), em Poço Fundo predominam pequenas propriedades agrícolas de base familiar, sendo que 49,4% dos estabelecimentos possuem área total de até 10 ha. Dos quase 16.000 habitantes de Poço Fundo, 41,80% residem no meio rural.

Gonçalves (2003) realizou um levantamento da área rural de Poço Fundo que constatou que a mesma foi dividida em aproximadamente 40 bairros, conforme suas características e história. Cada um com suas peculiaridades como ambiente natural, manifestações religiosas, laços familiares, e até pequenos centros comerciais. Em alguns bairros rurais deste município ocorrem manifestações religiosas como a Reza da Cruz e a festa de São José Operário e Nossa Senhora em Dourado dos Lopes; a Mãe Rainha em diversas comunidades, como Cardoso; os grupos de reflexão, cultos e missas. São manifestações calcadas em afinidade de parentesco e de vizinhança, que causa uma dinâmica própria a cada bairro rural.

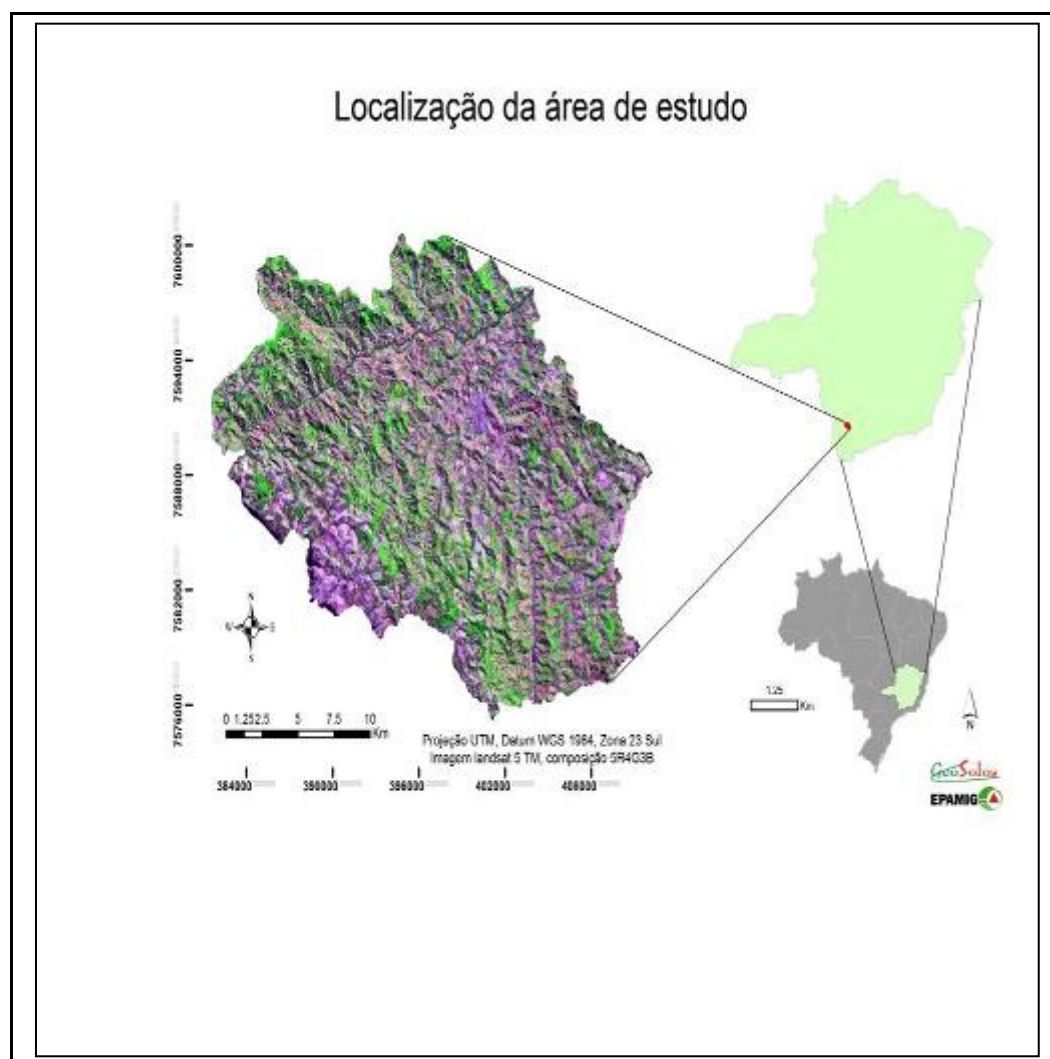


Figura 1: Mapa de localização do município de Poço Fundo no estado de Minas Gerais, Brasil.

Fonte: Epamig.

Figure 1: Location of the municipality of Poço Fundo in the state of Minas Gerais, Brazil.

Source: Epamig.

Parte dos agricultores utiliza como meio de transporte, carros, bicicletas ou carroças. As culturas agrícolas encontradas mais comumente são: café, milho, arroz, fumo, feijão e hortaliças. Os animais mais comuns para criação são: galinhas, suínos e bovinos. A alimentação para consumo, basicamente é arroz, feijão, algumas verduras e legumes, as carnes que são de criação própria são consumidas com menor frequência. Quitandas, como bolos de fubá, biscoitos amanteigados, também fazem parte do consumo dos agricultores familiares de Poço Fundo (GONÇALVES, 2003).

Com o intuito de se caracterizar as áreas ocupadas pela cafeicultura na paisagem do município de Poço Fundo e avaliar como estas áreas estão distribuídas em relação ao relevo, foi realizada uma consulta ao Banco de Dados Geográfico do laboratório GeoSolos, da Unidade Regional Sul de Minas da EPAMIG, localizado no Cam-

pus da Universidade Federal de Lavras. A Figura 2 apresenta o mapa temático de Uso e Ocupação da Terra de Poço Fundo. As áreas cafeeiras ocupam 18% da área total do município. Observa-se também que as áreas com mata são bem extensas, perfazendo 20% da área total, o que confere a esta região características peculiares para o desenvolvimento do turismo rural sustentável.

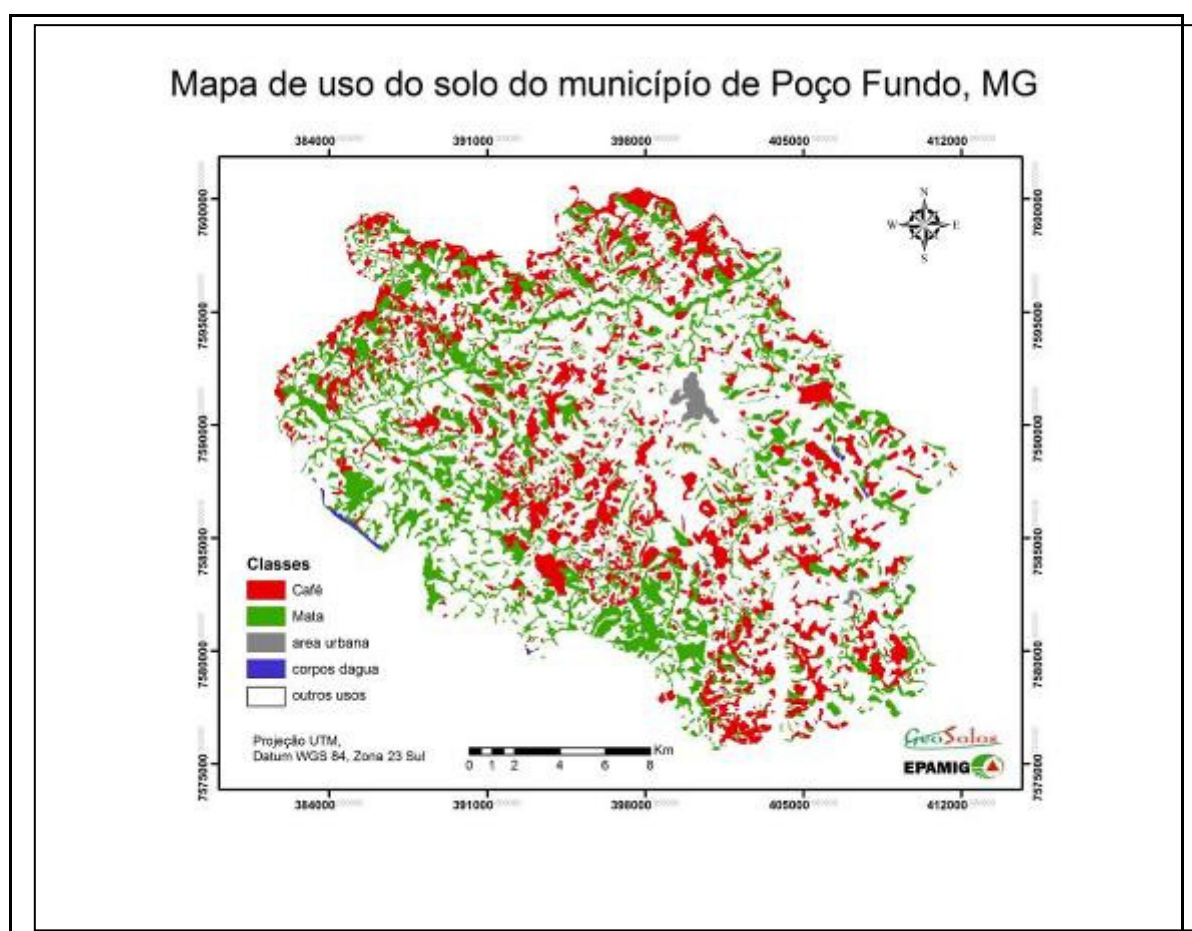


Figura 2: Mapa de uso do solo de Poço Fundo, 2007. **Fonte:** Epamig/GeoSolos.
FIGURE 2: Soil use map of the municipality of Poço Fundo, 2007. **Source:** Epamig / GeoSolos

A Tabela 1 apresenta a distribuição do café em relação às classes de relevo mapeadas no município. Verifica-se que a cafeicultura concentra-se nos relevos ondulado a forte ondulado, sendo 3.641ha ou aproximadamente 45% na classe de relevo ondulado e 3.455 ha ou aproximadamente 43% na classe de relevo forte ondulado, totalizando quase 88 % das áreas de café.

Tabela 1: Áreas Cafeeiras distribuídas por classes de relevo no município de Poço Fundo (MG).

Table 1: Coffee areas distributed by relief classes of the municipality of Poço Fundo (MG, Brazil).

Café nas diferentes classes de relevo	ha	%
Café/Plano	155	2,0%
Café/Suave Ondulado	795	9,7%
Café/Ondulado	3641	44,8%
Café/Forte Ondulado	3455	42,5%
Café/Montanhoso	80	1,0%
TOTAL	8126	100%

Fonte: Epamig. **Source:** Epamig.

Desde que associado a um sistema de manejo adequado, Poço Fundo apresenta fatores ambientais favoráveis à produção de cafés de excelente qualidade de bebida, tais como altitudes elevadas e áreas com vegetação nativa preservada (Figura 3).



Figura 3: Paisagem Rural da região de Poço Fundo, MG. **Foto:** Joel Schuler (2012).

Figure 3: Rural Landscape the region of Poço Fundo, MG. **Photo:** Joel Schuler (2012).

Observa-se no momento uma crescente busca por cafés especiais tanto no mercado internacional quanto no mercado interno. Poço Fundo possui características ambientais favoráveis para atender este mercado consumidor, enquanto outras regiões tradicionalmente produtoras não possuem estas vantagens

A Figura 4 ilustra a área urbana do município de Poço Fundo, enquanto a Figura 5 procura retratar aspectos da Agricultura familiar na região.

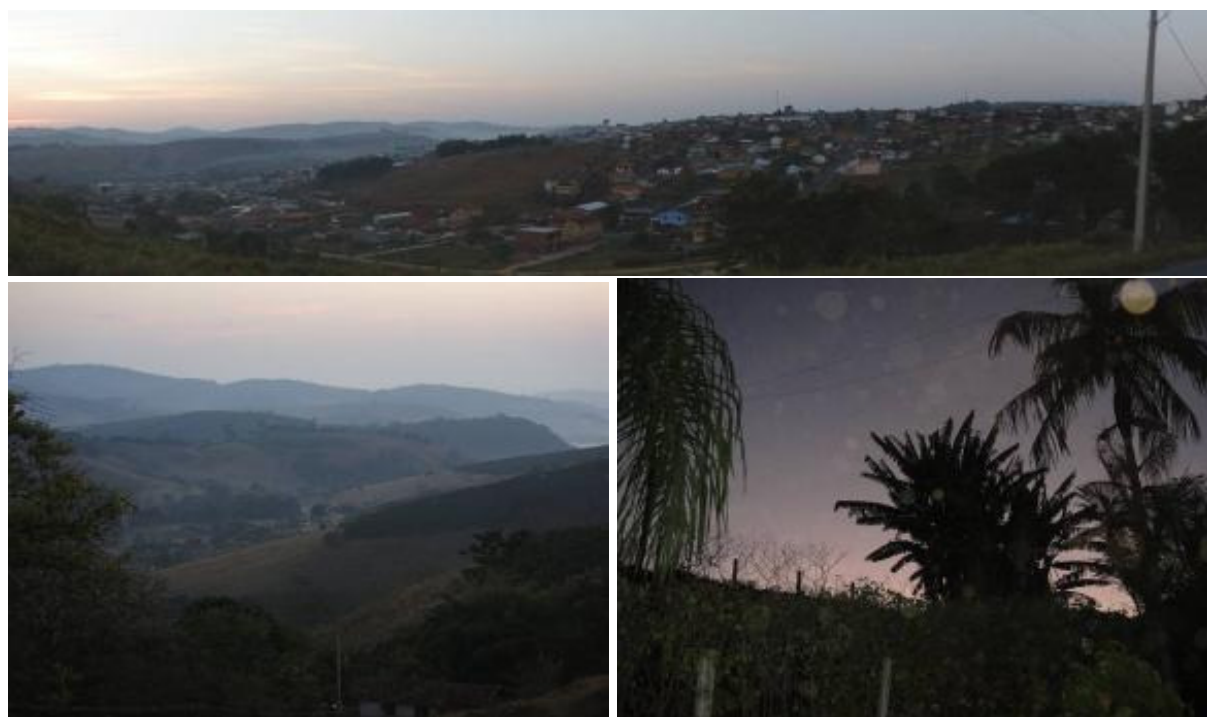


Figura 4: Área urbana do município de Poço Fundo (MG). **Foto:** Joel Schuler (2012).

Figure 4: Urban area of the municipality of Poço Fundo (MG, Brazil). **Photo:** Joel Schuler (2012).



Figura 5 – Agricultura familiar na região de Poço Fundo (MG). **Foto:** Cibele Aguiar (2012).

Figure 5 – Family farms of the municipality Poço Fundo (MG, Brazil). **Photo:** Cibele Aguiar (2012).

Aliada as condições edafoclimáticas excelentes para a produção de cafés de qualidade, a região adota técnicas ecologicamente corretas para a sua produção praticando amplamente a agricultura orgânica. Na visão dos agricultores de Poço Fundo a agricultura orgânica proporciona um estilo de vida diferenciado para aqueles que estão envolvidos no processo, ocorrendo em diferentes dimensões.

Em todas as atividades humanas, o fazer de forma ecológica é um questionamento atual e está inserido, desde a elaboração até a gestão do projeto, em todas as suas interfaces socioeconômicas, culturais e físico-ambientais. Sob essa ótica, a sustentabilidade do processo produtivo não passa somente pelo balanço positivo no caixa da empresa. É preciso considerar o aspecto ecológico em que consistem o uso e a preservação dos recursos naturais (REVISTA CAFEICULTURA, 2009).

Assim, a agricultura orgânica significa um novo modelo de desenvolvimento, uma nova filosofia de produção agrícola, a necessidade de se produzir um alimento que nutra, refaça efetivamente e se torne o combustível do corpo. Uma nova mentalidade no campo vai se estabelecendo junto à conscientização do agricultor e mudando a vida dos agricultores.

Dentro da agricultura orgânica vemos a potencialidade para a exploração do turismo rural já que grande parcela da sociedade preocupa-se em ter uma alimentação saudável o que torna cada vez mais visível a importância deste elo entre o turismo e a agricultura orgânica, garantindo assim o sucesso das propriedades e integrantes (STANGE; ARAÚJO, 2005). Com as crescentes exigências dos mercados de que os alimentos produzidos não sejam portadores de agrotóxicos, a reciprocidade entre turismo em áreas rurais e a agricultura orgânica vem garantindo o sucesso das propriedades que exploram ambas as atividades.

A agricultura orgânica valoriza a propriedade, aumenta a renda familiar, serve como atrativo para promover o deslocamento do turista do seu local de residência fixa e serve de referência para despertar o interesse dos pesquisadores (SEBRAE, 2002). Ela incorpora todas as variáveis ambientais no processo de produção, portanto, por comparação, se qualquer análise dos impactos ambientais numa propriedade rural agroturística for positiva, poder-se-á inferir que se aquela propriedade praticasse a produção de alimentos dentro do processo orgânico, os impactos naturalmente seriam favoráveis e possivelmente mais significativos (SCIALABBA; HATTAM, 2002).

Essa relação turismo x agricultura orgânica pode trazer vantagens não apenas agregando valor aos produtos agrícolas, mas induzindo o surgimento de indústrias artesanais, possibilitando, por sua vez, a geração de vários serviços na comunidade receptora. Um trabalho realizado em propriedades com agricultura naturalmente diversificada, associada a um ambiente saudável, organizado e ampliado por um roteiro de visitação, pode transformar estes em locais de descanso, lazer, apreciação paisagística, ou até mesmo num parque recreativo (STANGE; ARAÚJO, 2005).

Considerações Finais

Buscou-se analisar as perspectivas do turismo rural associado à cafeicultura familiar e identificar a potencialidade do turismo rural para a região de Poço Fundo, sul de Minas Gerais.

Os resultados evidenciaram que visíveis problemas como o abandono das atividades do campo, a perda das tradições, dificuldade de comercialização dos produtos, podem ser amenizados pelo acréscimo do Turismo rural, gerando emprego e renda. Esse segmento surge como uma das principais atividades do campo, devido à crise no setor cafeeiro nos últimos tempos, podendo ser uma fonte de renda alternativa, mas de grande importância, para os dos cafeicultores familiares. Contudo, é primordial manter as atividades já existentes, aprimorá-las e acrescentar outras que agreguem valor ao segmento e gere melhorias. Para isso é necessário maiores investimentos em pesquisas, elaboração de projetos, apoios governamentais e locais. Há algumas limitações em relação a esta atividade, dentre as quais podemos citar: dificuldade de financiamento, pessoas especializadas, capacidade de gerir, disponibilidade de horário por parte dos proprietários, entre outros.

Porém, fazendo um planejamento coerente os benefícios serão maiores, como a possibilidade de aumentar a renda do produtor, gerar emprego direto e indireto, fortalecer a economia local, promover o intercâmbio entre o turista e os agricultores familiares, desestimular o êxodo rural, entre vários outros benefícios. Buscar apoio financeiro para a criação de hotéis, restaurantes, rotas turísticas e associações, o estabelecimento da Indicação Geográfica na modalidade de Indicação de Procedência para o café do território.

A região de Poço Fundo tem potencialidade para o desenvolvimento do Turismo Rural. É possível estabelecer nesta região uma “Rota do Café” (agricultura familiar, café orgânico), semelhante a “Rota do Café Especial” de Carmo de Minas (MG). Todos os agricultores envolvidos no processo têm que se tornar “pluriativos”, ou seja, combinar as atividades agropecuárias com o atendimento aos turistas.

Para maior conhecimento de Poço Fundo o presente trabalho caracterizou ambientalmente as áreas do município em uso da terra e áreas cafeeiras distribuídas por classes de relevo, verificando-se então, que as condições ambientais são extremamente favoráveis para a produção de cafés gourmets, como produto turístico, com características edafoclimáticas favoráveis, receptividade local, cultura e demais atrativos.

Assim, este conjunto de quesitos possibilitaria a manifestação de iniciativas promissoras para a constituição de alternativas de qualidade frente ao modelo agro alimentar dominante no Brasil. Essas condições configurar-se-ão em uma reestruturação das concepções de desenvolvimento, principalmente quando associadas às preocupações com o equilíbrio da ocupação territorial, com a criação de empregos, a garantia de geração de renda para a reprodução social da agricultura familiar e com o desenvolvimento de um destino turístico de produção, potencialização e favorecimento das múltiplas funções da agricultura (ambiental, social, econômica e cultural).

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, (28): 1, 2, 3 e (29): 1 – jan/dez 1998.

ALVES, J.M.; PAGLIARUSSI, M.S. O fenômeno do agroturismo e a influência das instituições no desenvolvimento econômico local: um estudo de caso na Região Centro-Serrana do Espírito Santo. Simpósio FUCAPE de Produção Científica, 4. 2006, Vitória. **Anais...** Vitória: FUCAPE, 2006.

ANDRADE, H.C.C. O café especial como produto turístico gastronômico: reflexões sobre o café especial e suas interfaces com o turismo. **Monografia**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ANDRADE, H.C.C.; MOSS, M.C.B. A cafeicultura familiar e um possível modelo para o desenvolvimento do turismo do café em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez, pp. 512-529. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ (ABIC). Disponível em: <http://www.abic.com.br/export_asetorial.html>. Acesso em 18 Jun. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ (ABIC). Disponível em: <http://www.abic.com.br/export_asetorial.html>. Acesso em 25 de Maio. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL (ABRATUR): Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=122/>>. Acesso em 08 jul. 2009.

BARBOSA, J.N.; BOREM, F.M.; ALVES, H.M.R.; VOLPATO, M.M.L.; SOUZA, V.C.O.; SANTOS, W.J.R.; ANDRADE, L.N. Distribuição espacial de cafés do estado de Minas Gerais e sua relação com a qualidade. Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, Vitória, 2009. **Anais...** Vitória: Embrapa, 2009.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BLISKA, F.M.M.; PEREIRA, S.P.; GIOMO, G.S. Mercados para o café certificado. **Revista do grão à xícara**, Campinas (SP), Instituto Agrônômico de Campinas - IAC. p.39-51, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Esplanada dos Ministérios: Brasília, 43p, 2004.

BRAZIL SPECIALITY COFFEE ASSOCIATION (BSCA). **Cafés especiais**. Disponível em: <<http://www.bsca.com.br>>. Acesso em: 23 nov. 2008.

CAFÉ COM TURISMO. Disponível em: <<http://cafecomturismo.blogspot.com/>>. Acesso em 25 jun. 2009.

CARNIELLI, P.; MELO, E.V. Impactos dos cafés especiais no turismo. *In: Impactos sobre o turismo no Espírito Santo*. Vitória: SEBRAE/ES, 121p, 2005.

CARVALHO, Y. M. C. Importância da agricultura familiar para o Brasil. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.30, p. 7-15, 2009.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. São Paulo. **Anais...** Turismo e geografia. São Paulo: Hucitec, p.94-121, 2001.

COELHO, F.M.G. O café em um outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, Edição especial, v.26, p. 9-16, 2005.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB): Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/estudo_safra.pdf>. Acesso em: 25 de maio. 2012.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Tourism: Principles and Practice**. Longman: Harlow, England. 1996.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE CAMPOS GERAIS E CAMPO DO MEIO (COOPERCAM). Disponível em: <http://www.coopercam.com.br/noticia_detalhes.asp?id=8>. Acesso em: 7 jul. 2009.

CORNER, D.M.R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca. 2001.

DENARDI, R. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009.

ECOPARANÁ. Disponível em: <<http://www.ecoparana.pr.gov.br/ecoparana/>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

FERNANDES, A.E.B. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/1649-6/1/o-perfil-da-agricultura-familiar-brasileira/pagina1.html>>. Acesso em: 2 jul. 2009.

GOMES, M.F.M.; ROSADO, P.L. Mudança na produtividade dos fatores de produção da cafeicultura nas principais regiões produtoras do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, n. 4, p. 353-378, out/dez 2005.

GONÇALVES, A. Agroecologia, saber local e mercado: um estudo sobre a agricultura familiar de Poço Fundo-MG. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Administração – Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: 2010.

KHATOUNIAN, C.A.; SOARES-JÚNIOR, D. Abordagem sistêmica e pesquisa participativa na agricultura familiar: ferramentas para o desenvolvimento. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.26, p. 17-27, 2005.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: Análise, Planejamento, Implementação e Controle. 5.ed. São Paulo:Atlas,1998.

LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. Fundamentos econômicos do turismo. São Paulo. **Anais... Turismo**. São Paulo: Atlas, p. 25-37, 2000.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Traduzido por Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios). (Tradução de: L'agriculture familiale).

LIMA FILHO, D.O.; MAIA, F.S.;SPROESSER, R.L.; GONCALVES, A.F.; AMARAL, G.P.G.; SANTOS, A.M.; O turismo rural e o pequeno agricultor (15 páginas). XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. **Anais...Cuiabá**, 2004.

MACHADO, G.B. Reforma agrária e multifuncionalidade do espaço rural. XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 43, Ribeirão Preto. **Anais... Ribeirão Preto**: SOBER, 2005.

MARQUES, E.R.; BOREM, F.M. ; PEREIRA, R.G.F.A. ; BIAGGIONI, M.A.M.; Eficácia do teste de Acidez Graxa na Avaliação da Qualidade do Café Arábica (*Coffea arabica* L.) submetido a diferentes período e temperatura de secagem. **Ciência e Agrotecnologia**, v.32, p.1557-1562, 2007.

MARTINS, M. Caracterização de sistemas orgânicos de produção de café utilizados por agricultores familiares em Poço Fundo-MG. 2003. **Tese** (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

MATTEI, L. Pluriatividade e turismo rural em Santa Catarina. **In**: Seminário do Turismo Urbano, 3 Campinas. **Anais...** Campinas, 2003.

MENDES, E.P.P. A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 2005. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2005.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Traduzido por M. J. da S. Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MILONE, C.M.; MILONE, P.C. Perspectivas do turismo no terceiro milênio. São Paulo. **Anais... Turismo**. São Paulo: Atlas, p.353-372, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em 13 set. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA): Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 08 jul. 2009

PEDINI, S. Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.26, Edição Especial, p. 118-124, 2005.

PIN, J.V.; CARNIELLI, P. Impactos do turismo no espaço rural. *In: Impactos sobre o turismo no Espírito Santo*. Vitória: SEBRAE/ES, 121p, 2005.

RAMOS, R.V. Saber de experiência feita e conhecimento científico no processo de produção do saber apropriado: a experiência da Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo – MG. 2008. **Tese** (Doutorado em Gestão Social, Ambiental e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG. 2008.

REVISTA CAFEICULTURA: Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=22073&produtos-de-poco-fundomg-investem-em-cafe-organico>>. Acesso em: 10 jul. 2009

RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ, V.V.H. (ed.). **Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais**, 5ª aproximação. CF-SEMG: Viçosa, 359p, 1999.

ROTA DO CAFÉ ESPECIAL: Disponível em: <<http://www.rotadocafeespecial.com.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

SAQUET, M.A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n.1, p.60-81, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.ig.ufu/campoterritorio/>>. Acesso em: 10 de maio. 2009.

SEBRAE-ES, Vitória, n. 2, p. 115, dez. 2001/jan. 2002.

SCHUCH, H.J. A importância da opção pela agricultura familiar. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/fetags/fetags99>>. Acesso em: 03 de maio. 2009.

SCIALABBA, N.E.; HATTAM, C. **Segurança orgânica da agricultura, do ambiente e do alimento**. Roma: FAO, 2002.

SHEYVENS, R. **Tourism for development: empowering communities**. Harlow, England: Pearson Educational, 2002.

SILVA, J.G. As novas atividades no meio rural. Campinas. **Anais...** O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP, p. 90-100, 2002.

SILVEIRA, M.A.; MORUZZI MARQUES, P.E. Tendências em torno das referências de qualidade alimentar e seus impactos nas dinâmicas territoriais: o caso da cafeicultura familiar no sul de Minas Gerais. Simpósio de Pesquisas dos Cafés Brasil, Vitória, ES. **Anais...** Brasília, DF: Embrapa Café, 2009.

STANGE, A.; ARAÚJO, J.B.S. Impactos da agricultura orgânica no turismo. *In: Impactos sobre o turismo no Espírito Santo*. Vitória: SEBRAE/ES, 121p, 2005.

TAGLIARI, P.S.; FRANCO, H.M. Turismo rural: 52 safras por ano. **Agropecuária Catarinense**, Santa Catarina, v.7, n.4, p.14-20, 1994.

TEIXEIRA, A. A. Café brasileiro, a marca forte da nossa bebida. **Campo e negócios**, v 64, p. 39-45, Uberlândia – MG, 2008.

TONIETTO, J. Geographical indicators for grapes. **Acta Horticulturae**, v. 785, p. 467-476, 2008.

TORGA, P.A.A. Novas ruralidades e a Rota do Café Especial, no município de Carmo de Minas. **Monografia**. Conselheiro Lafaiete: UFMG, 2011.

TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR (TRAF). Disponível em: <<http://www.redetraf.com.br/r-rede-traf.asp>>. Acesso em: 08 Jul. 2009.

VIEIRA, T.G.C.; ALVES, H.M.R.; VOLPATO, M.M.L.; SOUZA, V.C.O. Caracterização ambiental de regiões cafeeiras para Indicação Geográfica. *In: REIS, P.R.; CUNHA, R.L.; CARVALHO, G.R. (Eds.) Café Árábica da pós-colheita ao consumo*. Vol. 2. Lavras: EPAMIG, 2011. p.591-639.

ZANDONADI, B.M.; FREIRE, A.L.O. O meio rural como atrativo para o agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES): o caso da família Carnielli. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 7, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul:UCS, 2012. p.1-16.

ZANELLA, V. **Avanços na Indicação Geográfica de Vinhos na Serra Gaúcha**. Disponível: <<http://www.embrapa.br/embrapa/imprensa/noticias/2008/dezembro/1a-semana/avancos-na-indicacao-geografica-de-vinhos-na-serra-gaucha>>. Acesso em 04 dez. 2008.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: TEDESCO, J.C. (org). Anais... Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, p. 23-56,1999.

Katiane Ribeiro Souza: Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

Email: katianerib@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4513832044913445>

Rosângela Alves Tristão Borém: Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

Email: tristao@dbi.ufla.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6472336328549743>

Helena Maria Ramos Alves: Embrapa Café (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Brasília, DF, Brasil.

Email: helena@epamig.ufla.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4766494058302983>

Data de submissão: 31 de outubro de 2012

Data de recebimento de correções: 16 de julho de 2013

Data do aceite: 20 de setembro de 2013

Avaliado anonimamente

População tradicional, adaptações culturais e o ecoturismo

Traditional population, cultural adaptations and ecotourism

Tarita Schnitman

RESUMO

O trabalho apresenta uma discussão sobre a prática do ecoturismo por população tradicional. O ecoturismo é uma atividade econômica e seu desenvolvimento em população tradicional demanda algumas reflexões. Torna-se importante identificar a realidade social da comunidade e as transformações culturais decorrentes da atividade turística. O trabalho investiga esses aspectos em uma população tradicional brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: População Tradicional; Transformações Culturais; Ecoturismo.

ABSTRACT

This paper presents a discussion over ecotourism in traditional population. Ecotourism is just like any other economic activity and its development in a traditional population demands some reflection. It is important to identify the social reality of the community and cultural transformations caused by tourism. The work investigates these aspects in a traditional Brazilian population.

KEYWORDS: Traditional Population; Cultural Transformations; Ecotourism.

Introdução

Observa-se que nos últimos anos há um crescente aumento da prática do turismo por populações tradicionais. Esse fato é ocorrente na região Amazônica, por exemplo, onde existe o Projeto Ecoturismo na Unidade de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima (NOGUEIRA *et al*, 2013). Na região do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo a população tradicional remanescente de quilombo do Mandira desenvolve a atividade turística. Os Mandiranos obtiveram o reconhecimento de suas terras como território quilombola, uma extensão de 2.054,65 ha de terra (ITESP, 2002). A comunidade está localizada no litoral sul do Estado de São Paulo e situa-se em bairro da cidade de Cananéia. O termo “quilombola” é aplicado a toda comunidade negra rural que agrupa descendentes de escravos que vivem em uma cultura de subsistência e suas manifestações culturais têm forte vínculo com o passado. O art. 216 da Constituição Brasileira de 1988 expressa:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Uma população tradicional possui modo de vida próprio e se reconhece como pertencente à um grupo social particular (DIEGUES,1998). Para Carneiro Cunha (2009) as populações tradicionais usam de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, possuem liderança local e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. Diegues (1998) enfatiza aspectos importantes inerentes a população tradicional como o modo de produção pré-capitalista onde o trabalho não é mercadoria. Para o autor, essas populações desenvolvem pequena produção mercantil e em suas formas de produção, o trabalho assalariado é ocasional, não sendo determinante. Prevalece o trabalho autônomo ou familiar. A necessidade do mercado é real, mas não total. As formas de manejo dos recursos naturais por parte dessas populações não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural. A pequena capacidade de acumulação de capital dificulta a emergência de classes sociais. Ou seja, esses aspectos são distintos do modo de viver moderno coberto de conflitos de interesses e de impessoalidade nas relações sociais. A sociedade moderna invoca individualismo, competição e lucratividade. Por exemplo, em suas pesquisas Diegues (1998) encontrou relações sociais baseadas na solidariedade e na cooperação em comunidades tradicionais do litoral do Estado de São Paulo. O autor percebeu que essas relações determinam as formas de produção e marcam a distribuição de trabalho individual ou coletivo. As festas, lendas, a religião e a simbologia mítica não são somente valores cognitivos, mas também afirmam a coesão social das mesmas. As populações tradicionais possuem atividades econômicas de pequena escala como extrativismo, pesca, artesanato, coleta e agricultura. Geralmente são de baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico. Esses aspectos fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. No Brasil o remanescente de florestas é encontrado em regiões onde houve pouca urbanização e falta de acesso a tecnologia, unidos a uma convivência mais harmoniosa entre populações tradicionais e natureza. Isso notoriamente ocorre na região Amazônica onde indígenas vivem há muitos anos e em bolsões de Mata Atlântica no Vale do Ribeira, entre outros territórios.

Muitas comunidades quilombolas mantêm a reprodução social e as atividades tradicionais. Famílias permanecem no campo com suas relações de solidariedade e mutirões. A religiosidade marca o calendário anual e festas típicas. Algumas dessas comunidades encontram-se em áreas de difícil acesso como no caso da comunidade Areia Branca do Vale do Ribeira. Nessa comunidade, as famílias organizam-se em cooperativa para a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar

cultivados de forma ecológica (COOPERAFLORESTA, 2013).

Naturalmente, ao longo dos anos, as populações tradicionais passaram por transformações. Elas foram pressionadas pela escassez de recursos naturais que antes eram abundantes e faziam parte da dieta alimentar, do material de construção, do medicamento utilizado, entre outros. Muitas tiveram seus territórios diminuídos ou cercados por cidades. Áreas de parque com proibições de uso foram demarcadas em sobreposição do território ou foram invadidas por grileiros e imobiliárias. Muitas populações tradicionais do Vale do Ribeira, por exemplo, mudaram de atividade de agricultura de subsistência para atividade comercial. Neste caso inclui-se a comunidade do Mandira que implantou uma cooperativa de comercialização de ostras. Dessa maneira surgiram transformações na cultura local.

Essas transformações podem ser vistas sob a forma de impacto ambiental.

O impacto ambiental é definido como: [...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, RESOLUÇÃO CONAMA 01, 1986, p.1).

Impactos sociais, por exemplo, são facilmente identificados em qualquer território que decide inserir uma nova atividade econômica. A atividade turística é um exemplo. Segundo Januário (1997), o turismo é um fato coletivo que produz o desenvolvimento de instituições, relações sociopolíticas e econômicas complexas; um conjunto de questões financeiras, culturais e de relações psicossociais, intrinsecamente relacionadas. Sendo assim, a atividade turística envolve muitos atores sociais que dialogam e causam ações nos seus setores distintos. Não obstante, os impactos sociais da atividade turística são comuns. Eles podem ser a introdução do crime, drogas, alcoolismo, rompimento de laços de solidariedade (TOSUN, 2002).

Entretanto, o ecoturismo é um segmento que objetiva minimizar os impactos sociais e ecológicos decorrentes da atividade turística em determinado destino. O que diferencia o ecoturismo dos demais segmentos do turismo é a aplicação dos seus princípios e valores éticos (WALLECE; PIERCE, 2009). Estar em local protegido e a adequação aos conceitos de sustentabilidade (ORAMS, 1995) e o aspecto educacional da atividade. O segmento é apropriado para pequenas comunidades, reservas de desenvolvimento sustentável, entorno de áreas de rica cultura e natureza. Segundo Ceballos-Lascurain (1999), os ecoturistas tentam fazer com que suas experiências causem o menor impacto ambiental e cultural possível.

Não obstante, o reconhecimento de populações tradicionais e o direito a terra é um tema conflitivo no Brasil. Muitas populações tradicionais encontram-se em parques de visitação turística ou em seus entornos. Por pressões do desenvolvimento seus territórios tendem a diminuir ao longo dos anos. Por isso, há uma limitação e

crescente demanda em estudos mais aprofundados sobre o turismo nessas populações. Por exemplo, não se sabe claramente sobre os efeitos na cultura local quando uma população tradicional desenvolve a atividade turística. Este trabalho investiga estas condições na comunidade do Mandira.

Material e Métodos

O referencial teórico utilizado para o trabalho está cunhado em estudos antropológicos. Na metodologia foi importante aplicar o estudo de caso. Segundo Chizzotti (2001) este método apresenta a vantagem por desvelar aspectos fundamentais para a solução do problema da pesquisa e por evidenciar novas descobertas.

O estudo de caso foi realizado em Mandira onde a agricultura familiar, o cultivo de ostras e o turismo são atividades importantes para seus residentes. Atualmente a comunidade possui 23 famílias. Geograficamente o Parque Estadual do Jacupiranga é entorno e limita-se na margem direita do rio Mandira. O território está em Área de Proteção Ambiental Federal Iguape-Peruíbe-Cananéia e engloba zonas de amortecimento do Parque Estadual do Lagamar de Cananéia e do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e (GOUVEIA, 2010). A Reserva Extrativista Mandira localiza-se no complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá (MMA, 2010) e os residentes de Mandira são seus beneficiários, permitidos a cultivar ostras e extrair recursos naturais de forma equilibrada do manguezal. Esses fatores mostram que o território está sob preservação ambiental e a população de Mandira é tradicional remanescente de quilombos. O trabalho averigua as modificações culturais e impactos sociais da atividade ecoturística na comunidade quilombola Mandira. Coletou-se dados sobre a atividade turística na comunidade. Como processo metodológico utilizou-se de revisão bibliográfica sobre turismo no Vale do Ribeira, agricultura familiar e impactos sociais. Para a discussão dos impactos sociais foi utilizada como referência a tabela de Tosun (2002) que determina fatores para percepções de impactos sociais do turismo. Os instrumentos metodológicos escolhidos foram entrevistas semi-estruturadas, diário de campo e observação. Eles forneceram subsídios à alguns fatores sociais retirados da tabela de Tosun como crime, vício em drogas, alcoolismo, abertura sexual, oportunidades de trabalho, e relações de solidariedade.

Todas as 23 famílias Mandiranas foram entrevistadas. Grupos de turistas foram acompanhados e informações relevantes foram inseridas ao diário de campo. Ocorreram visitas de campo em 2011, 2012 e 2013 em diferentes épocas do ano como o feriado de Páscoa, o mês de férias de Julho em 2011 e 3 visitas no ano de 2012 e dois períodos de Carnaval.

Resultados

Para realizar uma análise aprofundada do tema foi relevante contextualizar a comunidade dentro do seu território e da história da região. As transformações na cultura da população de Mandira remontam ações governamentais na região. No século XX a região do Vale do Ribeira foi relegada a um processo de isolamento devido à implantação da monocultura do café que redirecionou a alocação dos recursos do go-

verno para outras regiões do Estado. Ou seja, o processo de industrialização foi mínimo neste território. Após a construção da BR-116, empresas de mineração foram implantadas na região. Nos anos de 1980, o governo executou uma série de obras sem consultar os moradores tradicionais. Também criou Unidades de Conservação na região como o Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Estadual Carlos Botelho (TODESCO,2007). Desprezou sistematicamente as populações tradicionais que tiveram os seus limites decretados em sobreposição às Unidades de Conservação. O plantio tradicional das roças de coivara, método que utiliza a corte e queima, foi proibido devido ao risco ambiental às áreas decretadas para preservação ambiental. O uso dos recursos naturais historicamente explorados também foi restrito. A proibição do acesso aos recursos naturais tradicionalmente explorados por caiçaras, indígenas e quilombolas que habitavam a região resultou em um extrativismo predatório para o suprimento de novas indústrias como a de palmito, madeiras e camarões. As ações governamentais acabaram determinando uma valorização das terras decorrendo em um sério processo de especulação imobiliária e grilagem de grandes áreas. Todos esses fatores eclodiram no êxodo dos moradores rurais e litorâneos do Vale do Ribeira. Por outro lado, também facilitou a chegada de outras pessoas à região e a formação de novos empreendimentos imobiliários, alimentícios, turísticos e madeireiros que não possuíam vínculo com a região e a preocupação com o equilíbrio dos recursos naturais. Nesse período causaram-se danos piores que os séculos de ocupação caiçara, ribeirinha, indígena e quilombola.

Outras transformações culturais ligadas ao incremento da atividade turística em prol do desenvolvimento desta região remontam o ano de 1995. A Empresa Brasileira de Turismo- EMBRATUR criou o projeto “Pólo Ecoturístico do Lagamar” na região de Cananéia. Com o apoio da WWF, a ONG Vitae Civillis executou o projeto “Turismo Sustentável” com o objetivo de preservar a Mata Atlântica. Entre os anos de 1995 e 1999 a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira realizou fóruns e oficinas de capacitação em ecoturismo para a população local com o apoio do Senac e do Instituto de Ecoturismo do Brasil (TODESCO,2007). Cursos foram direcionados aos agentes municipais e aos 450 monitores ambientais. A Agenda foi patrocinada pela EMBRATUR e coordenada pela Fundação Florestal (idem). Em 2000 ocorreu o Primeiro Encontro de Ecoturismo do Vale do Ribeira. Já em 2004, o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira- CONSAD instituiu uma câmara técnica de turismo. Algumas ONGs realizaram cursos de turismo para comunidades e famílias de agricultores familiares. Porém, o maior projeto que aconteceu na região foi no ano de 2005, o “Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na região da Mata Atlântica”, uma parceria entre o BID e o governo do estado de São Paulo.

A comunidade do Mandira se beneficiou de alguns dos projetos citados anteriormente. Participa do Circuito de Turismo da Agricultura Familiar de Cananéia. Segundo Martins *et al.* (2009) o turismo rural com foco na agricultura familiar ocorre no município de Barra do Turvo e no Circuito de Turismo da Agricultura Familiar de Cananéia. Atualmente o roteiro de Agricultura Familiar de Cananéia agrega poucos agricultores, porém, os Mandiranos continuam recebendo turistas. A comunidade também faz parte do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira. Este circuito foi desenvolvido em algumas comunidades como André Lopes, Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de

Cima, São Pedro, Sapatu. Seu objetivo é incrementar a geração de renda nas comunidades e, ao mesmo tempo, possibilitar o visitante conhecer a história de luta dos quilombos pela manutenção de sua cultura e de seus territórios. O lançamento do Circuito Quilombola do Vale do Ribeira ocorreu em São Paulo no dia 11 de setembro de 2012 no SESC São Paulo quando foram convidadas operadoras e agências de turismo do trade turístico.

Desde 1868 os Mandiranos, residentes de Mandira, vêm produzindo e reproduzindo sua cultura material e simbólica. Sendo uma população rural tradicional, segmento social específico, dotado de uma identidade política. Suas raízes remontam de uma determinada relação social historicamente datada, a escravidão. Os principais cultivos eram a mandioca, batata doce, cará, cana, feijão, milho e arroz, sem o uso de agrotóxicos. A identidade grupal está fundamentada tanto pelas redes de sociabilidade calcadas no parentesco quanto nas relações de trabalho que o grupo mantém com a área que ocupa. Os laços familiares e o apego das famílias às suas terras na comunidade do Mandira garantem o desenvolvimento de atividades produtivas. Dados do Relatório Técnico Científico do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2002) e relatos de entrevistas revelam uma agricultura comunitária em Mandira onde as famílias se ajudavam mutuamente. Os mutirões de plantio e colheita eram frequentes, havia um coletivo agricultor. Esta comunidade tradicional nunca viveu descontextualizada da produção agrícola regional. Recriaram formas de viver que incluem novas atividades produtivas incrementadas por experiências tecnológicas e organizacionais como o cultivo de ostras e o turismo. Cabe neste momento destacar as atividades e projetos que ocorreram na comunidade para o melhor entendimento do processo de adaptação às mudanças e às novas realidades (Quadro 1).

Os dados do Quadro 1 destacam diversos projetos, interferências governamentais e privadas, cursos e capacitações em Mandira. A comunidade remanescente de quilombos do Mandira caracteriza-se como população tradicional com fortes interações com o mercado, já que muitos dos seus moradores participam da cooperativa de ostras. Também integram feiras regionais como o Salão de Turismo em São Paulo e Revelando São Paulo. Turistas visitam a anual Festa da Ostra. A comunidade recebe turistas em distintas épocas do ano provenientes de escolas e universidades, pessoas da região e grupos interessados na organização social da comunidade. As famílias comercializam ostras durante festas tradicionais, feiras regionais e ao longo da visitação turística. Há um restaurante e um bar que oferece refeições a base de ostras e os visitantes podem passear de barco pelo manguezal da Reserva onde as ostras são cultivadas em viveiros. O galpão de artesanato é um atrativo turístico e ponto de venda do artesanato local e outros produtos. Um grupo de mulheres reunidas administram as vendas, encomendas e a produção do artesanato. A cachoeira do Mandira, a agrofloresta, uma ruína histórica da época da escravidão e sambaquis englobam as atrações locais. Além desses atrativos, os turistas se interessam pela história da comunidade e sua organização

Quadro 1: Histórico de acontecimentos em Mandira.**Table 1:** History of events in Mandira (SP, Brazil).

1989	A comunidade foi escolhida para ser uma zona de pesca e coleta controlada pelo planejamento regional do Complexo Estuarino Lagunar Iguape-Cananéia em 1989.
1994	Projeto conhecido como “ostra de Cananéia” realizado entre o Instituto de Pesca APTA/SAA e Fundação Florestal SMA-SP em 1994
1995	Criação da Associação Reserva Extrativista dos Moradores do Bairro do Mandira –
1997	Subprojeto “ Manejo dos Bancos Naturais de Ostras, Depuração e Comercialização do PED. Cadastramento das comunidades extratoras. Criação da cooperativa. Mutirão realizado para construir a depuradora da COOPEROSTRA. Projeto “Engorda de Ostras” realizado pelo Instituto de Pesca APTA/SAA, PED e ONG Gaia Ambiental. Mandira recebe curso sobre engorda de ostra.
1999 2001	Financiamento da Shell do Brasil. Aporte técnico e financeiro do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBIO. Recursos doados pelo Fundo Global para o Meio Ambiente. Propôs o ordenamento da exploração da ostra de mangue, coordenado pela Fundação Florestal.
2000	COOPEROSTRA entra no mercado Paulista.
2002	COOPEROSTRA foi indicada como finalista para o prêmio Iniciativa Equatorial 2002 organizado pelas Nações Unidas. O presidente da COOPEROSTRA participou da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 10) na África do Sul. COOPEROSTRA recebeu o prêmio de U\$ 30.000,00.
2005	Implantação do– Projeto Demonstrativo-PDA I e II chamado “Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira”. A Associação de moradores de Mandira – REMA é a proponente. COOPEROSTRA é beneficiada com capacitação dos cooperados e seus filhos na gestão do empreendimento..

Fonte: Adaptado por Tarita Schnitman de Garcia (2005).

Source: Adapted by Tarita Schnitman from Garcia (2005).

Discussão

Segundo Diegues (1998) o fortalecimento da identidade sociocultural advém de seu auto-reconhecimento, sendo uma identidade construída ou reconstruída, um resultado de processos de contatos conflituos com a sociedade urbano-industrial e com os neomitos criados por esta. As culturas tradicionais estão sempre intercambiando informações com outras culturas. Não se pode falar de aculturação de população tradicional nos tempos atuais onde o universo de contatos interculturais é enorme. Todo ser humano ao vir ao mundo encontra-se no interior de uma complicada trama de costumes, sistemas relacionais e instituições. A cultura pode ser considerada uma herança social das pessoas permitindo a convivência em comunidade ao ponto que ensina a prever o comportamento do próximo e o que é esperado de cada membro. Pode-se refletir sobre a cultura como uma lente através da qual enxerga-se e avalia-se o mundo. Sendo assim, um complexo saber coletivo acumulado em memória social possuidora de uma visão de mundo. As comunidades tradicionais estão constantemente se relacionando ou brigando com a sociedade moderna. Segundo Durham (2004), toda sociedade, por força de sua reprodução, deve saber enfrentar a mudanças. Também que as sociedades comunitárias são forçadas a entrar em contato com a sociedade moderna tradicional. Para Cucho (2004) não existem de um lado as

culturas puras e de outro, as culturas mestiças. Todas, devido ao fato universal dos contatos culturais, são, em diferentes graus, culturas mistas, feitas de continuidades e descontinuidades. Para Laraia (1986), o domínio mais adaptativo da cultura é a tecnologia, a economia de subsistência e os elementos de organização social diretamente ligadas à produção. Ou seja, essas populações não se aculturam, mas passam por um processo de adaptação e regeneração, onde as mudanças são bastante presentes. Esse processo é nítido em Mandira, por exemplo, os Mandiranos aprenderam a gerir uma cooperativa e também recepcionar turistas.

Em relação ao turismo, durante a visita turística, a história da comunidade é contada. Quando isso ocorre, há um resgate cultural. Os moradores entendem que é importante valorizar a história do seu povo. Maluf e Carneiro (2003) citam que a manutenção do tecido social decorre de fatores ligados à identidade social e às forças de sociabilidade das famílias. Esses fatores são perceptíveis em Mandira, pois as famílias possuem laços sociais e uma identidade coletiva. Essas condições foram fundamentais no processo reconhecimento como população tradicional perante o Governo do Estado de São Paulo e para a obtenção de direitos ao uso da terra e o acesso à políticas públicas. A divulgação da comunidade e a atividade turística em si também agem em consonância com esse processo. Dentro de tudo, com o ecoturismo gera-se o reconhecimento de papéis desempenhados pela população e suas tradições.

A mulher desempenha funções no receptivo turístico, na alimentação, no artesanato. O ecoturismo estimula o processo de valorização das tradições, da culinária, artesanato e da história. Para receber as atividades ecoturísticas, a comunidade reorganiza suas unidades de produção com vistas a implantar novos serviços como o processamento de alimentos e o artesanato. Novas fontes de renda são criadas. A venda de ostras, do artesanato, produtos alimentícios e produtos vendidos em feiras complementam a renda mensal aumentando a autoestima das pessoas e valorizando o estilo de vida local. Refeições caseiras a base de peixe fresco, ostras, arroz e feijão são oferecidas aos turistas. A valorização da comida local é um atrativo turístico emaranhado de histórias e lembranças. Em certas ocasiões o cuscuz de arroz pilado é servido. Alguns turistas procuram a tradicional cachaça com folhas de cataia, planta nativa da Mata Atlântica.

Contudo, as pessoas envolvidas com a atividade turística precisam se adaptar aos novos horários de trabalho e as demandas dos turistas. O receptivo é diferente do cultivo de ostras e também da agricultura familiar, a atividade tradicional. Precisa-se atender aos horários de chegada, almoço, saída dos turistas. A relação com o turista envolve uma troca de ideias e muitas vezes o morador é introduzido à uma nova forma de olhar o mundo. Também há que ser gentil e cordeal com os visitantes. Por exemplo, alguns Mandiranos entrevistados citaram que o turismo ajudou a trabalhar a vergonha e a timidez de falar com pessoas estranhas. Esses aspectos demonstram que houve uma transformação de atitude e comportamento dos moradores com a inserção do turismo na comunidade.

As observações de campo e entrevistas identificaram que os impactos sociais em Mandira são controlados naturalmente pela organização social, os laços de identidade e parentesco. Os Mandiranos percebem suas conquistas, valorizam a comunidade e o fato

de serem guardiões da reserva extrativista. As pessoas se conhecem e moram próximas umas das outras. Por esses motivos, não há na comunidade problemas com o turismo sexual e drogas. Isso também se justifica pelo perfil dos turistas que são em grande maioria estudantes e pesquisadores. Crimes e atos violentos com o turista decorrentes da atividade turística também não foram identificados ou citados por moradores. Ao contrário, os Mandiranos relatam que gostam da atividade turística. Entrevistas com todas as famílias revelam as características da atividade turística em Mandira (Quadro 2).

Quadro 2: impactos sociais do turismo em Mandira.
Table 2: social impacts of tourism in Mandira (SP, Brazil).

Aspectos do Turismo em Mandira	Número de pessoas
Aumento de Renda	7
Troca de Informação com Turistas	5
Estimula a Ganância	3
Estimula a União entre pessoas	3
Valoriza o Artesanato	3
Preserva a Natureza	1
Causa Alegria	1
Total:	23 entrevistados

Fonte: Autora. **Source:** Author.

Considerando estes dados, percebe-se a importância do ecoturismo neste território envolto de áreas protegidas e restrições ambientais onde seus moradores foram proibidos de praticar suas atividades tradicionais e incentivados a comercializar a ostra de forma cooperativa.

Entretanto, anteriormente no trabalho foram citados os projetos turísticos para o Vale do Ribeira e a determinação do governo e ONGs em tornar a região um destino ecoturístico. A comunidade do Mandira se beneficiou com os diversos projetos, capacitações e aportes financeiros implementados ao longo dos últimos anos. A COOPEROSTRA causou mudanças. As interferências governamentais e de ONGs enquanto projetos desenvolvimentistas desorganizaram a cultura dessa população tradicional. Ocorreram modificações culturais. Essas transformações envolveram novas atividades econômicas que demandaram mudanças de comportamento e mais contato com o mercado.

Porém, esse processo tem origem na uniformização cultural, na globalização e na cultura de massa. O processo em sua essência reside no capitalismo que se alastra. A grande maioria das populações tradicionais brasileiras estão articuladas com o mercado e o processo de adaptação cultural é algo contínuo. As populações tradicionais são forçadas a conviver com a sociedade moderna.

Este é o caso da comunidade do Mandira que explora a ostreicultura, o turismo e a venda de produtos da agricultura familiar. O ecoturismo é uma atividade econômica causadora de transformações e impactos sociais, mas os Mandiranos

já absorveram hábitos urbanos e a necessidade do acúmulo de bens materiais, aliás, como muitas comunidades tradicionais por todo o Brasil. Dessa forma, a palavra aculturação em Mandira é inapropriada, complicada e conflitiva. Segundo Perrot (2008), recusar o desenvolvimento é assumir seu próprio destino e não estagná-lo ou retardá-lo. Ou seja a cultura Mandirana foi aperfeiçoada, acomodada por seus moradores às necessidades e exigências do mercado.

Conclusões

Torna-se uma tarefa difícil avaliar o efeito do ecoturismo em comunidades tradicionais, isso depende das condições de cada território e de suas relações com o mercado e a vida urbana. Por esse motivo, é importante considerar que muitas comunidades remanescentes de quilombo do Estado de São Paulo estão localizadas no centro econômico do Brasil, sendo muito difícil isolá-las de um capitalismo crescente. A grande pressão governamental e de ONGs em inseri-las no mercado mostra-se nos tantos projetos desenvolvimentistas citados no trabalho. Muitos desses projetos estimularam a atividade turística em parques e territórios quilombolas, pois há um forte interesse em desenvolver a região. O ecoturismo é uma atividade econômica e é incoerente ignorar os interesses capitalistas por trás dela.

Por outro lado, o trabalho também demonstra que a cultura é flexível e passível de transformações, sendo esse um consenso entre antropólogos respeitados. Ou seja, a atividade turística é exógena, causadora de impactos sociais, mas pode ser um tanto benéfica para a comunidade tradicional em forma de resgate cultural e reprodução social. Também um fator de reconstrução social, melhoramento das condições de vida da comunidade e preservação ambiental. O ecoturismo resgata o modo de vida garantindo à homens e mulheres referências sociais que reorganizam ou reconstroem costumes e tradições. Para a comunidade quilombola Mandira o seu território que se tornou destino turístico é um locus de representações e do imaginário mitológico, mas também espaço de reprodução econômica, das relações sociais e o resgate de todo um sentido cultural.

Porém, uma comunidade quilombola passará por transformações profundas com o desenvolvimento da atividade turística se o consumismo não está alocado na essência das pessoas e as relações com o mercado são ainda incipientes. O turismo poderá prejudicar a cultura local. Entretanto, se uma comunidade tradicional não se insere nestas circunstâncias e está bem adaptada ao mercado, ressalta-se a importância do planejamento coletivo e participativo da atividade turística. O turismo de base comunitária é apropriado.

Referências bibliográficas

BRASIL. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA: 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista do Mandira Cananéia/São Paulo**:2010.

CARNEIRO CUNHA, M. **Cultura com aspás, outros ensaios**. Cosac Naify, São Pau-

lo:2009.

CEBALLOS-LASCURAIN. **Tourism , Ecotourism and Protected Areas: The State of Nature-Based Tourism around the World and Guidelines for its Development.** Gland: IUCN,1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais.** São Paulo:Cortez, 2001.

COOPERAFLORESTA. **Agrofloresta: agricultura em harmonia com a natureza.** Barra do Turvo. São Paulo. 2013. Folder.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** EDUSC , Bauru: 2004.

DIEGUES, A.C.S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** Hucitec, SP:1998

DURHAM, E.R. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia.** Cosac Naify, SP: 2004.

GARCIA, T.R. Impactos da Implantação da Cooperostra. **Dissertação** de Mestrado. Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo,Pirassununga:2005.

GOUVEIA, J.M.C. A Métrica da Sustentabilidade na Perspectiva da Geografia: aplicação e avaliação do painel da sustentabilidade (Dashboard of Sustainability) na comunidade Quilombola do Mandira Cananéia-SP. **Tese** de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo:2010.

ITESP. <http://www.itesp.sp.gov.br> (2002). Acessado em Maio de 2012.

JANUÁRIO, S.S. **O desenvolvimento turístico como catalisador da organização sociopolítica local.** Florianópolis: 1997, pag.15.

LARAIA, R.B. **Cultura: Um conceito Antropológico.** Zahar, Rio de Janeiro:1986.

MALUF, R.S.; CARNEIRO, M.J. (orgs). **Para Além da Produção, multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro: Maud, 2003.

MARTINS, A.B.M *et al.* **Promovendo os direitos de mulheres, crianças e jovens de comunidades anfitriãs de turismo do Vale do Ribeira** São Paulo: Instituto Ing_Ong de Planejamento Socioambiental, 2009.

NOGUEIRA, E.M.; COSTA-NETO, C.P.L.; SILVA, G.P. Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, pp.424-441.

ORAMS, M.B. Towards a More Desirable Form of Ecotourism, **Tourism Management** 16(1): 3-8:1995.

PERROT, D. Quem Impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones:paradoxos e alternativas). **Cadernos de Campo.** São Paulo: 2008.

SÃO PAULO. **Relatório Técnico Científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Mandira/Cananéia-SP.** Governo do Estado de São Paulo. 2002

TODESCO, C. Estado e Terceiro Setor na Organização do Espaço para o Turismo no Vale do Ribeira. **Dissertação** de Mestrado. USP, São Paulo, 2007.

TOSUN, T. Host Perceptions of Impacts: a comparative Tourism Study. **Annals of Tourism Research**, Vol. 29, No. 1, pp. 231–253, 2002.

WALLACE, G.N., PIERCE, S.M, An Evaluation of Ecotourism in Amazonas, Brazil. **Annals of Tourism Research**, 2009.

Tarita Schnitman: Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil.

Email: taritaturismo@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3269551003610588>

Data de submissão: 02 de janeiro de 2013

Data de recebimento de correções: 01 de julho de 2013

Data do aceite: 04 de julho de 2013

Avaliado anonimamente

"Tartarugada": uma iniciativa de sensibilização ambiental no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE)

"Tartarugada": an undertaking of environmental awareness in the Fernando de Noronha Marine National Park (PE, Brazil)

Miguel Ângelo Portela Pinheiro, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, Rafael Azevedo Robles

RESUMO

A presente pesquisa teve como principal objetivo a análise da atividade conhecida como "Tartarugada", promovida pelo Projeto TAMAR-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE). Essa iniciativa consiste no acompanhamento, por parte dos visitantes, de uma atividade de pesquisa do TAMAR, na qual biólogos monitoram a Praia do Leão, onde ocorrem cerca de 80% das desovas de tartarugas-marinhas no arquipélago, da espécie *Chelonia mydas*. Como aporte teórico para o artigo, foram reunidas referências que tratam da relação homem-natureza e suas características ao longo da história. Também foi analisada a relação de contato direto com os processos naturais e como esta proximidade potencializa a efetividade da sensibilização e educação ambiental, especificamente inseridas no âmbito do ecoturismo. A realização da pesquisa no distrito estadual de Fernando de Noronha (PE) também tornou pertinente a busca por referências acerca do arquipélago e sua configuração em categorias de unidades de conservação, dividido entre uma área de proteção ambiental e um parque nacional marinho. Este artigo descreve as tartarugas-marinhas e alguns dos seus fatores biológicos e ecológicos que resultam no seu processo reprodutivo em terra, assim como a atuação do Projeto TAMAR na conservação destes quelônios. A metodologia utilizada englobou a pesquisa bibliográfica, o levantamento junto aos participantes da Tartarugada, por meio de um questionário semiaberto, e a análise descritiva e qualitativa das respostas. Foram entrevistados 105 participantes da atividade. As respostas fornecidas pelos visitantes indicam que a oportunidade de presenciar a nidificação da tartaruga-marinha é uma experiência de caráter sensibilizador, que pode gerar importantes reflexões sobre a questão ambiental, especialmente o ecossistema marinho. A presente pesquisa também identificou que os visitantes que não tiveram a oportunidade de presenciar a desova também se mostraram sensibilizados pela experiência, ainda que o objetivo primário a que se propuseram não tenha sido alcançado. Deste modo, a "Tartarugada" se constitui como uma iniciativa que traz à tona a problemática de proteção ambiental e busca sensibilizar seus participantes sobre a importância da conservação da biodiversidade, tendo como agente principal as tartarugas-marinhas de Fernando de Noronha (PE).

PALAVRAS-CHAVE: Sensibilização Ambiental; Ecoturismo; Tartarugas-Marinhas.

ABSTRACT

The research had as a main goal the analysis of the activity known as “Tartarugada”, promoted by Projeto TAMAR- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, at Fernando de Noronha Marine National Park (state of Pernambuco). This undertaking consists in accompanying a research activity of TAMAR; in which biologists monitor the Praia (beach) do Leão, where it usually occurs 80% of the sea-turtles spawning at the archipelago, of the species *Chelonia mydas*. As theoretical support for the article, it has been gathered bibliographic references that engage on the study of close contact with nature and its processes, which has a considerable chance of improving some kind of environmental awareness and education, specifically when associated with ecotourism. The research in Fernando de Noronha (PE) also made it relevant to gather references regarding the archipelago and its present configuration as an environmental protection area and a marine national park. This article describes the sea turtles and some of their biological and ecological features that lead to their in-land spawning, as well as the Projeto TAMAR and its actions on the matter of protecting sea turtles. The methodology included the research of literature, the survey with the participants of “Tartarugada”, and descriptive and qualitative analysis. 105 participants of the activity were interviewed. The analysis of the information obtained was made from a mainly qualitative approach. The answers provided by the visitors indicate that the opportunity of witnessing a sea turtle’s spawning it is an experience with touching features, which may evoke important reflections regarding the environmental agenda and the conservation of the marine ecosystem. The research also identified how visitors who did not have the opportunity to see the spawning revealed sensitivity towards the experience as well, even though the main goal of the experience was not achieved. Hence, the “Tartarugada” ends up being an activity that emerges the environmental protection agenda and seeks to sensitize its participants about the importance of conserving the biodiversity, in several scales and acting forefronts.

KEYWORDS: Environmental Awareness, Ecotourism, Sea Turtles.

Introdução

O cenário desta pesquisa é o Arquipélago de Fernando de Noronha (PE) (Figura 1), onde a ilha homônima foi reconhecida como Sítio do Patrimônio Mundial Natural, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO¹. Com uma distância de mais de trezentos quilômetros separando-a da costa brasileira, a ilha é um minúsculo ponto na imensidão azul do oceano atlântico. Mas se a porção de terra é pequena, sua beleza e fascínio são inversamente proporcionais ao seu tamanho. Turistas do Brasil e do mundo invariavelmente usam a palavra “paraíso” para descrevê-la, seja pela sua variada biodiversidade, belas paisagens ou contraste com os grandes centros urbanos.

Mas é provável que essa imagem paradisíaca provenha principalmente de suas deslumbrantes praias, de águas cristalinas e piscosidade singular. São estas praias, em especial a grande Praia do Leão, localizada no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, que servem de cenário para um singular fenômeno natural: o pro-

cesso de desova das tartarugas-marinhas. Fernando de Noronha é uma importante área de postura de ninhos das tartarugas-verdes (*Chelonia mydas*), espécie classificada como “em perigo de extinção²” pela União Internacional para Conservação da Natureza – IUCN³ (2012).

Especialmente por conta dessa ameaça, instalou-se na ilha uma base do Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas, Projeto TAMAR-ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)⁴. Esta iniciativa visa proteger e garantir a continuidade do ciclo de vida dessas tartarugas, através do monitoramento das áreas de desova e alimentação. Devido ao grande fluxo turístico da ilha, o TAMAR passou a promover atividades que suscitam a sensibilização e educação ambiental dos moradores e turistas.

Uma dessas atividades é a “Tartarugada”, que consiste em uma atividade de sensibilização ambiental, na qual seus participantes podem acompanhar o trabalho de monitoramento noturno na Praia do Leão, na tentativa de registrar alguma desova das tartarugas *in loco*. O objetivo principal da “Tartarugada” é sensibilizar os participantes no que tange à proteção das tartarugas-marinhas e do ecossistema marinho, tendo como importante premissa a proximidade com a natureza e seus processos. O presente trabalho visa analisar de que forma este objetivo tem sido alcançado. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa junto aos visitantes com objetivo de analisar a experiência vivenciada e compreender a repercussão da atividade em termos de conhecimento e sensibilização frente às questões ambientais.

Inicialmente, o artigo apresenta um balizamento conceitual a partir da abordagem da relação homem-natureza e seu recente movimento de ressignificação dos espaços naturais, fortalecido pela criação de áreas protegidas como o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. Também são apresentadas algumas referências teóricas que sustentam a promoção da educação ambiental através de atividades de ecoturismo, segmento turístico originalmente vinculado aos preceitos de conservação do patrimônio natural. Posteriormente, será apresentado um breve histórico e caracterização do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, seguido pela apresentação das tartarugas-marinhas e do Projeto TAMAR e, finalmente, serão analisados os resultados obtidos com a aplicação do questionário junto aos participantes da “Tartarugada”.

Com base na pesquisa realizada, pode-se dizer que a “Tartarugada” tem se mostrado uma atividade inovadora, que traz à tona diversos sentimentos e questionamentos, que serão explorados ao longo deste artigo.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa podem ser divididos em três etapas. No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, considerando os principais temas do artigo que tratam da educação ambiental e do ecoturismo em áreas protegidas. Esse levantamento bibliográfico subsidiou a elaboração do instrumento de pesquisa utilizado na “Tartarugada”. A segunda etapa consistiu na

aplicação dos questionários junto aos participantes da atividade. Por fim, na terceira etapa foram realizadas a tabulação e a análise das informações obtidas.

A atividade da “Tartarugada” é o objeto central de estudo deste artigo. Esta iniciativa do Projeto TAMAR - Base de Fernando de Noronha-PE acontece durante o monitoramento da Praia do Leão. De dezembro a julho (temporada reprodutiva em Fernando de Noronha), no período noturno, um pesquisador do TAMAR fica a postos na Praia do Leão, localizada no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, para desenvolver o trabalho de registro de desovas das tartarugas-verdes (*Chelonia mydas*). Esta iniciativa, mesmo não tendo o ecoturismo como proposta inicial, concilia a atividade de pesquisa e monitoramento com a visitação. A tentativa de flagrar a nidificação é um processo que está totalmente sujeito às características da própria tartaruga, de modo que é possível, através de pesquisas e dados, ter alguma noção de quando o animal irá desovar, porém não se pode precisar o exato dia em que ocorrerá.

Os participantes da atividade estão sujeitos ao acaso de não conseguir presenciar a desova. Contudo, independentemente da oportunidade de registrar a desova, a “Tartarugada” possibilita uma experiência junto aos trabalhos de pesquisa e monitoramento do TAMAR. Assim, com o objetivo de analisar os efeitos da atividade em termos de sensibilização de seus participantes, foi realizado um levantamento, de tipo *survey*, por meio de um questionário semiaberto. As questões abertas foram analisadas a partir de palavras-chave e depoimentos realizados pelos participantes. Entende-se que estas são as questões que denotam uma maior subjetividade e que podem apontar elementos de análise mais precisos sobre como a atividade pode ter impactado o participante. As palavras-chave identificadas foram analisadas quantitativamente, de maneira a sistematizar os termos mais utilizados nos depoimentos dos participantes da tartarugada.

Conforme salientado anteriormente, os visitantes da “Tartarugada” podem ou não presenciar a desova. O fato de presenciar ou não a desova foi tomado como um elemento que tende a influenciar a opinião e a experiência do participante. Desse modo, a pesquisa considerou três grupos distintos: aqueles que presenciaram a desova; aqueles que viram alguma tartaruga, porém não presenciaram a desova (“meia-lua⁵” ou “sem desova⁶”); e aqueles que não viram desova ou tartarugas. No período de 23 de janeiro de 2012 a 10 de maio de 2012 foram entrevistados ao todo 105 participantes da atividade, sendo 98 turistas e 7 moradores. Os questionários foram respondidos pelos visitantes após 10 horas de atividade, que começa às 20 horas e termina às 6 horas.

Serão apresentadas as tabulações e a análise das respostas dos questionários (apêndice 1), buscando situar o alcance das finalidades de sensibilização e educação ambiental da atividade.

Um breve apontamento sobre a relação homem-natureza

A relação antrópico-natural se modificou radicalmente com o racionalismo já crescente na antiguidade. Se na pré-história, o homem guardava reverência em relação à natureza, na Grécia Antiga, Tales de Mileto já buscava desvendar os seus mistérios ainda com certa saudação. As reflexões de Sócrates marcaram o início de um pensamento antropocêntrico, enquanto Platão dicotomizou a relação homem-natureza. Na idade média, as religiões monoteístas deram continuidade ao processo de dessacralização da natureza, pois transferiram valores místicos antes atribuídos aos bens naturais para uma única entidade, Deus (MORIMOTO; SALVI, 2009).

Mas esse processo de dessacralização da natureza sacramentou-se de vez a partir da ciência moderna capilarizada por valores cartesianos. René Descartes promoveu a imagem da natureza como uma máquina a serviço do homem, o que veio a embasar sua exploração desmedida nos séculos subsequentes. O racionalismo antropocêntrico de Descartes tornou “natural” os maus-tratos aos animais, pois estes seriam seres sem alma, passíveis de serem molestados a serviço da razão humana. Francis Bacon também deu sua contribuição ao vincular a imagem da natureza a uma figura feminina, o que, em uma sociedade patriarcal, contribuiu consideravelmente para legitimar o uso exacerbado dos recursos naturais (CAPRA, 2002).

Toda esta conjuntura culminou na Revolução Industrial, que transferiu o centro econômico do meio rural para o urbano. O êxodo rural e a consequente superpopulação das cidades, a poluição, a saturação da infraestrutura urbana; são razões pelas quais surgiu um movimento de revalorização da natureza, no epicentro de uma nascente sociedade urbano-industrial (*ibid.*). Estas ideias foram ganhando corpo e, ao longo dos séculos, resultaram em diversos movimentos e acordos internacionais, em especial a Convenção da Diversidade Biológica, já em 1992. Esta previa uma série de medidas mitigadoras para os impactos ambientais ocasionados pelas circunstâncias supracitadas, dentre elas a criação de áreas protegidas e a promoção de um turismo sustentável (BENSUSAN, 2006).

Neste cenário de idealização das áreas naturais, o turismo ganhou bastante relevância na medida em que já era um fenômeno incrustado na sociedade contemporânea e poderia ser utilizado como forma de disseminar a mensagem ecológica de maneira eficaz. O ecoturismo ascende, sendo atualmente o segmento turístico de maior crescimento (BRUHNS, 2009), um sintoma da mudança de foco de alguns setores da sociedade atual. Este nicho da atividade turística, dentre diversos conceitos e princípios, pode ser caracterizado como tendo algumas idiossincrasias primordiais: promoção da sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural), educação ambiental e envolvimento das comunidades locais. Teoricamente, é um conceito louvável, porém as iniciativas que se autoproclamam “ecoturísticas” devem ser analisadas sob um olhar crítico. Devido ao crescimento desta demanda, o *trade* turístico tem pintado de verde algumas práticas não consonantes com o cerne do ecoturismo (*ibid.*). Por outro lado, também é preciso exaltar as iniciativas que o praticam, de fato.

A tartarugada, promovida pelo Projeto TAMAR, potencialmente se encaixa no grupo de iniciativas “ecoturísticas”, especialmente por fatores como a gratuidade concedida a moradores locais, a proposta de sensibilização e educação ambiental e a reversão integral do valor pago por turistas na pesquisa e conservação das tartarugas-marinhas. É relevante frisar que o êxito das iniciativas do TAMAR está pautado principalmente no envolvimento com moradores locais⁷. Muitas comunidades costeiras onde o projeto se instalou utilizavam as tartarugas-marinhas como fonte de alimento e renda através da venda de sua carne, ovos e derivados. A chegada do programa nesses locais se deu através de interação comunitária, onde houve um relevante trabalho de sensibilização e adaptação dos moradores destas localidades (VIEITAS; MARCOVALDI, 1997).

Dentre as iniciativas promovidas pelo Projeto TAMAR, a “Tartarugada” é uma oportunidade singular de presenciar a desova de uma tartaruga-marinha, experiência com grande possibilidade de impactar o emocional de quem tem esse privilégio. As sensações suscitadas pelo contato direto com a natureza tendem a conscientizar a pessoa do seu papel na conservação daquele ambiente (BRUHNS, 2009). A cabana de apoio do TAMAR para o monitoramento da desova, rústica e diminuta, não deixa de ser uma chance do indivíduo se reaproximar de valores perdidos na sociedade materialista atual, como o desapego de bens materiais.

O turismo constitui-se em uma atividade de lazer por excelência. Geerdink e Neiman (2009) afirmam que conceitos e ensinamentos são melhor retidos pelo cérebro humano em momentos de relaxamento. As práticas de educação ambiental são permeadas por essa idéia, pois a mesma deve ser realizada através do contato estreito com a natureza, proporcionado principalmente em momentos de lazer. Neste conjunto de pressupostos, é possível vislumbrar que as pessoas podem ser levadas à reflexão ao presenciar a desova de uma tartaruga-marinha. Este é um processo tão “perfeitamente natural” que talvez seja irresistível até para o antropocentrismo racionalista tipicamente cartesiano. As respostas dos questionários respondidos pelos participantes da atividade, que serão apresentadas nesse artigo, elucidam o desígnio deste questionamento.

A seguir será apresentando um breve histórico sobre o Arquipélago de Fernando de Noronha, com o objetivo de ilustrar a importância ecológica do local, que atrai inúmeras iniciativas de conservação, e também o coloca como um importante destino de ecoturismo.

Fernando de Noronha: de naufrágio à Parque Nacional Marinho

O Arquipélago de Fernando de Noronha é um conjunto de ilhas oceânicas de origem vulcânica, localizado na faixa equatorial do Oceano Atlântico (3°50'S–32°24'W) e composto por 18 ilhas, ilhotas e rochedos. O arquipélago encontra-se no topo de um edifício submarino de 4000 m de profundidade e 60 km de diâmetro. Estando no largo da costa do nordeste brasileiro, dista 545 km de Recife, 345 km de Natal, e 2600 km da costa africana (MOHR *et al.*, 2009). A ilha principal, Fernando de Noronha, é a única a ser habitada e possui 18,4 km². Seu clima é tropical com duas esta-

ções bem definidas: a seca, de setembro a março, e a chuvosa, de abril a agosto. Desde 1988, é um distrito estadual de Pernambuco (TEIXEIRA *et al*, 2003).

O arquipélago foi descoberto por ocasião do 1º naufrágio da história do Brasil, em 10 de agosto de 1503. Uma das naus da expedição comandada por Gonçalo Coelho se chocou contra um conjunto de rochas submersas hoje conhecidas como Pedras Secas. Gonçalo Coelho ordenou que Américo Vespúcio pegasse um barco de apoio para se refugiar na ilha secundária que viria a ser chamada de Ilha Rata. A enseada onde o navegador desembarcou foi batizada de “Ressureta”. Deste modo, Américo Vespúcio entrou para a história como o “descobridor” de Fernando de Noronha (SILVA, 2007).

A expedição comandada por Gonçalo Coelho era financiada por Fernão de Loronha e esta é a razão pela qual a Coroa Portuguesa doou a ilha recém “descoberta” para este fidalgo português. É curioso o fato de que o donatário nunca chegou a pisar na ilha que viria a ser batizada em sua homenagem; Fernão de Loronha enviou alguns familiares para tomar posse da terra. Ao chegarem à ilha, os parentes de Loronha não permaneceram muito tempo por conta das condições inóspitas que o local apresentava. A família se dirigiu para o que viria a ser a Capitania Hereditária de Pernambuco, de onde supostamente mantinham controle do arquipélago (*ibid.*).

Por mais de 200 anos após o seu reconhecimento, a ilha foi ignorada pelos portugueses, concentrados na ocupação e proteção da costa continental brasileira. Porém, para diversos navegadores, era bastante conveniente uma ilha tropical em uma rota de navegação muito utilizada. Entre 1503 e 1737, o arquipélago serviu como área de descanso e abastecimento para navegações de origens diversas. O clima tropical, amenizado pelos fortes ventos; a abundância de peixes, golfinhos, tartarugas e aves marinhas com seus ovos; o cenário paradisíaco em si; são razões pelas quais a ilha desocupada se tornou convidativa para as embarcações que por ali passavam. Navegantes de várias nacionalidades passaram por Noronha nesse período; holandeses, franceses, italianos, espanhóis, ingleses, alemães e até suecos, suíços e belgas (*ibid.*).

Em 1737, Portugal tomou posse definitiva do arquipélago, expulsou os invasores e construiu um sistema de defesa tido como o mais eficaz do século XVIII. Vários fortes estrategicamente posicionados acima de praias, baías e enseadas que seriam potenciais áreas de atracação; era o início da colônia correccional. Entre o contínuo envio de supostos párias como ciganos e capoeiristas para o isolamento e passagens marcantes de Debret e Darwin, a ilha foi utilizada como presídio comum até 1938, quando se tornou presídio político. Neste longo período ocorreu grande parte do desmatamento da ilha, pois os militares cortavam a vegetação para poderem avistar presos que arriscassem a fuga. Hoje a ilha possui aproximadamente apenas 7% de sua cobertura vegetal original (*ibid.*).

Em 1942, o arquipélago foi identificado como área estratégica para a Segunda Guerra Mundial, sendo ocupado por estadunidenses. Esta situação se intensificou durante a Guerra Fria, quando Fernando de Noronha se tornou posto de observação de

mísseis teleguiados. Nos anos seguintes, o controle da ilha foi sendo revezado entre as forças armadas e ministérios diversos. Esta situação perdurou até a década de 80, quando a imparidade ecológica do local chamou a atenção de instituições ambientalistas nacionais e internacionais (*ibid.*).

Em 1980, a IUCN identificou a região como sendo de “alta prioridade” para a conservação, o que foi um indicativo para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha, Atol das Rocas e Arquipélago de São Pedro e São Paulo, em 1986 (TEIXEIRA *et al*, 2003). Dois anos depois, é criado o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PARNAMAR-FN), com influência direta do Projeto TAMAR, o que será explanado mais adiante. No mesmo ano de 1988, o arquipélago é reintegrado a Pernambuco como Distrito Estadual. Em 2001, a UNESCO reconhece Fernando de Noronha como “Sítio do Patrimônio Mundial Natural”.

Vale ressaltar que a Área de Proteção Ambiental (APA) é uma unidade de conservação de uso sustentável que visa primariamente atenuar os impactos do processo de ocupação humana, conservar a biodiversidade e promover a sustentabilidade dos recursos. É uma categoria de unidade de conservação menos restritiva do que o parque nacional (BENSUSAN, 2006). Toda a área habitada da ilha de Fernando de Noronha está inserida na APA, o que corresponde a 30% da área do arquipélago. Já o Parque Nacional é uma unidade de conservação de proteção integral, com uma série de restrições no seu manejo, criada para proteger áreas de grande diversidade biológica e beleza cênica. Visitas são permitidas com objetivos variados que vão desde o lazer até a pesquisa científica. Mas essas atividades devem ocorrer de acordo com as normas estabelecidas no plano de manejo da área, documento que rege a unidade de conservação e delimita seu zoneamento territorial (BENSUSAN, 2006). O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha ocupa cerca de 70% do arquipélago, além da área marinha até onde a isóbata atinge 50 metros no entorno de quase todo o conjunto de ilhas (TEIXEIRA *et al*, 2003) (Figura 1).

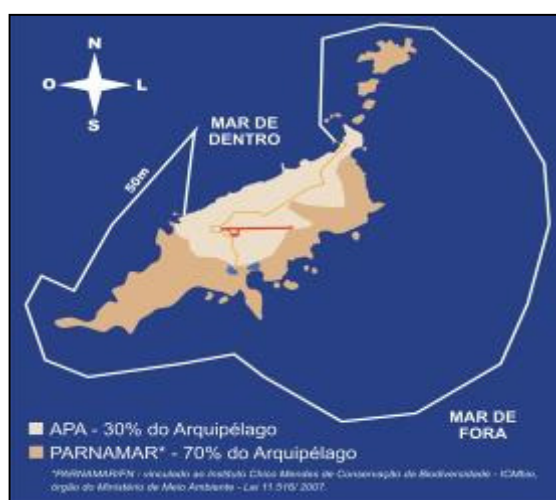


Figura 1: representação do Arquipélago de Fernando de Noronha e sua divisão em unidades de conservação. **Fonte:** Banco de imagens do Projeto TAMAR.

Figure 1: portrayal of the Fernando de Noronha Archipelago and its division into protected areas.
Source: Projeto TAMAR's file.

Este resgate histórico se faz pertinente para contextualizar o cenário no qual a fauna e flora noronhenses sofreram graves impactos dos quais ainda não se recupera-

ram, mesmo com a atual conjuntura da ilha que é inteiramente protegida em unidades de conservação. Pode-se exemplificar essa situação com o caso das tartarugas-marinhas. Estes animais sofreram um declínio acentuado nas suas populações na época das grandes navegações, quando a ilha era ponto de descanso e abastecimento de embarcações. Nas águas cristalinas de Noronha, os navegantes encontraram tartarugas-marinhas em abundância. Logo foi percebido que as mesmas, quando mantidas em local úmido e sombreado (como o porão de um navio), conseguem viver meses fora d'água. Deste modo, as tartarugas se transformaram em uma fonte única de carne fresca durante os longos meses que eram passados em alto-mar (SILVA, 2007). Grandes quantidades de tartarugas-marinhas foram mortas e estas populações não se recuperaram totalmente até hoje, por razões específicas desses animais, que serão explicitadas mais adiante.

Tartarugas-marinhas e o berçário noronhense

O estudo sobre as tartarugas-marinhas apresenta uma série de desafios e mistérios para os pesquisadores. São animais migratórios, solitários, de longo ciclo de vida e passam boa parte da vida submersos, circunstâncias que dificultam o seu estudo. Estes animais fazem parte da mais antiga linhagem de répteis, tendo evoluído de animais terrestres que foram se adaptando ao ambiente aquático marinho. Alguns traços evolutivos comprovam essa afirmação como a respiração pulmonar e a gradual adaptação dos membros que apresentam falanges ósseas mais alongadas resultando em uma nadadeira. Outra característica que sustenta essa teoria é o fato de as tartarugas-marinhas necessitarem vir à terra para a postura de seus ninhos. Este é o momento sobre o qual se tem mais informações e conhecimento em relação às tartarugas-marinhas, devido à maior facilidade de observação e coleta de dados (LUTZ *et al.*, 2003).

Conforme citado acima, as tartarugas-marinhas possuem longo ciclo de vida; supõe-se que vivem entre 80 e 100 anos, variando de acordo com a espécie. A maturidade sexual desses animais é tardia; no caso da espécie *Chelonia mydas*, começam a se reproduzir por volta dos 25 anos (HIRTH, 1980 *apud* GOMES *et al.*, 2006). A cada temporada reprodutiva, uma única tartaruga desova entre 4 e 8 vezes e, em cada ninho, são postos em média 120 ovos. Sendo assim, uma única tartaruga pode chegar a pôr quase 1000 ovos em uma única temporada. Porém, dados indicam que, de cada 1000 filhotes, apenas um ou dois chegam à fase adulta (*ibid.*). Quando nascem, as tartarugas são pequeninas e frágeis, muito suscetíveis à predação natural por diversos animais, desde caranguejos, passando por aves marinhas até os tubarões, além de terem muita dificuldade em se alimentar. As tartarugas que atingem as fases juvenil e adulta se tornam alvos, também, da ação humana. Interações com a pesca e pressão antrópica são os maiores impactos negativos sobre estes répteis marinhos nos dias atuais (LUTZ *et al.*, 2003).

Os fatos acima relatados são motivos que contribuem para que estas tartarugas figurem nas listas de espécies ameaçadas de extinção. As populações de tartaru-

gas-marinhas que experimentaram um declínio acentuado demorarão muitos anos para se recuperar totalmente. Fernando de Noronha é um exemplo crasso desta afirmativa. Localidades como o Atol das Rocas (RN) e a Ilha de Trindade (ES), mesmo possuindo áreas consideravelmente menores em relação à Noronha, recebem uma quantidade bastante superior de desovas, seja em números relativos ou absolutos. A Ilha de Trindade, segundo maior sítio de desovas do Atlântico Sul, recebe em média 3600 desovas por temporada; o Atol das Rocas, com uma área terrestre apenas um pouco maior que a Praia do Leão, em Fernando de Noronha, costuma receber em torno de 335 desovas (SITAMAR⁸).

Em terras noronhenses, se o número de desovas ultrapassa 100, como em 2012, já é motivo de bastante comemoração, pois a média desde o início das atividades do TAMAR no arquipélago é de 59 ninhos por temporada (*ibid.*). A explicação para essa discrepância é o fato de Fernando de Noronha receber impactos da ocupação humana há mais de 500 anos. Pode-se resgatar o exemplo citado anteriormente dos navegadores dos séculos XVI e XVII que utilizavam as tartarugas-marinhas como fonte de carne fresca para as longas jornadas além-mar. É possível supor que, em Noronha, as tartarugas sofreram consideráveis impactos e levarão séculos para se recuperar de tamanho abalo nas suas populações.

As tartarugas-marinhas também possuem um senso de orientação incrivelmente apurado; os indivíduos adultos voltam para copular e desovar na mesma região em que nasceram, fenômeno que é denominado de filopatria. Acredita-se que este incrível fato deva-se à orientação destes animais pelo campo magnético da Terra ou por identificação de características físico-químicas das praias e regiões onde eclodiram (LOHMANN; LOHMANN, 1994). Na verdade não há provas suficientes que confirmem ou refutem estas hipóteses, o que torna a filopatria quelônia um mistério até mesmo para os seus estudiosos. Uma hipótese bastante propalada é de que a presença de magnetita no cérebro desses animais torne possível a orientação pelo campo magnético terrestre, por onde as tartarugas se direcionam no momento de voltar para a sua área de nascimento e dar início a um novo ciclo de vida (LUTZ *et al.*, 2003).

Por serem animais migratórios, acabam cruzando oceanos e áreas sob jurisdição de diversos países; daí a importância de existir um trabalho conjunto internacional para a conservação dessas espécies. Não seria eficaz que determinados países trabalhassem na conservação das tartarugas se outros países costeiros não aderissem ao mesmo trabalho, pois as tartarugas protegidas em um local poderiam ser mortas em outro, tornando a ação ineficiente. Por isso, esses animais são também classificados como “recurso natural compartilhado” (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000). Nos anos 70 o governo brasileiro sofria pressão internacional pela criação de um programa de proteção das tartarugas. Países como Suriname e Venezuela já os possuíam, enquanto o Brasil, com quase 8000 km de costa em águas tropicais e subtropicais (onde há maior concentração de tartarugas-marinhas), não contribuía com este trabalho (*ibid.*).

As tartarugas-marinhas têm grande importância nos mais diversos segmentos. A gigantesca tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), por exemplo, é um dos pou-

cos animais que se alimenta prioritariamente de águas-vivas. Grandes declínios na sua população significam um aumento considerável na quantidade de águas vivas, que se alimentam de larvas de peixe. Logo, o aumento de águas-vivas traz abalo considerável para a indústria pesqueira. A tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) se alimenta de esponjas marinhas, não permitindo que estas se proliferem em demasia e sufoquem recifes de corais. A tartaruga-verde, única espécie herbívora, chega a ingerir mais de uma tonelada de algas marinhas por ano. Quando esses animais sobem à terra para desovar, transferem parte desse grande acúmulo de energia para a areia. A decomposição das cascas dos ovos significa nutrientes no solo e energia para plantas e animais (LUTZ *et al.*, 2003). A proteção das tartarugas-marinhas é de extrema importância para o ecossistema marinho e a natureza em geral, conforme exemplificado acima, o que tem motivado a criação de iniciativas que visem a conservação desses animais.

No Brasil, a criação do Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Projeto TAMAR) ocorreu em 1980, quando pouco se sabia no país sobre esses animais, que já figuravam nas listas de espécies ameaçadas de extinção, da IUCN. A missão do TAMAR era restabelecer o ciclo reprodutivo das tartarugas-marinhas, que vinha sendo severamente prejudicado pela ação humana. Após dois anos de intensas pesquisas pelo litoral brasileiro, foram criadas as três primeiras bases do Projeto na Praia do Forte (BA), Regência (ES) e Pirambu (SE), com o objetivo de contemplar áreas de reprodução de 4 das 5 espécies existentes no Brasil (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000).

Em 1984, o TAMAR chegou ao Arquipélago de Fernando de Noronha, com o intuito de estudar e monitorar as áreas de desova das tartarugas-verdes (*Chelonia mydas*) que, no Brasil, se reproduzem majoritariamente em ilhas oceânicas. A Praia do Leão, área de maior incidência de nidificação, foi decretada como área de uso especial do TAMAR para pesquisa e conservação da espécie. Por conseguinte, a Praia do Leão foi o embrião para a criação do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, por conta das desovas de tartarugas-marinhas. Processo semelhante ocorreu em Regência (ES) e Pirambu (SE), onde foram criadas reservas biológicas para proteger as áreas de desova de outras duas espécies; tartarugas-de-couro (*Dermochelys coriacea*) e oliva (*Lepidochelys olivacea*), respectivamente (*ibid.*).

Desde a chegada do TAMAR a Fernando de Noronha, o esforço tem sido direcionado à proteção das tartarugas da ilha, que além de ser uma importante área de desova e alimentação das tartarugas-verdes, também é área de alimentação das tartarugas-de-pente (*Eretmochelys imbricata*). Porém já houve registro das 5 espécies existentes no Brasil nas águas do arquipélago, sendo assim, um ponto estratégico na conservação e pesquisa desses animais (BELLINI; SANCHES, 1998). O trabalho do TAMAR possui grande parte do seu foco na manutenção da reprodução das tartarugas, razão pela qual o monitoramento das praias que são áreas de desova é um ponto-chave para o sucesso da iniciativa.

Em Noronha, o TAMAR realiza esse monitoramento entre dezembro e julho na Praia do Leão, na face meridional do Arquipélago, banhada pelo “Mar de Fora”⁹. É im-

portante ressaltar que outras praias da ilha também são potenciais áreas de desova, porém o Projeto TAMAR concentra esforços na Praia do Leão por esta ser historicamente a de maior incidência de desovas de tartarugas. Cerca de 80% das posturas de ninhos no arquipélago ocorrem nesta praia (BELLINI *et al*, 2000), o que pode ser explicado pelo fato de a mesma ser a mais isolada das praias noronhenses.

“Tartarugada” e o monitoramento da desova de tartarugas

A “Tartarugada” consiste basicamente no acompanhamento do trabalho de monitoramento noturno da Praia do Leão, na tentativa de flagrar alguma tartaruga em atividade reprodutiva. O acesso até essa praia se dá através de uma caminhada de 20 a 30 minutos por uma estrada de terra (Estrada Velha do Leão). Ao chegar na praia, moradores e turistas se deparam com o mais revoltado mar de Fernando de Noronha, potencialmente perigoso pelas fortes correntes e potência das ondas.

Por conta da sua relativa inospitabilidade, a Praia do Leão (Figura 2) foi sendo deixada de lado pelos roteiros turísticos tradicionais e pelos próprios moradores da ilha, sendo a praia noronhense menos danificada por ações antrópicas. As tartarugas-verdes (*Chelonia mydas*) naturalmente se refugiaram neste local para nidificar. A criação do Parque e suas inerentes restrições se deram por conta das desovas, fato que contribuiu significativamente para a manutenção das nidificações na área. Dados levantados pelo próprio TAMAR demonstram que as praias que concentraram maior número de desovas na ilha são Leão e Sancho (BELLINI *et al*, 2000) e não é uma coincidência que ambas estejam inseridas na área do Parque Nacional Marinho, por conseguinte, livres de iluminação artificial e ocupação da faixa de areia e seu entorno.

A Praia do Leão existe graças à Pedra do Leão (que veio a batizar a praia) e ao Morro da Viuvinha. Estes são dois rochedos localizados no mar, de frente para a faixa de areia. Ao longo da formação geológica da ilha, este posicionamento bloqueou parte da ação erosiva dos fortes ventos alísios do sudeste e das possantes correntes marinhas que viriam a desaguar na sua orla, sendo um fator determinante para a existência da Praia do Leão. Localizada no lado oriental do arquipélago, onde o mar é mais agitado, esta praia é potencialmente perigosa. É interessante notar que a existência de praias no “Mar de Fora” noronhense é condicionada por rochedos ou recifes que bloqueiam a erosão advinda do oceano e dos fortes ventos (TEIXEIRA *et al*, 2003).

O trabalho de monitoramento da Praia do Leão, que apresenta cerca de 480 metros de extensão, consiste em rondas realizadas a pé a cada hora, de uma ponta a outra da praia, em busca de rastros de uma possível tartaruga em processo de nidificação. Há uma cabana de apoio do TAMAR (Figura 3), com colchões infláveis e redes para descanso. A instalação é rústica e os participantes são previamente avisados desta condição. Para se engajar na iniciativa, os turistas e moradores agendam a atividade previamente e se encontram com os pesquisadores do TAMAR na Estrada Velha do Leão para dali seguirem até a Praia do Leão. Há um número máximo de quatro pessoas por “Tartarugada” (excluindo o pesquisador do TAMAR). Moradores não pagam para participar da atividade, enquanto os turistas contribuem com cinquenta reais

(R\$ 50,00) para poderem acompanhar o monitoramento. Este valor é integralmente revertido para a pesquisa e conservação das tartarugas-marinhas.



Figura 2: Praia do Leão. Em primeiro plano, a Pedra do Leão, à direita, e o Morro da Viuvinha, à esquerda. Ao fundo, a vegetação circundante que torna esta praia a mais isolada em Fernando de Noronha. **Fonte:** Banco de imagens do Projeto TAMAR.

Figure 2: Praia do Leão (Leão Beach). On the forefront, the Leão Rock, to the right, and the Viuvinha Rock, to the left. On the background, the surrounding vegetation that makes this beach the most isolated in Fernando de Noronha. **Source:** Projeto TAMAR's file.



Figura 3: Cabana de apoio do Projeto TAMAR. **Fonte:** arquivo pessoal do autor.

Figure 3: Projeto TAMAR's support cabin. **Source:** author's personal file.

A desova das tartarugas-marinhas, em suma, consiste no processo de saída das tartarugas da água para a faixa de areia, onde escolhem um local de sua preferência e fazem sua “cama” com ambos os pares de nadadeiras. Em seguida, cavam

um ninho de aproximadamente cinquenta centímetros de profundidade com as nadadeiras posteriores e iniciam a postura de ovos (Figura 4), quando entram em uma espécie de “transe” que só termina no momento em que o último ovo é expelido pela cloaca do animal (LUTZ *et al.*, 2003). É neste período que os pesquisadores do TAMAR fazem a biometria e medição do indivíduo. Após a postura de ovos, as tartarugas cobrem o ninho e o disfarçam por um longo período, tornando difícil para os próprios pesquisadores que presenciaram o fenômeno identificarem o local exato onde ocorreu.



Figura 4: Tartaruga-Verde (*Chelonia mydas*) fazendo sua “cama”, para então iniciar a desova. Em destaque, o momento da postura de ovos. **Fonte:** arquivo pessoal dos autores.

Figure 4: Green-turtle (*Chelonia mydas*) making its bed so as to start the spawning. Featured above, the moment when the turtle lays the eggs. **Source:** author’s personal file.

As tartarugas-marinhas se mostram bastante criteriosas quanto à escolha do local ideal para sua nidificação. Por critérios próprios, ainda não inteiramente compreendidos pelos pesquisadores, estes animais podem até subir à areia e desistir de nidificar, procurando outro local adequado ou simplesmente voltando para o mar (Figura 5) sem finalizar o processo. Esse acontecimento é chamado pelos pesquisadores do TAMAR de “meia-lua” quando o animal apenas se arrasta pela praia, ou “sem-desova”, quando além de se arrastar, ainda chega a cavar parte da cama ou até mesmo a câmara dos ovos. A temporada reprodutiva em Noronha vai de dezembro a julho, quando é proibido permanecer nas praias após às 18 horas, pelo fato de as tartarugas subirem para desovar no período noturno.



Figura 5: Tartaruga voltando para o mar. **Fonte:** arquivo pessoal dos autores.

Figure 5: Turtle returning to the sea. **Source:** author's personal file.

A possibilidade de participar do processo de monitoramento da desova das tartarugas é um diferencial para os turistas que visitam o Arquipélago de Fernando de Noronha. A experiência vivenciada vai além da contemplação de cenários paradisíacos e do registro de paisagens famosas divulgadas em cartões-postais e revistas. Os resultados e as discussões a seguir, pautados nas respostas recebidas no questionário (apêndice 1), apresentam elementos que buscam caracterizar e, em certa medida, “traduzir” a experiência vivenciada pelos turistas durante a “Tartarugada”.

Resultados e discussões

Dentre todos os 105 participantes da atividade, entrevistados em dias aleatórios no período de 23 de janeiro de 2012 a 10 de maio de 2012, 83% ao menos viram alguma tartaruga-marinha. O grupo dos participantes que tiveram a oportunidade de flagrar uma tartaruga pode ser dividido entre os que viram atividades reprodutivas e os que não viram.

Neste caso, foi constatado que 81% dos que viram tartarugas-marinhas também acompanharam a desova. Já a incidência de “meias-luas” (quando a tartaruga sobe, mas não desova) foi testemunhada por 19% daqueles que chegaram a ver alguma tartaruga. As impressões desse grupo serão analisadas adiante, bem como a opinião das pessoas que sequer viram tartarugas.

A seguir, a análise será iniciada pelas respostas das pessoas que presenciaram a postura de ovos de uma tartaruga-marinha, para em seguida analisar as respostas dos participantes que viram incidências de “meia-lua”, finalizando com as impressões daqueles que apenas passaram a noite na Praia do Leão, mas não alcançaram um dos principais objetivos da atividade que seria flagrar uma desova de *Chelonia mydas*.

Impressões dos participantes da “Tartarugada” que presenciaram desovas

Os depoimentos das pessoas que acompanharam todo o processo de desova, desde a procura pelo local ideal até à lenta volta para a água, deixam transparecer o contentamento e a satisfação por terem participado da atividade. Para facilitar a tabulação dos dados, foram apontados no gráfico apenas os termos utilizados mais de uma vez por turistas diferentes. Todas as palavras-chave citadas apenas uma vez estão compreendidas como “Outras”, o que correspondeu a 19,6% das palavras identificadas pelo autor, conforme disposto no Gráfico 1:

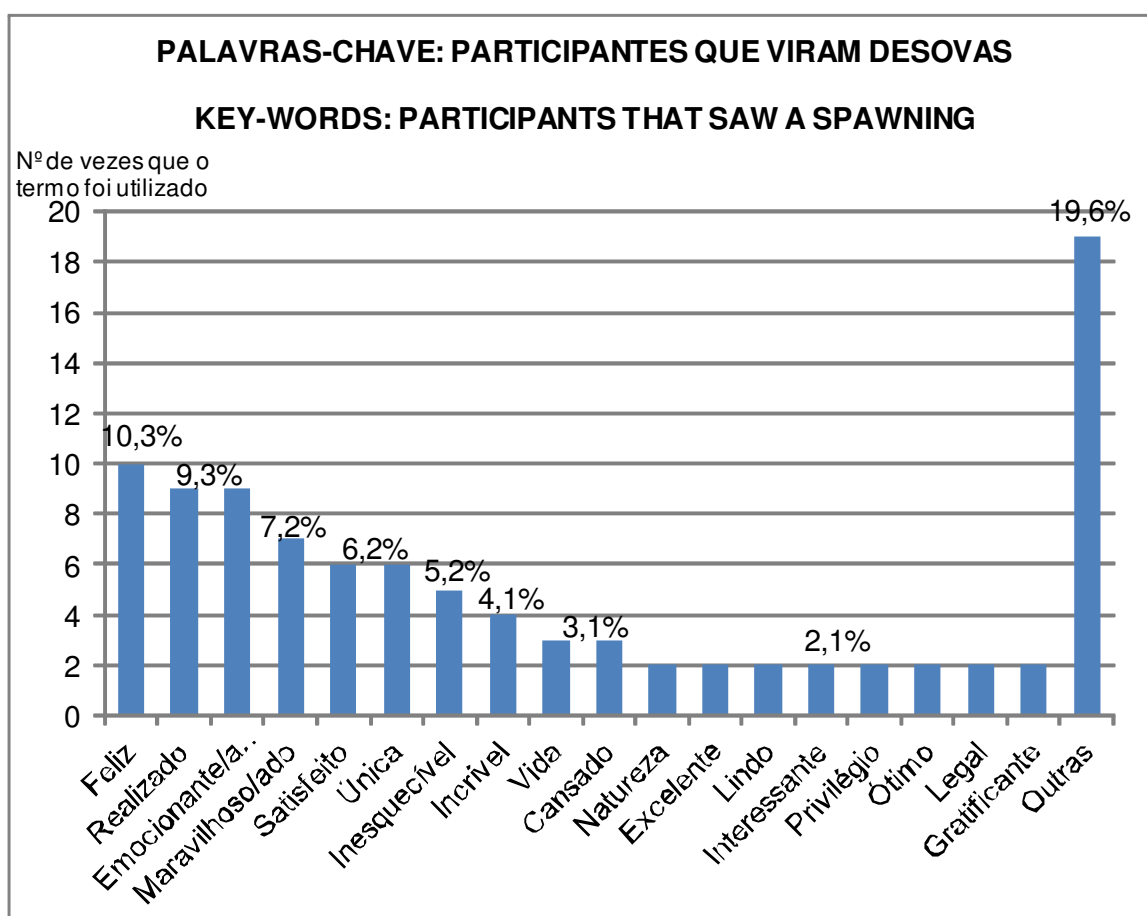


Gráfico 1: percentual de repetição das palavras-chave identificadas nas questões 9 e 11, relativas aos participantes que viram desovas.

Graphic 1: percentage of repetition of key-words identified in the questions 9 and 11, regarding the participants that saw spawnings.

O vocábulo “emoção” e suas variações (emocionante, emocionado) correspondem a 9,3% dos termos empregados para descrição geral da Tartarugada, juntamente com o termo “realizado(a)”. O termo “feliz” foi o de maior incidência nos depoimentos. Também foi reveladora a constatação de que a expressão “experiência única” foi utilizada de forma idêntica por 5 turistas diferentes, em dias diferentes. O tes-

temunho de uma desova parece ter suscitado impressões similares em pessoas distintas.

Contudo, o contato com um processo inteiramente natural aparentemente traz emoções diversas à tona. A gama de termos utilizados foi bastante variada, mas é notável a invariável repetição de palavras como “inesquecível”, “incrível”, “vida” “maravilha”, dentre outras acima expostas. A turista C., administradora, 40 anos, de Recife (PE), em resposta à questão “Defina em uma palavra ou frase como se sente após a Tartarugada”, escreveu que “não tem como definir” o que sentiu ao presenciar a desova. O médico D., 34 anos, de São Paulo (SP), testemunhou o fato como “a coisa mais linda”. O Empresário B., 35 anos, de Bragança Paulista (SP), afirmou: “tive uma das melhores noites da minha vida”. A professora A., 34 anos, de Atibaia (SP), entende que foi a experiência mais emocionante de sua vida, como a mesma descreveu; “melhor que o batismo¹⁰!”. Também é válido observar que, no caso dos que acompanharam a desova, a palavra “cansado” (3,1%) geralmente veio acompanhada das conjunções separativas “mas” e “e”, seguidas por um termo entendido pelo autor como positivo. As 10 horas de atividade deixam seu saldo de exaustão mesmo com toda a carga emocional vivenciada durante a “Tartarugada”.

Também é importante ressaltar que muitos turistas parabenizaram o trabalho dos pesquisadores do TAMAR, que realizam o monitoramento toda noite durante a temporada reprodutiva. Como disse a bióloga E., 42 anos, de Vinhedo (SP), esta é “uma causa que vale a luta”, e estes são os seus lutadores, diariamente no fronte da batalha.

Impressões dos participantes da “Tartarugada” que presenciaram “meias-luas”

Conforme afirma o estudante F., 28 anos, de Barcelona (ESP), nestas ocasiões, “a tartaruga não desovou”. O Gráfico 2 apresenta as palavras-chave registradas nos depoimentos dos participantes deste grupo. Nota-se que o fato de não se alcançar o objetivo de ver uma desova parece deixar os participantes mais suscetíveis ao “cansaço”, pois variações do termo foram as de maior incidência nos depoimentos (12,5%), tendo sido citadas 2 vezes. Porém houve um empate com as palavras-chaves “excelente” e “interessante”. O comissário de bordo H., 29 anos, de Belo Horizonte (MG), afirma: “adquiri experiência e contato com a natureza”. A sensibilização e a satisfação parecem constantes, mesmo entre os que não conseguiram acompanhar aquilo que, em última instância, foi a razão pela qual pagaram a atividade: a desova da tartaruga.

Esse é um resultado bastante interessante do ponto de vista das mudanças de concepções e expectativas da sociedade contemporânea, e o fenômeno turístico pode ser entendido como um termômetro destas alterações. Nos anos 80, Krippendorf ([1989] 2001) se referia aos turistas como bandos desesperados por aproveitar ao máximo aquilo pelo que se dispuseram a pagar; já no século XXI, Irving (2009) enumera razões que apontam algumas mudanças no perfil dos turistas, que estariam mais preocupados com questões relacionadas à agenda ambiental. Esta mudança descrita pela autora vai de encontro aos dados expostos no Gráfico 4. Ou seja, para

os turistas que presenciaram uma “meia lua”, o fato de apenas participar do monitoramento na Praia do Leão e ver uma tartaruga já “vale o preço” que pagaram para a atividade.

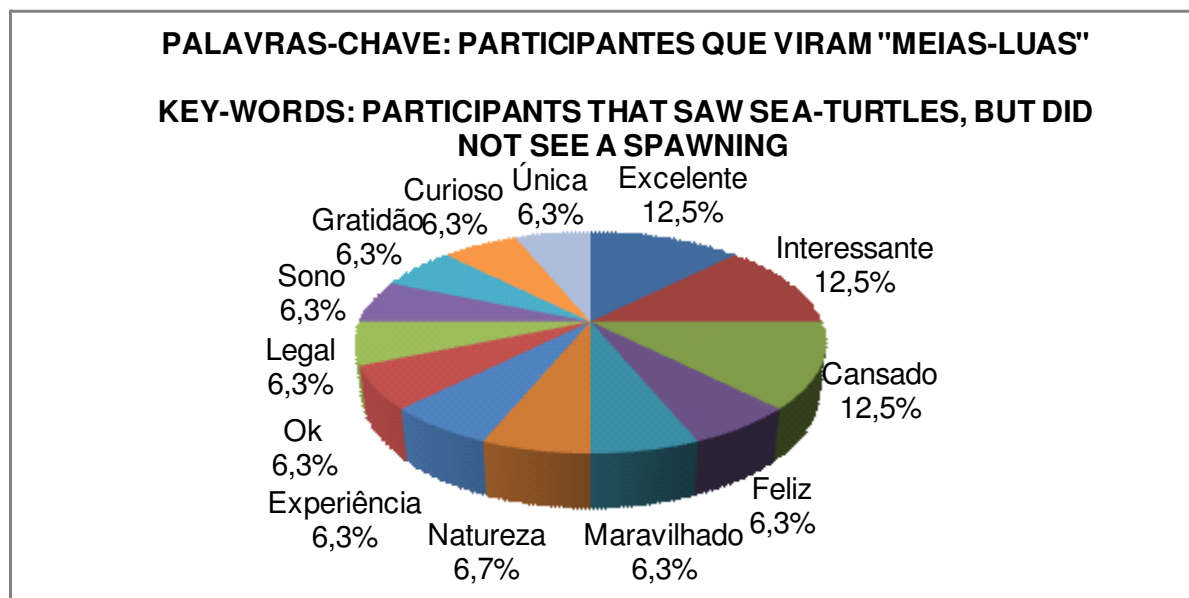


Gráfico 2: percentual de repetição das palavras-chave identificadas nas questões 9 e 11, relativas aos participantes que viram tartarugas, mas não viram desovas.

Graphic 2: percentage of repetition of key-words identified in the questions 9 and 11, regarding the participants that saw sea-turtles, but did not see a spawning.

Também é parte desta análise a observância dos outros termos empregados pelos participantes da atividade. Todas as palavras-chave identificadas estão destacadas no gráfico, mesmo as utilizadas apenas uma vez (6,7%). Isso foi permitido pelo pequeno espaço amostral (17 pessoas) dos participantes que acompanharam “meias-luas”. À exceção do termo “sono”, todos os outros 8 termos descritos suscitam alguma conotação positiva. A impressão geral parece ser a traduzido pela turista I., advogada, 29 anos, de Salvador (BA): “experiência maravilhosa, apesar de não ter havido desova”.

Impressões dos participantes da “Tartarugada” que não viram tartarugas

O Gráfico 3 apresenta as palavras-chave informadas pelos turistas que não viram tartarugas. A análise das respostas dos participantes que não viram sequer tartarugas parece otimizar a impressão dos expectadores de meias-luas. Estes participantes não viram nada do que, inicialmente, gostariam de ver. Porém, cabe aqui uma reflexão sobre a sensibilização ambiental, pois mesmo sem presenciar nenhuma tartaruga, o simples fato de acompanhar a atividade de monitoramento e de passar uma noite em “vigília” na praia do Leão, pode despertar emoções e sentimentos que marcam a experiência e o conhecimento adquirido.

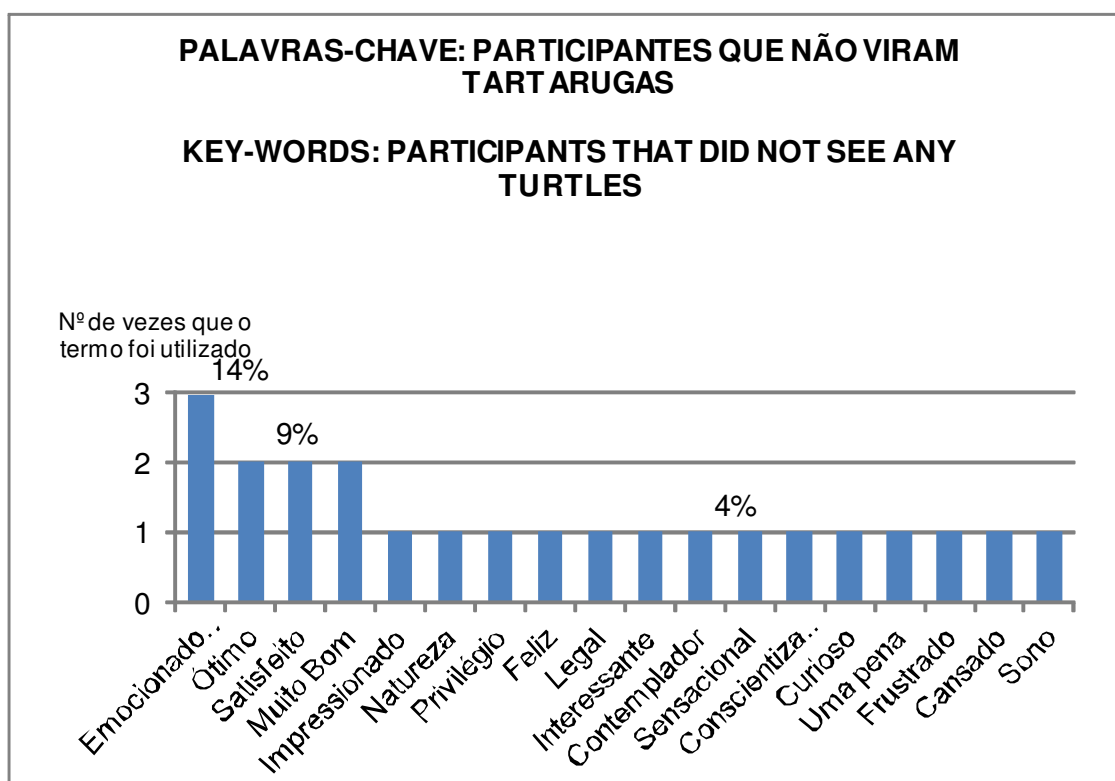


Gráfico 3: percentual de repetição das palavras-chave identificadas nas questões 9 e 11, relativas aos participantes que não viram desovas.

Graphic 3: percentage of repetition of key-words identified in the questions 9 and 11, regarding the participants that did not see spawnings.

Outro prisma de análise interessante da “Tartarugada” é a sua dinâmica de visitação. Essa abordagem é pertinente pelo fato de os pesquisadores do TAMAR não possuírem qualquer tipo de treinamento de monitor de ecoturismo ou algo do gênero. Esse aspecto denota o caráter de “naturalidade” e de “pesquisa” da atividade no que tange à apresentação de informações para os visitantes. Os pesquisadores não possuem um roteiro inteiramente decorado, de datas históricas a nomes científicos de plantas. As informações são fornecidas pelos pesquisadores conforme o interesse dos visitantes e o conhecimento dos biólogos encarregados da atividade. O silêncio noturno, as conversas informais entre rondas, as informações transmitidas com “conhecimento de causa” pelos pesquisadores, o som das ondas e os encontros com ariscos caranguejos transeuntes parecem configurar um bom investimento de tempo e dinheiro para a maioria dos participantes da atividade.

Para a turista G., advogada, 68 anos, do Rio de Janeiro (RJ), que não viu nenhuma tartaruga, a sensação ao fim da noite foi de “paz com a natureza”. Segundo Krippendorff ([1989] 2001), as viagens pintam manchas coloridas na tela cinzenta da vida. O cinza desta tela krippendorffiana se deve à poluição e prédios cinzentos dos grandes centros urbanos. O colorido da aquarela noronhense parece ser suficiente

para agradar a maioria dos participantes da atividade. Para reforçar esta linha de raciocínio, basta verificar o vocábulo mais empregado por este grupo: “emoção”.

Também é relevante destacar que os termos “frustração”, “cansaço”, “sono” e “uma pena” foram observados. Mas estes acabaram configurando a exceção amostral, pois os outros 13 termos empregados não suscitam conotações negativas. Todas as palavras-chave identificadas nos questionários dos que não viram tartarugas ou desovas estão apontadas no gráfico acima. Neste caso, o espaço amostral de 18 pessoas, apesar de não ser tão significativo quanto o dos que presenciaram a desova, se mostrou bastante revelador do caráter sensibilizador da “Tartarugada”.

As respostas dos questionários indicam que a sensibilização é o elemento principal da atividade, que, assim, tem alcançado seu objetivo primordial. O preço de cinquenta reais por pessoa, que poderia ser considerado um fator negativo, recebeu uma avaliação razoável dos participantes da atividade. 66% dos turistas entenderam o valor como “bom”, 28,3% indicou a quantia como “razoável” e apenas 5,7% marcou a opção “ruim”. O fato de estar ajudando diretamente o trabalho do Projeto TAMAR com esse investimento provavelmente também influenciou nessa avaliação, o que é mais um indício a favor da sensibilização e engajamento inerentes à atividade.

Considerações finais

O crescimento das atividades de turismo em contato com a natureza, como o caso do ecoturismo, pode significar uma oportunidade para a sensibilização da sociedade frente à questão ambiental. A “Tartarugada” é uma das iniciativas que seguem essa perspectiva. A sensibilização ambiental parece capilarizar-se em cada uma das 10 horas em que os participantes da atividade se encontram na Praia do Leão, no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

As tartarugas-marinhas têm emocionado e cativado as pessoas que passam por Noronha. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) indica as tartarugas-marinhas como uma das “espécies bandeira ou guarda-chuva”. Estes são animais comprovadamente carismáticos, com os quais as pessoas têm uma tendência natural a se afeiçoar (WWF, 2011). Protegendo as tartarugas-marinhas e seu habitat natural, conserva-se todo o ecossistema marinho e costeiro. Daí a alcunha de espécie “guarda-chuva”, pois várias espécies estão abrigadas no seu programa de conservação. Portanto, as fascinantes *Chelonia mydas* noronhenses seguem a manutenção do seu ciclo de vida e levam à mensagem de conservação da natureza para pessoas do mundo todo.

As tartarugas-marinhas, cujas desovas foram assistidas por turistas e moradores em Fernando de Noronha (PE), surgiram na Terra há, pelo menos, 110 milhões de anos; sobreviveram às mudanças climáticas que extinguíram os dinossauros; porém atualmente enfrentam grandes pressões face à captura acidental na pesca, o acúmulo de resíduos nos oceanos, o desenvolvimento desordenado de áreas costeiras e o aquecimento global. Todos estes problemas se configuram na razão determinante para estes animais estarem ameaçados de extinção. Não coincidentemente, todos são associados à ação antrópica negativa no ambiente oceânico. A “Tartarugada” é uma ati-

vidade que traz à tona essa problemática e busca sensibilizar seus participantes sobre a importância da conservação da biodiversidade, em diversas escalas e frentes de atuação.

Referências bibliográficas

- BELLINI, C.; SANCHES, T.M. First record of a loggerhead turtle in the Fernando de Noronha Archipelago, Brazil. **Marine Turtle Newsletter**, n. 79, p. 22. Glasgow, 1998.
- BELLINI, C.; SANCHES, T.M.; LIMA, R.P. Temporada reprodutiva da tartaruga marinha *Chelonia mydas* em Fernando de Noronha, PE, Brasil – Campanha: 98/99. Congresso Brasileiro de Zoologia. **Anais....** Cuiabá, 2000.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BRUHNS, H.T. **A busca pela natureza**: Turismo e Aventura. São Paulo: Manole, 2009.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2002.
- FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR. **Assim Nasceu o Projeto TAMAR**. Salvador, 2000.
- GEERDINK, S.; NEIMAN, Z. A Educação Ambiental pelo Turismo. In: NEIMAN, Z; RABINOVICI, A. (Orgs). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2009, p. 63-83.
- GOMES, M.G.T.; SANTOS, M.R.D.; HENRY, M. Tartarugas marinhas de ocorrência no Brasil: hábitos e aspectos da biologia da reprodução. **Revista Brasileira de Reprodução Animal**, v. 30, n. 1/2, p. 19-27. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.cbra.org.br/portal/publicacoes/rbra/2006/rbraij2006.html>.
- INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN . **IUCN Red List of Threatened Species**. Version 2012.2. 2012. Disponível em: <http://www.iucnredlist.org>. Acesso em: 3 out 2012.
- IRVING, M.A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: R. BARTHOLO; D.G. SANSOLO; I. BURSZTYN. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-119.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.
- LOHMANN, K.J.; LOHMANN, C.M.F. Detection of magnetic inclination angle by sea turtles: a possible mechanism for determining latitude. **Journal of Experimental Biology**, v. 194, p. 23-32, 1994.
- LUTZ, P.L.; MUSICK, J.A.; WYNEKEN, J. (Ed.). **The biology of sea turtles** - vol II. Boca Raton: CRC Press, 2003.

MOHR, L.V.; CASTRO, J.W.A.; COSTA, P.M.S.; ALVES, R.J.V. (Orgs.). **Ilhas Oceânicas Brasileiras**: da Pesquisa ao Manejo - Volume II. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2000.

MORIMOTO, C.; SALVI, R.F. As ércepcões do homem sobre a natureza. Encontro de Geógrafos de América Latina: Caminando en una América Latina en transformación, 12. **Anais....** Montevideo, 2009

Projeto TAMAR. SITAMAR – **Sistema de Informações do Projeto TAMAR**. 2012.

SILVA, M.B.L. **Fernando de Noronha**: cinco séculos de história – Coleção Cadernos Noronhenses v. 1. Recife: CELPE, 2007.

TEIXEIRA, W.; CORDANI, U.G.; MENOR, E.A.; TEIXEIRA, M.G.; LINSKER, R. **Arquipélago Fernando de Noronha**: O Paraíso do Vulcão. São Paulo: Terra Virgem, 2003.

VIEITAS, C.F.; MARCOVALDI, M.Â. An ecotourism initiative to increase awareness and protection of marine turtles in Brazil: the Turtle By Night program. **Chelonian Conservation and Biology**, v.2, n. 4, p.607-610. Massachusetts, 1997.

WORLD WILD FUND FOR NATURE - WWF. **Species**. 2013. Disponível em: <http://worldwildlife.org/species/marine-turtle>. Acesso em: 24 fev 2013.

Notas:

¹ Sigla oficial em inglês para **United Nations Education, Science and Culture Organization**.

² A IUCN usa critérios próprios para avaliar a biota de acordo com seu potencial risco de extinção. As classificações atuais são: Extinto; Extinto na Natureza; Criticamente em Perigo; Em perigo; Vulnerável; Próximo de Ameaça e Menor Preocupação. Para os animais e plantas de que não se tem informações suficientes, existem as classificações Deficiência de Dados e Não Avaliado (IUCN, 2012).

³ Sigla oficial em inglês para **International Union for Conservation of Nature**.

⁴ O Projeto TAMAR está vinculado à Diretoria de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

⁵ Os pesquisadores do TAMAR chamam de meia-lua o processo no qual a tartaruga sobe à areia para desovar, mas por motivos diversos, não o faz, e volta para o mar, deixando um rastro na areia que lembra uma meia-lua.

⁶ O registro “sem desova” é feito quando a tartaruga-marinha sobe à areia, chega a fazer sua “cama” e cavar o ninho, mas não desova.

⁷ Em Fernando de Noronha, até maio de 2012, 56% dos empregos gerados pelo TAMAR eram ocupados por ilhéus.

⁸ SITAMAR é o banco nacional de dados do Projeto TAMAR que contém dados específicos sobre os registros e pesquisas sobre as tartarugas-marinhas.

⁹ Nomenclatura criada por moradores para designar as praias no lado leste da ilha, virado para a África. As praias a oeste, viradas para o Brasil, compõem o Mar de Dentro.

¹⁰ Entende-se que a turista se referiu ao batismo de mergulho promovido por operadoras de mergulho em Fernando de Noronha. É um mergulho autônomo, com cilindro, em baixas profundidades, feito também com o objetivo de ver como a pessoa se adapta à experiência.

Apêndice 1: Questionário Pós-Tartarugada

1) Dados Pessoais:

Nome:..... Idade: Cidade:.....
Estado:..... País:..... Profissão:
Email:.....
Biólogo do TAMAR responsável:.....

2) Como você ficou sabendo do programa de acompanhamento à Tartarugada?

- () Palestra no Centro de Visitantes
() Na Pousada. Qual?
() Cartaz
() Guia
() Amigo
() Revista, Jornal, Televisão.
() Outro, Qual?

3) Essa atividade já estava no seu programa de viagem? () Sim () Não

4) Você viu alguma tartaruga? () Sim () Não

5) Foi flagrada alguma tartaruga desovando? () Sim () Não

Em caso afirmativo, responder a questão 6

6) Foi a primeira vez que você viu? () Sim () Não. Se não, onde viu?

7) Assinale a alternativa que melhor expressa sua opinião sobre:

	Ruim	Razoável	Bom
Esclarecimento prévio sobre a tartarugada			
Valor cobrado pela atividade			
Informações durante a tartarugada			
Relacionamento com o biólogo responsável			
Atenção do biólogo responsável para com o grupo			
Instalações do TAMAR			
Tamanho do grupo			
Experiência vivenciada			

8) Você acha que a atividade foi prejudicada devido:

- Não poder tirar fotografias () Sim () Não
A falta de luminosidade () Sim () Não
A necessidade de silêncio () Sim () Não
Falta de aviso prévio da atividade () Sim () Não
O tamanho do grupo () Sim () Não
O longo período da Tartarugada () Sim () Não

9) Defina em uma palavra ou frase como se sente após a tartarugada:

.....

10) Você repetiria a atividade? () Sim () Não

11) Deixe seu comentário, crítica ou sugestão sobre a atividade como um todo, utilize o verso da folha.

Miguel Ângelo Portela Pinheiro da Silva: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

Email: miguel.ufrj@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6149955533674498>

Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

Email: camirural@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0553713185190974>

Rafael Azevedo Robles: Fundação Pró-Tamar, Fernando de Noronha, PE, Brasil.

Email: rafael@tamar.org.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1753647492378860>

Data de submissão: 25 de fevereiro de 2013

Data de recebimento de correções: 06 de outubro de 2013

Data do aceite: 06 de outubro de 2013

Avaliado anonimamente

Projeto de turismo de base comunitária: comunidade tradicional do Bonete, Ilhabela (SP)

Community-Based Tourism Project: the traditional community of Bonete, Ilhabela (SP, Brazil)

Mariane Carla Checon Salvador, Roberta Pedroso, Fátima Bezerra Bastos

RESUMO

A comunidade tradicional do Bonete, localiza-se no entorno do Parque Estadual da Ilhabela, no município de Ilhabela (SP). É formada por famílias caiçaras que mantêm a tradição da pesca artesanal e atividades como o feito de canoas, e o turismo, entre outras. Esta publicação visa trazer os resultados do projeto Turismo de Base Comunitária, organizado pelo Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte SP (CEDS/LN), Convênio entre Unisantos, ONG's ambientalistas do RealNorte e Petrobrás com apoio do Instituto Costa Brasilis. Este projeto teve como objetivo desenvolver um modelo alternativo de desenvolvimento turístico no Litoral Norte, orientado pelos princípios da economia solidária, valorizando a cultura tradicional, fazendo do turismo de base comunitária uma estratégia de conservação ambiental, fortalecimento comunitário e fonte de renda. Através das Oficinas de Planejamento Participativo foram realizados o levantamento da oferta turística, a elaboração de um produto turístico de Base Comunitária, e a consolidação de um roteiro de visitação gerido pela comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária; Comunidades Tradicionais; Geração de Renda; Conservação; Bonete.

ABSTRACT

Bonete traditional community of is located in the surroundings of Ilhabela State Park, in Ilhabela, (SP, Brazil). It is formed by "caiçara" families (native inhabitants of the coast), who maintain traditional fishing practices and other activities such as canoe manufacturing, local commerce and tourism. This publication aims to bring the results of a Community Based Tourism project, organized by the Experimentation Center for Sustainable Development in the North Coast SP (CEDS/LN), in agreement with Unisantos, environmental NGOs and Real Norte Petrobras with support by Costa Brasilis Institute. This project aimed at developing an alternative model fortourism in the North Coast, by using the principles of social economy as guidelines, also by valuing traditional culture and using community-based tourism as a strategy for nature conservation, community empowerment and source of income. Participatory Planning Workshops were conducted to identify the tourist offer, develop a Community-Based Tourism product, and consolidate a cultural tour managed by the community.

KEYWORDS: Community-Based Tourism; Traditional Communities; Income Generation; Conservation; Bonete.

Introdução

O Litoral Norte de São Paulo detém uma das maiores áreas contínuas de Mata Atlântica remanescente no Brasil, apresenta uma importante concentração de atrativos naturais e culturais e a presença de comunidades tradicionais, caiçaras, quilombolas e indígenas, aliados a um quadro de grandes desafios socioambientais (Figuras 1 e 2).



Figura 1: Canoas no Rio Nema. **Figure 1:** Canoas in the Nema River.



Figura 2: Moradores da comunidade do Bonete.
Figure 2: Bonete community residents.

Estes desafios levam a uma reflexão sobre o tipo de turismo desejável para a região. O desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) no Litoral Norte se mostra como alternativa aos projetos de turismo convencional e pode representar uma estratégia de conservação ambiental, fortalecimento comunitário e fonte de renda, na medida em que as comunidades são as principais protagonistas da atividade, participando do planejamento e da gestão do turismo. De acordo com alguns dos princípios do turismo responsável (SALVATI, 2003) o turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação e respeitar as culturas locais, promovendo benefícios e oportunidades para as comunidades locais.

Este artigo pretende disponibilizar informações sobre Turismo de Base Comunitária no Litoral Norte de São Paulo e trazer os resultados do projeto Turismo de Base Comunitária, organizado pelo Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte SP (CEDS/LN), Convênio entre Unisantos, ONG's ambientalistas do RealNorte e Petrobrás com apoio do Instituto Costa Brasilis.

O Projeto teve como objetivo desenvolver um modelo alternativo de turismo no Li-

toral Norte, orientado pelos princípios da economia solidária, valorizando a cultura tradicional, fazendo do turismo de base comunitária uma estratégia de conservação ambiental, fortalecimento comunitário e fonte de renda.

Ao final do Projeto esperou-se ter contribuído para consolidar o turismo de base comunitária numa área de influência do Parque Estadual de Ilhabela, introduzindo alternativas econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da região – com participação da população local – tendo como pano de fundo uma Unidade de Conservação da Mata Atlântica, servindo de modelo para outras áreas protegidas e seu entorno.

Turismo de base comunitária

Muitos conceitos estão relacionados com o turismo comunitário, dentre eles: turismo solidário, turismo responsável, sustentável, etc. Para fins deste projeto, foi adotado o seguinte conceito:

turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (WWF, BRASIL, 2003, s/p).

A reflexão acerca desta temática envolve vários outros conceitos complexos e polêmicos, mas que não serão tratados em profundidade neste texto, porém, apenas para fundamentar esta análise, vale citar as considerações da OMT (Organização Mundial do Turismo) sobre o desenvolvimento do turismo sustentável.

A OMT (2003, p. 24), a partir da Agenda 21, cria a “Agenda 21 para Viagens e Turismo” e define que “o desenvolvimento do turismo sustentável atende as necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma, que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida” (OMT, 2003, p.24 *apud* ORTIZ, 2005, p.128-129).

Quando se trata do desenvolvimento do turismo de base comunitária, a chance da sustentabilidade da atividade ser alcançada é maior que em outros modelos de desenvolvimento, já que este processo de desenvolvimento do TBC difere do que ocorre com a presença de grandes empreendedores, que exploram determinada localidade até o esgotamento de sua atratividade, fazendo com que o local atinja seu declínio e depois passam a explorar outro destino.

A comunidade não quer degradar o ambiente onde vive, local onde irá criar seus filhos. A sua relação de interdependência com os recursos é mais respeitosa que para o empresário que só visa lucros a curto prazo e normalmente não reside na destinação, deixando de divulgar o atrativo, quando este não lhe for mais lucrativo.

Palavras e expressões como participação, protagonismo social, empoderamento, afirmação cultural, benefícios diretos, ganham destaque

nesse contexto e começam a se articular com o tema da conservação ambiental. É o que propõe Sansolo em sua análise sobre os paralelismos entre as políticas de proteção da natureza e de desenvolvimento turístico, principalmente no que diz respeito ao processo de descentralização e gestão compartilhada. A abertura para o turismo, que antes era vista como processo de aculturação, passa então a ser promovida como um veículo de reforço à etnicidade e revitalização cultural. [...] No Brasil há diferentes casos bem sucedidos de Turismo de Base Comunitária, em diferentes regiões e estados do Brasil (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p.17).

Mapeamento das iniciativas de turismo de base comunitária no litoral norte de São Paulo

Dentre os projetos envolvendo turismo de base comunitária em comunidades tradicionais identificados no Litoral Norte de São Paulo, havia: Projeto AICÁS – Educação Ambiental na Praia da Almada (Ubatuba); Aoka – Operadora de Turismo Sustentável (Ubatuba); Roteiro Turístico do Mexilhão, na Praia da Cocanha (Caraguatatuba); Projeto Quilombo Fazenda Picinguaba, no Quilombo da Fazenda (Ubatuba); O Programa de Turismo Rural (SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), também no Quilombo da Fazenda (Ubatuba); e o Projeto Caiçaras, Indígenas e Quilombolas: construindo juntos o turismo cultural da Região da Costa Verde, realizado através do Fórum de Comunidades Tradicionais com recursos do Ministério de Turismo e implementado através da AMOC – Associação dos Moradores do Campinho, abrangendo comunidades tradicionais da Costa Verde (RJ) e do norte de Ubatuba, que fazem parte deste Fórum.

Atuando como grande catalisador das atividades de ecoturismo no Norte de Ubatuba (SP), destaca-se o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. O Núcleo é quem atualmente divulga e realiza o agendamento de trilhas no interior do Parque Estadual da Serra do Mar.

Diagnóstico de turismo de base comunitária: litoral norte de São Paulo

O projeto teve início em setembro de 2009. A princípio foram feitos os levantamentos de dados secundários e em seguida foram visitadas as comunidades identificadas até o mês de novembro para o levantamento dos dados primários.

Foram realizadas visitas em dez comunidades tradicionais do litoral norte paulista: comunidade caiçara da Barra Seca (Ubatuba); comunidade caiçara do Bonete (Ilhabela); comunidade quilombola da Praia da Caçandoca (Ubatuba); comunidade caiçara da Praia da Cocanha (Caraguatatuba); comunidade caiçara de Picinguaba (Ubatuba); comunidade caiçara do Porto Novo (Caraguatatuba); comunidade caiçara da Praia da Almada (Ubatuba); comunidade quilombola do Quilombo da Fazenda (Ubatuba); comunidade quilombola do Quilombo do Cambury (Ubatuba) e comunidade caiçara do Bairro São Francisco (São Sebastião).

Em campo foram observados os seguintes critérios: caracterização da comuni-

dade; organização comunitária; centro comunitário; atividades desenvolvidas; projetos de turismo em andamento; apoio institucional; acesso; infraestrutura turística; infraestrutura básica e interesse no projeto.

O Quadro 1 apresenta a planilha com a pontuação de cada comunidade seguindo os critérios definidos neste ecoprojeto do CEDS/LN:

Quadro 1: Diagnóstico da oferta turística nas comunidades tradicionais do litoral norte de São Paulo.
Table 1: Tourist offer diagnosis in the communities in the north coast of São Paulo (Brazil).

Comunidade	Tipo de Comunidade	Famílias	Caracterização da Comunidade	Organização Comunitária	Centro Comunitário	Atividades Desenvolvidas	Projetos de Turismo em andamento	Apoio Institucional	Acesso	Infra Estrutura Turística	Infra Estrutura Básica	Interesse no projeto	média
Barra Seca	Caiçara	150	2	1	1	2	1	3	3	1	2	2	1,8
Bonete	Caiçara	76	3	2	3	3	3	2	1	2	3	3	2,5
Caçandoca	Quilombola	53	2	3	2	2	3	1	1	1	2	1	1,8
Cocanha	Caiçara	14	2	2	2	2	3	3	3	2	2	1	2,2
Picinguaba	Caiçara	75	2	3	1	2	1	2	2	2	2	1	1,8
Porto Novo	Caiçara	34	1	3	1	2	3	3	3	2	2	2	2,2
Praia da Almada	Caiçara	45	2	2	3	2	1	3	2	2	2	1	2
Quilombo da Fazenda	Quilombola	49	3	2	1	3	2	3	2	1	2	3	2,2
Quilombo do Camburi	Quilombola	60	3	2	3	3	2	3	1	1	2	2	2,2
São Francisco	Caiçara	135	1	3	1	2	1	3	3	2	3	2	2,1

Conforme se pode observar, a comunidade do Bonete obteve maior pontuação, sendo, portanto a comunidade selecionada para o desenvolvimento das oficinas de planejamento participativo.

Oficinas de planejamento participativo

Os objetivos do primeiro módulo (conceitos e levantamento da oferta turística) foram: 1) construir conceitos relevantes ao planejamento participativo de turismo de base comunitária; 2) discutir os princípios de turismo de base comunitária no Bonete conforme outras organizações (TURISOL); 3) levantar a oferta turística no Bonete; e 4) identificar necessidades para tornar recursos em atrativos.

Foi importante fazer uma apresentação do projeto questionando a finalidade do planejamento e a diferença entre turismo com e sem planejamento. Neste momento foi reconhecido o papel fundamental da comunidade do Bonete durante o processo de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística, pois são eles os maiores conhecedores dos atrativos que podem ser oferecidos e também aqueles que podem ser impactados negativa ou positivamente pela atividade turística, daí a necessidade de um planejamento participativo, união e organização. Logo no início também foram levantadas as expectativas e dado um retorno sobre o que o projeto abordaria ou não.

Oficina “construção de conceitos”

Para se estabelecer uma linguagem turística comum e também a fim de homogeneizar os conhecimentos dos participantes, a primeira oficina realizada foi a de “Construção de Conceitos”, na qual foram construídos coletivamente os conceitos para as palavras: “comunidade”, “tradição”, “turismo”, e “turismo de base comunitária” (Figura 3). Os resultados foram os seguintes conceitos:

- Comunidade: “Um grupo de pessoas que vive em um mesmo local (bairro)”; “É sempre viver em grupo, um grupo comum”; “Onde todos se conhecem”; “Pessoas que se identificam”; “Solidariedade”. “Participação”; “Responsabilidade coletiva para tornar a vida melhor”;
- Tradição: “O que é passado de geração para geração”; “Manter coisas antigas”; “Forma de manter sua cultura”. Exemplos de tradição: “fazer canoa, remo, farinha de mandioca, rede, pescaria, comida caiçara, buscar lenha”;
- Turismo, na visão do turista e da comunidade. Para o turista: “Preservar a natureza”; “Conhecer lugar diferente”; “Chegar em um lugar e ser bem atendido”; “Conservar o local”; “Opções de esporte e lazer, segurança, opções de alimentação e estadia, pontos turísticos”; Para a comunidade: “Meio que gera trabalho, viagem, pesca, etc...Para quem tem camping gera dinheiro de acampamento, comida, convive melhor com as pessoas, amizade, aluguel de casa, quartos, pousada, melhor qualidade de vida, quer ser respeitada”;
- Turismo de Base Comunitária: “Traz benefícios para a comunidade”; “União / oportunidade para todos”; “Gera emprego para a comunidade”; “O turista vem visitar a comunidade para ver o seu modo de vida”; “É o turismo voltado para as tradições da comunidade”; “Interação dos turistas com a comunidade”; “O turista comunitário é o que se inteira com a comunidade e suas belezas naturais”; “Há distribuição de renda”.



Figura 3: Oficina “construção de conceitos”.
Figure 3: Workshop “building concepts.”

Para concluir esta etapa e dar um retorno sobre o conceito construído do termo “Turismo de Base Comunitária”, os resultados foram comparados com os princípios do Turismo Responsável proposto pelo Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (WWF – 2003 p.24-25):

- O turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação;

- O turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável;
- O turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício;
- O turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais.

Ao longo dos módulos foram realizados jogos para sensibilizar quanto a determinados conceitos relacionados ao turismo de base comunitária. Para desenvolver esses conceitos, foi utilizada como ferramenta a dinâmica da “teia da vida” ou “teia alimentar” adaptada de metodologias utilizadas em atividades de educação ambiental, também foi inserida a atividade de “jogos de papéis”, cada participante representou um ator importante no contexto do Turismo de base comunitária. O objetivo era sensibilizar a comunidade quanto a importância de cada ator social, estabelecendo relações de interdependência no âmbito do conceito de turismo de base comunitária. Para tanto, os participantes foram dispostos em círculo, cada um assumiu o papel de um ator comunitário (Canoeiro; Turista; Professora; Dono de Restaurante; Dono do Quiosque, Parque Estadual; Artesão e Dono de Pousada). Com um novelo de lã partindo de um dos atores, cada um foi segurando uma ponta da lã e jogando para o próximo ator, formando assim uma teia. Para finalizar os mediadores propõem uma reflexão sobre essa dinâmica, trabalhando alguns conceitos como: Interdependência; conexão; coletividade

Como resultados, após breve reflexão, os participantes relataram sua percepção de oportunidades; da importância da união onde se sentem interligados e em grupo conseguem se fortalecer como uma rede, na função de pegar peixe ou cercar uma horta; que formam uma cadeia; também a ideia de que se atraem pelos objetivos; também visualizaram a ideia de um labirinto, que é preciso achar uma saída juntos.

Oficina “levantamento da oferta turística”

Somente após o conhecimento do potencial atrativo, das lacunas e dificuldades para implementação e da visão e expectativas da comunidade é que um programa ou projeto de ecoturismo deve ser implantado (BORGES, 2003, p.90).

Borges (2003, p.89) considera a realização do inventário da oferta turística como um dos fatores determinantes para o sucesso do planejamento; representa a primeira etapa deste processo. O mesmo autor lembra que *“inventariar é pesquisar e relacionar, de modo quantitativo e qualitativo os bens (p. ex. atrativos naturais ou culturais, acessos) e serviços (p. ex. meios de hospedagem e guias) de uma determinada região”*.

Oferta turística pode ser entendida como bens e serviços oriundos da estrutura de atrativos, utilidade pública, geral e turística de uma localidade que, combinados de diferentes maneiras, permitem conformar produtos turísticos (BALANZÁ; NADAL, 2003).

Para a oficina de levantamento de oferta turística do Bonete, primeiramente foram discriminados os componentes da oferta turística (recurso turístico, atrativo turístico, equipamento turístico, equipamento de apoio, serviço turístico e serviço de apoio), de maneira que estas informações contribuíssem para a análise do turismo e também para uma que a comunidade tivesse acesso à linguagem de profissionais da área e facilitar o planejamento. Usou-se uma linguagem simples, seguindo orientações do Manual Indígena de Ecoturismo (MMA, 1997) sobre levantamento da oferta turística.

Abaixo são apresentados os recursos turísticos levantados junto à comunidade do Bonete.

- Culturais: casa da farinha / produção de farinha de mandioca; peixe seco cultivado de alimentos; artesanato; pescarias; confecção de canoas; confecção de rede de pesca; confecção de peneira, tipiti, chapéu, balaio; fabricação de remos; caminho do Estevão;
- Naturais: Toca do Nego e Cachoeira do Saquinho.

Abaixo temos os atrativos turísticos levantados junto à comunidade do Bonete.

- Culturais: Festa de Santa Verônica; praça da conversa mole e roda de conversa (Seu Jessy);
- Naturais: Praia boa para surfe; mar bom para mergulho; trilhas (fauna e flora) e cachoeiras.

Quando o turista está viajando ele também precisa de serviços turísticos, que são atividades desenvolvidas para eles por pessoas da comunidade, e também serviços de apoio, aqueles que servem a toda a comunidade, mas que também são importantes para o turista, como a limpeza das ruas. Exemplos de serviços turísticos: passeio de lancha; monitor ambiental e passeio de canoa. Foram identificados também os equipamentos turísticos e os equipamentos de apoio do Bonete:

- Equipamentos turísticos: Pousada Canto Bravo; Pousada Porto Bonete; Pousada Margarida; Pousada da Rosa; Camping Guapuruvu; Camping da Vargem – Eugênio; Restaurante e Camping da Roseli; Restaurante do Martin; Restaurante Mac Bonet's; Quiosque do Totó; Quiosque do Beto Cação; Quiosque Swell (na praia); Petiscaria Nema; Bambus Bar.
- Equipamentos de apoio: Bar do Sílvio; Mc Bone's; Posto de saúde; Telefone público e Internet.

É muito importante para o turista saber se encontrará, no local aonde ele vai: infraestrutura básica - construções e serviços públicos para atender as necessidades básicas dos moradores e também dos visitantes; e infraestrutura de acesso, para chegar e voltar em segurança. O Bonete possui:

- Infraestrutura básica: telefone público, coleta de lixo etc.
- Infraestrutura de acesso: Estrada do Bonete – SP 131, que é na verdade uma trilha de 20.000 metros (único acesso por terra e que não circula veículos); transporte em lancha e canoa de particulares. Esta dificuldade de acesso é inclusive o que manteve a cultura tradicional desta comunidade.

Depois de levantada a oferta turística da comunidade foi elaborado com os par-

participantes da oficina o Quadro 2, identificando o que falta para transformar os recursos turísticos em atrativos, bem como responsáveis e potenciais parceiros para tal.

Quadro 2: Levantamento da oferta turística.

Table 2: Inventory of Tourist Attraction.

COMPONENTES DA OFERTA		O QUE FALTA?	RESPONSÁVEL /
RECURSO NATURAL	Produção da farinha de mandioca Casa da farinha	Pessoas qualificadas para a produção da farinha de mandioca Motivação dos jovens	ASSOBI / moradores mais antigos / FUNDACI
	Artesanato	Qualificação: pintura, bordado, produção de tipiti, balaio, peneira, gamela, canoinha (souvenir), cuia, remo para decoração, pilão, rede.	Alexandre Xavier (artesão) / ASSOBI / SEBRAE / Sérgio (produção de rede)
	Produção de canoas	Espaço físico Licença para extração da tora e/ou doações	ASSOBI / Parque / Secretaria do M.A. / FUNDACI / moradores que produzem canoas
RECURSO CULTURAL	Caminho do Estevão	Articulação entre ASSOBI e o Parque Reabrir a trilha com infra-estrutura	Parque (responsável) ASSOBI (parceira)
	Trilha Bonete – Castelhos (direto)	Reabrir a trilha com infra-estrutura (ponte, sinalização, etc.)	PARQUE / ASSOBI
	Toca do Nego (recurso natural / cultural)	Reabrir o acesso para o salão principal	FUNDACI / ASSOBI
	Cachoeira do Saquinho	Trazer consultoria de especialista em turismo de aventura em parceria com o parque e prefeitura	Parque / Prefeitura / ASSOBI
EQUIPAMENTO DE APOIO	Posto policial	Espaço físico Pessoal deslocado pra cá	Prefeitura / Governo do Estado
	Posto de saúde	Soro antiofídico; preservativos; remédios; equipamentos; profissionais qualificados para revezamento e abertura do posto nos finais de semana e feriados	Prefeitura
INFRA-ESTR. DE ACESSO	Trilha do Bonete (SP 131)	Melhoria / implantação de infra-estrutura para passagem de pedestres e carros oficiais autorizados	Parque / Prefeitura / Governo do Estado / ASSOBI / Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais
INFRA-EST. BÁSICA	Energia elétrica	Articulação com os órgãos responsáveis Consenso na comunidade	ASSOBI / Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais / Governo Federal

Antes do exercício de levantamento da oferta do Bonete cada participante da oficina desenhou sua mão, escreveu e falou primeiramente algo que já fez pelo Bonete com suas mãos e em seguida, repetiu a atividade para responder à questão do que

pode fazer pelo turismo comunitário no Bonete. Os resultados foram os seguintes:

- “Esta mão já ajudou algumas pessoas a conseguirem o seu diploma de ensino médio. Ajudou a comunidade a ter internet. Ajudou e ainda ajuda a organizar algumas coisas no bairro, pois ela ainda participa da associação” (Participante A);
- “Ser receptivo com as pessoas, receber bem as pessoas, dar informações, ajudar a preservar, não jogar lixo no chão para que o lugar continue sempre bonito” (Participante B);
- “Esta mão cumprimenta pessoas muito importantes e queridas pra mim e ensina os locais que os turistas procuram” (Participante C);
- “Esta mão vende produtos alimentícios, cumprimenta os turistas na praça da conversa mole” (Participante D)

O segundo módulo (identificação de valores da comunidade e elaboração de produto de Turismo de Base Comunitária e roteiros) teve como objetivos: 1) identificar os valores imprescindíveis da comunidade do Bonete e promover discussão acerca da maneira que estes valores podem ser incorporados e respeitados no desenvolvimento do turismo na comunidade; 2) exercitar a elaboração de roteiros na comunidade.

Oficina “*identificação de nossos valores*”

Às comunidades locais recomenda-se fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável (DECLARAÇÃO DE ECOTURISMO DE QUEBEC – 2002 *apud* WWF, 2003).

Uma parte muito importante, que antecede o planejamento em si, é uma reflexão sobre os valores da comunidade e discussão acerca da maneira como estes valores podem ser respeitados, incorporados e até mesmo fortalecidos com o desenvolvimento do turismo.

Com o objetivo de levantar os valores da comunidade, os participantes da oficina deveriam refletir e com os olhos fechados visualizar algo especial, de grande valor na comunidade, que deveria ser conservado para as futuras gerações. Simbolicamente foi utilizado um baú, dentro do qual foram depositadas fichas de papel com os tais valores nelas escritos. Os resultados foram os seguintes: “a própria natureza preservada - o Rio Nema, a praia (limpa e linda), o Canto Bravo (formação rochosa), as ondas, a mata, a piscina natural, o mirante, entre outros; também alguns costumes – como a pesca artesanal, a fabricação de farinha de mandioca, a luz elétrica gerada através da pequena represa e gerador; família; união; cooperação; lendas e histórias”

Para ilustrar a possibilidade de transportar os valores da comunidade para o desenvolvimento de um turismo foi utilizada a figura de uma canoa, assim, ao serem revelados os valores eles eram colocados dentro de uma canoa (feita de papel).

Com o objetivo de discutir a parte de cada um dos participantes da oficina para contribuir para o fortalecimento desses valores ao incorporá-los no turismo foi utilizado o símbolo de um remo – que representou o esforço de cada um. As respostas foram variadas. Os adultos disseram que “poderiam manter costumes como a fabricação de farinha de mandioca, confecção de tipitis, canoas, remos e redes; conservar a natureza ao trabalhar com educação ambiental, passar conhecimento para os filhos, conhecer histórias e lendas, cuidar do lixo e esgoto; também poderiam realizar passeios de canoa e até surgiu a ideia de montar um centro cultural para expor a cultura (em parceria com a prefeitura).” As crianças, que participaram ativamente da oficina, disseram que eles “poderiam contribuir para fortalecer os valores ao: preservar a natureza – mata, rio, mar e animais, destinando o lixo corretamente e pedindo aos turistas para serem responsáveis pelo lixo que geram; pescar, surfar, ajudar turistas, cuidar do telefone, pedir aos pais para que contem histórias, continuar com as tradições – farinha, artesanato, canoa etc.; e não permitir que turistas consumam drogas no Bonete.”

Chegou-se à conclusão que cada um pode fazer muita coisa, mas também perceberam que há necessidade de qualificação e parcerias, o que foi discutido, desta vez com o auxílio da figura do mar, para simbolizar os caminhos e desafios que a comunidade poderá encontrar no desenvolvimento do turismo de base comunitária. Sobre a necessidade de qualificação foram sugeridos: “cursos para montagem de site/blog, educação ambiental, idiomas, monitor ambiental, cálculo de preço, gestão de turismo de base comunitária, artesanato, primeiros socorros, organização comunitária, atendimento e culinária. Também sentem a necessidade da criação de um site ou blog. Aham que parcerias com SEBRAE, Sr. Carlos, prefeitura, parque e ONG’s também podem contribuir.

Enfim, notou-se que os valores do Bonete, identificados pelos participantes da oficina, são os mesmos que o turista que procura por turismo de base comunitária busca e gosta de vivenciar, logo, para o desenvolvimento de um turismo responsável no qual o público alvo pode contribuir para o fortalecimento dos valores da comunidade é imprescindível a manutenção desses mesmos valores. Também percebeu-se que cada um da comunidade pode contribuir muito neste rumo do turismo de base comunitária ao fazer coisas que gostam e que é bom não só para o turista, mas principalmente para a própria comunidade. Concluiu-se ainda que mais qualificação e parcerias são muito importantes para o desenvolvimento de um turismo melhor para todos.

Oficina elaboração de produto de Turismo de Base Comunitária

Utilizando como referência Janer e Mourão (2003), nesta oficina destacamos os passos básicos para a elaboração de produtos de turismo de base comunitária, aplicando conceitos universais de marketing. Esta Oficina foi a que teve maior número de pessoas e a participação de todos foi muito apreciada.

Foram abordados os seguintes conceitos:

- Marketing (mkt) – é uma atividade humana que tem como objetivo satisfazer necessidades e desejos por meio de processos de intercâmbio;
- 4 P’s de marketing: produto, preço, praça e promoção.

Usando o conceito dos P's, foi feita uma análise coletiva sobre se o produto será desenhado para um grupo de terceira idade ou um grupo escolar? Preço – o preço será popular ou exclusivo? Praça ou distribuição – a estratégia de distribuição será de vender direto ao turista ou via intermediários (agências; operadoras de viagem)? Promoção – será feita por meio de folders, anúncios, divulgação?

Para a elaboração do produto foram abordados nove passos principais para facilitar a logística de como se faz um produto turístico, considerando: acesso, transporte, alimentação, hospedagem, condutores, seguro-viagem, informações, equipamentos necessários, além de Ficha de Saúde, Termo de Responsabilidade, etc.

Oficina “*elaboração de roteiro*”

Munidos de prancheta, caneta e câmera fotográfica o grupo saiu em busca de potenciais atrativos para a elaboração de um roteiro. No Quadro 3 (página seguinte), seguem as fotos e comentários sobre algumas das atividades turísticas que se pode fazer no Bonete.

Após a atividade de levantamento e registro dos atrativos do Bonete, foram redigidos dois roteiros durante o exercício para sua elaboração: Bonete Tradição Caiçara e Descobrimos as riquezas do Bonete.










O último módulo do Curso (bom atendimento no turismo; dicas para um bom condutor de turismo e consolidação de um roteiro para o Bonete) foi composto por 3 oficinas (Figura 4): 1) “*Bom atendimento no turismo*”: primeiramente foi mostrado um episódio do vídeo “Meu negócio é turismo” da Fundação Roberto Marinho e Ministério do Trabalho e Emprego, que mostrou exemplos de bom atendimento no turismo, além de revisar alguns conceitos trabalhados em oficinas anteriores. Em seguida, juntos discutimos: o porquê de uma boa prestação de serviços, quem são os turistas e o que eles esperam encontrar, princípios de uma boa comunicação com o turista, o que se espera de um atendimento com qualidade, sete erros que caracterizam um atendimento sem qualidade e qualidades de um bom prestador de serviços; 2) “*Consolidação de um roteiro*”: considerou-se muito importante consolidar algum roteiro no Bonete para deixá-lo pronto para a comercialização. O resultado desta oficina foi a formatação de um roteiro cultural e opções de atividades de ecoturismo; e 3) “*Condutor de visitantes*”: utilizando o Manual de guia de Turismo EMBRATUR, foram usadas fichas que ajudaram a destacar que dentre os deveres e responsabilidades do Condutor, está a de usar sua própria iniciativa e bom senso, a fim de desenvolver suas habilidades pessoais na função que ocupa, e que, portanto, algumas características são essenciais.

Quadro 3: Levantamento dos atrativos da comunidade.
Table 3: Inventory of Tourist Attractions in the community.

 <p>Forno na casa de farinha do Seu Américo</p>	 <p>Pás para misturar a farinha</p>	 <p>Coxo para colocar a farinha ralada</p>
 <p>Ralador com motor (a pessoa que rala é chamada "cebadeira")</p>	 <p>Forno visto pelo lado de fora</p>	 <p>Parede de pau a pique da casa da farinha</p>
 <p>Prensa. A duração do processo de fazer farinha é de um dia: primeiro rala a mandioca, depois coloca a massa no tipiti, prensa, e após secar vai ao coxo e depois para o forno. A água da farinha (mandiquera) é utilizada para fazer tapioca.</p>	 <p>"queijo" de madeira para ser colocado em cima do tipiti. Outros rolos de madeira são colocados em cima, que serão o apoio para um tronco maior que fará o peso para prensar.</p>	 <p>Canoas: a maioria das canoas possui nomes femininos, geralmente das esposas ou filhas.</p>
 <p>Canoeiro Moisés que faz canoas e ensinou seu filho a fazer também. Ele já foi para a França ensinar a fazer canoa.</p>	 <p>O barco miniatura fabricado por Seu Osmar.</p>	 <p>Seu Osmar e seu barco miniatura. Ele faz artesanato: remo caiçara, barco de arraste, canoinha.</p>

Continua...

...continuação.

 <p>Sr. Jessy e sua esposa D. Jovita. O morador mais antigo do Bonete. Contador de histórias: de sua repreensão quando se gabava de suas caças mentirosas a um agente florestal, a origem do nome Bonete, a Toca do Nego, os naufrágios.</p>	 <p>Arma antiga oxidada, provavelmente pertenceu a <u>piratas</u></p>	 <p>Praia</p>
 <p>Rocha de onde as crianças pulam no Rio Nema.</p>	 <p>Rio Nema</p>	 <p>Praça da conversa mole</p>
 <p>Siri</p>	 <p>Artesanato de jomal feito por Allan</p>	 <p>Igreja de Santa Verônica, aprox. 100 anos. Festa em homenagem à Santa em 08 de julho: há tocadores, forró, comidas, levantamento de mastro - duração 2 dias.</p>

Continua...

...continuação.



Foram discutidas as seguintes características de um bom condutor: ser atencioso e firme, comunicativo e objetivo, alegre e controlado, ter simpatia sempre, iniciativa, disciplina, boa saúde e resistência, criatividade, etc. E a seguinte postura profissional: Um bom condutor deve ter pontualidade, higiene pessoal, sorriso; ser o último a se servir durante as refeições depois de verificar que seus clientes estão bem servidos; ter uma boa apresentação pessoal, etc.



Figura 4: roteiro de turismo comunitário
Figure 4: community tourism tour “Bonete tradição caiçara”.

Após a consideração desses pontos, foi lido pelo grupo algumas recomendações básicas para o grupo que está sendo conduzido em Áreas naturais e em seguida foram discutidos os aspectos básicos de uma explanação durante a visita, em diferen-

tes ambientes/situações, por exemplo, Unidade de Conservação.

Conclusões e recomendações

A realização das Oficinas de Planejamento Participativo de Turismo Comunitário, foi muito importante para uma visão mais ampla do turismo no Bonete. A presença dos participantes mostrou o comprometimento de membros da comunidade realmente interessados em fazer a diferença contribuindo para o desenvolvimento de um turismo responsável, que favoreça a comunidade através da geração de renda, conservação ambiental e fortalecimento comunitário e da cultura e das boas tradições, ao mesmo tempo. Foi identificada a autêntica vocação do local para a realização do Turismo de Base Comunitária, para o qual, o planejamento participativo é essencial.

Através das oficinas de “construção de conceitos” pôde-se perceber o grande valor de uma comunidade, onde há uma responsabilidade coletiva para tornar a vida melhor, pois as pessoas têm objetivos comuns. Percebeu-se também que, através da tradição, os moradores do Bonete guardam uma cultura viva, rara, de um modo de vida simples, por exemplo: pessoas que fazem suas roças, fabricam farinha de mandioca, canoas e pescam artesanalmente. O Turismo de Base Comunitária deve contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do destino e manutenção de seu modo de vida tradicional.

Ao identificar os componentes da oferta turística (recursos, atrativos, equipamentos e serviços), os atores do turismo podem planejar melhor o que cada um pode fazer e, como a comunidade, como um todo, pode se beneficiar do turismo. Foi visto que estão todos interligados na cadeia de turismo, e que parcerias são fundamentais para uma melhoria da prestação de serviços, sem perder a autenticidade da comunidade.

Os valores da comunidade devem ser considerados acima de tudo. O desenvolvimento do turismo poderá ajudar a fortalecê-los, mas nunca impactá-los negativamente. Portanto, é necessário pensar nos impactos do turismo a longo prazo.

Sobre a elaboração de produtos turísticos de turismo de base comunitária, espera-se que o exercício tenha contribuído como ferramenta para transformar os muitos recursos do Bonete em atrativos, sempre seguindo um padrão de ótima qualidade e melhoria contínua dos serviços.

Por estar localizada no entorno de uma Unidade de Conservação (UC) – o Parque Estadual de Ilhabela - a proposta do projeto Turismo de Base Comunitária, segue os princípios para a visitação em UC, apontados nas Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação.

Além disso, o projeto de Turismo de Base Comunitária, através das oficinas realizadas, buscou fortalecer a comunidade, emponderando-a através do planejamento da atividade de turismo comunitário e sua gestão, tendo como norte as Diretrizes para a Participação das Comunidades Locais e Populações Tradicionais na Gestão da Visitação em Unidades de Conservação, ao mesmo tempo, em que recomenda e incenti-

va os Gestores do Parque Estadual de Ilhabela, que as implementem em todas as comunidades tradicionais de Ilhabela, incluindo o Bonete.

É importante notar que este trabalho representa apenas um passo na longa caminhada para o desenvolvimento do turismo esperado. Mas ela não é solitária. Estamos todos juntos nesta trilha preparando um novo caminho para um turismo mais justo e responsável para as nossas e as futuras gerações. E aí? O que estas mãos vão fazer?!

Agradecimentos

Agradecemos aos moradores da Comunidade Tradicional do Bonete, ao Instituto Costa Brasilis, em especial à Professora Márcia Regina Denadaí, ao Centro Experimental em Desenvolvimento Sustentável (CEDS-LN) e à Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais do Parque Estadual de Ilhabela.

Referências bibliográficas

BALANZÁ, I.M.; NADAL, M.C. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária** - diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem. 2009.

BORGES, M.M. In: MITRAUD, S. (org). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Publicação do Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil. Brasília: WWF Brasil, 2003.

JÁNER, A.; MOURÃO, R. In: MITRAUD, S. (org). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Publicação do Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Manual Indígena de Ecoturismo** – Brasília, 1997. 56p. (Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal – Execução: Instituto EcoBrasil Ecoturismo – Turismo Sustentável)

ORTIZ MONTEIRO, P.D.E.B.S.C. A participação e a percepção da comunidade local para o planejamento do ecoturismo no parque estadual da serra do mar Núcleo Picinguaba, bairro do Cambury, Ubatuba-SP. 2005. 275 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Ambientais) – UNITAU – Universidade de Taubaté. Taubaté.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROTEIRO TURÍSTICO DO MEXILHÃO. Disponível em: <http://mexilhao.incubadora.fapesp.br/portal/sobre-o-projeto/quickdoc.2008-10-31.1943520322/>. Acesso em: 19 jan. 2010.

SALVATI, S.S. O WWF Brasil e o Turismo Responsável. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Publicação do Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil. Brasília: WWF Brasil, 2003.

SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/senar/progr/turural/turismo.htm>. acesso em: 19 jan. 2010.

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU. **São Judas e o Projeto Quilombo**: uma parceria cultural e social. Disponível em: http://www.usjt.br/proex/inclusao_social.php. Acesso em: 10 nov. 2009.

Mariane Carla Checon Salvador: Maitaca Ecoturismo, Caraguatatuba, SP, Brasil.
Email: mari_checon@hotmail.com

Roberta Pedroso: ETEC São Sebastião, São Sebastião, SP, Brasil.
Email: robsturismo@hotmail.com

Fátima Bezerra Bastos: MORPHO – Turismo de Experiência, São Paulo, SP, Brasil.
Email: fatimabbastos@gmail.com

Data de submissão: 26 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de setembro de 2013

Data do aceite: 04 de novembro de 2013

Avaliado anonimamente

**SEÇÃO
ESPECIAL**

Florestonias¹

Sobrevoos perfazem amazônicos,
Aromas emanam intensos, típicos.
Suave força do Acre.
Farturas, Culturas.

Florestas de gente,
Gentes da floresta.
E no mote dos encontros,
Viagens, paisagens,
Imensa festa.

Povos, pensamentos,
Unem-se tranquilos,
Mochilas, porongas,
Embornais, notebooks,
Botas, chinelas,
Açaís, jarinas,
Tantas sementes,
Marfins sociais.

Em paz rupturas,
Músicas, sabores,
Olhares, buscas e trocas,
Exalam ternuras.

Histórias em aproximação,
Paisagens reais, simbólicas,
Telúricas, aquáticas, aéreas,
Com muito calor humano.

Humanidades são naturezas,
Ideias, caminhos,
Intrigantes geoglifos,
Odores, saberes,
Entes da floresta,
Fantásticos seres.
Gentis seringais,
Propõem caminhadas, intercâmbios.
Social e ambiental,
Descobrem-se únicos
Em território acreano.

Mensagens de Chico Mendes,
Embates, empates,
Caminhos da sustentabilidade,
Sabedorias da natureza.

E com isso,
Muito além das provocações,
Sensações.
Aprendemos legados,
Entendemos recados,
Florestas são harmonias,
Florestas, perfeitas sintonias...

Luiz Afonso Vaz de Figueiredo
Rio Branco (AC)
12 nov. 2013

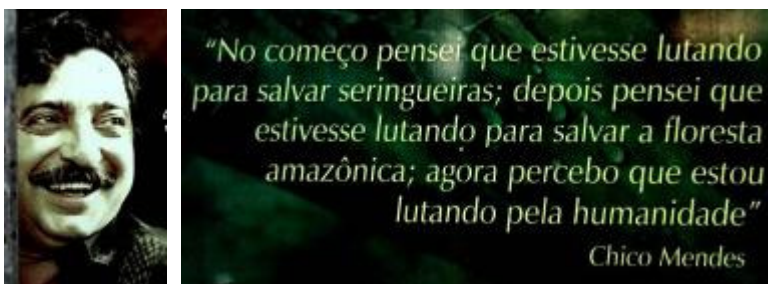
¹Nos ecos da floresta colhemos frutos dos saberes compartilhados, amizades construídas ou renovadas, durante o IX Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR), realizado pela SBECotur em Rio Branco (AC) no período entre 12 a 14 de novembro de 2013.



Cultura e natureza no legado e caminhos de Chico Mendes e dos povos da floresta: revisões e reflexões

Culture and nature in the legacy and paths of Chico Mendes and the forest people: reviews and reflexions

Luiz Afonso Vaz de Figueiredo



Francisco Alves Mendes Filho (Nasc.: 15 dez.1944 // (+)22 dez. 1988)

Momento de imersão 1- Rio Branco

(Contatando a luta dos acreanos e a trajetória de Chico Mendes)

O voo já estava terminando, visto a aproximação de Rio Branco, mesmo assim, conseguia-se ver no meio da escuridão, representada pela noite no seio da floresta amazônica, um ponto ou outro de luz, isolados, indicando cidades, povoações e comunidades. Muito mais até do que eu próprio esperava.

O primeiro contato em solo acreano já trazia no ar, além do abafado do clima, aromas florestais peculiares, amadeirados, cheiros diversos, algo novo, difíceis de serem especificados, mas que indicavam particularidades da natureza e cultura nesse estado amazônico.

A recepção calorosa do povo acreano, que nos esperava para conferências que seriam realizadas durante o 9º. Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR), já dava mostras de que nós não tínhamos a menor ideia do que efetivamente era esse recanto pitoresco do Brasil e havia muita coisa boa por vir.

Povo culto, politizado, participativo, alegre e hospitaleiro e a cidade organizada, muito limpa, segura e conservada. Dava gosto andar pela cidade, e ademais do calor úmido intenso, sentimos também um imenso calor humano. Destacam-se também os valores dados à memória regional, a educação e à cultura. Sim, Rio Branco também enfrenta seus problemas socioambientais, como toda capital brasileira que vivencia um processo de urbanização acentuada. No entanto, observa-se isso muito mais

brando do que conhecemos nas capitais do eixo sul-sudeste-nordeste, minimizado por uma experiência efetivamente democrática.

A comida típica é uma mistura de comida nordestina, paraense e sírio-libanesa, sabores muito próprios. Entre as mais conhecidas, está o tacacá, o pato e a rabada no tucupi, o tambaqui ao leite. Mas, logo tivemos contato também com a “baixaria”, o mingau de banana, a tapioca, o “salame” de cupuaçu e o doce de castanha cristalizada, que foram sendo servidos nos intervalos do CONECOTUR, promovendo nossa integração gastronômica no território acreano e ao mesmo tempo com os participantes do evento, que vinham de diversas regiões brasileiras, embora predominasse o próprio povo do Acre.

Tudo transpira Chico Mendes por aqui, sua luta, seu caráter, sua energia, a força unificadora dos seringueiros com os povos indígenas. Vemos em sua vida e suas inspirações questões fundamentais para novos rumos do ambientalismo brasileiro. Hoje, às vésperas dos 25 anos de sua ausência, paramos para fazer algumas reflexões sobre seu legado e dos povos da floresta.

Mas o que será que isso tem a ver com Ecoturismo. Ora, esse foi nosso maior aprendizado, mergulhados por uma semana nessa densa floresta de conhecimentos na Amazônia Ocidental, verificamos uma íntima e intensa relação com a essência do que deveria ser o Ecoturismo. Cultura e natureza interligadas, imbricadas espontaneamente. Nosso desafio foi sair à procura dessas relações.

A cidade propicia ao visitante uma diversidade de espaços culturais e áreas de lazer, assim como interessante patrimônio histórico-arquitetônico. A Catedral de Nossa Senhora de Nazaré, o Palácio Rio Branco, o Mercado Velho e sua passarela.



Foto 1 e 2: Cidade de Rio Branco: Catedral de Nossa Senhora de Nazaré e a Passarela Joaquim Macedo perto do Mercado Velho e da Ponte Juscelino Kubitschek (LAVF, nov. 2013).

O calçadão da Gameleira, um marco histórico de fundação da cidade de Rio Branco no século XIX, é um ponto de encontro cívico e cultural, bem próximo do monumento da Bandeira e do Cine Teatro Recreio, nas margens do Rio Acre. Dali se observa um entardecer poético, aprazível e reconfortante.



Foto 3:-Calçada da Gameleira, bem próximo do Monumento da Bandeira nas margens do Rio Acre (LAVF, nov. 2013).

Há também o Parque da Maternidade, em formato linear, a pitoresca Casa dos Povos da Floresta e um ponto de contato com a produção artística do lugar na Casa do Artesão. Isso sem falar das diversas barraquinhas para tomar açaí ou o tacacá, espalhadas pelas praças da cidade.

Na Biblioteca da Floresta, tivemos uma aula-imersão promovida por jovens monitores, moças e rapazes, simpáticos, envolvidos e muito preparados. Os detalhes da história do Acre, a questão dos seringais, a vida de Chico Mendes e as interações entre os povos da floresta (povos indígenas-seringueiros-caboclos). Aí se sente o espírito de viver próprio do acreano, denominado por eles como ***florestania***.



Foto 4, 5, 6 e 7: Bons momentos e imersão histórica promovida na Biblioteca da Floresta, onde vivenciamos um pacto entre homens brancos e os povos da floresta (LAVF, nov. 2013).

Aqui retomamos o nosso contato com a história de Chico Mendes e ao mesmo tempo com nossa origem como educadores-cientistas-ambientalistas, no início dos anos 1980. No entanto, com essa imersão direta na vida e nos ritmos amazônicos percebemos o pouco que sabemos da história completa e a riqueza de detalhes do processo de organização social dessa região brasileira.

A história do Acre é muito mais longa, com seus vários momentos e complexidades. A ocupação inicial pelos primeiros grupos humanos, que fugiam das glaciações e vieram em busca de alimento, para uma região onde ainda era savana, mas que ao longo das mudanças climáticas mais favoráveis e a formação da Amazônia foi diversificando em suas práticas sociais e culturais em plena harmonia com a floresta, levando à formação e fixação de diversos povos indígenas (ALLEGRETTI, 2002; CARVALHO, 2003).

Depois, entre o final do século XIX e início do século XX, ocorreu a luta pela incorporação da área do Acre no território brasileiro e posteriormente sua emancipação como estado nacional. Nordestinos foram atraídos pela ilusão de vida melhor para a coleta do látex nos seringais, longe da seca que os afligia, e que vieram para a produção da borracha, mas acabaram se tornando dependentes dos seringalistas, quase escravos (ALLEGRETTI, 2002; CARVALHO, 2003).

Outro momento, o dos Soldados da Borracha, que são novas levas de homens nordestinos trazidos para a região durante 2ª. Guerra Mundial, devido à necessidade de borracha para pneus de aviões e outros artefatos de guerra. Um batalhão de pessoas que acabou sendo esquecido em plena floresta, enganados por propagandas falsas, aviltados em seus direitos, que se viram sem condições de voltar para suas regiões de origem. E ainda teremos toda a luta e o processo de criação do estado do Acre e logo depois os percalços da ditadura militar (ALLEGRETTI, 2002; CARVALHO, 2003).

Assim, vemos que o estado do Acre tem uma história de sofrimentos e lutas, ao mesmo tempo, memória de perseverança e identidade, únicas. Lutaram contra os bolivianos para se assumirem como brasileiros; lutaram contra os próprios brasileiros para se assumirem como acreanos. Todavia, isso gerou força, altivez e resistência em um povo de muita fibra e com peculiaridades, construídas no suor e sangue de sua gente, em sua complexa história, tão esquecida ou mesmo desconhecida da maioria de nós, ditos “brasileiros”.

Essa nova composição social vai contribuir para a construção do espírito do lugar, em uma mescla de gente intimamente relacionada com a floresta, povos indígenas, migrantes e imigrantes, produzindo o fluxo sanguíneo próprio da vida acreana.

É nesse contexto que surge Francisco Alves Mendes Filho, conhecido internacionalmente como Chico Mendes. Nasceu em 15 de dezembro de 1944 e foi covardemente assassinado em 22 de dezembro de 1988, por fazendeiros de Xapuri. Foi seringueiro, líder sindicalista, político local e ambientalista. Em 1987 recebeu um dos maiores prêmios internacionais de meio ambiente, o Global 500, entregue pela ONU, além de ter recebido muitos outros destaques mundiais (ALLEGRETTI, 2002).

Almeida (2004) considera que os seringueiros eram praticamente invisíveis até os anos 1970, sendo que somente nos anos 1980 começam a ser considerados pelas articulações como movimento sindical agrário e na década seguinte recebendo outros olhares decorrentes da luta de Chico Mendes e seus companheiros, com a implantação das primeiras reservas extrativistas, momento que infelizmente o sindicalista-ambientalista não presenciou. *“Assim, em vinte anos, os camponeses da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular”* (ALMEIDA, 2004, p.33).

Chico Mendes é um representante ilustre do modo de vida extrativista, de um povo que lutou para impedir a destruição da floresta amazônica, seu lugar, seu sustento, sua herança. Em suas práticas propunha um movimento pacífico de proteção da floresta e do modo de vida dos povos extrativistas, que depois ficaram conhecidos como Aliança dos Povos da Floresta (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, caboclos, quilombolas, e outros).

Na bela publicação infantil ofertada a nós, ***A História de Chiquinho***, idealizada por Elenira Mendes, a filha, produzida pelo Instituto Chico Mendes e apoiada por Ziraldo, o tom dado é o da história de Chico Mendes, mas a partir da ideia do embate entre “meninos que se fizeram adultos”, que eram aqueles que sabiam falar com os animais, com a floresta, contra “adultos que não nunca foram meninos”, que eram insensíveis e só queriam lucros imediatos, derrubando sem dó a floresta. A falta de diálogo e o desrespeito é o mote do texto.

Os adultos que não foram meninos, por não ouvirem as vozes dos bichos, das flores, das águas, não respeitavam nada. Olhavam o mundo como se não o visse. O mundo estava ali, diante deles, mas eles não viam, não ouviam (MENDES *et al.*, 2009).

Esses foram os nossos dias em Rio Branco, muita energia boa. Depois do evento fomos participar de atividades programadas para conhecer experiências turísticas da região. Além do *city tour* estava o balonismo ou mesmo o sobrevoo de avião monomotor como novas estratégias turísticas para o contato aéreo com figuras inusitadas da paisagem, que também unem cultura e natureza, os ***Geoglifos***.

São vestígios arqueológicos de estruturas geométricas de grandes dimensões, elaboradas no solo, mas que só podem ser inteiramente vistas do alto, tais como as famosas figuras de Nazca, que ocorrem no Peru. Intriga-nos por seus mistérios, que remontam desde sua produção espacial. Questiona-se sobre quem construiu esses monumentos, como eram essas pessoas, quais os motivos, como fizeram, para que servissem etc. Os estudos sobre essas feições antropogênicas na paisagem iniciaram no final dos anos 1970. No entanto, elas só começaram a ser observadas e descritas devido ao processo de desmatamento causado pela frente de expansão agropecuária na Amazônia e consequentes impactos (RANZI, 2011).



Fotos 8, 9, 10 e 11: Sobrevoos em avião monomotor na área dos geoglifos do Acre. Nota-se que estão localizados em áreas de fazendas, sofrendo diversos impactos negativos (Cadú Silva, nov. 2013)

Assim nos despedimos de Rio Branco. Novos desafios ainda estavam por vir, partimos para um roteiro de ecoturismo em Xapuri, organizado pela *Maanaim Turismo*, que mesclava turismo de aventura, turismo cultural, trilhas de enfoque botânico, caminhadas matinais, memória viva, forró, causos e boa comida regional.

Momento de imersão 2 - Xapuri

(Vida política, sindicalismo, cotidiano e as memórias de Chico Mendes)

A viagem a Xapuri segue por estrada razoável ao longo de mais de 180 km. A paisagem é dominada por áreas desflorestadas, pastos, buritizais, reflorestamentos com seringais introduzidos, fragmentos florestais e algumas castanheiras isoladas ao longo do caminho, essas rigorosamente protegidas por lei. A estrada da Borracha indica a proximidade de Xapuri e já nos faz sentir a presença viva de Chico Mendes.

No trajeto a Fábrica de Preservativos Masculinos (Natex), implantada por meio da parceria entre o governo do Acre e o governo federal, propõe aumentar a competitividade de produtos florestais e elevar a qualidade de vida dos seringueiros, desse modo, utiliza de forma única no mundo o látex de seringal nativo e produz camisinhas de alto padrão de qualidade, são compradas e distribuídas gratuitamente pelo Ministério da Saúde, com produção estadual e também para outros estados brasileiros. Esse tipo de experiência envolve 170 empregos diretos e mais de 700 famílias de seringueiros responsáveis pela coleta e fornecimento do látex. Isso reviveu o corte da seringa e revalorizou o trabalho dos seringueiros (NATEX, 2013).



Foto 12 e 13: Diretoria da SBECotur e companheiros do Ecoturismo na Estrada da Borracha e a fábrica de preservativos NATEX, que aproveita o látex oriundo de seringal nativo. (João Bosco Nunes e LAVF, nov. 2013).

Xapuri, “Princesinha do Acre”, denominação simpática dada a essa cidade, relembra os tempos de fartura e expansão da borracha no final do século XIX. Era uma cidade-porto de recepção de notícias e entreposto comercial de mercadorias que circulavam no extremo ocidental da Amazônia brasileira. Também foi ponto de conflitos com a Bolívia e importante local estratégico durante a revolução acreana, entre 1899 e 1903, quando finalmente ocorre a incorporação do Acre no território brasileiro, ato formalizado pelo *Tratado de Petrópolis*. (ALLEGRETTI, 2002; 2008).

A cidade apresenta os seus ritmos. A rua do comércio, restaurada, demonstra esses tempos de fartura, a presença de lojas de imigrantes sírio-libaneses. A Casa Branca é ponto de referências sobre a presença dos bolivianos e revolução acreana.

Entre os espaços culturais existe a Casa de Chico Mendes. Criada como um Centro de memória é uma casa de madeira simples com telhas de barro, mantendo exatamente o espaço em que vivia o líder seringueiro. Muito próximo daí está a Fundação Chico Mendes, que é um espaço de reuniões e acervo de premiações e notícias do seringueiro e ambientalista.



Foto 14 e 15: Casa de Chico Mendes, participantes do CONECOTUR e moradores locais e a fachada da Fundação Chico Mendes em Xapuri (João Bosco Nunes e LAVF, nov. 2013).

Em Xapuri, Chico Mendes consolida sua posição como líder sindicalista e também sua vida como político, sendo eleito vereador em 1977, apesar da contrariedade dos companheiros sindicalistas. Participa da criação do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual por várias vezes tenta uma atividade política ampliada, seja como candidato a deputado estadual ou prefeito, mas não consegue vencer a lógica populista, ruralista e conservadora vigente. Em suas ações vai adquirindo inimigos entre os fazendeiros locais, que o veem como um entrave ao progresso.

Apesar de sua educação política de esquerda, recebeu apoio do setor progressista da igreja católica e é pelas Comunidades Eclesiais de Base que consegue disseminar suas preocupações quanto à relação entre destruição da floresta e exploração capitalista. Descobre na educação e nas ações pacíficas a maior “arma” contra a injustiça e o desmando (PORTO-GONÇALVES, 2009).

Simplicidade e generosidade eram marcas registradas de Chico Mendes, em relatos de companheiros informam que era uma pessoa pacata, amiga, solícita, não tinha sequer uma bicicleta, nem a própria casa que morava que também era do movimento. Chico era leveza no olhar e na forma de ser, brincadeira e muita conversa, menos discurso e mais ação, assim diria Marina Silva (2008). Um agente sindical que nunca deixou de acreditar e ter respeito pelos entes sobrenaturais da floresta e seu papel no equilíbrio daquele ambiente. Natureza e cultura em sintonia.

O que Chico Mendes percebeu era que os rumos teriam que ser outros, pois já não era mais só uma discussão por direito dos trabalhadores, por posse da terra, por dignidade, mas pela proteção da floresta amazônica, tendo em vista a necessidade dela para a manutenção do modo de vida dos seringueiros e demais povos da floresta. Em virtude disso, Porto-Gonçalves (2009) denominou sua postura de ecossocialista.

Em síntese, é nesse campo de forças contraditórias que atua o movimento dos seringueiros. Surge como resultado de um conflito rural clássico entre posseiros e grandes proprietários, mas se desenvolve pela ação de atores sociais que constroem identidades coletivas singulares como forma de aglutinação de forças em um espaço político próprio. E se institucionaliza como política pública resgatando elementos da situação anterior, combinando-os com novos, resultantes de alianças estratégicas efetivadas visando conquistar poder político na relação com o Estado. E o Estado, por outro lado, ao acolher a proposta, busca legitimidade em um campo político novo, o das demandas socioambientais, cada vez mais difíceis de ignorar, especialmente quando resultam de pressões articuladas de forma simultânea em espaços nacionais e internacionais (ALLEGRETTI, 2008, p.42-43).

Assim, esse ponto do território brasileiro, longe da maioria dos centros metropolitanos, conseguiu destaque e fincou uma bandeira de caráter político, social e ambiental. A incorporação da visão ambientalista nos movimentos sociais. Daí o surgimento da ideia de Reserva Extrativista, fortalecendo o conceito de desenvolvimento sustentável, que estava sendo difundido naquela época. Discurso esse que foi incorporado ao movimento dos seringueiros pela colaboração de ambientalistas e pesqui-

sadores, como a antropóloga Mary Allegretti (2002, 2008). Não era uma luta pela terra, era pela defesa de um modo de vida.

(...) as ações se estruturaram em torno da defesa da produção extrativista e do modo de vida tradicional dos seringais. Mas, ao assim fazer, o movimento apresentou um elemento inovador: a luta contra os desmatamentos, atividade que assegurava aos fazendeiros a propriedade da terra e que representava, para os seringueiros, a destruição da base econômica de sobrevivência, a floresta (ALLEGRETTI, 2008, p.41).

Apesar de todos os esforços para mudanças no rumo da história, Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, quando voltava do banho em sua humilde casa em Xapuri, cujo banheiro ainda era do lado de fora. Ele já pressentia que estava marcado para morrer e não havia nada que pudesse mudar isso, vivia-se um momento de polícia corrupta, ineficiência ou até apoio do governo à lógica agropecuária e as próprias condições de vida. Assim, nem mesmo com todo apoio nacional e internacional, em plena revisão constitucional, ou o reforço ambientalista e acadêmico para os movimentos sociais foram capazes de mudar essa situação.

A repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes foi estrondosa, gerou um impacto muito negativo no Brasil. O que estava escondido, previsto, ficou visível e público, toda a imprensa denunciou os fatos. Os trabalhos de Keck (1995), Revkin (2004), Allegretti (2002, 2008), entre tantos outros, destacaram esse momento, que de outro lado, foi fundamental para manter a chama viva de Chico.

A questão da criação das Reservas Extrativistas, substituindo o modelo de colonização proposto pelo INCRA, já em discussão passou a ter mais atenção. Posteriormente esse tipo de área protegida foi incorporado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), no entanto os princípios propostos por Chico Mendes foram aviltados no sentido da liberdade de gestão pelas comunidades locais (ALLEGRETTI, 2002; 2008; PORTO-GONÇALVES, 2009).

Assim, seguimos andando em Xapuri. Sentindo viva essa história. A gente sente um misto de satisfação por estar ali vivenciando e rememorando finalmente essa história real, rica e pulsante, ao mesmo tempo, uma dor no peito ao conhecer o fim trágico de Chico Mendes, representante de tantos outros brasileiros que lutaram contra a opressão do modelo socioeconômico desenvolvimentista, a lógica coronelista e os resquícios da época da ditadura brasileira.

Surge em evidência uma personagem básica que reforça a relação entre movimento ambientalista e movimento sindical e tantos outros movimentos sociais por melhores condições de vida. Entre esses momentos de distanciamentos e aproximações, aqui se mostrava um modo de vida pleno de sabedoria.

Momento de imersão 3- Seringal Cachoeira

(Chico Mendes: sua história, sua gente, seu legado e o roteiro ecoturístico)

Durante o trajeto para a zona rural, ainda se vê a mesma paisagem predominante entre Rio Branco e Xapuri, um misto de pasto/fazendas, castanheiras isoladas e fragmentos florestais. O choque de duas formas de desenvolvimento explicitadas ao vivo e em cores, em pleno campo.

A partir daqui entramos em uma imersão visual e poética sobre as potencialidades ecoturísticas dessa região xapuriense, tanto na situação real, como no texto ora escrito. Verificamos presencialmente o legado de Chico Mendes.

Chico agora pulsa vivo em todos os espaços, pois o Seringal Cachoeira é o seu lugar, sua origem, onde vive principalmente a família Mendes. Todos os que vivem aqui têm forte noção de pertencimento ao lugar, *topofilia* (TUAN, 1980). Falam do Chico com muito orgulho e saudade, talvez até uma ponta de revolta, por o terem eliminado tão brutalmente. Destacam que Chico foi pessoa única, líder nato, generoso, altruísta e ao mesmo tempo brincalhão.

Foi no seringal desde a infância que as suas ideias brotaram e foram para o forno de lenha, cresceram com aroma e temperos apropriados, utilizando como fermento social a solidariedade, a inconformidade com a injustiça, a esperança de uma vida melhor. Daqui suas mensagens se fortaleceram em cada um e ganharam mais que o cenário nacional, indo parar em todos os cantos do mundo. Parece apenas um texto poetizado, mas eu realmente me arrepio por escrever isso, pois eu me senti intimamente envolvido em parte desse processo, ao longo desses dias de imersão socio-ambiental.

Finalmente chegamos à Pousada Ecológica Seringal Cachoeira, que é administrada pela turismóloga Fernanda Mendes, prima de segundo grau do Chico Mendes. Seu pai, Nilson Mendes, foi nosso anfitrião, nosso guia, nosso animador cultural, nos dois dias que permanecemos naquele rincão acreano.



Foto 16 e 17: Pousada Ecológica Seringal Cachoeira. Área do refeitório durante o dia. O alojamento masculino à noite (LAVF, nov. 2013).

A primeira parte da programação no final da tarde foi o **Circuito de Aventura “Chico Mendes”**, reconhecido como o maior da Amazônia, que é um roteiro de arvorismo contando com um percurso total de 623m. O percurso que pode ser acrobático ou contemplativo passa por diversos obstáculos próximos das copas das árvores, como pontes de troncos, redes, cabos de aço, etc. Inicia em 9m e termina com 25 m de altura, antes de uma tirolesa de tirar o fôlego, com 300 m de extensão. (ACRE, [s.d.]). Diversão, alegria e conhecimento em intimidades.

Ver o pôr do Sol no alto das enormes árvores, em plena floresta amazônica, mesmo que já bastante alterada, promove um sentimento de plenitude, regozijo e contemplação, de outro lado, as atividades propostas estimularam a adrenalina, aventura, permitindo redescobrir limites e checar o preparo físico.

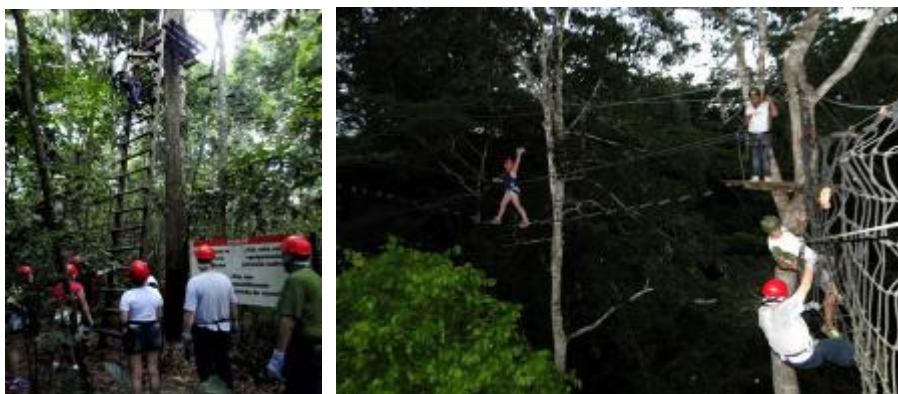


Foto 18 e 19: Circuito de Aventura “Chico Mendes”, testando o roteiro (LAVF, nov. 2013).

A proposta de roteiro ecoturístico implica em uma imersão na rotina e cotidiano da família Mendes e colaboradores. Despertar de madrugada, antes do nascer do Sol, se faz necessário para seguir pelos caminhos da seringa, da mesma forma como sempre foi realizado pelos seringueiros. Nilson Mendes, nosso guia, já está com sua poronga (espécie de suporte de lampião a querosene) iluminando e explicando o trabalho da extração do látex em uma seringueira perto da Pousada.



Foto 20 e 21: Nilson Mendes e sua poronga, explicando sobre a dura rotina do seringueiro e a caminhada proposta entre seringais (LAVF, nov. 2013).

Depois da caminhada, em meio às castanheiras, seguimos por uma área de pastos até a Casa de Duda Mendes (irmão de Chico Mendes) e Dona Bilú, antiga sede do seringal e da fazenda, para participar de um café da manhã reforçado, mandioca cozida e manteiga, ovos caipiras, rodela de abacaxi, mamão, bodó (tipo bolinho de chuva), leite de amêndoas e café forte.



Foto 22, 23, 24, 25: Café da manhã na simpática casa de Duda Mendes e Dona Bilú (LAVF, nov. 2013).

Na volta da caminhada uma parada para o caso dos empates. Os empates aqui apresentados como parte do roteiro turístico (motivos e história).

Com a expansão da atividade agropecuária na época do milagre brasileiro, os seringalistas acabaram vendendo as terras dos Seringais para fazendeiros, muito deles eram foragidos de seus estados de origem por grilagem de terras e abusos. Esses indivíduos foram para essa região apenas para derrubar a floresta e implantar pastos para a pecuária. Sendo assim, queriam simplesmente tirar os seringueiros de suas terras, pois não precisavam deles ali. Isso foi o que gerou diversos conflitos.

Os seringueiros encontraram nas ações pacíficas uma maneira de lutar e resistir, sem uso da força, chamando-os de **empates**, obstáculos, impedimentos.

O Empate consistia na reunião de homens, mulheres e crianças, sob a liderança dos sindicatos, para impedir o desmatamento da floresta, prática que se tornaria emblemática da luta dos seringueiros. Nos Empates

alertavam os 'peões' a serviço dos fazendeiros de gado, geralmente de fora do Acre, que a derrubada da mata significava a expulsão de famílias de trabalhadores, convidava-os a se associar à sua luta oferecendo 'colocações' e 'estradas' de seringa para trabalhar e, firmes, expulsava-os dos seus acampamentos de destruição impedindo seu trabalho de derrubada da floresta (PORTO-GONÇALVES, 2009, p.152).

Emociona a gente quando Nilson Mendes nos conta que mulheres, velhos e crianças estavam à frente do grupo cantando o hino nacional, impedindo a progressão da derrubada, mesmo com o exército, polícia, jagunços e quem mais.



Foto 26 e 27: Contando o causo dos empates na floresta, sentimento e orgulho (LAVF, nov. 2013).

A hora do almoço prometia comida peculiar, com sabor bem acreano. Arroz de jambu com tucupi, que agrega um sabor discretamente azedo, algo picante, levemente anestésico. Acompanha a carne com castanha e purê de mandioca.



Foto 28 e 29: Refeitório da pousada e o prato de Arroz de Jambu com Tucupi (LAVF, nov. 2013).

A gente não é de ferro, depois de acordar tão cedo, programação intensa, merece um descanso preguiçoso de rede no meio da floresta.



Foto 30: Rede na floresta (LAVF, nov. 2013).

À tarde a Trilha da Samaúma, uma caminhada na floresta com enfoque botânico. O Nilson Mendes nos provocava em cada parada, seja para perguntar o que sabíamos, informar sobre o uso medicinal de uma planta da floresta ou direcionar nosso olhar. A cada passo novidades, informações, conhecimentos populares misturados com dados científicos, experiências de um autodidata.



Foto 31 a 37: Trilha da Samaúma, botânica e imersão na floresta e no conhecimento dos seringueiros. Infelizmente a imponente árvore não foi registrada devido à forte chuva que caiu (LAVF, nov. 2013).

Para finalizar bela despedida do lugar, com festança no seringal, discurso emocionado, comitiva, futebol, comes e bebes e muita música, dia inteiro.



Foto 38 e 39: Comitiva e festa na despedida do Seringal Cachoeira. (LAVF, nov. 2013).

Lições acreanas ao ecoturismo

Em minha pesquisa realizada no Vale do Ribeira, envolvido pela região paulista de Mata Atlântica, destacou-se o discurso provocativo de **“O ‘Meio Ambiente’ Prejudicou a Gente...”** (FIGUEIREDO, 2000; 2006), por conta dos conflitos gerados pela forma como foi implantada a política ambiental. Por outro lado, no Acre e nas ações dos seringueiros, liderados por Chico Mendes, foi a floresta e a relação dos povos com o lugar que determinaram a sua vida e o fortalecimento de sua luta. O destaque é para outra forma de ação ambiental, em que a cultura e as questões sociais estejam intimamente relacionadas. Levo na bagagem mensagens-aprendizagens, princípios vívidos de uma educação ambiental na prática.

McIntosh (2012) fala da construção da ideia de lugar e da responsabilidade da comunidade como o encontro entre a natureza com a cultura. Para isso propõe um necessário ciclo que definirá a noção de pertencimento, levando em conta o *senso do lugar* (fundamentação), *senso de identidade* (ego - “cabeça”), *senso de valores* (alma - “coração”) e o *senso de responsabilidade* (ação - “mãos”). Coisa que se vê muito forte na aliança dos povos da floresta e no legado de Chico Mendes.

Ecoturismo é uma prática social/atividade que deve promover a relação entre cultura e natureza, fortalecendo os povos do lugar. Nesses dias de imersão na vida da Amazônia acreana tivemos oportunidade de vivenciar essas práticas sem maquiagens, nem teorias, mas na singela simplicidade e riqueza da vida real.

Voltamos agora para nossas regiões de origem, reenergizados, cada qual com suas bagagens culturais ampliadas, brasilidade reforçada, experiências de vida renovadas, além de milhares de perspectivas novas para nossas práticas educativas e investigativas com foco em um ecoturismo com sólida base comunitária.

No Acre esse mês de dezembro não é de tristeza, por tantos anos sem Chico Mendes, ao contrário é ano de comemoração, inclusive o tom propositivo dado ao slogan é **25 anos: Chico Mendes Vive Mais!**

(...) pensaram calar com uma bala essa voz cuja força,
tal como uma poronga,
continua iluminando caminhos.

(Carlos Walter Porto-Gonçalves, 2009)

Agradecimentos

Essa oportunidade de trocas só aconteceu devido ao convite da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur) e dos organizadores do 9º. Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) da Secretaria de Turismo e Lazer do Governo do Acre, aos quais agradeço muito. Ao turismólogo João Bosco Nunes, pela simpatia e pelo esforço de chamar o congresso para o Acre, além do excelente trabalho realizado em suas atividades ecoturísticas à frente da Maanaim Turismo. Ao Sr. Luiz Targino de Oliveira pelo emocionante depoimento em Xapuri sobre o movimento dos seringueiros e ao Nilson Mendes pelos momentos de imersão proporcionados no Seringal Cachoeira. Agradeço também o apoio de todos os gestores e funcionários da Pousada Ecológica Seringal Cachoeira e os estagiários da Biblioteca da Floresta em Rio Branco, que nos cativaram por sua dedicação e envolvimento. Ressalto ainda a importância dos companheiros do Congresso e da SBEcotur que puderam compartilhar esses incríveis momentos. E as inspirações de Chico Mendes.

Referências bibliográficas

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Turismo e Lazer. **Guia turístico do Acre**. Rio Branco: SETUL; SEBRAE; EMBRATUR, [s. d].

ALLEGRETTI, M.H. **A construção social de políticas ambientais**: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, área Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/chico%20mendes%20e%20seringueiros%20alegretti.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2013.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR, v. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/13423/9048>. Acesso em: 01 dez. 2013.

ALMEIDA, M.W.B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Rev. Bras. Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v. 19, n. 55, p. 33-53, jun. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003>. Acesso em: 01 dez. 2013.

CARVALHO, C. (ed.). **Caderno povos da floresta**. Rio Branco: Comitê Chico Mendes; Brasília: MMA, 2003. (v. 1).

FIGUEIREDO, L.A.V. “O ‘meio ambiente’ prejudicou a gente...”: políticas públicas e representações sociais de preservação e desenvolvimento; desvelando a pedagogia de um conflito no Vale do Ribeira (Iporanga-SP). 1999. 489 p. + anexos, il. color. Dissertação (Mestrado em Educação, área de Educação, Sociedade e Cultura) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000197676&fd=y>. Acesso em: 30 dez. 2013.

FIGUEIREDO, L.A.V. Políticas públicas, representaciones sociales y la pedagogía de los conflictos socioambientales: um caso educativo brasileiro. **Tópicos em Educação Ambiental**. Guadalajara, México, v.5, n.14, p.52-64, ago. 2006.

KECK, M.K. Social equity and environmental politics in Brazil: lessons from the rubber tappers of Acre. **Comparative Politics**. V. 27, n. 4, p. 409-425, jul. 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/422227?uid=3737664&uid=2134&uid=2476363867&uid=2476363857&uid=2&uid=70&uid=3&uid=60&sid=21103137384533>. Acesso em: 01 dez. 2013.

McINTOSH, A. Teaching radical human ecology in the academy. In: WILLIAMS, L.; ROBERTS, R.; McIntOSH, A. (eds.). **Radical human ecology**: intercultural and indigenous approaches. England: Ashgate, 2012.

MENDES, E. *et al.* **A história de Chiquinho**. Xapuri, AC: Instituto Chico Mendes, 2009.

NATEX. **A instituição**. Xapuri, AC: Natex Preservativos, 2013. Disponível em: <http://www.preservativosnatex.com.br/online/index.html>. Acesso em: 02 dez. 2013.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Chico Mendes: um ecossocialista. **Observatório Social de América Latina (OSAL)**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, ano 10, n. 25, p. , abr. 2009. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D4159.dir/09porto.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2013.

RANZI, T.J.D. **Geoglifos do Acre e a proteção de sítios arqueológicos no Brasil**. Rio Branco: Printac, 2011.

REVKIN, A. **The burning season**: the murder of Chico Mendes and the fight for the Amazon rain forest. Washington D.C; USA: Island Press; Shearwater Books, 2004.

SILVA, M. Doce como urucu. In: MARTINS, Edilson; JUNG, Natália (ed.). **Caderno povos da floresta**: Chico Mendes, o homem da floresta. Rio Branco: Comitê Chico Mendes, 2008. (v. 2).

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

Luiz Afonso Vaz de Figueiredo: Centro Universitário Fundação Santo André, Diretor da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur). Santo André, SP, Brasil.

E-mail: lafonso.figueiredo@gmail.com

Link para o curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5253650313975776>

SEÇÃO
RESENHA

Quando a simplicidade passa a ser uma opção para a sustentabilidade

Juliana Maria de Barros Freire

Elgin, Duane. **Simplicidade Voluntária**: Em busca de um estilo de vida exteriormente simples, mas interiormente rico. São Paulo: Cultrix, 2012.



Seria a adoção - genuína e consciente -, de um modo de vida mais simples e frugal pelos indivíduos da comunidade humana, uma atitude capaz de transformar o mundo num lugar melhor, mais justo e mais sustentável para se viver? Para o autor do livro “Simplicidade Voluntária”, Duane Elgin, a resposta é sim. A união de um consumo moderado com consciência ambiental e crescimento pessoal podem promover mudanças na vida das pessoas. Essa é a ideia central que o autor, palestrante, educador, consultor e ativista de mídia,

defende quase 4 décadas.

O conceito de Simplicidade Voluntária não é recente e foi definido, primeiramente por Gregg¹ em 1936, como “*uma pureza, honestidade e sinceridade de propósito que buscasse o distanciamento de comportamentos pautados em posses materiais*”. Essa utopia foi retomada nos idos do final da década de 1970, quando Duane deu uma palestra a executivos sobre o tema, fez com que ele fosse renegado pelo mundo dos negócios e anunciado como o “MBA de Warthon que perdeu a cabeça”. Em 2005, entretanto, quase 30 anos depois, a mesma palestra dada também a um grupo de executivos teve outro impacto. Fez com que o defensor de um estilo simples de viver fosse visto como pioneiro e na vanguarda de uma revolução da sustentabilidade e como o “MBA de Wharton que ficou verde”.

A mudança de perspectiva ocorrida desde a publicação da 1ª edição do livro, em 1981, e a última edição revista em 2009, se deve a uma nova e concreta realidade de problemas enfrentados pela humanidade e sua vida na Terra nos dias de hoje, descritas em vários trechos do livro. O autor defende que viver com simplicidade exterior ajuda a aumentar a riqueza interior das pessoas, como aponta o subtítulo da obra.

Segundo o autor, vivemos numa crise sistêmica, complexa e mundial que afeta todos os aspectos da vida. Mudanças climáticas, esgotamento de reserva de petróleo, água e alimentos, extinção de espécies, superpopulação, desigualdade social e consequente violência urbana, entre outros, são uma realidade fabricada pelo atual modo de vida com ênfase no materialismo e consumismo que tem levado ao esgotamento dos recursos do planeta e previsões sombrias para o futuro da existência humana na Terra.

O risco de uma degradação irreversível na capacidade de recuperação do mundo em que vivemos é cada vez mais nítido, e impõe urgência na busca de soluções, não nos permitindo mais ser complacentes com a situação. Ou, nas palavras do próprio autor,

se quisermos manter a integridade da Terra como sistema vivo, precisaremos de uma mudança extrema e criativa que envolva alterações em todos os níveis ou padrões de vida e consumo [...] A simplicidade não é um estilo de vida alternativo para uns poucos escolhidos. É uma opção criativa para a grande maioria, sobretudo nas nações desenvolvidas” (p. 37).

Ele entende que se quisermos avançar juntos como comunidade humana, será crucial que as pessoas adotem uma simplicidade extrema e sofisticada, que tem a ver com escolhas (da pessoa, da civilização e da espécie), como base da sustentabilidade.

Definida em um artigo anteriormente publicado em parceria com Arnold Mitchell intitulado “*Voluntary Simplicity*”², o conceito de Simplicidade Voluntária, implica numa modificação do estilo de vida das pessoas rumo a minimização do consumo de bens materiais e, simultaneamente exercitar a autossuficiência, desenvolvendo o intelecto e outros aspectos não materiais inerentes à natureza humana. Trata-se, portanto, basicamente, de uma opção de vida que se opõe aos elevados padrões das sociedades de consumo.

Na abertura da obra, Raam Dass (Dr. Richard Alpert), em 1980, argumenta que existem atualmente muitas pessoas que já começaram a buscar um equilíbrio mais consciente, “*uma simplicidade de vida que permite a integração dos aspectos interior e exterior, material e espiritual, masculino e feminino, pessoal e social, e de todas as outras polaridades que no presente dividem nossa vida*” (p. 18). Essa vida mais simples voluntaria-mente adotada implica em ações com mais deliberação, intenção e propósito, um ser humano mais consciente de si mesmo. Isso “*exige não só que estejamos conscientes das escolhas que dispomos (mundo exterior), mas também que estejamos conscientes de nós mesmos ao selecionar essas opções (mundo interior)*” (p. 98).

No Capítulo 1 (*Estilo de vida frio para um planeta quente*), o autor aprofunda a ideia iniciada na introdução, discorrendo sobre a simplicidade e os preconceitos que o termo carrega reforçando que adotar um estilo de vida simples proporciona uma forma mais consciente de viver, pois as intenções e os propósitos podem ser mais bem

definidos. Neste ponto, o autor apresenta três visões da simplicidade que chamou de “rude/retrógrada”, “cosmética/superficial” e “extrema/consciente”, sendo que num cenário de crise, esta última a que deveria ser adotada.

Defendendo que a simplicidade não se confunde com viver uma vida de pobreza, nem significa abrir mão dos avanços tecnológicos, ou viver exclusivamente em ambientes bucólicos, acredita que é possível a sociedade alcançar um modo sustentável de vida, mesmo numa grande metrópole, *“embora o viver ecológico traga com ele a reverência pela natureza, isso não exige que as pessoas mudem para um cenário rural”* (p. 44). O desafio estaria em adotar padrões sustentáveis de consumo, onde as pessoas possam compartilhar recursos, desapegando-se da simples posse de bens materiais. Isso já se observa com o que o autor chamou de “o crescimento da vida verde” ou seja, da comunidade que vem adotando esse estilo de vida.

Em seguida, no capítulo denominado *“Pioneiros da vida verde”*, Elgin apresenta algumas pesquisas realizadas através de depoimentos de diversas pessoas e que revelam uma preocupação cada vez maior com aspectos psicológicos e espirituais. Os entrevistados relataram que obtiveram grandes benefícios ao adotar o novo estilo de vida que, mais do que um afastamento do mundo como o conhecemos, é uma tentativa de construir a civilização sob a inspiração de novos paradigmas, como sustentabilidade, aprimoramento dos relacionamentos, cooperação e integração através de laços afetivos. Há relatos diretos sobre a falsidade, inutilidade e perniciosidade dos valores do consumismo, a satisfação obtida com a mudança de hábitos que permitiram um ganho de tempo para objetivos mais interessantes e elevados, e o aumento de aspectos espirituais como benevolência, gratidão, entre outros.

O terceiro capítulo (*Vida Voluntária*) o autor sugere que as pessoas devem assumir um efetivo controle de suas ações e pensamentos, evitando reproduções automáticas de comportamentos consumistas e outros, que são fortemente enraizados na cultura da sociedade contemporânea. Trata-se de ampliar a crítica sobre as opções da sociedade de consumo, para aumentar as alternativas de modelos possíveis de convívio. Aqui, a ênfase está na passagem de uma consciência adormecida para uma consciência autorreflexiva (*“que nos provê de um espelho capaz de revelar ou refletir, imparcialmente, quem somos na vida cotidiana”*) (p.105) que promoveria uma comunidade com a vida e, conseqüentemente, o afloramento de qualidades que ajudariam as pessoas a viver com mais amor e integração com a essência da natureza humana.

Neste capítulo Elgin apresenta com mais concretude a ideia da vida voluntária, utilizando o exemplo de duas pessoas que usam a bicicleta para ir ao trabalho para descrever a diferenças entre as perspectivas pessoais e como elas interferem no estado de espírito. A primeira pessoa usa a bicicleta por opção, por convicção de que esse seu ato é mais saudável e sustentável, e mesmo podendo comprar um carro, segue pedalando por satisfação pessoal. A segunda usa a bicicleta como meio de transporte por necessidade, pois não tem recursos para comprar um carro, o que a deixa frustrada e infeliz. Pedala por obrigação, pois o sonho é ter seu automóvel assim que possível.

Para efeitos de impacto ambiental, o meio de transporte das duas pessoas é o

mesmo (aspecto externo), mas as perspectivas internas são completamente opostas. Para Elgin, são esses aspectos subjetivos e internos que farão a diferença para que a vida com simplicidade possa ser um caminho de equilíbrio entre felicidade humana e harmonia com a natureza. A intenção é o que importa na busca do meio termo entre os extremos de excesso e de miséria. Aquilo que nos é suficiente está entre o que necessitamos (aquilo sem o que não podemos viver) e o que desejamos (normalmente supérfluo e que satisfazem apenas a desejos psicológicos alimentados pela sociedade de consumo). Menos posse de bens e fofocas fúteis sobre a vida alheia e mais autoconhecimento como aprimoramento da capacidade de reforçar relacionamentos e promover crescimento pessoal é a mensagem principal do capítulo.

É no capítulo quatro (*Vida simples*) que a ele defende a ideia de que viver de modo mais simples alivia o fardo da existência e implica em mais leveza, clareza e liberdade nas relações com os semelhantes, na ligação com a natureza e o planeta, e naquilo que se consome. Trata-se um caminho absolutamente pessoal e intransferível, pois, segundo Elgin, a expressão exterior que a simplicidade assume depende do que cada um entenda o que para si é desnecessariamente complexo. Não há, portanto, um modo único e correto de se viver de modo mais sustentável ou socialmente mais harmônico.

A morte como parte essencial do ciclo da existência, deve ser entendida como uma aliada à compreensão de que nossa finitude nos impõe a valorização dos aspectos intangíveis da vida, em detrimento do que é meramente material e desnecessário. A vida deve ser considerada uma dívida que cada pessoa precisa administrar com sabedoria e com mais intensidade.

Complementando sua análise da relação do ser humano com os demais elementos do planeta, no capítulo cinco (*O mundo em transição*) defende a necessidade de mudanças para uma mentalidade preservacionista em relação à natureza. O autor denuncia a crise civilizatória que vivemos, com a destruição dos sistemas naturais e o caos no âmbito social, sentenciando que há dois possíveis cenários para o futuro: I – Impacto Evolucionário as pessoas não compreenderão o problema e apresentarão soluções superficiais inadequadas, não havendo tempo para uma força total de mudança necessária à sobrevivência da espécie e II – Salto Evolucionário – o reconhecimento da necessidade de mudanças faz com que as pessoas usem adequadamente os meios de comunicação de massa para uma compreensão mútua e reconciliação com o modelo partilhado de futuro sustentável.

Nos dois capítulos finais (*Simplicidade profunda e a jornada humana* e *A vida no mundo verde*) o autor resgata as visões filosóficas mais clássicas (gregos, orientais, quacres e transcendentalistas) e religiões (cristianismo, islamismo, budismo, hinduísmo e religiões indígenas) para ilustrar “a longa e sólida tradição de simplicidade de vida na experiência espiritual humana” (p. 157).

Convidando o leitor a conhecer uma obra sua mais recente (*The living Universe*), apresenta seis atributos do universo que, juntos o tornariam um “sistema vivo”: 1) totalmente unificado, 2) pela maior parte invisível, 3) quantidade imensa de energia de fundo, 4) continuamente se regenerando, 5) consciência em todos os níveis, 6) liberdade desde os fundamentos). Aponta uma crise do consenso em torno de postura co-

letiva frente a um futuro promissor, no qual os meios de comunicação de massa (televisão e internet) podem e devem ser utilizados para o despertar desse consenso.

Por fim defende que o ser humano tem a tendência de reforçar mutuamente as individualidades e que esse atributo gera a megacrise que vivemos. A transição para um mundo verde passaria pelo enfrentamento de oito emergências que desafiam as sociedades contemporâneas: da água, da sustentabilidade, da pobreza, financeira, da extinção, das armas de destruição em massa. Para superar essas emergências contamos com o que ele define como seis “*grandes trunfos que podemos mobilizar a fim de transformar nossa era de adversidade numa era de oportunidades*” (p.179), devidamente apresentados no último capítulo.

As ideias apresentadas no livro deram origem a um movimento que, apesar de ainda pouco representativo em termos mundiais, vem crescendo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Elgin mantém um endereço eletrônico do movimento *Awakening Earth* criado para disseminar seus princípios, onde a filosofia da Simplicidade Voluntária é descrita da seguinte forma:

O mundo está caminhando para uma nova era, em que a comunidade humana precisa trabalhar junta se quisermos construir um futuro de prosperidade sustentável. Essa transição representa um grande desafio e uma extraordinária oportunidade. Nós estamos sendo chamados para fazer uma mudança no que tange a estilos de vida verde, suportados por uma democracia madura e guiados por uma sabedoria coletiva da ciência e espiritualidade.

Em nosso mundo frenético atual, muito pouco tempo nos resta para refletir sobre o que queremos ou o que de fato precisamos. Fazendo uma relação com o recente crescimento do Ecoturismo, tem-se a dimensão do quanto dependemos do contato com a natureza como fonte de vida.

Na entrega à experiência direta com a força vital presente em ambientes de vida selvagem, podemos resgatar sentimentos e percepções ancestrais que foram perdidos no nosso processo civilizatório. Uma visita a espaços naturais, que reflita sobre esse processo e o questione, “*transforma nosso tradicional comportamento indiferente*”³. O Ecoturismo, desta forma, é uma prática que se coaduna com a filosofia da Simplicidade Voluntária.

Notas:

GREGG, R.B. **The Value of Voluntary Simplicity**. Wallingford, PA: Pendle Hill, 1936.

² ELGIN, D.; MITCHELL, A. Voluntary Simplicity. **The Co-Evolution Quarterly**. Sumeer, 1977.

³ NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.11, n.2, pp.98-110, 2000.

Juliana Maria de Barros Freire

E-mail: juliana@barrosfreire.adv.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1313465743146374>

Data de submissão: 02 de setembro de 2013

Data de recebimento de correções: 08 de outubro de 2013

Data do aceite: 08 de outubro de 2013

Avaliado anonimamente